



UFC

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

CENTRO DE HUMANIDADES

DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

JOSÉ OLAVO DA SILVA GARANTIZADO JÚNIOR

**ESTUDO DA ARGUMENTAÇÃO SOB UMA PERSPECTIVA TEXTUAL E
RETÓRICA**

FORTALEZA

2015

JOSÉ OLAVO DA SILVA GARANTIZADO JÚNIOR

**ESTUDO DA ARGUMENTAÇÃO SOB UMA PERSPECTIVA TEXTUAL E
RETÓRICA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará, como requisito para obtenção do grau de doutor em Linguística.

Área de concentração: Linguística

Orientadora: Profa. Dra. Mônica Magalhães Cavalcante

FORTALEZA
2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

-
- G193e Garantizado Júnior, José Olavo da Silva.
 Estudo da argumentação sob uma perspectiva textual e retórica / José Olavo da Silva Garantizado Júnior. – 2015.
 327 f. : il. color., enc. ; 30 cm.
- Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de Letras Vernáculas, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2015.
 Área de Concentração: Linguística.
 Orientação: Mônica Magalhães Cavalcante.
1. Retórica. 2. Análise do discurso. 3. Linguística – Discursos parlamentares. 4. Linguagem e línguas – estudo e ensino. 5. Semântica. I. Título.

JOSÉ OLAVO DA SILVA GARANTIZADO JÚNIOR

ESTUDO DA ARGUMENTAÇÃO SOB UMA PERSPECTIVA TEXTUAL E
RETÓRICA

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, da Universidade Federal do Ceará, como requisito para a obtenção do grau de Doutor em Linguística. Área de concentração: Linguística.

Aprovada em 17 de dezembro de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Mônica Magalhães Cavalcante (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará- UFC

Prof. Dr. Valdinar Custódio Filho (1º. Examinador)
Universidade Estadual do Ceará- UECE

Profa. Dra. Profa. Dra. Suelene Silva Oliveira- (2ª Examinador)
Universidade Estadual do Ceará- UECE

Profa. Dra. Maria Elias Soares (3º. Examinadora)
Universidade Federal do Ceará- UFC

Profa. Dra. Mônica de Souza Serafim (4ª. Examinadora)
Universidade Federal do Ceará- UFC

Profa. Dra. Maria Helenice Araújo Costa - UECE (Suplente Externo)
Universidade Estadual do Ceará – UECE

Profa. Dra. Maria Margarete Fernandes Sousa (Suplente Interno)
Universidade Federal do Ceará – UFC

DEDICATÓRIA

A Deus, por me proporcionar o dom da vida e fazer com que eu aprenda, com as minhas vitórias e derrotas, como ela é um bem precioso.

Aos meus pais, José Olavo da Silva Garantizado e Luciene Lemos de Souza, por sempre estarem acreditando na realização de meus sonhos, apoiando, incentivando, estando comigo sempre, nas mais simples vitórias e nas prováveis derrotas. Amor incondicional.

À minha orientadora, Mônica Magalhães Cavalcante, que sempre ensina a “arte da vida” com um sorriso farto, uma palavra alegre e um jeito encantador, capaz de apaixonar a todos que a cercam. Consegue, surpreendentemente, ser a nossa “doutora”, mentora de um grupo de pesquisa renomado e estimado da UFC e, ao mesmo tempo, ser apenas “Mônica”, a amiga, a mãe, a cidadã e a pesquisadora. Cada segundo convivendo com ela como pesquisadora vale uma vida de ensinamentos acadêmicos. Insubstituível.

AGRADECIMENTOS

Aos meus colegas de turma do doutorado, por me proporcionarem momentos de grande alegria e sabedoria com as discussões calorosas, sempre em um tom bastante amigável, mesmo quando as opiniões acerca dos assuntos tratados se confrontavam. Com certeza, não me esquecerei de nenhuma das aulas, como também de nenhum dos momentos de intervalo na “cantina do curso de Educação”, lugar em que se expandiam os debates ou, simplesmente, vivíamos o clima acadêmico nos proporcionava. Momentos eternizados na memória.

À professora doutora Maria Elias Soares, a quem manifesto minha admiração e gratidão novamente, uma vez que já a fizera na minha dissertação de mestrado e a repito com muita honra. A estimada professora tem um poder sobre seus alunos, sobre isso confesso, de nos desafiar, de nos alimentar o sentimento de perfeição, de nos proporcionar a sensação de que se pode fazer melhor, de propiciar a vontade de chegar a nossos objetivos acadêmicos sempre com criticidade e imparcialidade. Uma brilhante carreira dedicada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFC e à pesquisa. Um grande exemplo de profissional.

Ao professor doutor Valdinar Custódio Filho, pelas suas pontuais críticas ao meu projeto de pesquisa na qualificação dos Seminários de Pesquisa, responsáveis pelas principais decisões teóricas que fiz neste trabalho, assim como na defesa dela. Um exemplo de profissional dedicado e eficiente sempre.

Aos integrantes de minha banca de defesa, professora Suelene e professora Mônica Serafim, por cada momento de discussão, crítica e orientação que proporcionaram a concretude deste trabalho.

Ao Prof. Dr.. Valdecy, pelas discussões acerca de quase todos os assuntos de cunho acadêmico que a Linguística nos proporcionou nas aulas do Programa de Pós-Graduação em Linguística, assim como nos temas que surgiam como motes para futuros debates.

Novamente, assim como já fizera no mestrado, a minha bela e amada cidade Aracoiaba, lugar pequeno do interior do Estado do Ceará, que foi responsável por me dar a paz necessária para escrever todas as palavras presentes neste trabalho, sempre nas madrugadas dos vários finais de semana.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo auxílio da bolsa, que possibilitou que este trabalho fluísse tranquilamente, para que os prazos e os objetivos inicialmente traçados fossem cumpridos rigorosamente.

A todos os que fazem o Grupo de Estudos em Linguística PROTEXTO, por serem uma verdadeira família. Que Deus esteja abençoando cada objetivo, realização e conquista, mas, caso tenhamos momentos de adversidades, que ele esteja também, acolhendo nossas aflições e nos guiando para o caminho do conhecimento sempre.

Até o fim

*“Não vim até aqui pra desistir agora
não vim até aqui pra desistir”.*

*Engenheiros do Hawaii
Compositor: Humberto Gessinger*

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo sugerir, a partir da inspiração da proposta de Pinto (2010), um modelo teórico-metodológico de análise da argumentação em textos verbais em que se possam considerar aspectos situacionais (Elementos Externos da Argumentação), textuais (Componente Genérico, Componente Sequencial) e retóricos (Componente Retórico). Partindo dos achados de Pinto (2010) e Maingueneau (2001), defendemos que os Elementos Externos da Argumentação seriam uma série de aspectos sócio-históricos (contexto amplo) e situacionais da comunicação (contexto específico) que interferem nas escolhas dos locutores, assim como produzem coerções nos gêneros textuais. Sob essa ótica, o plano textual da argumentação diz respeito ao Componente Genérico, seguindo a proposta de Bakhtin (1997), e ao Componente Sequencial, seguindo a influência de Adam (1992; 2008). O Componente Retórico seria a análise das esquematizações (ADAM, 2008) oriundas da sequencialidade textual, que desencadeia a projeção da imagem do Locutor no discurso (MAINGUENEAU, 2002) e das técnicas argumentativas (PERELMAN; TYTECA, 1996), capazes de persuadir os interlocutores. Metodologicamente, selecionamos um *corpus* com 20 discursos políticos de Sessão Plenária da Câmara dos Deputados Federais sobre o tema “mensalão”, dos aplicamos o modelo em dois textos que estão em dialogando entre si (discurso do locutor líder do PT na Câmara e discurso do Locutor líder do PSDB na Câmara), observando as divergências e aproximações do ponto de vista da construção da argumentação. Os resultados apontam que a formação das imagens do Locutor no discurso possibilitam a adesão (ou não) às teses empreendidas. Para que isso seja concretizado com eficácia, é imprescindível que o Locutor busque técnicas argumentativas que visam proporcionar as adesões, o que se torna fundamental para a análise dos elementos externos ao texto, assim como as influências que os gêneros e as seqüências textuais que o constituem proporcionam na argumentação.

Palavras-chave: Argumentação; Gêneros Textuais; Componentes da Argumentação;

ABSTRACT

This research aims to suggest, from the inspiration of Pinto proposal (2010), a theoretical and methodological model to analyze the argument in verbal texts that can be considered situational aspects (Elements External arguing), textual (Component Generic , Sequential Component) and rhetorical (Component Rhetorical). Starting from the Pinto findings (2010) and Maingueneau (2001), we argue that the Foreign arguing elements would be a number of socio-historical aspects (larger context) and situational communication (specific context) that interfere in the choice of speakers, as well as produce constraints on genres. Under this view, the textual design of the argument concerns the Generic Component, following the proposal of Bakhtin (1997), and Sequential component, following the influence of Adam (1992; 2008). The Rhetorical component would be to analyze the schematics (ADAM, 2008) resulting from the textual sequential, which triggers the projection of the Speaker of the image in speech (MAINGUENEAU, 2002) and argumentative techniques (PERELMAN; Tyteca, 1996), able to persuade interlocutors . Methodologically, we selected a corpus of 20 political speeches Session of Representatives Chamber of the Plenary on "monthly allowance", the apply the model in two texts that are in dialogue with each other (the speaker speech leader of the PT in the House and speech Announcer leader of the PSDB in the House), noting the differences and approaches from the point of view of the construction of the argument. The results indicate that the formation of the Speaker of the images in the speech possible accession (or not) to those undertaken theses. For this to be implemented effectively, it is essential that the Speaker seek argumentative techniques to provide the adhesions, which becomes fundamental for the analysis of elements external to the text, as well as the influences that genres and textual sequences that constitute They provide in the argument.

Keywords: Argumentation; Textual genres; Components of Argumentation;

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 OS ESTUDOS DE ARGUMENTAÇÃO	18
2.1 Os primórdios da argumentação.....	18
2.2 Os sofistas e a argumentação.....	22
2.3 A Retórica aristotélica.....	26
2.4 A Retórica dos romanos	36
2.5 Da Idade Média até a Idade Moderna: o declínio da Retórica e a preponderância dos raciocínios analíticos.....	37
2.6 A nova Retórica: um retorno aos raciocínios dialético-retóricos	40
2.7 Teoria da Argumentação na Língua (TAL).....	51
3 ARGUMENTAÇÃO NOS GÊNEROS PERSUASIVOS	59
3.1 Por uma abordagem teórico-metodológica da argumentação nos gêneros do discurso - a proposta de Pinto (2010)	60
3.2 A noção de gênero na Argumentação nos Gêneros.....	65
3.3 Os Componentes Externos	68
3.3.1 Componente Arquitextual	70
3.3.2 Componente Intertextual	71
3.3.3 Componente Metatextual	73
3.3.4 Componente Discursivo	74
3.3.5 Componente Peritextual	75
3.3.6 Componente Situacional	76
3.4 Os Componentes Internos	77
3.4.1 Uma breve explanação da análise do Estudo de caso 1 (gênero outdoor partidário) ...	81
3.5 Explanação da análise do gênero editorial (estudo de caso 3)	89
3.6 Análise da Engrenagem Estilística (EE) nos gêneros prototípicos	92
3.6.1 O <i>outdoor</i> partidário.....	92
3.6.2 A petição inicial	95
3.6.3 O gênero Editorial	99
3.6.4 Aprofundando as aproximações e divergências entre as abordagens	101
4 OS ELEMENTOS EXTERNOS DA ARGUMENTAÇÃO	105
4.1 As condições sócio-históricas (contexto amplo).....	105
4.1.1 As condições sócio-históricas do mensalão	108
4.2 A situação comunicativa	115
4.2.1 O contexto situacional da produção dos textos das Sessões Plenárias.....	118
5 O COMPONENTE GENÉRICO	122
5.1 O gênero para Bakhtin	122
5.2 O tema	125
5.3 O estilo.....	128
5.4 A importância dos aspectos sócio-históricos no gênero	132
5.5 A coerção dos elementos externos da Argumentação no gênero.....	138
5.6 Discurso de Sessão Plenária é um gênero?.....	140
5.7 Análise da influência do gênero na argumentação	148
6 O COMPONENTE SEQUENCIAL	151
6.1 A noção de sequencialidade.....	151

6.2 O plano de texto.....	124
6.3 A esquematização discursiva	163
6.4 A importância dos aspectos sócio-históricos no gênero	132
6.5 A coerção dos elementos externos da Argumentação no gênero.....	138
7 O COMPONENTE RETÓRICO.....	167
7.1 A imagem de si no discurso	167
7.1.1 O <i>Ethos</i> , o <i>pathos</i> e o <i>logos</i> na constituição do Componente Retórico	168
7.2 As técnicas argumentativas.....	176
8 DESCRIÇÃO DA ARGUMENTAÇÃO SOB UMA PERSPECTIVA TEXTUAL E RETÓRICA.....	207
8.1 Aspectos metodológicos.....	207
8.1.1 Delimitação do universo e amostra.....	207
8.1.2 Procedimentos de coleta dos dados	209
8.2 Os discursos dos locutores nas Sessões Plenárias	211
8.3 Os Elementos Externos da argumentação	219
8.4 O Componente Genérico.....	229
8.5 O Componente Sequencial	236
8.5.1 O plano de texto e a sequencialidade dominante	236
8.5.2 Projeções da existência do mensalão no Quadro Retórico.....	251
8.6 O Componente Retórico	254
8.6.1 O <i>ethos</i> do PSDB	255
8.6.2 O <i>ethos</i> do PT	259
8.6.3 O <i>ethos</i> dos locutores do Discurso 15 (PT) e do Discurso 4 (PSDB).....	264
8.6.4 As técnicas argumentativas usadas pelos Locutores	277
9 CONCLUSÃO.....	285
REFERÊNCIAS.....	288
ANEXOS.....	293
Anexo A- Discursos dos locutores do PSDB	294
Anexo B- Discursos dos Locutores do PT	306

1 INTRODUÇÃO

O ser humano, em suas práticas sociais, usa da artimanha da linguagem com o objetivo de proporcionar mecanismos de interação entre ele e o seu ambiente, seu contexto de atuação. Ademais, é por intermédio da língua que se processa uma das maneiras mais eficazes para que o processo de interação Locutor-interlocutor se estabeleça de forma consistente. Assim, o indivíduo usufrui dos recursos linguísticos (e dos não linguísticos) com o objetivo de incrementar a argumentação, pois é por meio das várias práticas discursivas que o sujeito age sobre o mundo e atua sobre os demais sujeitos, a fim de obter destes as mais diversificadas reações ou comportamentos. Com efeito, durante muitos anos, os estudos de argumentação se fizeram presentes em várias áreas do conhecimento (História, Psicologia, Filosofia, Sociologia, Direito e Linguística). Cada uma dessas áreas tinha mecanismos de análise diferentes e visões diferentes sobre o que faz um indivíduo persuadir outro sobre determinado assunto.

Defendemos que, quando o Locutor busca persuadir um interlocutor, aquele se vale de uma série de procedimentos linguísticos que, quase sempre, mesmo sem perceber, ele usa e, do ponto de vista argumentativo, têm como função principal legitimar a argumentação, uma vez que não basta que um sujeito emita somente proposições sobre o que está sendo discutido, é preciso que estas sejam provadas (ou até contestadas), sempre objetivando apresentá-las como verdadeiras.

Dessa maneira, é a apresentação dessas provas que possibilita estudar a argumentação como um fenômeno complexo que envolve muitos aspectos, desde a situação de comunicação até o texto propriamente dito. Sob essa ótica, para que desenvolva a argumentação, o Locutor se vale de uma série de elementos externos ao ato persuasivo, a fim de situar sua fala em um contexto de atuação (mesmo que sejam recursos involuntários em algumas situações), além de dispor de aspectos textuais e retóricos capazes de configurar a argumentação. Nesse contexto, para que isso seja realmente concretizado, o Locutor deve fazê-lo a partir de argumentos capazes de persuadir o seu auditório, convencendo-o de que as teses empreendidas são válidas e verdadeiras. Por causa disso, consideramos que argumentar é um dos atos linguísticos mais fundamentais, e não é de hoje que isso é assim.

O objetivo principal de nosso trabalho é, com inspiração na proposta de Pinto (2010), sugerir um modelo teórico-metodológico de análise da argumentação em textos verbais em que se possam considerar aspectos situacionais (Elementos Externos da Argumentação), textuais (Componente Genérico, Componente Textual) e retóricos (Componente Retórico).

A partir desse objetivo, surgiram algumas questões que procuraremos responder:

- A) *Quais as categorias que constituem os Elementos Externos da Argumentação, a partir da abordagem de gêneros propostas por Bakhtin e por Maingueneau, levando-se em consideração o contexto situacional de produção dos textos, assim como o momento de interação destes nas práticas sociais que envolvem Locutor e o seu auditório?*
- B) *Quais as categorias que constituem o Componente Textual da Argumentação, tomando como base as perspectivas teóricas de Bakhtin, Maingueneau e Adam?*
- C) *Quais as categorias necessárias para a constituição do Componente Retórico da Argumentação, tomando-se como base as relações existentes entre as técnicas argumentativas e as projeções do ethos na construção da persuasão?*

Para dar conta de responder a esses questionamentos, neste trabalho, a hipótese central é de que a argumentação em textos verbais pode ser analisada a partir da consideração de aspectos de natureza situacional (Elementos Externos da Argumentação), como o **contexto sócio-histórico** de produção do texto, importante elemento em nosso modelo, pois não podemos desconsiderar que o Locutor, quando profere seu texto, está inserido em uma realidade social e histórica que o faz usar estratégias argumentativas. Outro aspecto a ser considerado é a **situação comunicativa** em que o Locutor está inserido, que exige que ele busque entender a situação em que o texto será produzido para, após isso, poder usar as melhores técnicas de persuasão. Para isso, o texto deve estar inserido em um determinado lugar de produção, e é dentro desse ambiente que o Locutor pode convocar seus conhecimentos de mundo para poder usar as estratégias adequadas de persuasão.

A relevância teórica de nosso trabalho reside no fato de apresentarmos um modelo teórico-metodológico que possa ser capaz de lidar com a análise da argumentação em textos verbais, tentando unir elementos de perspectivas teóricas distintas que, de certa forma, para nós, são complementares. Assim, a argumentação será vista sob uma perspectiva textual, em que teóricos da Análise do Discurso e teóricos da Linguística do Texto serão utilizados não como estratégia de confronto de teorias díspares, mas como pensadores responsáveis por uma visão ampla e complementar do texto e das estratégias argumentativas. Em nossa incursão teórica, não pretendemos modificar a nomenclatura dos fenômenos analisados, mas propusemos que o fenômeno da argumentação fosse visto sob uma abordagem ao mesmo tempo textual, discursiva e retórica.

Estruturalmente, nosso trabalho organiza-se da seguinte maneira: no capítulo 2, estacaremos os primórdios dos estudos da Argumentação, dando um enfoque especial para a Grécia Antiga que, segundo a historiografia, originam-se os primeiros estudos sobre o assunto. Desse modo, os primeiros a se preocuparem com esse fenômeno, na Antiguidade Clássica, estavam centrados nos estudos da Retórica Antiga, oriunda da Grécia, que apresentou a arte do falar bem em público. O homem grego tinha que ser dotado da capacidade de argumentar para se apresentar em vários atos públicos pelos quais ele poderia ser submetido ao longo de sua vida, em especial nos atos políticos. O início desse processo se deu quando Córax e Tísias compuseram o primeiro “método de argumentação” com a finalidade de convencer um tribunal, ou seja, este foi o primeiro “Tratado de Argumentação” da história. Eles objetivavam ensinar uma série de regras práticas do discurso forense para todas as pessoas que estivessem necessitando recorrer à justiça e seus ensinamentos tinham como elemento básico a oratória e uma série de preceitos práticos que poderiam ser seguidos. No entanto, a base de pensamento da Antiguidade Clássica foi, sem dúvida nenhuma, a proposta de Aristóteles. A importância desse filósofo se deve ao fato de seu modelo de Retórica ter buscado estabelecer as relações existentes entre a Argumentação e a Retórica Clássica; ele foi responsável por sistematizar muitos conceitos que, naquela época, ainda se faziam diluídos em várias perspectivas teóricas, até os pensamentos retóricos ficarem um tempo esquecidos.

Entretanto, foi no século XX que se retomaram, com mais intensidade, os argumentos centrados na Retórica, apresentada pelos gregos, em especial, por

Aristóteles. Este autor influenciaria, em meados desse século, os trabalhos de Ducrot, Perelman e Tyteca, para citarmos os que mais tiveram repercussão no Brasil. Todas essas abordagens sobre os estudos da argumentação foram importantes, mas destacaremos, em nosso trabalho, a abordagem de Perelman e Tyteca. Primeiro, por esses autores retornarem ao conceito de Retórica de Aristóteles e, além disso, proporem uma Nova Retórica, com procedimentos diferenciados, com o objetivo de apresentarem as provas que fazem com que um orador consiga persuadir seu auditório. Segundo, a maneira de conceber as provas aristotélicas, complementando-as de forma a proporcionar a possibilidade de se ter a argumentação em múltiplos auditórios (auditório universal), fez com que pudéssemos unir a abordagem teórica da Retórica Clássica, voltada para as noções de projeção do *ethos*, *pathos* e do *logos*, com as técnicas desenvolvidas por Perelman e Tyteca. Assim, admitindo que a Argumentação se compõe também de fatores da Retórica para a sua constituição, passamos a denominar um dos parâmetros de análise desta pesquisa de Componente Retórico da Argumentação.

No capítulo 3, nosso olhar voltou-se para a proposta teórica de Pinto (2010), que criou um modelo de descrição da argumentação em gêneros persuasivos, considerando elementos externos ao texto (denominados pela autora de “Componentes Externos”) e os associando com aspectos internos à estrutura textual (por ela denominados de Engrenagem Organizacional), que seria uma série de estruturas composicionais presentes na materialidade textual; deve-se, também, destacar que a proposta da pesquisadora inclui ainda uma Engrenagem Enunciativa Ampliada, cuja principal característica está na apresentação das noções de *ethos*, em que o orador se firma para provar seus argumentos. Estruturalmente, a proposta de Pinto (2010) influenciou-nos a desenvolver o nosso modelo, que se diferencia da proposta da autora em vários aspectos. Nesse segundo capítulo, todas as proximidades e divergências com o modelo teórico da autora serão apontadas. Uma das divergências diz respeito à Teoria dos Blocos Semânticos (TBS), que foi um modelo teórico central na proposta de Pinto, mas que não será utilizada nesta tese.

No capítulo 3, destacaremos as categorias que chamaremos de Elementos Externos da Argumentação. Para isso, inicialmente, abordaremos os fatores contextuais mais amplos, que denominamos de condições sócio-históricas capazes de direcionar as estruturas genéricas. Em seguida, apresentaremos as situações específicas de realização

dos textos, destacando o lugar de produção e os elementos situacionais que estão presentes no momento de produção textual.

Defendemos, assim como Pinto (2010), que o lugar de produção pode, dependendo do gênero e dos objetivos almejados pelo Locutor, ser determinante na construção do processo argumentativo. No que tange aos aspectos textuais, consideramos que, na argumentação, um dos elementos essenciais na constituição da persuasão é o Componente Genérico. Para contemplar esse parâmetro de análise, seguimos o pressuposto de Bakhtin (1978; 1984) de que os aspectos tema, estilo e unidades composicionais definiriam a estrutura do gênero; e os pressupostos de Adam a respeito da noção de plano de texto como estruturas projetadas pelos falantes para a compreensão e produção de cada gênero. Nesse processo, constroem-se esquematizações necessárias para as projeções da imagem do Locutor no discurso, assim como a instauração da adesão de seu auditório por meio do Ponto de Vista (PdV) defendido.

Por último, a argumentação, numa perspectiva retórica, seria abordada dentro do Componente Retórico, que seria visto sob uma ótica que pudesse privilegiar as projeções do *ethos*, aliando-se com as técnicas argumentativas apresentadas por Perelman e Tyteca (1996) na Nova Retórica.

No capítulo 4, seguindo a visão teórica de Bakhtin, discutimos como o gênero interfere decisivamente em uma série de aspectos relacionados à argumentação, que vão desde as escolhas lexicais por parte do Locutor, até as estratégias argumentativas que este usará para tentar persuadir seu público. Acreditamos que os gêneros possuem em si características relativamente estáveis que possibilitam uma série de coerções no Locutor no momento da situação comunicativa. Assim, faremos uma breve explanação da noção de gênero empreendida por Bakhtin e Maingueneau e, em seguida, mostraremos de que maneira o Componente Genérico interfere nos textos que constituem o nosso *corpus*. Para abordarmos a importância desse Componente para nossos estudos, sempre que necessário, apresentaremos o repertório teórico e o ilustraremos com exemplos de nosso *corpus*, conduzindo nosso capítulo para uma perspectiva teórica e prática sobre o Componente em questão.

No capítulo 5, mostramos o modelo de análise da argumentação desenvolvido por Adam (1999; 2008), que propôs uma abordagem analítica considerando os aspectos

textuais envolvidos na argumentação. Essa perspectiva teórica é crucial para o desenvolvimento do Componente Textual que estamos propondo. Consideramos que muitos aspectos de cunho textual estão diretamente relacionados, quase que imbricados, a aspectos de natureza discursiva. Por isso, em alguns momentos, as separações existentes entre as correntes Linguística Textual e Análise do Discurso, pareciam muito tênues. Desse modo, dividimos este capítulo em duas perspectivas de análise: uma com fim de apresentar a noção de sequencialidade e plano de texto com que a argumentação se relaciona; outra para elaborarmos o quadro teórico necessário para as projeções do *ethos* por meio de esquematizações oriundas da superfície textual, o que nos permite dizer que há uma estreita relação entre os Componentes Textual e o Retórico.

No capítulo 6, apresentamos como se constitui o Componente Retórico da argumentação. Para isso, iniciamos falando do processo de construção da imagem do Locutor no discurso, frisando a importância da retomada de Aristóteles e a sua retórica, assim como resenhamos alguns estudos realizados por Amossy (2011) e Maingueneau (2006). Em seguida, para fazermos uma relação com o Componente Textual, destacamos alguns pontos de intersecção entre esses componentes, principalmente, com relação às projeções das esquematizações, conforme Adam e Catelão (2013). Em seguida, apresentaremos as técnicas argumentativas de Perelman e Tyteca no Tratado de Argumentação. O que defendemos como Componente Retórico seria a análise das esquematizações oriundas da sequencialidade textual, que desencadeia a projeção da imagem do Locutor no discurso, o qual, por sua vez, necessita de técnicas argumentativas a fim de tentar persuadir o seu público de forma coerente.

Por último, no capítulo 7, fazemos a análise de um texto do discurso do PSDB, a fim de demonstrarmos a aplicabilidade de nosso modelo, tomando como base todos os elementos que constituem a argumentação propostos por nós. Assim, faremos uma análise de quais podem ser os Elementos Externos da argumentação que proporcionam a persuasão e de como esses elementos promovem coerções no gênero discursivo Sessão Plenária. Para tanto, fazemos uma análise de como se constitui o Componente Genérico, com as categorias propostas por Bakhtin e, em seguida, analisamos o Componente Textual. Dividimos nossa análise, quanto a este último componente, em dois aspectos: com relação ao plano de texto e à construção da sequência argumentativa e, depois, com relação a construção do quadro retórico e as esquematizações para a projeção do *ethos*. Por último, nossa análise será voltada para o Componente Retórico, com foco nas

projeções do *ethos* do Locutor no seu discurso, assim como para a análise do *ethos* do PSDB e para as técnicas usadas por este para conseguir a adesão do auditório.

Esperamos, sobretudo, fomentar a discussão acerca da noção de argumentação, tomando por fundamento os pressupostos teóricos de diferentes autores da Linguística Textual e da Análise do Discurso, refletindo sobre a evolução desses conceitos e definindo critérios mais precisos para consideração da argumentação, momento em que apresentamos a nossa concepção teórica acerca do fenômeno em destaque.

2 OS ESTUDOS DA ARGUMENTAÇÃO

Se alguém começa algo com certeza, terminará com dúvidas; porém, se se conforma em começar com dúvidas, conseguirá terminar com certeza.

Francis Bacon

Neste capítulo, apresentaremos os primórdios dos estudos da Argumentação que, segundo a historiografia, originam-se da Grécia Antiga. Desse modo, inicialmente, apresentaremos as relações entre a Argumentação e o espaço público das *pólis* democráticas gregas que, de certa forma, foi responsável pelo desenvolvimento do primeiro tratado de argumentação de que se tem notícias, produzido por Tísias e Córax, os quais objetivavam fundamentar técnicas do “falar bem” com fins oratórios para a população. Em seguida, apresentaremos a contribuição dos sofistas, filósofos com saber eminentemente enciclopédico, que objetivavam substituir a prática de ensino arraigada somente às questões militares pela arte da palavra. Nesse grupo, destacaram-se Protágoras, fundador da *Antilógica*, um método em que o orador deveria aprender para apresentar argumentos favoráveis e contrários ao que ele defenderia; Górgias, filósofo que se preocupou com a oratória e, assim, considerava esta responsável por persuadir um determinado público a ponto de convencê-lo; e Isócrates, que defendia que a Retórica só era aceitável se estivesse a serviço de uma causa honesta e nobre. Em seguida, apresentaremos, em linhas gerais, o modelo de consideração da Retórica de Aristóteles, que buscou estabelecer as relações existentes entre a Argumentação e a Retórica Clássica e foi responsável por sistematizar muitos conceitos que, naquela época, ainda se faziam diluídos em várias perspectivas teóricas.

2.1 Os primórdios da Argumentação

O homem necessita de interagir com o seu meio. Uma das formas mais eficazes para que isso ocorra é por meio da língua, pois é por intermédio das várias práticas discursivas que o sujeito age sobre o mundo e atua sobre os demais sujeitos, a fim de se obter destes as mais diversificadas reações ou comportamentos. Entretanto, para que isso seja realmente concretizado, o indivíduo deve fazê-lo a partir de argumentos

capazes de persuadir o seu auditório, convencendo-o de que as teses empreendidas são válidas e verdadeiras. Por causa disso, consideramos que argumentar é um dos atos linguísticos mais fundamentais e não é de hoje que isso é assim.

Os primeiros estudos acerca do fenômeno da argumentação remetem-nos à Antiguidade Clássica. Na verdade, foi a Retórica Antiga, oriunda da Grécia, que apresentou a arte do falar bem em público. Na Grécia Antiga, o homem grego tinha que ser dotado da capacidade de argumentar para se apresentar em vários atos públicos aos quais ele poderia ser submetido ao longo de sua vida, em especial nos atos políticos. Desse modo, é fundamental, em nosso trabalho, a apresentação desse ponto da história em que a argumentação estava, diretamente, associada à arte retórica, fato, inclusive, que irá determinar, segundo Meyer (2007), no desprestígio, em muitos momentos, dos estudos de Retórica ao longo de vários anos.

As primeiras fontes indicam que os estudos ligados à argumentação figuram mais ou menos no século V a. C. na cidade grega da Silícia. Essa cidade era governada, naquela época, por dois tiranos, Gelon e Heron, e eles promoveram uma série de deportações e transferências de diferentes populações, além de resolverem expropriar as terras da população e doá-las para os seus soldados. Isso foi o suficiente para haver um grande embate jurídico que culminaria em um duradouro processo entre as partes: de um lado, os antigos donos das terras, reivindicando-as novamente; do outro lado, os novos donos. Assim, os sujeitos tinham a necessidade de se defender, de colocarem em prática o ato de falar em público e o de persuadir um determinado auditório. Como se pode perceber, a argumentação na cidade da Silícia estava ligada diretamente com a necessidade de os cidadãos apresentarem suas ideias em público nos atos políticos e, para que isso fosse feito de maneira satisfatória, eles deveriam valer-se da Retórica¹. Esse ambiente impulsionou Córax e Tísias a comporem o primeiro “método de argumentação” com a finalidade de se convencer um tribunal, ou seja, teríamos o primeiro “Tratado de Argumentação” da história.

¹ Esse período era mais dedicado à prática da eloquência, que seria uma matéria fundamental nas Pólis gregas, em especial, em Atenas. Desse modo, alguns filósofos, entre gregos e silicianos, já haviam iniciado os estudos a esse respeito, o que mais tarde seria sistematizado por Aristóteles com um viés dialético e retórico especificamente. Os principais nomes que tinham o propósito maior desenvolver temáticas sobre paixões que o discurso deveria produzir no auditório foram os de Empédoclis, Córax, Tísias e Górgias.

Córax e Tísia ensinaram uma série de regras práticas do discurso forense para todas as pessoas que estivessem necessitando recorrer à justiça. Os ensinamentos desses pensadores tinham como elemento básico a oratória e se pautavam por uma série de preceitos práticos que poderiam ser seguidos. É importante frisarmos que, nesses ensinamentos, não havia muitas qualidades do discurso no que tange às preocupações com os recursos literários ou filosóficos, seriam mais artimanhas jurídicas cujos focos seriam servir às necessidades oratórias da população. A importância desse primeiro pensamento - podemos dizer “sistemizado” - da persuasão tinha como pressuposto de que a oratória seria responsável por “criar a persuasão”, fazendo com que um determinado argumento de natureza “fraca” se tornasse “forte”.

Importante deixar claro que os primeiros advogados tinham uma função bastante diferente da que estamos habituados nos dias atuais, uma vez que eles não representavam os clientes na tribuna. Na verdade, a responsabilidade do advogado naquele período era o que fazer os discursos com o intuito de levar os clientes a decorá-los para proferirem no momento da exposição pública, a fim de que a causa a ser empreendida fosse ganha. Por causa disso, percebemos claramente o motivo pelo qual a Retórica ficou sempre associada como uma das disciplinas, junto com a Oratória, necessárias para a arte de lidar com a palavra em situações públicas.

Dessa forma, o modelo proposto por Córax, já destacado em Reboul (2004), preconizava que a oratória poderia ser dividida em partes:

- Exórdio: seria uma espécie de introdução e teria a função eminentemente fática de tornar o auditório mais “dócil”, atento ao que seria comunicado ou cobrado e, também, benevolente;
- Narração: seria a exposição dos fatos referentes às causas. Apresentava uma natureza mais objetiva e poderia servir tanto para a acusação quanto para a defesa;
- Confirmação: seria um conjunto de provas, quase sempre seguidas de uma refutação, e que tinha como objetivo destruir os argumentos adversários;
- Digressão: seria o momento de “relaxamento” e tinha como objetivo distrair o auditório, podendo apiedá-lo ou indigná-lo;

- Peroração: seria o desfecho, que poderia ser longo ou, dependendo do caso, dividido em várias partes.

É inegável que, para o homem da antiguidade, em especial o homem grego, a ação de argumentar surgiu associada ao espaço público e à prática da democracia direta na Ágora ateniense, justificando as relações desejáveis de argumentos bem sucedidos e a verdade de seus fundamentos. Assim, o princípio filosófico da argumentação foi sendo estabelecido com base na verdade e na razão.

Cronologicamente falando, Tísias e Córax inflamaram o desenvolvimento de um conceito de discurso que, de certa forma, foi fundamental para que os sofistas pudessem estudá-lo e pudessem aplicar o conhecimento em uma série de situações práticas. Em seguida, Isócrates inicia uma tentativa (para alguns, a primeira) de formular uma teoria efetiva do discurso. Apesar de todos esses pensadores, é com os trabalhos de Aristóteles que a retórica toma forma, quando ele estabelece uma técnica e um propósito. As ideias de Aristóteles influenciariam o pensamento por todo o resto da Antiguidade.

Na verdade, com o passar do tempo, o homem grego necessitava da “arte de falar bem”, de dominar as artimanhas e as técnicas do discurso persuasivo não apenas nos tribunais e, sim, em suas práticas comunicativas de cunho público. No entanto, nem todos os cidadãos conseguiam usufruir de maneira satisfatória dessas técnicas, o que facilitou sobremaneira para que um grupo de pensadores denominados de sofistas pudessem ensiná-las.

Assim, o entendimento desse momento inicial da argumentação é muito importante, uma vez que usaremos, em nosso corpus, discursos de políticos que estão se manifestando em ações públicas políticas. Entender que a argumentação originou-se de ações públicas de cidadãos em prol de seus direitos é fundamental. Obviamente, não se pode comparar as épocas e os objetivos de um cidadão grego da Antiguidade Clássica com os sujeitos que constituem o nosso corpus (políticos em exercício do mandato como parlamentar).

O fato é que a tentativa de provar que os argumentos eram verdadeiros fez com que surgisse uma série de indivíduos com o propósito de orientar, quase que cientificamente, os sujeitos que necessitassem desse tipo de ação pública em que a

oratória fosse posta em prática. Esses indivíduos possuíam um conhecimento vasto e, por trocarem seus conhecimentos por dinheiro e benefícios, foram muito criticados.

2.2 Os sofistas e a argumentação

Os Sofistas² eram grupo de pensadores que detinham um saber eminentemente enciclopédico e que, por volta da segunda metade do século V antes de Cristo, empreenderam mudanças na maneira de se educar os cidadãos gregos. Propunham um modelo educacional que não fosse aplicável apenas à formação de guerreiros e atletas. Defendiam uma educação em que se pudesse substituir tais ensinamento pela arte da palavra, do falar em público, proporcionando ao cidadão um senso crítico mais aguçado, possibilitando, dessa maneira, sua maior participação nas práticas políticas.

Devemos esclarecer que o pensamento sofista estava mais voltado para as técnicas do bem dizer em público, considerando a arte da eloquência como um importante instrumento social e político. Os sofistas modificaram, inclusive, a maneira de se pensar, influenciando o comportamento do cidadão intelectual que meditava solitariamente (às vezes, poderia até dialogar) sobre as questões do mundo e que passou a ter papel mais incisivo nas discussões políticas. A relação homem e sociedade passou, então, a guiar o foco dos debates. Como se percebe, até nos dias de hoje, esse pensamento dos sofistas se propagam, o que nos faz destacar a importância deles para o processo educacional e, principalmente, no desenvolvimento de um método de análise da argumentação.

As discussões empreendidas pelos sofistas sempre tinham um esforço de convencer o adversário, quase sempre os sujeitos empenhados em uma causa jurídica específica. Assim, apresentar argumentos que pudessem fazer com que houvesse um derrotado no embate jurídico seria a meta principal. Para isso, o auditório tinha papel decisivo, já que uma das principais metas seria convencê-lo. A grande mudança da maneira de se conceber a argumentação dos defensores do modelo aristotélico para o

² Interessante esclarecer que a palavra grega *sophistês* possui como significado *ser um especialista em algum tipo de arte*, um sábio em algum tipo de conhecimento, ou mesmo o homem que diz ou faz coisas sábias. Essa concepção permaneceu por muito tempo, sofrendo um pouco de modificação a partir do século V a.C., quando a palavra ganha uma amplidão semântica e passa a significar também um sábio nas coisas da *phýsis* e do *logos*, no sentido da eloquência. Todavia, devemos falar que essas mudanças não foram apenas positivas, já que, no século de Platão, em especial por causa deste e de seus diálogos, o sofista chegou a ser visto como um impostor, pois se dizia detentor de qualquer saber, fato que fez com que tanto Platão quanto Aristóteles se voltassem contra o método, modelo e prática educacional sofista.

modelo sofista era que, para os primeiros, um dos pontos mais importantes que o orador deveria considerar em sua investida persuasiva seriam os argumentos necessários para se conseguir persuadir o auditório, o que, para os sofistas, não tinha função preponderante, já que a meta maior seria fazer com que o cidadão (aluno) tivesse o maior número de recursos de natureza retórica para serem usados nas mais diversas situações persuasivas possíveis.

Vale ressaltar que os sofistas não constituíram um grupo homogêneo, nem formaram uma escola específica em que a sua doutrina fosse passada. Na verdade, eles eram pensadores que percorriam as cidades-estado, dando ensinamentos, mostrando suas habilidades e suas técnicas. Além disso, eles sempre cobravam pelos ensinamentos, fato que fez com que muitos pensadores, entre eles Platão e Aristóteles, demonstrassem e acusassem os sofistas de “venderem conhecimento”. Além do mais, por serem sempre itinerantes, os sofistas não poderiam ser considerados cidadãos das *pólis*, uma vez que eram contratados para ensinar oratória e retórica para os jovens cidadãos e, em seguida, já saíam em busca de outra cidade. Mesmo assim, por muito tempo, os sofistas foram conhecidos como os “mestres da retórica e da oratória”, por serem responsáveis por prepararem os cidadãos para a participação na vida política.

Protágoras foi um dos mais conhecidos entre os sofistas daquela época. Sua contribuição para os estudos da argumentação diz respeito ao seu pensamento humanista e relativista, uma vez que seu pensamento se baseava em explicar o real a partir de aspectos fenomenais apenas, não se importando, assim, com os apelos externos, o que fez com que ele acreditasse que as coisas são o que realmente parecem ser, como nossa percepção sensorial as vê. Esse pensamento mais realista fez com que o sofista desenvolvesse um método retórico e dialético que visava à apresentação de técnicas argumentativas. O objetivo de seus estudos era o convencimento e, para isso, o orador poderia, sim, recorrer às opiniões do auditório, já que uma das instâncias necessárias para o ato persuasivo seria justamente a opinião.

Aparentemente, vemos que, diferentemente do que se pensou por muitos anos, os sofistas consideravam as opiniões e as verdades a serem apreciadas pelo auditório em seu método retórico. Na verdade, alguns sofistas, como Protágoras, em seus ensinamentos, desenvolviam a arte da manipulação das opiniões do auditório, mesmo

que de maneira bastante limitada e diferente dos ensinamentos, por exemplo, de Platão³ e Aristóteles. Isso se explica por eles reconhecerem que, em uma assembleia qualquer, nenhum orador era dono da verdade (em um sentido mais amplo), uma vez que a verdade absoluta seria difícil de ser alcançada. No entanto, os envolvidos no embate jurídico tinham as suas razões e, assim, necessitavam de técnicas para as demonstrarem, a fim de persuadir a todos. Para que isso fosse conseguido, os argumentos deveriam ser expressos da melhor maneira possível.

As técnicas argumentativas desenvolvidas por Protágoras estão presentes em sua obra *Antilogia*. Nela o autor nos apresenta a *antilógica*, que seria um método em que o orador deveria se empenhar para apresentar argumentos pró e contra ao que deve ser defendido, sendo que as duas possibilidades deveriam ser encaradas como verdadeiras e também desejáveis. Assim, os argumentos opostos são apresentados como uma das ferramentas necessárias para o orador, já que ele pode, a partir de uma proposição, apresentar argumentos favoráveis e contrários, o que facilitaria no momento do processo jurídico.

Outro sofista que teve destaque foi Górgias. Sendo considerado um dos maiores mestres de oratória de sua época, esse pensador viajou quase todas as cidades gregas, sempre recebendo por seus ensinamentos. Defendia que a oratória seria responsável por persuadir um determinado auditório a ponto de conseguir convencê-lo. Outrossim, a preocupação desse pensador não era com a verdade em si, mas somente com o que fosse necessário para convencer os ouvintes (verossímil). Para que isso fosse necessário, o orador poderia considerar o ambiente em que iria produzir sua defesa ou acusação, a fim de que pudesse adaptar-se ao caráter dos seus ouvintes.

Podemos pensar que esse pensador foi responsável pelo surgimento do gênero em que se elogiava o público, o gênero epidíctico. Além disso, sua importância para os estudos da argumentação se devia à diversificação dos estilos da oratória (o elogio, a apologia e a oração fúnebre), além do fato de ter introduzido, nos estudos retóricos da época, uma visão mais artística, mais calcada em ritmos poéticos e estratégias poéticas (antíteses, simetrias, paralelismos, entre outras).

³ Em um de seus textos, intitulado *O sofista*, Platão apresenta-nos algumas definições do chamado “gênero sofista” de maneira bastante depreciativa. O filósofo os chama de caçadores de interesse junto aos jovens abastados, acusa-os de usarem do comércio de discursos e ensinamentos relativos à virtude, comércio da arte erística, e de praticarem uma espécie de vã demonstração de sabedoria e refutação.

Não se pode deixar de falar que, embora com certos recursos mais voltados para o percurso literário do que propriamente para os estudos da linguagem, Górgias concebeu uma noção de linguagem como uma força eminentemente persuasiva que poderia ser usada, em especial, nos tribunais e, desse modo, necessitava de uma série de técnicas que pudessem fazer com que o cidadão impressionasse o seu público.

Generalizando, podemos dizer que os sofistas em geral, em suas aulas, ensinavam os alunos a argumentarem de maneira bastante convincente sobre qualquer um dos lados de uma questão, já que se admitiam, sobre cada tópico, dois argumentos possíveis e contrários entre si. O bom orador seria capaz de criar o argumento forte e fazê-lo parecer fraco, e vice-versa. Na verdade, os sofistas conseguiram levar adiante o estudo retórico, tendo como maior mérito a ampliação do seu campo de análise, que deixa de se limitar somente à esfera jurídica e passa a dar à Retórica um viés mais filosófico. Temos, dessa maneira, a inauguração de uma maneira mais racional capaz de analisar e construir discursos de cunho persuasivo.

O pensamento dos sofistas começa a ser questionado devido ao fato de muitos outros pensadores não concordarem com a maneira de deixar de lado os argumentos baseados na verdade empreendidos pelos sofistas. Assim, cria-se um ambiente filosófico de repúdio ao sofismo no início do séc. IV a. C., com o objetivo de considerar o que seria verdadeiro no argumento.

Nesse momento, surge a figura do pensador Isócrates, discípulo de Górgias e de Sócrates, que buscou entender o ato de persuasão e, por isso, foi importante para os estudos da argumentação. Durante muito tempo, filósofos e linguistas sempre o enquadraram juntamente com os sofistas. No entanto, ele se intitulava *filósofo* e *antisofista*. O fato é que ele se situa numa zona intermediária, devido às influências sofridas dos seus mestres. Similar ao pensamento sofista, ele defendia que o homem não poderia conhecer as coisas como são. Similar ao pensamento de Sócrates, ele afirmava que a retórica só era aceitável se estivesse a serviço de uma causa honesta e nobre. Fica evidente que, em seu pensamento, Isócrates buscou fazer uma junção da filosofia na arte do discurso. Uma contribuição profunda para a retórica diz respeito ao fato dele tentar mudar a natureza da persuasão, uma vez que esta deixa de ser a imposição de uma opinião e passa a ser criadora de modelos de civilização, de cultura e de homens.

Percebemos que, aparentemente, um dos objetivos desse importante filósofo foi o de tentar modificar a maneira como a Retórica era vista na época. Assim, seu pensamento baseava-se em considerar que a Retórica não poderia ser vista simplesmente como um tipo de discurso meramente persuasivo com objetivo único de produzir a sabedoria. Seu propósito era superior a isso, uma vez que, opondo-se claramente ao pensamento de virtuosismo estabelecido pelos pensadores sofistas, Isócrates tenta integrar sua retórica a um propósito educativo. Para isso, ele considerava a eloquência como um elemento que pudesse tivesse certo alcance patriótico. No entanto, devemos esclarecer que, embora se ligando ao pensamento educacional do qual falamos anteriormente, toda essa sabedoria, que seria essencial para a condição da justiça e da verdade, dependia, em cada caso, da *doxa*, sendo assim uma espécie de bom senso.

Fica evidente, portanto, que a proposta dos Sofistas não satisfaz nossos anseios de uma análise da argumentação, já que a contribuição desses teóricos se deu mais na mudança de postura em se analisar a retórica como disciplina do que em um modelo de análise propriamente dito. Entretanto, não se pode destacar a importância deles para o processo histórico da argumentação. Na próxima seção, em que falaremos sobre o sistema aristotélico, teremos, sim, uma proposta teórica que até hoje influencia os estudos argumentativos, inclusive o nosso, pelo menos no que tange à questão do quadro retórico (sistema retórico aristotélico).

2.3 A Retórica aristotélica

Como demonstramos, há uma íntima ligação entre o desenvolvimento da Retórica com a democracia grega, já que esta representaria a possibilidade de, a partir do entendimento mútuo entre as cidades e entre os cidadãos, serem resolvidos os problemas e as divergências, sendo que o interesse comum fosse o objetivo maior. Dessa maneira, os cidadãos reuniam-se em assembleias, reuniões de cidadãos, em que as decisões eram tomadas a partir de um consenso entre todos (ou a maioria). Nota-se que, para que isso fosse possível, necessitava-se que os sujeitos dispusessem da palavra, que persuadissem o outro de que suas ideias eram as melhores. A linguagem era baseada em um ato argumentativo que poderia se dar a partir de uma série de estratégias que iam desde um diálogo até um relato. A sociedade da época passa a dedicar-se mais

à arte de falar, de persuadir, evitando o conflito violento e aumentando os debates públicos. Esse contexto foi propício para que tivéssemos várias possibilidades de se estudar a sociedade grega com um viés voltado para os aspectos relacionados à linguagem, já que esta poderia ter um poder fundamental. No entanto, a racionalização da linguagem exigiu estudos mais precisos e mais apurados, uma vez que o tratado de Córax e Tísias era limitado e não abrangia mais a realidade da sociedade grega.

Foi nesse contexto que surgiu a figura de Aristóteles como um sistematizador do pensamento filosófico de sua época em prol de um pensamento dialético que tinha como foco maior a instituição de uma nova disciplina: a Retórica.

Dessa maneira, a *argumentação* tinha uma tênue ligação com a *Retórica*. Como esta disciplina, a argumentação também tinha como objetivo buscar a harmonia entre o falar bem e as formas de fazê-lo de maneira elegante e convincente. A concepção de linguagem que se sobrepunha em tal momento histórico era a voltada para o domínio de uma série de regras de boa argumentação, que eram importantes para que os oradores ascendessem socialmente e, assim, conseguissem persuadir o público.

De fato, Aristóteles, importante filósofo grego, foi um dos que se debruçaram sobre o estudo do *ato de persuadir* e do *ato de convencer*. Sua abordagem teórica fez com que tivéssemos a relação entre a Argumentação e a Retórica Clássica, e esta última não pode ser analisada sem que façamos a relação dela com a Dialética. Reconhecidamente, podemos dizer que Aristóteles foi um dos responsáveis pela sistematização dos estudos retóricos. Ademais, em dois tratados bem distintos desse importante filósofo, a *techené rhétoriké* (retórica) e a *techné poiétiké* (poética), temos um exemplo da preocupação do pensamento aristotélico com os assuntos ligados às práticas discursivas. O que se percebe é que os estudos sobre Retórica, desde sua origem, foram clivados em duas maneiras diferentes de concebê-los, fato que fez com que, na época da soberania de Augusto, tivéssemos uma fusão dos dois segmentos. Na Idade Média, as artes poéticas são retóricas, e os grandes retóricos eram poetas. Todavia, essa fusão foi preponderante, inclusive, para se definir a ideia de literatura que se tem ainda hoje e as relações que a arte poética busca nos estudos da Retórica.

O pensamento de Aristóteles deixou um legado extremamente rico, principalmente pela preocupação dele em debater (e refletir) sobre assuntos que perpassaram, durante anos, os estudos da linguagem, desde quando a Linguística ainda

não era ciência autônoma, até os dias atuais. Foi com o pensamento aristotélico que o homem passou a se preocupar em explicar de que maneira o “pensamento” poderia ser (re)formulado por meio da linguagem e como isso poderia ser sistematizado.

Contextualmente, é importante esclarecermos que a constituição do pensamento aristotélico se deu numa época em que ocorria uma série de transformações e agitações sociais na antiga Grécia. Esse ambiente fez com que o ceticismo se expandisse consideravelmente entre os indivíduos os quais passaram a viver para os seus próprios negócios. Principalmente em Atenas, uma cidade que servira como referência intelectual e política, havia uma carência do espírito coletivo. Dessa forma, desenvolve-se uma necessidade de mudanças que, por conta do momento turbulento do ambiente social, Aristóteles, contando com uma cultura de gregos ansiosos por opiniões confiáveis e socialmente partilháveis no campo da verossimilhança, buscou, com a sua Retórica, contribuir para o desenvolvimento da ética e da ciência política; para os encaminhamentos judiciais e para a organização das inter-relações sociais em ambientes variados, inclusive procurando proporcionar o conhecimento sobre as paixões humanas e o equilíbrio emocional dos cidadãos atuantes em encontros deliberativos.

Uma das principais contribuições do filósofo grego foi devido ao fato de ele se preocupar em determinar (ou delimitar) o alcance da Retórica nos estudos do conhecimento. A consequência visível dessa busca de definição (sistematização) dos estudos retórico foi o fato de ele considerá-la com *caráter de discurso do discurso*. Por causa disso, a Retórica se aplicava a qualquer tipo de auditório, tornando seus estudos de natureza aplicável, inclusive, a várias áreas do conhecimento, como: Filosofia, Política, Direito e Linguística, por exemplo.

O ponto crucial apresentado por Aristóteles (e que se confirma em muitos outros trabalhos em que a argumentação foi tema central) é que é por meio da arte retórica que o orador opina, aconselha, elogia ou censura um auditório, com o objetivo de persuadi-lo.

Foi a busca de explicações para isso que fez com que o filósofo se preocupasse em lidar com as formas de persuadir que os sujeitos de seu tempo usavam para convencer determinado auditório. Temos, dessa forma, a grande contribuição do pensador, que lançou as bases para o estudo da “argumentação”, pautado pela análise da utilização de um conjunto de premissas (razões, provas, ideias) que justificassem uma

dada conclusão. Assim, a partir da utilização dessas premissas, pode-se diferenciar aquilo que é do campo da argumentação daquilo que é do campo da demonstração. Essa questão da demonstração e da argumentação foi (e ainda é) um dos pontos de maior divergência entre teóricos que se propuseram a analisar, descrever ou apresentar novas maneiras de se persuadir e convencer um determinado auditório. E quem primeiro fez essa diferenciação foi Aristóteles.

Quando o filósofo buscou determinar o estudo da arte das provas, foi possível que se diferenciasse os estudos eminentemente voltados para a eloquência da Retórica de sua época, já que ele objetivava apresentar um estudo em que fosse possível identificar as habilidades de discernir o que era eficaz para a persuasão de um auditório.

Para estabelecer sua proposta, Aristóteles necessitou de uma série de “recursos” que teoricamente estavam ligados aos estudos da Lógica Formal, a qual busca estudar as formas dos argumentos válidos, ou seja, os modos legítimos de se chegar a conclusões a partir de um conjunto de premissas.

O que ainda causa muita admiração pelo pensamento de Aristóteles e que, com certeza, ainda **influencia** muitos pesquisadores, mesmo em pleno século XXI, é a maneira como ele investigou os fenômenos da linguagem que pudessem ter vigor argumentativo. Ademais, não se pode esquecer que ele buscou investigar, de certa forma, todas as possibilidades de construções estruturais do grego em que se pusessem em relação duas proposições iniciais (premissas) e outra proposição, decorrente das primeiras (conclusão).

O que se percebe é que a construção da argumentação, na obra aristotélica, dá-se a partir da oposição existente entre os vários raciocínios, que são, na verdade, caracterizados pela forma, pela verdade e pela evidência de suas premissas, e pelos raciocínios dialéticos. Deve-se entender que estes são apoiados em opiniões aceitas. O processo argumentativo aristotélico fundamenta-se no funcionamento da opinião e, para isso, é necessário que as possíveis teses defendidas representem o prolongamento razoável das premissas aceitas pelo auditório, levando o orador a persuadir por meio do uso de argumentos consistentes e de uma boa apresentação. De fato, o raciocínio dialético, estudado pela Dialética, parte especificamente do que é *aceito* e vai até o ato de se *fazer* admitir outras teses que podem ser controversas.

No raciocínio de cunho dialético, o auditório pode ter opções para a adesão dos espíritos da tese empreendida pelo orador. Assim, um argumento, realmente, pode ter uma natureza positiva e válida para persuadir o auditório ou, simplesmente, pode ter uma natureza negativa e não ser definido como verdadeiro, logo ser incapaz de persuadir o auditório. É essa possibilidade que caracteriza os raciocínios dialéticos. Devemos lembrar que, quando o orador apresentava seus argumentos, quase sempre lançava mão dos apelos lógicos, da demanda emocional e das figuras retóricas, a fim de chamar a atenção do seu auditório e o persuadir. Concluimos que os raciocínios dialéticos são, pois, dotados de opiniões aceitas por um grupo de referência.

Os estudos de Lógica Formal, que analisa os raciocínios analíticos por eles constituírem verdades proposicionais e serem impessoais. Na verdade, Aristóteles considera que a retórica é um instrumento e pode ser usada a serviço do bem ou do mal, importante assim à verossimilhança dos fatos. Ademais, o pensador empreende uma análise do pensamento argumentativo formal com o objetivo de poder identificar uma espécie de modelo-padrão de argumentos que poderiam ser usados universalmente.

No que tange ao modelo de demonstração, ele defende que as premissas são verdadeiras e inquestionáveis e por meio delas podemos deduzir uma determinada conclusão também verdadeira e universal. Temos, dessa maneira, a base do raciocínio analítico, o qual demonstraremos melhor abaixo:

Premissa 1: Todos os seres humanos têm pulmões.

Premissa 2: Todos os homens são seres humanos.

Conclusão: Todos os homens têm pulmões.

O que se percebe é que, a partir de um raciocínio lógico, temos o entendimento de que os “seres humanos” possuem pulmões, o que é dado pela primeira premissa e, em seguida, temos a informação lógica de que “todos os homens são seres humanos”. Logicamente, cria-se uma relação de verdade no universo lógico que vai fazer com que as premissas tenham a conclusão de que “se os homens possuem pulmões e aqueles são seres humanos, logo todos os homens têm pulmões”. O que se percebe é que as premissas não são questionadas, já que logicamente são explicáveis e universais, o que se constitui um forte pilar da demonstração.

O papel das verdades apresenta-se no pensamento aristotélico como elemento fundamental no momento de persuasão do auditório. Um argumento só atinge os seus objetivos quando se tem garantias dadas pelo orador ao seu auditório de que o que está sendo apresentado como argumento é verdadeiro, ou seja, apresenta-se de maneira verossímil. Isso faz com que se comprove uma dada proposição quanto ao seu grau de verdade ou de falsidade.

Ademais, para que os fatos sejam tratados quanto ao seu grau de confiabilidade, é necessário que se saiba antecipadamente os fatos que o antecedem. Se um fato acontece por causa de outro fato ou simplesmente ocorre depois de outro, temos o estabelecimento aparentemente nítido (ou não tão nítido) do que se apresentaria como consequência ou simples encadeamento, ou verossimilhança.

Já no caso da argumentação, as premissas são também verdadeiras, mas não são inquestionáveis, são mais ou menos prováveis, e a conclusão não é unânime. A conclusão é gerada a partir das premissas, dentro de um processo logicamente válido, mas não angaria a concordância de todos. O orador deve ir além da exposição daquilo que é admitido como verdadeiro, deve persuadir o ouvinte quanto à veracidade das suas conclusões. Há, portanto, marcas de subjetividade. Aristóteles chamou esse tipo de relação de ‘raciocínio dialético’.

Fica evidente que a argumentação retórica difere da argumentação científica (raciocínios analíticos), já que suas premissas não se baseiam em um conhecimento verdadeiro, podendo ser da ordem da opinião. No entanto, nem por isso deixam de apresentar certas regras argumentativas. Na verdade, quando Aristóteles busca sistematizar os elementos centrais do discurso retórico capazes de reproduzir o efeito persuasivo visado por este discurso, ele se utiliza de metáforas e de outras figuras de linguagem, mas enfatiza o caráter argumentativo da retórica, que não se restringiria apenas à produção da emoção, por isso ele busca aproximá-la da dialética.

Não se pode deixar de falar da importância de seu pensamento no que tange à Lógica, sendo a base do pensamento de cunho analítico. Para Aristóteles, a Lógica, presente na *Metafísica*, tinha o “saber teórico” baseado nos conhecimentos como elemento de base, seguido por três divisões: conhecimento prático (práxis), conhecimentos produtivos e o conhecimento teórico (dividido em física, matemática e filosofia primeira-teologia). Mesmo deixada de lado, a Lógica constitui muito mais uma

espécie de saber do tipo instrumental, com uma importância mais metodológica. Aristóteles já falara, inclusive, que qualquer tipo de conhecimento necessitaria de algum raciocínio lógico. Ao longo da obra, percebe-se que sete trabalhos foram dedicados aos padrões de estudos lógicos (raciocínios analíticos). No entanto, pode-se destacar que os *Primeiros analíticos* são considerados o núcleo da lógica aristotélica, pois nessa obra encontramos a teoria do silogismo dedutivo. Dessa forma, partindo dos diferentes tipos de proposição – afirmativa, negativa, universal e particular - e das relações entre proposições, Aristóteles examina as regras de inferência e os esquemas que constituem os modelos válidos de dedução silogística.

Um dos trabalhos de grande repercussão no que tange aos estudos da Lógica, mas também aos estudos do raciocínio dialético, é a obra *Tópicos*. Nela o pensador busca tratar da lógica dialética, ou seja, do tipo lógico que visa à discussão e à argumentação que, no discurso comum, baseia-se em premissas apenas prováveis, diferenciando-se da lógica de cunho dedutivo. Esse trabalho visa encontrar uma espécie de método através do qual possamos argumentar acerca de qualquer problema a partir de premissas prováveis, evitando, quando interrogados, a autocontradição. A leitura da obra nos fez perceber, por exemplo, que a principal contribuição dela para o pensamento de Aristóteles, assim como para os estudos de Retórica foi o fato de ela complementar o que o pensador havia falado acerca da demonstração, já que é no *Tópicos* que o filósofo inicia, de certa forma, o racionalismo de cunho dialético, tendo como principal elemento o fato de os diálogos serem o elemento principal, ou seja, Aristóteles busca uma nova concepção filosófica assentada na prática dialógica, considerando-a como uma arte argumentativa que envolvia perguntas e respostas. Podemos falar que ele inicia a preocupação de distinguir o que de fato seria raciocínio dialético de cunho científico e o raciocínio dialético calcado nas opiniões.

Na obra *Retórica*, Aristóteles nos apresenta, logo no livro I, uma abordagem que privilegia o orador da mensagem. Nesse livro, temos os argumentos que são usados em função da adaptação a um determinado público, obedecendo aos três gêneros considerados pelo filósofo. O discurso deliberativo nos induz a fazer ou não fazer algo. Um destes procedimentos é sempre adotado por conselheiros sobre questões de interesse particular, bem como por indivíduos que se dirigem a assembleias públicas a respeito de questões de interesse público. O discurso forense comporta a acusação ou a

defesa de alguém e o discurso demonstrativo ocupa-se do louvor ou da censura de alguém.

O livro II, por sua vez, há um foco maior no receptor da mensagem. Por causa disso, há uma preocupação por parte do filósofo em retratar as emoções envolvidas no processo da argumentação e a maneira como os argumentos são recebidos pelo público. Já no livro III, a própria mensagem é tomada como foco e há uma enorme preocupação em mostrar as figuras e as partes do discurso.

Aristóteles nos diz que “a Retórica é a contraparte da Dialética” (ARISTÓTELES, 2011, p. 42). Segundo ele, ambas igualmente dizem respeito a uma série de fenômenos que se situam, de certa forma, no horizonte geral de todos os indivíduos, sendo que todos se servem delas nos atos argumentativos cujo objetivo seria fazer com que todos procurassem discutir e sustentar uma determinada tese ou até realizar a própria defesa.

O pensador deixa claro que o estudo metódico da retórica tange aos modos de persuasão. A persuasão é defendida por ele como sendo um tipo de demonstração, já que nos sentimos o mais plenamente persuadidos quando julgamos que uma coisa foi demonstrada. Para que isso ocorra de maneira consistente, o orador deve buscar demonstrar através de um entinema (espécie de silogismo), cujo estudo e análise de suas possibilidades de realização seriam algo específico da Dialética. Não se pode deixar de falar quanto ao destaque dado ao caráter e à índole do orador, o que, para Aristóteles, é fundamental no momento em que se busca defender uma tese. Isso se dá pelo fato de a retórica ser “útil porque o verdadeiro e o justo têm naturalmente mais valor do que seus opostos” (ARISTÓTELES, 2011, p. 42). Na verdade, a retórica seria a “faculdade de observar, em cada caso, o que se encerra de próprio para criar a persuasão” (idem, p. 44).

No livro III da *Retórica*, Aristóteles apresenta-nos quatro etapas de que o discurso necessita, a saber: o exórdio (ou proêmio), a narração (ou exposição), as provas (argumentação ou confirmação) e a peroração (epílogo).

O exórdio, que Aristóteles chama de proêmio, tem como função colocar em evidência a finalidade daquilo sobre o qual se desenvolve o discurso. Essa etapa é necessária e relevante para o ato argumentativo, uma vez que, quando nos deparamos

com um assunto óbvio, quase sempre, o proêmio se faz desnecessário. Por causa disso, evidencia-se que essa parte não é fundamental e, assim, não se constitui como parte essencial do discurso.

Ademais, no exórdio é que encontramos, segundo Aristóteles (2011), a existência das provas de persuasão fornecidas pelo discurso, que são três: o caráter moral de que se constitui o orador, a maneira como este se dispõe para o auditório e, por último, a maneira como ele se dispõe no próprio discurso. Na verdade, os raciocínios argumentativos defendidos por Aristóteles, de certa forma, estavam relacionados a três tipos de provas distintas: o *ethos* (centrado no caráter do orador construído discursivamente), o *logos* (cujos raciocínios se focam no próprio discurso) e o *pathos* (cujos argumentos são ancorados nas paixões/emoções propiciadas no auditório a partir do discurso).

A outra etapa do discurso é a narração, também denominada de argumentação por refutação. Nessa etapa, temos a “demonstração” do assunto a ser tratado. Por causa disso, ela é considerada essencial e necessária, uma vez que cabem aos meios das provas as confirmações–refutações responsáveis por persuadir a partir de demonstração de natureza objetiva.

Por último, mas não menos importante, temos a peroração ou epílogo, que é constituído de quatro partes ou funções: tornar o ouvinte favorável à sua causa e desfavorável à do adversário, ampliar ou minimizar elementos que foram fornecidos na etapa das provas, dispor o ouvinte a um comportamento emocional e recapitular o que foi discutido nas provas.

Fica evidente que Aristóteles delimita o campo de estudo sobre a linguagem em dois tipos de raciocínios: o dialético e o analítico. Dessa maneira, os primeiros têm o propósito de persuadir e de convencer, estando, no campo das opiniões; os segundos, por constituírem verdades proposicionais, são demonstrativos e impessoais; incidem, portanto, sobre a verdade, e constituem o campo da lógica formal. *Esses estudos de Aristóteles têm influenciado a grande maioria dos estudos contemporâneos sobre a linguagem.*

Percebe-se que um dos principais objetivos de Aristóteles seria a transformação da Retórica em ciência, isto é, num corpo de conhecimentos em que se pudessem ter

categorias e regras específicas de análise, as quais culminariam na aplicabilidade delas quanto aos fenômenos que envolvessem o discurso por quem quisesse falar bem e convencer. Com efeito, a Retórica passa a ser a disciplina que tinha como objetivo principal evidenciar a “harmonia” entre o “falar” e o “fazê-lo” de maneira mais convincente e elegante possível, unindo, para isso, a arte e o espírito. Dessa forma, a chamada “ciência retórica” visava descobrir “os meios”, “os argumentos” que levassem a persuadir um determinado auditório. Para Aristóteles, a linguística materializa a argumentação e, assim, o raciocínio argumentativo é organizado pela linguagem. Por isso, o discurso a ser argumentado deve ser antes pensado e organizado. Coutinho (2003) apresenta de maneira mais precisa as cinco etapas da elaboração do discurso aristotélico:

1. a invenção – referente à descoberta das ideias e dos argumentos;
2. a disposição – referente à organização dos argumentos, ordenando-os segundo um plano;
3. a elocução – que correspondia ao pôr em palavras, levando-se em consideração o aspecto estilístico;
4. a memória – referente à memorização dos argumentos e
5. a ação – referente à dicção e aos gestos no sentido de trabalhar a representação do discurso.

2.4 A Retórica dos romanos

Historicamente, a Grécia passou por um longo período sob o domínio de Roma política e economicamente. Uma das principais consequências desse domínio romano em solo grego foi no que tange ao caráter educacional. O programa educacional grego sofre mudanças significativas e uma delas afeta o ensino sistemático da Retórica, que passa a ser ensinada somente nos currículos escolares. Outrossim, não se pode negar a influência do método de se conceber os pensamentos retóricos dos gregos no método latino, solidificando-se em Cícero e em Quintiliano, os principais nomes romanos da Retórica latina.

Quando se fala em Cícero, logo pensamos na mente a figura do político influente, um habilidoso estrategista, dono de uma oratória invejável, capaz de mudar os

rumos da nação romana a partir de seus discursos e pronunciamentos nas câmaras legislativas. Seu pensamento era divergente quanto ao ensino da Retórica nas escolas, uma vez que, segundo ele, esse ensino trazia à tona uma série de regras e crenças que, de certa forma, acabavam se limitando à eficácia ou não dos argumentos. Os textos mais consagrados de que temos notícia, produzidos por ele, são *Orator* e *De Oratore*.

Muitos historiados e filósofos destacam o fato de Cícero adotar posicionamentos que ora pendiam habilidosamente para a harmonia, ora traziam uma gama de ataques. Isso também era notório na sua definição teórica da Retórica. Na verdade, ele a concebia como uma ciência mais pragmática, ponto que vai de encontro ao pensamento aristotélico. Além disso, podemos destacar a diferença na maneira de se conceber o estilo empreendido por Cícero, já que, para ele, este deveria ser desvinculado do conteúdo. Dessa maneira, a Retórica não seria somente a arte de falar bem. Sua visão era mais ousada e ambiciosa. Podemos até falar em uma visão mais ampla da Retórica, que se propunha como a arte do pensamento, e não somente como a arte do falar bem. Como era um exímio orador, sempre trazia em seus discursos maneiras específicas de se aproximar de seu auditório a partir de elogios, o que fez dele um grande dominador do gênero *elocutio*, configurando uma retomada aos padrões retóricos gregos. Os tipos de argumentos desse gênero são baseados na amplificação, que seria uma maneira de o orador elevar a nobreza de algo ou de alguém, fazendo com que o auditório seja instigado por intermédio de um lugar-comum.

Fazendo uma retomada aos preceitos da Retórica grega, especificamente a apresentada por Aristóteles, Cícero retrata o uso das paixões por parte do orador, uma das principais inovações aristotélicas. Assim, o orador seria capaz de conduzir a mente do seu público a fim de obter os seus objetivos argumentativos. Sabemos que, para Aristóteles, o *ethos* do orador é definido no discurso. Já para Cícero, o *ethos* deve ser definido a partir da vida do orador, por seu caráter, por sua reputação.

Quintiliano foi outro importante pensador romano que se debruçou sobre os estudos de argumentação. Assim como Cícero, ele sofreu forte influência da Retórica clássica, sendo que um dos seus temas favoritos era apresentar discussões a respeito de questões educacionais. Com a publicação de seu *Tratado de Oratória*, seu objetivo principal foi apresentar a virtude para a boa oratória, além de destacar as relações desta com o processo de ensino dos cidadãos. Para isso, ele segue os ensinamentos de Cícero

ao propor que um bom orador deve conhecer todas as matérias importantes que puder utilizar futuramente.

Um ponto de destaque no pensamento de Quintiliano e que também contribuiu para os estudos da argumentação foi a maneira como ele concebia a Retórica. Para ele, esta seria um tipo especial de arte com uma determinada função. Assim, seu pensamento é baseado na exclusão do que não fosse realmente útil no momento da persuasão do auditório. Para isso, ele levava em consideração o fato de que o orador, para “falar bem”, deveria possuir uma boa conduta (ser um homem bom), fato que nos permite afirmar que Quintiliano se conduz para a defesa do “falar bem” atrelado diretamente com aspectos de natureza moral. Na verdade, seu modelo afirma que o homem tem como característica intrínseca a linguagem e a razão, que, quando unidas aos raciocínios retóricos, proporcionam a virtude no homem.

Devemos falar também que, no que tange às partes que constituem o discurso de cunho retórico, gregos e romanos assemelharam-se, sendo que a única mudança e, de certa forma, uma nova contribuição trazida pelos romanos é quanto à introdução do gênero memória entre os gêneros já existentes, de origem grega (*invectio, dispositio, elocutio, actio*).

2.5 Da Idade Média até a Idade Moderna: o declínio da Retórica e a preponderância dos raciocínios analíticos

Não se sabe ao certo o início do declínio do pensamento retórico baseado no pensamento sistemático aristotélico (seguido por boa parte dos romanos). Muitas questões estão envolvidas nessa mudança de rumo dos estudos da argumentação.

O início da Idade Média, como se sabe, é marcado pela chamada decadência do Império Romano no ocidente (historiadores datam como sendo o início do séc. III esse processo), a partir de grandes conflitos sociais, somados à instabilidade econômica que, conseqüentemente, fizeram sérias mudanças na política.

Os estudos de Retórica ficam completamente atrelados aos manuais escolares, restringindo-se somente a um subsídio para o estudo mais preciso dos textos. Isso fez com que tivéssemos uma significativa mudança de pensamento, já que a Retórica deixa

de ser encarada na sua forma prática, passando a associar-se ao discurso literário, culminando na chamada Retórica Sacra.

Anos após ano, houve uma tênue aproximação entre os preceitos cristãos (decorrentes do cristianismo) definidos pela Igreja Católica e a Retórica. Naquela altura, o grego não era mais a língua hegemônica no Ocidente e, dessa forma, ser eloquente, baseando-se nas sagradas escrituras passou a ser o “falar bem”. Esse contexto foi propício para a criação dos primeiros compêndios gramaticais com o objetivo de expressar os desejos da arte de se comunicar bem. O que se percebe é que os estudos retóricos ganham uma nova utilidade e, de certa forma, continuam pontuando na sociedade.

Mudanças mais significativas, com certeza, aconteceram a partir do Renascimento cultural europeu. A retomada aos padrões greco-romanos fez com os pensadores lutassem por rupturas drásticas com o pensamento “obscuro” da Idade Média. No que tange aos estudos de Retórica, os humanistas separaram a Retórica da Dialética. Isso se deu por causa da extrema valorização no Renascimento cultural do gênero *elocutio*, tanto que muitos pensadores do período limitaram a Retórica ao *elocutio*. Dessa maneira, a arte de elogiar, com todas as figuras retóricas e os lugares comuns ou *topoi* ganham uma grande valorização.

Essas mudanças em se conceber a Retórica são oriundas, principalmente, do fato de os humanistas terem uma maior simpatia pelos posicionamentos de Platão, sendo que este, como se sabe, fez duras críticas à Retórica. Dessa maneira, os humanistas buscaram a inspiração nos textos platônicos, a fim de fazerem ressurgir o ideal de cidadão livre e civilizado contido nos ensinamentos platônicos. A adesão desse pensamento foi de encontro às regras e à formação da Idade Média, à qual os humanistas se opunham, que objetivava a formação de monges que dominassem a arte da oratória.

Percebemos que, da Idade Média até o Renascimento, tivemos um período em que os estudos retóricos foram limitados, presos aos padrões culturais impostos pela Igreja a partir do cristianismo, ou quase deixados de lado pelos humanistas, que preferiram o pensamento de Platão, opositor à Retórica.

Na Idade Moderna, as transformações sociais e políticas, além do intelectualismo mais global dos pensadores por causa da inversão da imprensa, fizeram com que a Retórica fosse desvalorizada.

O pensamento calcado nos raciocínios dialéticos da Antiguidade Clássica dá lugar aos raciocínios analíticos, frutos da razão cartesiana proposta por Descartes. Assim, há um forte conflito de cunho intelectual entre os defensores do modelo baseado no pensamento dialético-retórico (seguidores de Aristóteles) com os que se baseavam nos raciocínios analíticos (de cunho racional).

Alguns filósofos aprofundaram de maneira quase que exaustiva o sistema cartesiano proposto por Descartes. Ademais, podemos destacar os princípios básicos desse novo sistema. Um primeiro ponto é quanto ao valor de verdade, tão importante para a Antiguidade Clássica. Para Descartes, não se pode aceitar como verdade nada que não seja claro e distinto. Além disso, Descartes defende também que o pensamento deve se constituir a ponto de ser entendido, do aspecto mais simples até o mais complexo. Para que isso seja feito de maneira perfeita, ele propõe a decomposição do problema em suas partes mínimas e, por último, tem-se que revisar todo o processo com o objetivo de que não se tenha algum tipo de erro.

Diante disso, um ponto privilegiado no pensamento de Descartes são as evidências, que seriam semelhantes à demonstração matemática. Isso trouxe uma consequência profunda na maneira de lidar com os estudos da argumentação, já que a Retórica deixa de ser fundamento, como fora na Antiguidade, e passa a não ser mais considerada uma arte, pois ela perde seu instrumento dialético e passa a ser mais associada à razão.

Como se pode perceber, o pensamento aristotélico foi responsável por sistematizar uma série de preocupações que pairavam no mundo clássico. Na verdade, o pensador buscou explicar os fenômenos da linguagem, não apenas através dos mitos que pairavam sobre os estudos de sua época, mas foi além, ao ter condensado todo o conhecimento existente, organizando-o em categorias e regras, tornando-os passíveis de serem estudados, além da discussão sobre o bom ou o mau uso da Retórica, que faz parte das teorias de seus antecessores. No entanto, durante muitos anos, os filósofos e estudiosos da linguagem, por preferirem os raciocínios de natureza analítica, abandonaram a Dialética e a Retórica.

Com efeito, esses preceitos só serão retomados com maior destaque no *Tratado da Argumentação: a Nova Retórica*, de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), publicado em meados do século XX, cujo objetivo claro é o de retornar o pensamento aristotélico com vigor e solidez, mas modificando para novas realidades a fim de atingir as expectativas discursivas, o que se convencionou chamar de Nova Retórica. Desse modo, nossa próxima seção será destinada a uma breve explanação do pensamento desses autores e de que maneira temos as influências do pensamento aristotélico nessa “Nova Dialética”.

2.6 A nova Retórica: um retorno aos raciocínios dialético-retóricos

Como demonstramos na seção anterior, o estudo dos fenômenos argumentativos, em especial os que se pautavam pelos raciocínios dialéticos (retóricos), ficou praticamente esquecido durante muito tempo. Acerca disso, Fábio Ulhoa Coelho, no prefácio da edição brasileira do *Tratado da Argumentação*, já nos aponta esse esquecimento, quando nos diz que “vinte e três séculos se passaram enquanto a filosofia prestigia, do legado aristotélico, apenas o modo analítico de racionar. Ninguém manifesta preocupação em resgatar a ideia de dialética como um saber necessário”. O retorno do pensamento com base nos raciocínios retóricos se deu a partir da segunda metade do século XX, quando a Dialética e a Retórica e os estudos relacionados a elas tomam um novo impulso.

Isso se deu por conta de uma ruptura com o pensamento cartesiano (baseado no pensamento de Descartes). Essa ruptura acabou originando o chamado Pós-cartesianismo, influenciando alguns autores, principalmente na Europa, a se dedicarem ao estudo da Argumentação e da Retórica, disciplinas que, como vimos anteriormente, ficaram esquecidas durante séculos. Entre eles, podemos destacar as figuras de Chaïm Perelman, Stephen Toulmin e Oswald Ducrot. Os dois primeiros, com publicações no final dos anos 50, e o último, com publicações que se iniciam nos anos 70. Para essa seção, focalizaremos apenas os trabalhos empreendidos por Perelman, deixando para a próxima seção um estudo mais voltado para o pensamento dos outros dois teóricos.

Antes disso, devemos esclarecer que nosso objetivo, por enquanto, é o de apresentar as linhas gerais da proposta de Perelman⁴, destacando-a cronologicamente

⁴ É oportuno apresentarmos alguns aspectos da vida e da obra de Chaïm Perelman (1912-1984), a fim de entendermos alguns pontos que irão conduzir suas escolhas teóricas e, com certeza, sua posição quanto à

nos estudos da Argumentação e apresentando a importância teórico-metodológica da abordagem empreendida por esse pensador.

Assim, Chaïm Perelman foi um dos teóricos responsáveis por fazer retornar o pensamento aristotélico com base na Argumentação. Na verdade, esta é conceituada a partir de estruturas lógicas não formais, podendo ser encontrada em alguns trabalhos de Perelman: *Traité de l'argumentation* (1958), em parceria com Lucie Olbrecht-Tyteca; *Le champ de l'argumentation* (1970) e *Logique juridique: Nouvelle rhétorique* (1976).

Com Perelman (1958, 1970, 1976), os estudos sobre Argumentação e Retórica tomam um novo rumo. Consideramos que a publicação do “tratado” representou uma ruptura com a maneira de se conceber a razão e o raciocínio do pensamento cartesiano proposto por Descartes. Com outras palavras, Perelman propõe uma “Nova Retórica”, teoria da argumentação contrária ao posicionamento cartesiano, modelo teórico que predominava até então nos estudos da linguagem (ver seção anterior), recolocando uma retórica baseada nas formas de se discutir e se chegar a um acordo sobre valores, sem abandonar o campo da razão, mas, ao mesmo tempo, transcendendo as categorias da lógica-formal.

Argumentação. Para a historiografia, esse pensador nasceu em Varsóvia e, em 1925, muda-se para Bruxelas, fato que o faz, anos mais tarde, naturalizar-se belga. Muito cedo, sofreu forte influência dos estudos jurídicos, o que conduziu seus primeiros textos para a preocupação com questões ligadas ao Direito, tanto que, em 1934, escreve uma tese de doutoramento nessa área. Além dessa tese, em 1938, o pensador defende outra tese, agora, sobre a Lógica Formal de Gottlob Frege. Importante fato para a constituição de seus textos iniciais é o seu retorno para a Polônia para estudar na famosa Escola Polonesa de Lógica, Matemática e Filosofia Positivista, onde foi aluno de Kotarbinski e Lukasiewicz. Um dos pontos marcantes de sua vida, que refletirá em sua obra, é o advento da Segunda Guerra. Seus posicionamentos sobre os pensamentos lógicos, assim como toda a sua influência desses estudos, acabaram se voltando contra ela mesma. Isso porque Perelman, de origem judaica, não concordou em entregar o discurso sobre os valores ao arbítrio – que seria a consequência natural de uma posição neopositivista – e se interessou pela possibilidade de uma lógica dos juízos de valor, com o fim de subtrair este âmbito do domínio do irracional. Anos mais tarde, por volta da metade da década de 40 do século XX, com pesquisas em conjunto com Lucie Olbrechts-Tyteca, estudiosa de ciências econômicas e sociais, inicia uma mudança de posicionamento de sua obra e uma autorreflexão de seus primeiros trabalhos, o que irá culminar no abandono de seu estudo anterior de uma lógica específica dos juízos de valor – concluindo pela sua inexistência – e uma adesão total para as técnicas de argumentação e persuasão estudadas pelos antigos e, em particular, por Aristóteles. O resultado dessa nova maneira de se conceber os estudos da argumentação serão refletidos em suas obras posteriores: *Rhétorique et Philosophie* (1952), *Traité de l'Argumentation* (1958). Com certeza, sua principal contribuição foi o desenvolvimento de uma nova concepção filosófica, a Nova Retórica, cujo objetivo foi o de aprofundar seus estudos em algumas repercussões que a teoria da argumentação trazia para a filosofia, o direito, a moral e a justiça. Não devemos esquecer que boa parte de seus textos, exceto os contidos no tratado, têm natureza fragmentária, por isso seu pensamento só pode ser apreendido em muitos artigos.

Fica evidente, dessa forma, que o autor retoma a definição clássica de Retórica como sendo a arte de falar de modo a persuadir e a convencer, já preconizada por Aristóteles. Ademais, Perelman postula uma visão da Argumentação como uma forma de fornecer argumentos, razões a favor ou contra uma determinada tese, sendo esta constituída de maneira situada, dirigida a um auditório determinado. Assim, evidencia-se que o grande objetivo da argumentação seria a tentativa de fazer com que o produtor tivesse a adesão do auditório, ou seja, é em função de um determinado auditório que se desenvolve a argumentação e, por causa disso, o orador deve conhecer as teses e os valores admitidos pelo auditório.

Não se pode deixar de falar que, logo no prefácio do *Tratado da argumentação: a nova retórica*, Michel Meyer define de maneira muito sucinta e clara, para nós, a argumentação no pensamento de Perelman:

Entre a ontologia, dotada de uma flexibilidade oca, mas infinita, e a racionalidade apodóctica, matemática ou silogística, mas limitada, Perelman tomou uma terceira via: a argumentação, que raciona sem coagir, mas que também não obriga a renunciar à razão em proveito do irracional ou do indizível (PERELMAN; TYTECA, 1996, p. XXI).

Perelman (1996) nos fala da maneira como os estudos argumentativos, no sentido dos raciocínios retóricos, ficaram abandonados, embora o século XX possa ter sido qualificado de século da publicidade e da propaganda, mesmo assim, percebe-se que muitos filósofos e lógicos modernos se desinteressaram completamente pelos estudos ligados à retórica. Por causa disso, o autor defende que o seu trabalho se relaciona “sobretudo com as preocupações do Renascimento e, conseqüentemente, com as dos gregos e latinos, que estudaram a arte de persuadir e de convencer” (PERELMAN; TYTECA, 1996, p. 5). O autor confirma sua aproximação com a visão aristotélica em vários momentos: “nossa análise concerne às provas que Aristóteles chama de dialéticas, examinadas por ele nos *Tópicos*, e cuja utilização mostra na *Retórica*” (PERELMAN; TYTECA, 1996, p. 5).

As influências ao modelo teórico aristotélico podem ser evidenciadas diretamente a partir da adesão feita por Perelman à noção de “auditório” de Aristóteles. Para este, como vimos, o auditório pode ser evocado toda vez que se pensa num

discurso. Isso fez com que Perelman concebesse o auditório como sendo o conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação.

No entanto, devemos falar que os autores não concordam, por exemplo, com a exclusão dos raciocínios que, de alguma forma, são centrados em aspectos emocionais nos estudos da argumentação, principalmente os raciocínios de juízo de valor. Isso porque Perelman se propõe a estudá-los, teorizando sobre uma espécie de lógica dos julgamentos de valor. Nasce, assim, a Nova Retórica.

O que fica evidente é que o que se convencionou chamar de Teoria da Argumentação, tanto para os estudiosos da Filosofia quanto para os estudiosos da Linguística, tem como objetivo colocar em discussão as bases que fundamentam o discurso filosófico. No que tange a isso, percebemos que Perelman busca estudar justamente esse discurso de cunho filosófico, acrescentando as suas influências (ou até interferências) nas outras áreas do conhecimento. Ademais, consideramos que ele busca realizar um estudo que assume a posição de uma autêntica visão metafilosófica, de grande valia para os estudos argumentativos, que, com certeza, têm o discurso filosófico como fio condutor de um pensamento que culmina em uma abordagem discursiva para se entender o próprio discurso.

O que se nota em vários estudos é que o conceito de Argumentação possui muitas divergências, modificando sua abordagem, abrangência e objetivos segundo a orientação teórica a ser seguida. No caso de Perelman (1996), ela é entendida a partir de sua ligação com a adesão, uma vez que ele defende que, para se argumentar, deve-se levar em conta que deve haver a liberdade de adesão. Notamos que o conceito de Argumentação exigiu desse pensador algumas escolhas teóricas e a mais saliente foi o fato de escolher o auditório como um dos pontos centrais de sua teoria, uma vez que é deste que o orador busca ganhar a adesão. Por esse motivo, o pensador foi buscar na Retórica aristotélica, especialmente na visão dos auditórios, a saída para a sua empreitada teórica.

A concepção de Perelman é, dessa forma, uma típica teoria centrada no auditório, ou seja, naqueles cuja adesão se visa ganhar, e, por esta razão, a relação com a Retórica é bastante estreita. Na verdade, o argumentar na visão desse autor estaria diretamente relacionado com o ato de participar de uma argumentação, de modo que o

orador possa fornecer argumentos, razões, a favor ou até mesmo contrárias a uma determinada tese.

Como falamos anteriormente, Perelman tinha uma forte tendência neopositivista em seu pensamento, e isso se refletia em sua abordagem lógica, que se definia basicamente a partir do pensamento racional analítico. No entanto, aos poucos, o autor aproxima-se de uma nova abordagem que privilegia os raciocínios dialéticos e, com isso, propõe quase que o abandono completo de sua formação lógica neopositivista. Foi na retomada dos tratados de retórica empreendidos pelos antigos gregos e romanos que se o estopim para uma formação de uma nova abordagem da argumentação. Assim, Perelman vê na *Retórica* e nos *Tópicos* de Aristóteles uma forte possibilidade de colocar os juízos de valor na esfera do racional, o que, para nós, possibilitou a formação de um novo modelo teórico que ainda hoje influencia os estudos das ciências sociais.

A retomada do que já falara Aristóteles não obrigou Perelman a seguir o filósofo antigo em todas as concepções do pensamento, uma vez que ele nos apresenta uma nova roupagem para os raciocínios abordados por Aristóteles nos *Tópicos*, denominando-os de raciocínios dialéticos. Temos, dessa forma, o predomínio dos raciocínios dialéticos, e essa adesão a esses tipos de pensamento se dá devido ao fato de Aristóteles, no *Tópicos*, ter apresentado a aproximação entre a Retórica e a Dialética, fato que fez com que Perelman valorizasse o pensamento aristotélico, chegando a segui-lo explicitamente. Outrossim, a maneira como Aristóteles concebia a Dialética como a arte de raciocinar a partir de opiniões geralmente aceitas foi outro fator que fez com que Perelman se baseasse nos preceitos do filósofo grego. Vale ressaltar que essa adesão ao pensamento aristotélico nos é apresentada da seguinte maneira no Tratado de Argumentação:

Nossa análise concerne às provas que Aristóteles chama de dialéticas, examinadas por ele nos *Tópicos*, e cuja utilização mostra na *Retórica*. Essa evocação da terminologia de Aristóteles teria justificado a aproximação da teoria da argumentação à dialética, concebida pelo próprio Aristóteles como a arte de raciocinar a partir de opiniões geralmente aceitas (eulogos). Várias razões, porém, incentivaram-nos a preferir a aproximação à retórica (PERELMAN; TYTECA, 1996, p. 5).

O que fica evidente é que as relações entre a Retórica e a Dialética⁵, já apresentadas por Aristóteles e tantos outros filósofos ao longo da história, fizeram com

⁵ Consideramos que a Retórica Antiga ainda se mantém viva com o empreendimento teórico de alguns autores, entre eles Perelman, na metade do século XX. No entanto, devemos entender que as razões

que Perelman aderisse aos preceitos da Retórica. Ademais, o fato de propor uma “Nova retórica” e estar vinculado aos pensamentos dialéticos fez com que Perelman, muitas vezes, considerasse as duas quase como uma só.

As evidências das relações (aproximações) entre a abordagem Retórica oriunda da Antiguidade Clássica e a defendida pela Nova Retórica fazem com que possamos afirmar que tanto Aristóteles quanto Perelman, tinham na Dialética a base do pensamento teórico constituinte da Argumentação. Todavia, o uso constante da expressão “retórica” prova a importância dada por Aristóteles e Perelman para o auditório.

É importante esclarecermos que, em muitos momentos, o autor nos apresenta no Tratado da Argumentação os dois termos (retórica e dialética) de maneira indistinta. É inegável que na tradição a retórica tem uma tradição que é oriunda do pensamento greco-romano. No entanto, a teoria da argumentação, segundo a conhecemos desde a década de cinquenta do século XX, é uma área de estudos muito recente. Ademais, a Nova Retórica é tanto uma teoria da argumentação quanto uma teoria retórica e dialética, sendo todas elas metateorias preocupadas com o processo da adesão dos auditórios.

Sabemos que há várias perspectivas teóricas distintas que têm como objetivo tratar da argumentação nas mais diversificadas áreas do conhecimento. Temos a abordagem psicológica da argumentação, que possui como característica principal colocar em ênfase o que se convencionou chamar de “assentimento mental”, ou seja, por um processo subjetivo de adesão. Nessa abordagem, consideramos aquilo que possa ocorrer na mente quando se decide ou se é conduzido e aceitar determinada tese. Temos também a abordagem sociológica da Argumentação, que se caracteriza por estudar o processo argumentativo enquanto produto de natureza social e, desse modo, o objetivo é apresentar a que tipo de tese as diversificadas comunidades aderem e quais os motivos delas fazerem. Temos também a abordagem lógica, mais tradicional e mais conhecida. Nesta abordagem, a argumentação é vista sob a ótica das provas que a fazem possuir argumentos válidos e legítimos. Em meio a essas abordagens, Perelman constitui um

decisivas que levaram esse autor a batizar a Dialética aristotélica de Retórica se devem ao fato de que tanto a Retórica quanto a Dialética supõem um auditório e ambas buscam persuadir alguém.

modelo da argumentação influenciado pela Lógica Formal, mas divergindo dela em muitos aspectos, apesar de ele não se desvincular totalmente das demais abordagens.

Outro ponto a ser tratado é com relação ao posicionamento de Perelman no que tange ao aspecto lógico da persuasão. O autor opõe a retórica clássica à antiga. Essa distinção se dá por conta das diferentes abordagens existentes entre as duas maneiras de se conceber os raciocínios de cunho argumentativo. A retórica clássica se perpetuou por muitos séculos e teve também como preocupação maior as figuras de linguagem e as excessivas estruturas ornamentais da linguagem.

A Nova Retórica tem uma íntima ligação com a retórica clássica, embora Perelman promova algumas mudanças, o que justifica o adjetivo "Nova". De fato, a Nova Retórica retoma parte do pensamento clássico, mas promove alguns avanços. Consideramos que o modelo proposto está associado diretamente à arte do falar bem, ou mais que isso em alguns momentos, já que ela está voltada para a forma de falar e de conseguir um efeito esperado. Nessa nova realidade de lidar com a argumentação, a Nova Retórica dispensa o discurso falado informal e vai em busca de um discurso mais elaborado quanto às múltiplas possibilidades de aspectos lógicos, valorizando as razões, os convencimentos e, com certeza, motivando o estudo da persuasão. Assim, busca-se estudar todos os tipos de auditórios, não se restringindo a nenhum, podendo ter desde um auditório mais ignorante até um mais competente.

Um dos principais pontos da Nova Retórica é quanto à questão da *adesão*. Sabemos que Perelman usa o termo *adesão*, associando-a diretamente ao uso persuasivo do discurso e, dessa maneira, propõe uma relação entre *adesão* e *ação*. De fato, essa relação é oportuna e se justifica porque a argumentação é vista sob a ótica de ser uma ação de natureza discursiva. Não podemos esquecer que o ato argumentativo em si já carrega consigo uma espécie de pré-disposição a determinada ação. Na verdade, o autor defende que querer persuadir um auditório significaria, antes de mais nada, reconhecer as capacidades e as qualidades de um ser com o qual a comunicação é possível e, em seguida, renunciar a dar-lhe ordens que expressem uma simples relação de força, procurando, assim, sua adesão profissional.

Essa visão que relaciona a prática argumentativa à adesão de um determinado auditório fez com que o autor se preocupasse com as relações que envolvem as adesões das mentes e a violência. Ele defende, dessa maneira, que se pode tentar obter um

mesmo efeito, seja pelo recurso à violência, seja pelo discurso visando à adesão das mentes. Na verdade, é em função dessa alternativa que se concebe mais claramente a oposição entre liberdade mental e coação. A grande consequência disso é que Perelman defende que o uso da argumentação implica que se tenha renunciado a recorrer unicamente à força, que se dê valor à adesão do interlocutor, obtida com a ajuda de uma persuasão racional. O autor pleiteia que não se trate o interlocutor como um objeto, mas que se apele à sua liberdade de juízo. Percebemos claramente a importância dada ao papel do auditório no processo argumentativo, tanto que se pode considerar que o recurso à argumentação supõe o estabelecimento de uma comunidade das mentes que, enquanto dura, exclui o uso da violência. O que se pode afirmar é que o autor defende que o efeito argumentativo pode ser conseguido tanto pela violência quanto pela argumentação.

Como base de seu pensamento, as estruturas lógicas recebem uma conotação particularizada na Nova Retórica, pois Perelman, em muitos momentos, afasta-se dos excessos formais provocados da Lógica Moderna, mas sem reconhecer a importância dos raciocínios calcados na lógica. Na verdade, ele vai além disso, ao considerar o pensamento de cunho dialético como estruturas que não tiram a validade das teses. Perelman se distancia das limitadas apreensões da Lógica Moderna, que privilegia uma série de regras formais de inferências válidas, cujos axiomas são colocados quase que fora da questão, para a constituição de seu modelo, embora, muitas vezes, destaque a importância que a formalização assume nas mais diversificadas áreas, constituindo um instrumento útil de análise. Sua contribuição fundamental, a nosso ver, é quando o autor considera que as provas da verdade (ou até mesmo as de probabilidade) de uma tese só poderão ser administradas em um domínio se se apelar para as estruturas formais.

Na verdade, o autor não se opõe à Lógica Formal, mas busca ser uma complementação. De fato, a Nova Retórica não objetiva em sua essência remover ou muito menos substituir a lógica formal, mas foca em acrescentar a esta última um campo de raciocínio que durante muitos anos, devido à iminência dos raciocínios analíticos, escapou a todo esforço de racionalização. Assim, ele defende a primazia de um raciocínio prático cujo domínio é o estudo do pensamento crítico e que se expressa diretamente na escolha razoável e no comportamento justificado. Outrossim, a Nova Retórica nada mais é do que uma busca de se aplicar sempre que a ação estiver ligada à racionalidade.

Nas primeiras linhas do *Tratado de argumentação*, Perelman nos apresenta outra preocupação teórica que já fora motivo de discussões durante vários séculos e que ainda hoje continua sendo motivo de reflexão entre muitos autores: as diferenças e aproximações entre a demonstração e a argumentação. Nas seções anteriores, chegamos a mencionar as diferenças entre essas duas maneiras de se conceber o pensamento de Aristóteles. Na verdade, é com esse filósofo que esses dois conceitos são introduzidos nos estudos filosóficos. Necessitamos esclarecer o que esse autor pensa quanto à questão da demonstração e da argumentação.

A demonstração foi abordada por Aristóteles nos *Analíticos*, obra em que esse pensador nos apresentou as bases do modelo silogístico. Dessa forma, a demonstração teria como tipos de provas a impessoalidade, não importando o auditório que o orador pretenda persuadir. Diante disso, a adesão do auditório deveria se dar a partir de evidências que estariam sendo expressas com uma linguagem, quase sempre artificial, em que se pudesse determinar um sistema formalizado de regras e signos que, obrigatoriamente, não poderiam suscitar a ambiguidade. Para tudo isso, os axiomas deveriam ser colocados fora da discussão, uma vez que é com o cálculo que se deduzem as consequências de certas premissas, tudo isso com o objetivo de se determinarem as conclusões.

A argumentação foi abordada por Aristóteles nos *Tópicos* e na *Retórica*. Esse conceito teria como tipos de provas a pessoalidade do orador e deveriam ser dirigidas para um determinado auditório. O objetivo dessas provas seria proporcionar o assentamento mental com uma intensidade eminentemente variável. Para isso, a linguagem para o processo seria a língua natural, podendo haver formação de regras implícitas no contexto comunicativo. É bom salientar que essas regras poderiam usufruir da ambiguidade. Desse modo, o ponto de partida desses raciocínios seria considerar certos pontos aceitos pelo auditório que possam a qualquer momento ser postos em questão e que necessitariam da justificação do orador, uma vez que se pode pensar em um argumento favorável, mas também se pode pensar em um argumento contrário. O final de tudo seria a decisão a ser tomada pelo auditório quanto à adesão deste ao que foi apresentado como argumentos pelo orador.

Convém falar que os desdobramentos dessa distinção entre demonstração e argumentação, que são oriundas desde a Antiguidade, refletirão em Perelman a partir de

outra distinção envolvendo evidência e opinião. Isso por causa dos posicionamentos desse autor que, de certa forma, foram ao encontro dos filósofos gregos da antiguidade, de considerar a evidência como um tipo de argumento com base na demonstração. Na verdade, ele defende que a natureza da deliberação e da argumentação se opõe à necessidade e à evidência, pois não se delibera quando a solução é necessária e não se argumenta contra a evidência. Por isso, defende um pensamento em que o domínio da argumentação é aquele do verossímil, do plausível, do provável, na medida em que este último escapa às certezas do cálculo.

Fica claro que Perelman não privilegia muito os argumentos baseados no campo da demonstração. Desse modo, o autor volta-se quase que completamente para o campo da opinião, que é sempre discutível, o que não significa que seja arbitrária, pois é justificada em algum grau. A fim de apresentar seu pensamento, o autor chega a se posicionar contrário ao pensamento dos que são adeptos da lógica devido ao fato de esses pesquisadores considerarem os axiomas de seus sistemas ora evidentes, ora arbitrários, o que seria, na concepção de Perelman, um erro, já que, para ele, a justificação não encontrava espaço nessa dualidade. Dessa forma, ele propõe que os estudos acerca da argumentação têm como objetivo analisar o terreno considerado por ele intermediário, que seria ocupado pelas opiniões razoáveis, justificadas.

Não se pode negar que o pensamento de Perelman consegue fazer uma série de junções entre a retórica mais alicerçada nos estudos tradicionais e o seu pensamento. Na verdade, o autor aceita alguns conceitos e elementos constituintes da argumentação que foram abordados desde a Antiguidade sempre com o cuidado de, se possível, ampliá-los, completá-los ou até refutá-los. Assim, ora ele se direciona para um retorno aos antigos, às vezes completamente e, em algumas circunstâncias, parcialmente, ora ele se distancia completamente. É assim que noções como as de “racional”, “objetividade” e “validade”, que são mais ligadas aos raciocínios oriundos da demonstração, são modificadas na abordagem empreendida pela Nova Retórica, adequando-se à noção de auditório proposta por Perelman, que, em si, constitui-se de uma retomada dos preceitos aristotélicos, mas com uma modificação com a consideração de um auditório universal.

Na Nova Retórica, para que a argumentação se constitua, devemos pensar que a noção do orador é fundamental para essa empreitada. Novamente retomando o pensamento aristotélico, mas aderindo a ele completamente, esse modelo teórico

considera a figura do orador num sentido muito mais amplo das abordagens argumentativas que ainda pairavam na época da metade do século XX. O principal papel dessa entidade seria o de persuadir ou convencer um determinado auditório. Para isso, o orador deveria ser equilibrado quanto às paixões a serem defendidas em seu discurso (não poderia se empolgar totalmente) e também quanto à distância de seu posicionamento (não poderia demonstrar frieza para o auditório). Ele deveria, na verdade, buscar se adaptar ao seu público, a fim de que obtivesse o mesmo espírito deste e o persuadissem.

No entanto, para que a argumentação fosse considerada, Perelman teve que recorrer à noção de auditório como um dos principais pontos a serem discutidos na Nova Retórica. O orador, ao se comunicar, fá-lo de maneira a tentar conquistar um público. Notamos que orador e auditório guardam uma íntima ligação no pensamento do autor. Isso fica evidente quando pensamos no processo de desenvolvimento da argumentação, que, com certeza, para se constituir, necessita de uma série de acordos entre orador e seu auditório.

Outro ponto relevante que podemos destacar da Nova Retórica é quanto à distinção entre convencer e persuadir. Essa diferença não se constitui somente na esfera terminológica, mas também na esfera teórica, pois, novamente, o autor recorre à Retórica dos antigos para diferenciar os dois conceitos. Assim, o autor sustenta uma distinção que mantém várias características das propostas antigas, mas não adota os mesmos critérios. Seu propósito foi o de incluir um elemento normativo na teoria da argumentação, que nos permita diferenciar um bom argumento de um sofisma. “A Nova Retórica, ao contrário daquela dos antigos, será inspirada pelas recomendações de Platão. A qualidade de um argumento não é medida pela sua eficácia apenas, mas é relativa ao auditório ao qual o argumento é dirigido” (PERELMAN; TYTECA, 1996, p. 292-293).

Como podemos perceber, o pensamento de Perelman vai ao encontro dos retóricos da antiguidade e de encontro ao cartesianismo de Descartes. Por uma questão de recorte, optamos por apresentar somente em linhas gerais o pensamento desse autor, situando-o entre os mais importantes modelos teóricos cujo foco maior era o estudo da argumentação. Assim, mais adiante, quando estivermos na apresentação de nossa

proposta de descrição da argumentação, usufruiremos de alguns conceitos ora apresentados nessa seção e de outros que serão abordados em nosso pensamento.

2.8 Teoria da Argumentação na Língua (TAL)

Como demonstramos nas primeiras seções, a Argumentação é um fenômeno que está inerente nos estudos da linguagem desde tempos remotos e continua tendo o devido destaque. Entre o final da década de sessenta e o início da década de setenta do século XX, temos uma nova abordagem dos estudos argumentativos que, de certa forma, também vai buscar nos padrões da Antiguidade Clássica arcabouço teórico para muitas das questões (re)levantadas. Nesse contexto, temos o caso dos trabalhos de Ducrot, que contribui para a elaboração dos contornos de uma teoria Semântica a qual tinha na Enunciação o seu principal elemento (Semântica da Enunciação ou Semântica Argumentativa).

Antes de iniciarmos a explanação rápida do pensamento de Ducrot e, posteriormente, do de Carel, é necessário que façamos alguns esclarecimentos teóricos. Em primeiro lugar, nossa proposta não usará os conceitos desses teóricos. No entanto, não poderíamos desconsiderar a contribuição deles para a argumentação, o que já seria um positivo argumento em prol de apresentarmos esse pensamento nesta parte de nosso trabalho, que objetiva destacar os pontos históricos dos trabalhos sobre argumentação. Em segundo lugar, como o nosso modelo partiu do modelo de Pinto (2010) e esta autora usufrui significativamente de muitos conceitos de Ducrot, achamos melhor frisarmos os pontos centrais da proposta deste autor, para facilitarmos a leitura do modelo de Pinto (2010).

Esse novo modelo levava em consideração a relação Locutor-ouvinte e concebia a linguagem como *ação* e, principalmente, elegia a *argumentatividade* como elemento fundamental. Merece destaque também a participação de Ascombre, que junto com Ducrot (1976), por intermédio dos seus trabalhos, foram responsáveis pela consolidação de uma nova perspectiva teórica denominada Teoria da Argumentação na Língua (TAL).

O modelo teórico denominado de Teoria da Argumentação na Língua – TAL – é uma teoria semântica de interpretação do sentido dos enunciados. Inicialmente, o grande

objetivo dos seus autores foi o de elaborar um modelo que fosse de encontro à teoria tradicional do sentido, a qual possui como base teórica considerar o sentido do enunciado a partir de três tipos de indicações: objetivas, subjetivas e intersubjetivas. Nessa perspectiva, a TAL une os aspectos denominados subjetivos e intersubjetivos, limitando-os ao que chamaram de *valor argumentativo dos enunciados*. Ademais, este valor seria, para a TAL, uma espécie de nível fundamental da descrição linguística.

Os trabalhos fundadores de Ducrot e Anscombe, do lado francês, e de Van Eemeren e Grootendorst, do lado holandês, proporcionaram a constituição de novos horizontes para o estudo da Argumentação na Linguística, assim como em outras áreas das Ciências Humanas. Isso por conta da busca de atribuir a alguns fenômenos da argumentação um certo grau de autonomia nas análises.

Ducrot e Ascombe empenharam-se diretamente no desenvolvimento de uma abordagem Semântica que tinha a *argumentação* como ponto central. Dessa maneira, os elementos constitutivos do texto foram devidamente estudados e, assim, tentou-se analisar até que ponto tais elementos contribuía para a formação do texto, como os morfemas e os sintagmas, agindo como instrumentos da redução da complexidade da significação e para a formação de um sentido discursivo. Para a constatação disso, os teóricos defendiam que deveriam ser buscados, no enunciado produzido, marcas que evidenciam o processo de enunciação.

Acerca da busca dessas marcas, percebemos uma estreita relação com a perspectiva teórica defendida por Benveniste (1989), que consiste no fato de o Locutor, ao produzir seu discurso, constituir-se como Locutor, ao mesmo tempo em que constitui seu interlocutor. De fato, Ducrot e Ascombe buscaram aplicar a teoria da subjetividade da língua, proposta por Benveniste, obviamente sob outro olhar e outra perspectiva teórica, diga-se de passagem.

Durante as últimas três décadas, muitas mudanças ocorreram na teoria, tanto que se pode dividi-la em quatro etapas distintas. A primeira fase é de tradição mais retórica e, por causa disso, predomina o pensamento de que a argumentação estaria diretamente relacionada a uma demonstração, ou seja, aquela não era estabelecida a partir de uma certa correlação entre argumentação e a forma como ela aparecia linguisticamente falando. Já na segunda fase, tínhamos a argumentação mais ligada ao domínio linguístico, uma vez que se tinha uma integração mais forte entre as propriedades

fundamentais dos enunciados, no caso, os postos e os pressupostos. Na terceira fase, a publicação da obra *L'Argumentation dans La langue* fez com que tivéssemos uma espécie de compilação de todos os estudos efetuados até então pelos teóricos sobre argumentação, que passa a ser descrita como constituinte de significação. Na quarta fase, especificamente no capítulo VII da obra anteriormente citada, a teoria dos *topoi* constitui um verdadeiro marco importante na definição de uma espécie de argumentação denominada de radical. Contudo, foi a partir da publicação do artigo *Les topoi dans La Théorie de l'argumentation dans La langue* que Ducrot (1994) fez um balanço de todas as conclusões a que chegou, juntamente com Anscombe, e, de maneira crítica, sustentou outro modelo para análise dos encadeamentos argumentativos. É nessa parte da teoria que há a contribuição decisiva de Carel, quando esta propõe a Teoria dos Blocos Semânticos (TBS), considerada como a fase atual da TAL.

A TAL proposta por Ducrot e Anscombe esteve sempre ligada a uma perspectiva estruturalista. A grande consequência disso era o fato deles considerarem que a argumentação poderia ser descrita na própria língua. Dessa forma, para que uma sequência de dois enunciados A e C apresentasse uma estrutura argumentativa, seria necessário que determinado Locutor apresentasse um enunciado A, o que eles denominavam de “argumento”, como uma razão C, que seria a conclusão. Melhor explicando, os autores entendiam a argumentação como sendo um ato em que um argumento A tinha como função fazer admitir C, considerando o caráter admissível, verossímil, legítimo de C ou da enunciação de C, sendo que C podia estar ligado a A por conectores como *donc, par suite, par conséquent* ou A ligado C por *si, puisque, car*.

Na verdade, os autores defendiam que a partir dos encadeamentos argumentativos, sejam eles os conectivos implícitos ou os explícitos, poderiam descrever a relação opositiva com o “mas”, ou ainda, outras estruturas sintáticas, palavras lexicais e conectores.

Devemos esclarecer que a noção de Encadeamento Argumentativo (EA) assume posição importante dentro da TAL, conseqüentemente dentro da Semântica Argumentativa (SA). Na verdade, consideramos que o conceito origina-se na noção de “relação” proposta por Saussure no *Curso de Linguística Geral*. Importante que se diga que, enquanto Saussure tratava da relação numa perspectiva ligada aos signos linguísticos, nas palavras, a TAL trata a relação numa perspectiva discursiva.

Ademais, a teoria proposta por Ducrot e colaboradores, com certeza, é uma das mais densas e amplas dos estudos da argumentação por abranger aspectos relacionados ao discurso, assim como aspectos de natureza lexical. A consequência disso são vários fenômenos de natureza linguística, tanto discursivo quanto lexical, que podem ser relacionados ao longo da teoria, tais como: as noções de pressuposição, subentendido, polifonia, *topos*, modificadores, operadores, sendo que a cada momento um ou outro destes fenômenos é mais evidenciado.

Anscombe e Ducrot (1976) apontam distinções entre o que se entende por *argumentação*, *ato de argumentar* e *argumentatividade*. Quanto ao primeiro conceito, quando os teóricos o usa, seria para indicar um discurso⁶ que comporta pelo menos dois enunciados, E¹ e E², dos quais um é dado para autorizar, justificar ou impor o outro, sendo o primeiro o argumento e o segundo a conclusão, que pode ser implícita.

Um argumento sempre indicará uma série de conclusões. Estas podem ser realizadas somente de forma potencial⁷. A conclusão, dessa forma, seria, pois, o chamado “alvo argumentativo” de um enunciado argumento. É daí que emerge o conceito de “ato discursivo”, que resulta da concatenação de segmentos do discurso: um constituindo o argumento e o outro a conclusão.

Um “ato argumentativo”, segundo os autores, é um ato mais abstrato do que a argumentação e pode se realizar fora dela. Todavia, ele surge, primeiramente, através dela, na medida em que a condiciona e também a sujeita.

Para tentar explicitar de forma mais clara a distinção entre *argumentação* e *ato argumentativo*, os autores fizeram uma importante observação acerca da extensão a ser dada ao fenômeno da argumentatividade. Segundo eles, caso ocorresse de confundirmos a argumentatividade com argumentação, somente serão argumentativos os enunciados assertivos, que servem de argumentos em encadeamentos de enunciados. Mas, o ato de argumentar pode ser realizado por enunciados não assertivos, como a ordem e a interrogação. Por esse motivo, a argumentatividade é definida pelos teóricos como

⁶ Para uma melhor compreensão da teoria, devemos apresentar alguns conceitos que tais teóricos usa ao longo de seus trabalhos. Iniciemos com o conceito de discurso, que seria o encadeamento de enunciados, entenda enunciado como uma ocorrência de uma frase. Esta, por sua vez, é uma construção do linguista que serve para explicar a infinidades de enunciados.

⁷ Para Ducrot, o potencial argumentativo de um enunciado constitui o conjunto de enunciados que podem se unir a esse enunciado na qualidade de conclusões.

sendo um conjunto de conclusões possíveis, Ducrot alarga o conceito de “situação de discurso” de forma que este inclua os princípios argumentativos utilizados.

Para ele, a situação em que se encontra o discurso não é exterior ao enunciado e nem ao discurso, na verdade, trata-se de uma situação em que o enunciado e o discurso argumentativo constroem por eles mesmos, aquilo que eles veiculam. Por conta disso, Ducrot defende que o sentido se constitui na própria língua. A defesa disso parte do fato de ele defender que a situação do discurso é, conseqüentemente, interna e faz parte do sentido do enunciado, na medida em que o sentido é definido como uma representação da enunciação realizada pelo próprio enunciado.

Ao perceber que uma série de atos argumentativos possuía uma determinada função argumentativa (tentativa de levar o destinatário a certa conclusão ou até desviá-lo dela), Ducrot (1973) defende que a função argumentativa tem marcas na própria estrutura do enunciado e que o valor argumentativo de uma frase não é somente uma seqüência das informações por ela trazidas, mas a frase pode comportar diversos morfemas, expressões ou termos que, além de seu conteúdo informativo, servem para dar uma orientação argumentativa ao enunciado, a conduzir o destinatário em tal ou qual direção.

No entanto, a fase atual da TAL é marcada por uma série de mudanças, principalmente teóricas, que se deram a partir do trabalho precursor Marion Carel na sua tese de doutoramento, intitulada *Vers une formalismo de La théorie de l'argumentacion dans La langue*, defendida em 1992, em que a pesquisadora nos apresenta a existência do terceiro termo (*topos*) para permitir a passagem de um determinado argumento a uma conclusão. A repercussão desse trabalho fora enorme no ambiente acadêmico, tanto que fez com que Ducrot, orientador de Carel na tese, seguisse os preceitos defendidos por esta e ele passou a adotar as prerrogativas defendidas da TBS.

Com a TBS, duas importantes mudanças na TAL foram empreendidas. A primeira diz respeito ao ato de argumentar. Nessa teoria, entendia-se que o ato de argumentar, como vimos anteriormente, era *justificativo* e, dessa forma, poderia ser substituído em duas partes independentes e complementares: um segmento que tinha a função de argumento (A) e outro como conclusão (C). No entanto, *na proposta da TBS, os argumentos são independentes um do outro*. Na verdade, o sentido de (A) é

determinado pelo de (C) e vice-versa. Para melhor explicarmos isso, tomemos como exemplo a assertiva abaixo:

(1) Faz calor!

Em 1, o termo “calor” já nos indica uma sensação indesejável e, dessa forma, pensamos diretamente em uma série de possibilidades interpretativas, tais como: “fiquemos em casa” ou “façamos um passeio”, por exemplo. Observemos que faz com que possamos interpretar as duas possibilidades de interpretação para 1 é a conclusão que, no caso especificamente, possui uma natureza polissêmica bastante perceptível. Na verdade, a conclusão seria uma parte constitutiva do argumento e, por isso, forma uma entidade semântica única, formando, dessa maneira, um bloco semântico.

O que se percebe é que noção de encadeamento argumentativo, embora esta não esteja totalmente ligada à teoria dos *topoi*, continua a ser mantida, já que se obedece a uma série de *coerções* impostas pela palavra. No entanto, mesmo tendo a manutenção dessa noção, é necessário que ressaltemos que os encadeamentos mudam um pouco de concepção, já que ele passa a ser entendido como um bloco semântico único, sem a necessidade de um conectivo, como se fazia nas fases iniciais da TAL.

Na TBS, a palavra possui uma unidade semântica interna de determinadas unidades lexicais que estabelecem certas coerções, ou seja, é no léxico que se seleciona os encadeamentos argumentativos e é a partir das coerções impostas por ele que se chega a uma continuação que a ele se vincula. O que se nota com a leitura dessa abordagem teórica é que a própria palavra já contém continuações potenciais que serão selecionadas quando da sua colocação em determinado enunciado. Não se pode deixar de falar que é por causa dessas coerções lexicais, não se faz necessário separar o argumento da conclusão, o que seria o pilar da TBS, já que argumento e conclusão devem ser entendidos como um bloco semântico único.

Outro ponto que merece destaque na TBS é com relação do parafraseamento de outras entidades no processo de encadeamento argumentativo. Outrossim, além da unidade lexical, qualquer sintagma, frase ou parágrafo pode ser parafraseado por encadeamentos argumentativos. Devemos destacar também que quanto a estes últimos, usufruem de conectores do tipo *donc* e/ou *portant*, que podem ser traduzidos,

respectivamente por *portanto* e *contudo*, possibilitando a formação dos blocos semânticos.

A TBS não se limita a retratar apenas aspectos lexicais, uma vez que há uma preocupação de se estudar os discursos (referente a certos enunciados presentes no léxico) particulares argumentativos existentes por trás de qualquer unidade linguística. Por causa disso, Carel defende que há, em cada bloco semântico, dois tipos de discursos: os discursos normativos (encadeamentos que podem ser expressos por ‘donc’, ‘paraque’, ‘si’) e os discursos transgressivos (apresentam particularidades como ‘pourtant’ e ‘bien que’). Para explicarmos isso, observemos os exemplos abaixo:

- (2) Márcio é estudioso, portanto não passará na prova.
- (3) Se Márcio for estudioso, ele passará na prova.
- (4) Márcio é estudioso, contudo não passou na prova.
- (5) Márcio não passará na prova, mesmo sendo estudioso.

As assertivas 2 e 3 nos trazem o *aspecto estudioso PT NEG* reprovação e os seus discursos são chamados de normativos. Já as assertivas 4 e 5, trazem o *aspecto estudioso CT* reprovação e são considerados discursos transgressivos, já que são marcados por conjunções ou locuções que denotam diretamente relações com sentido opostos.

Ademais, a significação do adjetivo “estudioso” deve ser marcada tanto pelo *aspecto normativo estudioso PT NEG* aprovação, quanto pelo *aspecto transgressivo estudioso CT* aprovação.

Outra mudança significativa empreendida na TAL a partir da proposta da TBS foi com relação à lei de passagem, que seria uma espécie de garantia de que do argumento à conclusão teríamos uma realização discursiva capaz de fazer com que o destinatário admitisse a legitimidade da conclusão. Essa passagem é fundamentada pelos *topos*, que se procede como uma parte constitutiva do sentido dos encadeamentos argumentativos e que se caracterizam por serem intrínsecos à própria significação.

Ducrot (1994) defendia que o *topoi* que autoriza a passagem de um determinado argumento a uma conclusão só poderia ser concebível fora do domínio linguístico. Dessa maneira, percebe-se uma forte inserção da noção de *topos* para a descrição semântica e que, de certa forma, admitia-se que as palavras e as frases inseridas numa dada língua significam domínios de uma realidade extralinguística. Podemos dizer que há certo afastamento da proposta ANL com os preceitos do estruturalismo, já que aquela vai buscar nos domínios de uma realidade extralinguística o aparato necessário para a significação.

Com a TBS, há um retorno para os preceitos estruturalistas, mudança considerável e que tem como consequência não aceitar as exigências de uma “garantia” que permitisse a passagem de um determinado argumento à conclusão. Isso se dá pelo fato da TBS considerar que no próprio argumento há uma série de encadeamentos argumentativos possíveis, sendo que um deles, dependendo do enunciado, poderá ser selecionado.

Com os avanços teóricos da TBS, Ducrot (2004) estabeleceu, no artigo *L'Argumentation aujourd'hui- positions théorique em confrontation*, a diferença entre a argumentação linguística e a argumentação retórica. Aquela seria simplesmente a argumentação, centrada especificamente no *logos* e não seria por si só suficiente para a persuasão. No entanto, a argumentação retórica está diretamente relacionada a imagem favorável que o agente produtor do texto tenta passar de si (*ethos*) e de que maneira o interlocutor atinge o seu público (*pathos*). A persuasão, por sua vez, estaria sendo estabelecida, segundo Ducrot, a partir a junção entre a argumentação linguística e a argumentação retórica.

Não podemos deixar de mencionar que Ducrot (1992, 2004) posiciona-se de maneira a dissociar argumentação da persuasão. De acordo com o autor, um determinado discurso pode vir a orientar-se para uma conclusão e, mesmo assim, um indivíduo pode tomar uma atitude totalmente diferente daquela que o discurso previa. Para Pinto (2010), existirão outros fatores que, além do discurso, levarão o interlocutor a adotar uma determinada posição, ou seja, ser persuadido. Nesse sentido, após essa explanação sobre os principais aspectos da argumentação, passemos para a abordagem de Pinto (2010).

ARGUMENTAÇÃO NOS GÊNEROS PERSUASIVOS

“Aqueles que se sentem satisfeitos sentam-se e nada fazem. Os insatisfeitos são os únicos benfeitores do mundo.” (Walter S. Landor)

Neste capítulo, apresentaremos a proposta teórica de Pinto (2010), que criou um modelo de descrição da argumentação em gêneros persuasivos, considerando elementos externos ao texto (denominados pela autora de “Componentes Externos”) e os associando com aspectos internos à estrutura textual (por ela denominados de Engrenagem Organizacional), que seria uma série de estruturas composicionais presentes na materialidade textual; deve-se, também, destacar que a proposta da pesquisadora inclui ainda uma Engrenagem Enunciativa Ampliada, cuja principal característica está na apresentação das noções de *ethos*, em que o orador se firma para provar seus argumentos. Desse modo, apresentaremos o modelo que, de certa forma, serviu de norte para a elaboração de nossa proposta. Contudo, esta tese não se servirá de todas as categorias de análise de Pinto (2010), pois privilegiamos alguns aspectos diferentes daqueles que a autora elegeu.

Apresentaremos, em linhas gerais, o modelo de análise da Argumentação nos Textos persuasivos, proposta teórica de Pinto (2010), que atende em parte ao que julgamos relevante considerar numa análise argumentativa do gênero. Um dos méritos da proposta da autora é contemplar aspectos externos ao texto e sugerir categorias teóricas para dar conta do texto não verbal. Tomamos, por isso, como ponto de partida essa empreitada teórica da autora para, assim, propormos os nossos parâmetros de natureza externa e interna da argumentação de textos de finalidade persuasiva, sejam eles verbais ou não verbais. Entretanto, estes últimos textos não serão analisados em nosso *corpus*, ficando a indicação de que outros trabalhos possam usar nosso modelo como mote para uma análise argumentativa, considerando-se as categorias por nós apresentadas.

3.1. Por uma abordagem teórico-metodológica da argumentação nos gêneros do discurso - a proposta de Pinto (2010)

As várias abordagens que lidavam com a argumentação sempre a traziam sob uma ótica metodológica mais limitada, restrita ora às análises aos aspectos eminentemente linguísticos, ora aos aspectos discursivos. Em 2010, Rosalice Pinto, em meio a essas limitações existentes nas pesquisas sobre o tema, lança *Como argumentar e persuadir: prática política, jurídica e jornalística*, trabalho resultado de suas investigações desenvolvidas no Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa, do projeto Gêneros Textuais e Organização do Conhecimento, entre os anos de 2001 e 2006. Esse trabalho é fruto de vários estudos das práticas textuais e do amadurecimento de algumas ideias já presentes em sua tese de doutoramento. Dessa maneira, a autora busca descrever a argumentação em gêneros persuasivos, dentre eles o editorial, a petição inicial e o outdoor, do português europeu, considerando, em suas análises e em seu modelo, aspectos de natureza extralinguística.

Um dos pontos defendidos na abordagem dessa autora é a questão de que os gêneros persuasivos em si trazem consigo uma finalidade de buscar a adesão de um interlocutor a determinada ideia. Para isso, ela defende que se deve respeitar as diferenças entre os gêneros (suas características), uma vez que se deve levar em consideração as várias práticas sociais em que eles estão inseridos, além dos vários recursos de natureza textual (verbal ou não verbal) escolhidos pelo agente produtor a fim de se conquistar a adesão almejada.

Um dos pontos fortes do trabalho Pinto (2010) é a busca, em diferentes propostas discursivas, de subsídios necessários para empreender um modelo de análise da argumentação em que se pudesse conciliar fatores situacionais com a materialização linguístico-textual. Para a autora, o seu grande desafio foi o de tentar resgatar a complexidade do ato de argumentar numa perspectiva da *Linguística dos gêneros*. Assim, a argumentação ganha uma concepção que não se limitava somente a definições taxinômicas, oriundas da tradição positivista, tinha que ir além disso, constituindo-se como um modelo em que a argumentação fosse o objeto de análise da linguística de textos.

Para dar conta de seu modelo, a autora defende uma concepção de texto como uma prática social empírica, inserida em um determinado discurso/ atividade de

linguagem/ esfera de comunicação. Os textos são construídos, segundo ela, a partir da mobilização de recursos lexicais e sintáticos de uma língua. Para a autora, o texto seria uma unidade comunicativa e estaria inserido em uma determinada prática social. Nesse contexto, a noção de gênero usada por ela está ligada ao uso de fatores contextuais, trazendo para a linguística uma tradição retórico-hermenêutica. Assim, todo texto está inscrito em um determinado gênero. Quanto a esse aspecto, advogamos a favor da autora, uma vez que, assim como ela, achamos ser o texto uma constituição histórica, cognitiva e interacional que se manifesta sempre por intermédio do seu uso em várias práticas sociais.

A proposta teórico-metodológica de Pinto vai buscar na noção de prototipicidade o caminho para apresentar as regularidades existentes nos gêneros selecionados para seu *corpus*. Para isso, ela considerou que cada um dos gêneros analisados (editorial, petição inicial e *outdoors*) constituiria uma classe de textos que estariam associados por uma semelhança de família; cada um seria, portanto, um protótipo. Assim, sabendo dessas regularidades e do agrupamento entre os gêneros selecionados, a autora considera que os gêneros, por terem finalidade persuasiva variável, deveriam estar inseridos em diferentes atividades humanas, a fim de se poder fazer comparações estruturais entre eles, o que permitiria gerar as hipóteses básicas a serem consideradas no trabalho.

Desse modo, ela elaborou critérios, tomando como base a noção dos protótipos e, a partir disso, buscou as semelhanças entre eles para a formação das semelhanças de famílias desses gêneros. A noção base de protótipo é a calcada em Kleiber (1990), que já se baseia em Lakoff (1987) e Rosch (1978). Essa noção de prototipicidade teve importância, além de teórica, metodológica, já que, de acordo com Pinto (2010, p. 20), “os gêneros podem apresentar certa regularidade, mas também estão abertos a exceções, a uma variedade considerável”.

Metodologicamente, a autora teve alguns cuidados para a seleção do seu objeto de estudo, o que ela definiu como momentos da realização de sua pesquisa, os quais apresentaremos brevemente:

1º. Momento- seleção dos gêneros persuasivos e seu estatuto representativo: nesse momento, Pinto (2010) apresentou os critérios para escolha dos gêneros e a seleção das categorias a serem trabalhadas. A seleção desses gêneros tomou como base a finalidade persuasiva deles e sua inserção nas atividades diversas de linguagem, além de um certo

grau de institucionalização, dentro das práticas sociais. Três gêneros atendiam aos critérios elencados, a saber: o *outdoor* partidário, a petição inicial e o editorial.

2º. Momento- seleção dos textos persuasivos e estatuto representativo deles: como a proposta de Pinto leva em conta que todo texto está inserido em um determinado gênero, e este último pode comportar infinito número de textos, ela determinou, a fim de facilitar suas análises, dois critérios para selecioná-los:

- a) 1º. Critério: o conteúdo temático do gênero *outdoor* partidário ou editorial é o mesmo, pois trata das Legislaturas em Portugal, no ano de 2002. Quanto ao período da seleção, todos os textos de seu *corpus* foram selecionados um mês antes das eleições gerais. Com relação à petição inicial, manteve-se o mesmo período de tempo, mas o tema não foi o mesmo. Foram escolhidas duas petições iniciais como elementos prototípicos.
- b) 2º. Critério: para a seleção dos textos do gênero *outdoor* partidário, Pinto (2010) escolheu textos dos dois principais partidos que disputavam as eleições: Partido Socialista (OS) e Partido Social-Democrata (PSD); quanto ao gênero petição inicial, os textos foram definidos quanto ao seu grau de dificuldade de acesso aos documentos; quanto aos editoriais, a autora escolheu textos que tratavam do tema exposto na época escolhida em dois veículos de comunicação: Diário de Notícias e Público, totalizando 11 textos do primeiro e 6 textos do segundo jornal.

3º. Momento: seleção dos exemplares do gênero e estatuto representativo dele: partindo da noção de semelhança de família do gênero, já que todos os editoriais buscavam apresentar as propostas dos partidos envolvidos nas Legislaturas em Portugal, os *outdoors* partidários buscavam convencer o eleitor a votar em um dos partidos, e a petição inicial buscava levar um juiz a rescindir um contrato ou obrigar um pagamento. Assim, ela elencou o elemento prototípico dos textos e levou em consideração os seguintes critérios:

- a) Para o *outdoor* partidário: a interdiscursividade seria elemento marcante, assim procurou-se escolher um *outdoor* que estivesse inserido na segunda fase da

campanha e que dialogasse com os textos que já haviam sido produzidos na fase anterior;

- b) Para a petição inicial: como o gênero é mais ritualizado, a escolha foi aleatória.
- c) Para o editorial: a característica marcante elencada pela pesquisadora foi o embate de vozes, assim, selecionou-se um texto que apresentasse o posicionamento partidário dos dois partidos.

4º. Momento: comparação dos resultados obtidos a partir dos estudos de caso com os dos outros textos do mesmo gênero: nesse momento, a partir dos estudos de caso, elaborava-se um quadro teórico que procura descrever os elementos relevantes da argumentação nesses vários gêneros, escolhendo as categorias a serem trabalhadas e, desse modo, fazendo uma “varredura”, como mesmo fala a autora, dos textos que não se enquadrassem no modelo.

Com relação ao percurso metodológico escolhido por Pinto, observamos que a estratégia de usar a teoria dos protótipos foi para determinar um texto prototípico padrão a ser seguido no gênero, o que, com certeza, facilitou nas análises, já que seria complicado apresentar com precisão a temática da argumentação e a quantidade de diversificadas abordagens e categorias que a autora optou por fazer, se fossem realizadas em vários exemplares de textos. Dessa maneira, temos, assim, uma das principais diferenças entre o modelo de Pinto (2010) e o que propomos neste trabalho. Essa diversidade se dá devido ao fato de que optamos por não considerar a teoria dos protótipos e nem a noção de elemento prototípico para fazermos a seleção dos textos e nem determinarmos os critérios de análise.

Um ponto que chama bastante atenção nos critérios metodológicos determinados pela autora diz respeito ao gênero petição inicial. Uma das grandes determinações das pesquisas que lidam com exemplares de textos, principalmente quando o pesquisador busca elencar critérios de seleção precisos de seu *corpus*, é quanto à quantidade de objetos a serem analisados.

Além do aspecto metodológico, teoricamente a proposta de Pinto (2010) chama bastante atenção por unir várias perspectivas diferentes e, em muitos casos, até divergentes, principalmente nas análises textuais. Para muitos teóricos, essa mistura de perspectivas não é favorável, comprometendo, em muitos momentos, a análise mais precisa. No entanto, assim como Pinto (2010), achamos que as correntes da Linguística,

apesar de terem métodos e propostas diferentes, compartilham, muitas vezes, do mesmo objeto, com visões muito próximas, em determinadas circunstâncias. Essa aproximação que Pinto (2010) usou para estabelecer uma base teórica com diferentes correntes, como Análise do Discurso, Linguística Cognitiva, Linguística de Texto e Teoria da Argumentação na Língua (proposta recente da Teoria dos Blocos Semânticos) apenas reforça a necessidade de se analisar os fenômenos da linguagem de forma mais clínica, sem as “paixões” acadêmicas por determinada área ou perspectiva teórica. Quanto a isso, Pinto (2010) foi além de uma simples pesquisa sobre argumentação, pois lançou um modelo complexo em que muitas abordagens são usadas a fim de explicar os fenômenos presentes. Obviamente, apesar dessa mistura (se é que podemos falar assim) de perspectivas teóricas, os limites entre o que a Linguística de Texto e a Análise do Discurso buscam estudar, por exemplo, foi respeitado, tanto que a autora não chega a problematizar sobre a questão da junção dessas abordagens, que, de uma forma ou de outra, visam estudar o mesmo objeto (o texto), mas com propostas, às vezes, bastante divergentes, dependendo do que se pretende averiguar.

Obviamente, o motivo maior de unir diferentes abordagens sob uma metodologia “amarrada” da teoria dos protótipos tinha um objetivo: descrever a argumentação em diversos gêneros a partir de teorias linguísticas. A partir dessa decisão, a autora propõe uma Teoria da Argumentação nos Textos, visando sempre aos textos de caráter persuasivo, sejam eles verbais ou não verbais, dos quais a autora escolheu, como vimos anteriormente, os gêneros editorial, petição inicial e o *outdoor* partidário.

Para definir a argumentação, a autora fez um estudo histórico, desde Aristóteles, o qual influenciou parte de seus pressupostos, já que a sistematização aristotélica “foi fundadora e de extrema relevância para os estudos actuais sobre argumentação” (PINTO, 2010, p. 31). Nossa pesquisa inspirou-se nesse percurso para fazer um retorno semelhante às origens da argumentação. Em seguida, Pinto apresentou os trabalhos de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1988), Toulmin (1993), Barthes (1970), Plett (1981) e Genette (1970). Todos esses trabalhos foram resenhados apenas para comprovar como a argumentação vem mudando de perspectivas teóricas e abordagens, já que nenhuma dessas abordagens, excetuando Aristóteles, é, de fato, usada no modelo proposto pela autora. Além desses teóricos, Pinto descreve os modelos de Ascombe e Ducrot (1988), Carel (2001, 2003 e 2005) e Ducrot (2001; 2004), além dos trabalhos de Adam (2001).

Esses últimos serão usados no modelo proposto pela autora, principalmente Ducrot (2001 e 2004) e Carel (2005) nas análises.

Na abordagem desenvolvida pela autora, percebemos uma preocupação em fazer um longo percurso teórico sobre as categorias por ela consideradas. Diante disso, conceitos como os de *gênero*, *texto*, *estilo*, *argumentação* nos são apresentados sob a ótica de muitas outras abordagens de natureza textual e discursiva, para chegar à definição de cada termo por ela empregado na pesquisa.

3.2 A noção de gênero na Argumentação nos Gêneros

Das noções anteriormente apontadas, emerge a sua proposta de analisar os gêneros persuasivos, que traz outros conceitos já apresentados por outros teóricos da Linguística de Texto e da Análise do Discurso, fato que nos motivou a propor o nosso modelo, partindo de algumas perspectivas teóricas apontadas por essa autora. Ela reconhece a sua inserção no modelo desenvolvido por Bakhtin (1997), para quem só se pode enxergar o presente recordando o passado, sempre levando-se em conta os diferentes contextos sócio-históricos. A partir dessa noção bakhtiniana, Pinto (2010) admite que, “para compreender as diversas perspectivas linguísticas sobre a problemática dos gêneros, a partir das quais extrairemos subsídios para a elaboração do nosso quadro de análise, devemos fazer uma breve digressão histórica sobre a questão” (PINTO, 2010, p. 96). Ela acrescenta ainda, em outro momento, que, a partir dessa digressão, “tentaremos mostrar que a problemática dos gêneros, como é retomada por teóricos da Linguística Textual e da Análise do Discurso, tem suas origens nos preceitos bakhtinianos” (PINTO, 2010, p. 97).

O que se percebe é que a autora busca, com a Argumentação nos Gêneros, poder elaborar um modelo de análise da argumentação que possa considerar, por exemplo, todos os mecanismos argumentativos, sejam eles explícitos ou implícitos, que são usados nos gêneros com finalidade argumentativa. Para isso, recursos de natureza verbal e não verbal devem ser considerados, pois eles podem estar em um diálogo entre si e, inclusive, com os aspectos situacionais. Ademais, o modelo de análise se constitui a partir da análise descendente que se inicia na observância dos critérios externos e chega até os aspectos mais internos do texto, sempre em uma relação entre um plano e outro.

Por causa disso, a autora opta por substituir o termo “componentes” por “engrenagens”, a fim de fazer com que se tenha uma maior noção de dinamicidade que os aspectos podem ter uns com os outros, já que a ANG se dá de maneira interativa. Apesar da pertinência dessa observação, mantivemos, nesta tese, a designação de *componentes*.

Pinto divide, assim, sua proposta, considerando o gênero como entidade mais ampla que necessita da materialização textual. Para isso, ela divide sua proposta em duas vertentes: a vertente externa, constituída dos componentes externos ao texto, e a vertente interna, constituída dos componentes internos ao texto. Essa abordagem pode ser resumida a partir do esquema gráfico abaixo:

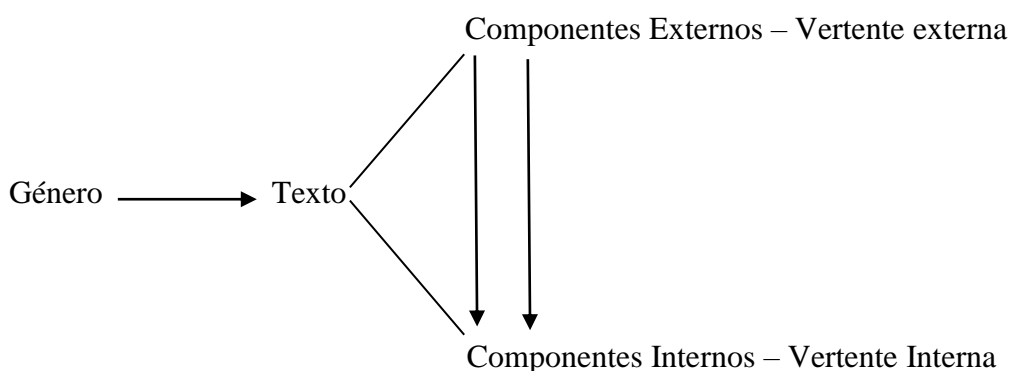


Figura 1- Esquema da abordagem teórico-metodológica da Argumentação nos textos persuasivos (PINTO, 2010, p. 157)

A autora, sobre o modelo representado acima, faz uma ponderação que julgamos importante de ser mencionada. Para ela, seu modelo é apenas um desdobramento didático-metodológico e se constitui como uma tentativa de análise textual de maneira descendente, elaborada a partir das considerações de questões externas ao texto.

Como apresentamos anteriormente, mas que vale a pena mencionarmos novamente, ela opta por um conceito de texto empírico inserido em um determinado discurso, atividade humana e esfera comunicativa, sendo que o texto se constituiria a partir da mobilização de recursos lexicais e sintáticos de uma língua, podendo ser plurissemióticos, mobilizando recursos verbais e não verbais. O modelo empreendido toma como base alguns conceitos de teóricos como Bakhtin, Maingueneau, Charaudeau, Adam e Bronckart, para a explanação dos componentes internos e externos ao texto empírico. Importante que se diga que, com relação aos aspectos conceituais, a autora não modifica a nomenclatura já existente na literatura especializada. Na verdade, ela

sempre faz um cotejo das noções por ela abordadas, mostrando os pontos de encontro e as diferenças existentes entre os teóricos anteriormente mencionados, para, em seguida, defender seu ponto de vista.

A fim de estabelecer uma teoria de argumentação para ser aplicada em análise de gêneros de natureza persuasiva, Pinto (2010) fez uma incursão teórica sobre os principais estudos sobre gênero, pontuando as contribuições dos antigos, como Aristóteles, e trazendo essa discussão para teorias mais recentes, no seio da Linguística de Texto e da Análise do Discurso. Obviamente, essa retomada dos principais modelos teóricos não era um dos objetivos da autora, como ela mesma diz: “compete-nos apenas selecionar perspectivas teóricas mais recentes que realmente nos forneceram contributos relevantes para a elaboração do quadro de análise dos gêneros com que trabalhamos” (PINTO, 2010, p. 96).

Nas categorias elencadas no Componente Externo da argumentação, notamos uma forte influência de Maingueneau (2004a), por esse autor considerar, assim como Bakhtin, que os gêneros sofrem uma série de coerções externas, responsáveis pelo ato comunicativo. Na proposta desse autor, temos uma série de coerções básicas: o lugar e o momento de realização da atividade discursiva, a legitimidade dos parceiros, a finalidade, o suporte e os modos de difusão e o modo de organização. Posteriormente, como descreveremos no Componente Externo, existem proximidades com algumas das categorias deste autor, usadas por Pinto (2010).

Outra importante base teórica de que a autora sofrerá nítida influência é a de Charaudeau (1983; 1997a; 1997b). Essa aproximação com a proposta deste último autor se deve devido ao fato de ele considerar que os gêneros são situacionais e são definidos a partir de contingências ou coerções estabelecidas pela própria situação comunicativa. Essa consideração foi fundamental para a proposta da autora, já que se pode considerar que há um ponto de articulação entre as coerções situacionais estabelecidas por um contrato global de comunicação e a própria organização textual materializada por marcas formais. Na verdade, é nítido que Pinto (2010) parte da concepção de Charaudeau (1983) de que há esse encontro entre os elementos externos e os internos de um gênero, para propor que a argumentação nos gêneros persuasivos se constitui, justamente, a partir da consideração dessa articulação. O desafio da autora, dessa forma, foi estabelecer categorias de análise que pudessem dar conta tanto do aparato externo

em que o texto está inserido, quanto dos aspectos organizacionais de que o texto necessita. Para isso, eis que a autora teve que unir, em um só trabalho, abordagens da Análise do Discurso e da Linguística de Texto.

A noção de gênero de Adam (1992) chega a ser citada como aporte teórico por Pinto (2010), mas não é selecionada como categoria. Adam organiza sistematicamente um modelo de análise do gênero, levando em consideração vários aspectos, que ele chama de “componentes”. É provável que a descrição desses componentes tenha servido de norte para a criação do modelo de Pinto.

Do Interacionismo Sociodiscursivo, de Bronckart (1997), Pinto (2010) absorve a noção de arquiteitualidade, principalmente, além da formação do modelo desse autor, que considera o plano de texto, os processos de esquematização e as marcas que atestam as relações entre os níveis textuais. Esses aspectos também influenciaram as categorias de análise propostas por Pinto (2010).

Ciente da relevância do gênero na proposta de Pinto (2010), passemos a analisar um dos pontos cruciais de sua abordagem: o Componente Externo. Importante ressaltarmos que a resenha de todo o referencial de base desta pesquisa será comentada com vistas à proposição de nossos parâmetros de investigação.

3.3 Os Componentes Externos

Pinto (2010) considera como Componentes Externos todos os aspectos contextuais, ou seja, elementos sociais, históricos e situacionais, relativos ao universo textual, que intervêm diretamente na materialização. Esses aspectos são construtivos do texto e com ele estabelecem uma relação dinâmica e dialógica. Para a construção do componente externo, ela toma como base Maingueneau, Adam e Bronckart, apesar de, em alguns momentos, completar o pensamento deles com alguns pontos que seriam importantes para caracterizar os gêneros persuasivos (Editorial, Petição Inicial e outdoors) que a autora se propôs analisar.

De Maingueneau⁸, Pinto aproveita os conceitos de *finalidade* (explícita e implícita), *lugar* (empírico e de circulação), de *legitimidade do estatuto dos parceiros* e do *momento da realização* (periodicidade, duração do encadeamento, continuidade e duração de validade). De Adam, a autora usa os conceitos de *peritexto* e de *metatexto*, os quais foram introduzidos por esse autor nos fenômenos da linguagem. De Bronckart, a autora aproveita os conceitos de *arquitexto* e *intertexto*. Além dessas noções, a autora propõe mais quatro outras categorias para a descrição: *componente discursivo* (por causa da importância atribuída por ela à prática discursiva em que o texto é produzido), *as instâncias interlocutivas*, *o tempo empírico* e *o tempo de circulação*.

De maneira mais simplificada e didática, a fim de sistematizar o componente externo ao texto da proposta de Pinto (2010), observemos o esquema abaixo, elaborado por nós:

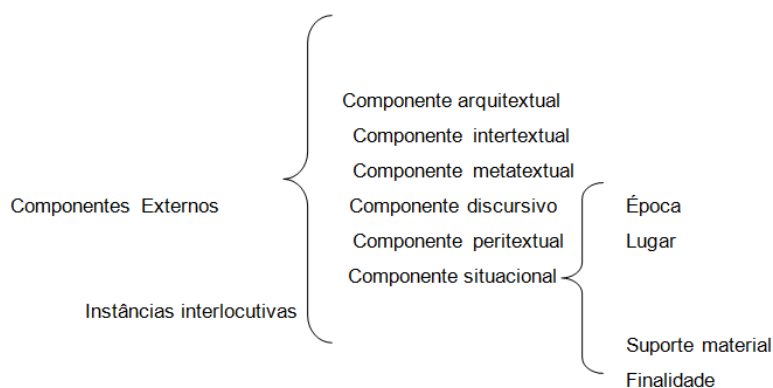


Figura 2- Componentes Externos na proposta de Pinto (2010)

É inegável a importância de alguns elementos de natureza externa ao texto para a constituição da argumentação. Com isso, Pinto (2010) busca fazer uma sistematização de categorias que podem ser consideradas em uma análise de gênero persuasivo. A crítica que pode ser feita à proposta da autora é quanto a algumas categorias que, para nós, mais se constituem como elementos textuais do que como fatores propriamente externos. Na verdade, os fatores externos, destacados pela autora, estão presentes em um Componente Externo, mais por uma questão didática do que por uma preocupação

⁸ A autora considerou os trabalhos de Maingueneau desde 1986, quando este autor apresenta alguns dos conceitos destacados por ela nos fenômenos acerca do estudo dos gêneros. Importante destacarmos que, em vários trabalhos, o autor chega a reformular alguns conceitos em trabalhos mais recentes.

taxionômica. Discutiremos cada um desses itens da proposta da autora e firmaremos nosso ponto de vista a respeito de cada um, definindo as categorias que comporão nossos parâmetros de análise.

3.3.1 Componente Arquitextual

Pinto (2010), a partir da proposta de Genette e da adaptação feita de Bronckart (2004), usa a noção de arquitextualidade e propõe a existência do Componente Arquitextual integrando os fatores externos ao texto. Para ela, o Componente Arquitextual seria uma organização de textos preexistentes ou ainda em uma espécie de reservatório de gêneros de textos, que, de certa forma, estariam presentes na memória de longo termo do produtor. O que se notou é que a noção de gênero, considerada por muitos teóricos como ainda de difícil compreensão teórica, foi apresentada pela autora de maneira muito breve, já que dedicou apenas algumas linhas de sua explanação para explicar o que, de fato, seria o Componente Arquitextual. De certa forma, Pinto pouco justifica a decisão pelo modelo de Bronckart: a razão pela qual o arquitexto está constituindo um fator externo ao texto e não, por exemplo, integrar o Componente Interno, mais especificamente, o que ela chama de Engrenagem Organizacional.

É inegável que o conceito de arquitexto usado pelo Interacionismo Sociodiscursivo é importante fator para a definição de algumas estruturas ligadas ao gênero. A construção mental de estruturas arquitextuais nos sujeitos em suas práticas discursivas é fundamental na organização das características dos textos, assim como as características dos gêneros, uma vez que o sujeito, quando entra em contato com certos textos, projeta já uma série de possibilidades de características do gênero em que estão inseridos no ato comunicativo.

No entanto, para nós, esse conceito está muito mais relacionado com a organização dos gêneros, porque permite ao indivíduo reconhecer em um dado gênero com suas características e nuances; é isso que o faz, por exemplo, considerar um poema diferente de um editorial. Por conta disso, optamos, em nosso modelo, por não considerar esse fator como um dos que estejam relacionados aos elementos externos, e um dos principais motivos é a imprecisão que ainda há sobre as definições dessa categoria como uma das estratégias para estudar um gênero textual.

A definição dada por Pinto (2010), para nós, não permite integrar o arquiteixo como um elemento externo. Para ela, o arquiteixo está “presente na memória de longo termo, um agente produtor recorre quando da produção de determinado texto” (PINTO, p. 160, 2010). Em muitos momentos, a possibilidade que o sujeito tem de organizar mentalmente as características de um determinado gênero textual constitui-se como algo externo ao texto apenas no processo de formalização dessas características, já que quando se fala em um dado gênero todos já pensamos em sua organização. O sujeito, quando pensa em um poema, por exemplo, sabe de uma série de características que, de fato, são ativadas em seu processamento mental (característica individual do cidadão) e que são oriundas também de uma série de fatores sócio-históricos que nos fazem entender um gênero como um gênero. Assim, por causa dessa estreita relação entre o que é externo e o que é organizacional (interno), já que muitas características dos gêneros textuais se configuram na sua estruturação composicional, optamos por não tomar o arquiteixo como um elemento externo, nem o considerar como categoria em nosso modelo.

Nesse contexto, já se pode apontar uma divergência entre o modelo apresentado pela pesquisadora e o que pretendemos empreender, pois não consideramos o conceito de arquiteixo como constituinte do elemento externo e, como a noção de gênero que defendemos está ligada ao modelo de Bakhtin, também não o usaremos nos outros componentes.

3.3.2 Componente intertextual

O componente intertextual é considerado na proposta de Pinto como sendo qualquer tipo de diálogo entre textos, discursos ou gêneros. Assim, a autora não considera as divergências terminológicas entre intertexto, interdiscurso e intergêneros. Por causa disso, a intertextualidade é vista em três planos: no primeiro plano, são considerados como tendo natureza intertextual todos os textos que ecoam direta ou indiretamente no texto a ser analisado (isso corresponderia ao que a literatura sobre o assunto trata como *intertextualidade*, propriamente dita); no segundo plano, a intertextualidade corresponderia a todos os textos pertencentes ao mesmo gênero do texto em análise que dialogam com este último (esta categoria remete à arquiteixualidade de Genette, 1982); no terceiro plano, temos uma referência a gêneros

diversos que circundam o gênero de texto em análise, no suporte material, e que com ele se inter-relacionam de forma implícita ou explícita.

Nosso raciocínio é o mesmo que utilizamos para discutir o arquitexto. Essa relação entre textos, para nós, não está somente no plano externo ao texto, mas há muito do processamento textual que possibilita a remissão direta ou indireta a textos. Por essa razão, parece-nos mais coerente não apresentar o intertexto como um fator externo, uma vez que a retomada de um texto por outro e o estabelecimento do diálogo entre eles pode ser feito a partir de elementos linguísticos. A intertextualidade é um dos fenômenos que, por sua amplitude de perspectivas, não pode estar em uma classificação somente como um Componente Externo ou como um Componente Interno, já que ela “flutua” entre esses dois componentes, pois representa os dois.

Outro ponto que causa problema é a amplitude de perspectivas que a autora assume ao optar pela visão de Bronckart (2004) sobre intertexto e ir além disso, não distinguindo intertexto e interdiscurso e considerando que o processamento intertextual se dá em três planos, como mostramos acima. Para nós, que trabalhamos com o conceito de intertextualidade como um dos critérios de coerência/coesão em outro trabalho (GARANTIZADO JÚNIOR, 2011), achamos que essa noção não pode ser usada como um fator definidor da argumentação no plano externo apenas, já que muitas vezes uma marca linguística, uma informação implícita e subentendida pode proporcionar o intertexto, como vemos em Cavalcante (2012, 2013), Koch, Bentes e Cavalcante (2007), Koch e Bentes (2010) e Garantizado Júnior (2011).

Para nós, é mais apropriado considerar que, na passagem do plano externo ao texto para o plano interno, há categorias que servem para proporcionar essa passagem por integrarem perspectivas ligadas aos fatores que condicionam a argumentação nesses dois planos.

Num texto, por exemplo, o sujeito usa essas relações intertextuais, pois necessita de outros textos anteriores para convencer seus interlocutores. Nesse caso, as marcas linguísticas que nos fazem relacioná-los estão ligadas ao plano interno do texto, enquanto a própria retomada na memória do sujeito da relação entre os textos está ligada aos fatores externos, que os fazem recordar desse diálogo e, assim, estabelecer

relações entre estruturas. Portanto, não estamos desconsiderando a intertextualidade como um fator que se liga ao plano externo da argumentação.

É inegável que a intertextualidade pode ser um elemento fundamental para a constituição do ato argumentativo. Em muitos momentos, o Locutor necessita de outros textos para se fazer entendido e, assim, poder empreender sua estratégia argumentativa. Desse modo, consideramos a intertextualidade como um fenômeno capaz de estabelecer relações entre os aspectos externos do texto e os aspectos internos. Os estudos recentes realizados pelo Grupo Protexto da Universidade Federal do Ceará, sob a coordenação de Mônica Magalhães Cavalcante, já nos apresentaram o quanto a intertextualidade pode ser responsável por integrar elementos socioculturais, contextuais, e aspetos cotextuais, presentes na materialização textual. Assim, esse fenômeno linguístico será considerado como um fator que contribui para a argumentação e, para esse momento inicial de nosso modelo, optamos por não enquadrá-lo em uma categoria fixa e, sim, estudá-lo como um recurso que se manifesta nas duas vertentes (tanto interna quanto externa) da argumentação no instante em que o Locutor tenta persuadir seu público.

3.3.3 Componente Metatextual

O componente metatextual é visto por Pinto de uma maneira discursivo-textual, já defendida por Adam (2001). Dessa maneira, ela busca adaptar o conceito de metatexto às condições de circulação dos vários gêneros.

Novamente, a autora não justifica o motivo de apresentar uma noção como integrando o Componente Externo ao texto. Entretanto, a própria definição de metatexto, tanto a de Genette quanto a de Adam, já nos possibilita entender que a metatextualidade envolve, de algum modo, as condições de circulação dos textos. Nas seções de análise dos textos prototípicos, Pinto defende a importância do Componente Metatextual no gênero *outdoor*, por exemplo. A autora explica os sentidos do *outdoor* com base na Lei que fundamenta a propaganda eleitoral em Portugal (A Lei Eleitoral da Assembleia da República). Desse modo, tenta abordar os reais mecanismos de condições externas que os textos apresentados para o público (eleitorado) devem apresentar, destacando as coerções que a lei pode causar ao texto:

O outdoor partidário, sendo regulado pelo LEAR e pelo Código de Publicidade, sofre coerções no que tange ao tempo e aos locais de circulação. Tais imposições (...) imporão, ao nível da realização textual, restrições no que diz respeito à apresentação dos cartazes: predomínio da imagem em relação à linguagem verbal, utilização de actos ilocutórios, com efeito perlocutório e palavras de impacto (PINTO, 2010, p. 266).

Dessa maneira, as condições para a produção do texto é que foram exploradas pela pesquisadora. Nesse sentido, devemos dizer que esse componente defendido por ela é, sim, importante em seu modelo, uma vez que ele vai interferir, como ela apresentou em suas análises, nas condições de produção dos textos.

Em nosso modelo, não pretendemos considerar o metatexto como um dos componentes externos ao texto. Na verdade, por causa das várias imprecisões que ainda pairam sobre essa categoria, resolvemos não apresentá-la como um dos critérios de análise.

3.3.4 Componente Discursivo

O componente discursivo seriam práticas de linguagem que se constituem de maneira empírica e linguisticamente expressas nos textos. Assim, esse componente visa a considerar um conjunto de práticas sociais e históricas que, de certa forma, intervirão diretamente no processo de materialização textual. Ademais, não se pode pensar no texto sem que se considere o discurso.

Aparentemente, esse componente está mais ligado aos tipos de discursos em que os textos estão inseridos. Na seção em que a autora o define como constituinte do Componente Externo, ela faz uma breve explanação sobre o conceito de formação discursiva apresentada por Foucault em seus vários trabalhos, em especial o de 1969, *L'Archeologie du savoir (A arqueologia do saber)*. A pesquisadora recorre, também, para esse conceito, a Bakhtin (1997) e a Adam (1997). A partir desses teóricos, a autora defende que “O Componente Discursivo será por nós definido como o conjunto de práticas sociais e históricas que interferirão diretamente na materialização textual e estarão, nesta última, imbricados” (PINTO, 2010, p. 163). No entanto, nas análises, verificamos que o conceito de formação discursiva não é retomado. Como nossa proposta está de acordo com os estudos recentes da Linguística de Texto e, assim como

Pinto (2010), usamos muitos conceitos da Análise do Discurso para complementarmos nosso modelo, achamos conveniente não determinarmos um Componente Discursivo, pois não é interesse de nossa pesquisa caracterizar tipos de discurso, nem descrever relações interdiscursivas. Assim, não usaremos a terminologia “componente discursivo”.

3.3.5 Componente Peritextual

Para Pinto (2010), o componente peritextual seria uma série de fronteiras textuais que servem para delimitar todos os textos (unidades secundárias) que circulam em torno do texto a ser analisado e que se constituem no mesmo espaço material deste, ou seja, a autora segue a mesma orientação de Adam (2001).

Novamente, a autora não justifica o motivo pelo qual apresentou essa categoria como integrante do Componente Externo. O fato é que as definições apresentadas por ela, assim como as definições de autores como Adam (2001), Genette (1987) e Rastier (2004), ligam-se mais a aspectos de natureza textual do que a aspectos externos. Genette (1987), por exemplo, defende que há o paratexto, responsável por englobar o peritexto (conjunto de gêneros do discurso que circundam o texto, no espaço de um mesmo volume) e o epitexto (as produções que circundam os textos e que não estão materialmente ligados a eles). Já para Adam (2001), o peritexto seria uma série de fronteiras delimitadas por todos os textos que circundam o texto analisado, no mesmo espaço material.

Na verdade, a noção de peritexto é bem complexa e não nos parece adequada para tratar de relações intertextuais. Na verdade, nossa principal reflexão concerne ao fato de o conceito de peritexto estar integrando um elemento externo ao texto, já que, nas análises feitas por Pinto (2010), não se faz menção a contextos fora do texto e, sim, a elementos internos a ele, sempre remetendo a estruturas que o integram direta e organizacionalmente. Exemplo disso é a unidade textual denominada de “título”, que, para nós, está ligada à estrutura composicional do texto, embora se remeta a uma situação comunicativa anterior, fato, inclusive, que faz a pesquisadora defender que, nos editoriais, o peritexto é de difícil compreensão e as unidades identificadoras dessa

estrutura seriam mais ligadas “aos textos que o circulam, na mesma página, e com os quais, ele não dialoga de forma explícita nem implícita”. (PINTO, 2010, p. 394-395).

Devido às imprecisões terminológicas e teóricas que essa noção pode causar, optamos por não usar essa categoria na constituição de nosso modelo, apesar de reconhecermos que as unidades peritextuais integram, sim, o processo argumentativo.

3.3.6 Componente Situacional

O componente situacional estaria ligado diretamente à necessidade de o texto ser situado em um determinado lugar e momento de realização, envolvendo elementos que servem para caracterizar a época em que o texto foi produzido. A base teórica que sustenta esse componente, segundo a autora, seria o conceito de gênero de Maingueneau (2002). Entretanto, ela propõe o acréscimo de elementos, como periodicidade, duração dos encadeamentos, continuidade e duração de validade do texto, que também podem fazer com que tenhamos uma maior precisão da situação comunicativa. A autora propõe também que as instâncias interlocutivas (as entidades que participam direta ou indiretamente na produção do texto empírico), o suporte material e a finalidade da comunicação entrem como caracterizadores da situação do texto.

Na pesquisa de Pinto (2010), as instâncias de produção ganham um valor de complexidade significativo. Como se sabe, essa noção está ligada aos aspectos de temporais na divulgação de um determinado texto. Desse modo, elas despontam como importantes ferramentas para o processo de produção do gênero. Dependendo deste último, tem-se uma instância de produção diferenciada, haja vista que a circulação do texto pode se constituir de maneira diversa em cada situação comunicativa. Para a autora, no gênero *outdoor*, por exemplo, as instâncias de produção se constituem como elementos complexos, já que o gênero tem diferentes fases na sua produção por causa de questões políticas e contextuais, o que não ocorre da mesma forma no gênero petição inicial em que se tem um texto mais formalmente instituído.

Fica notória a influência de Maingueneau (1984, 2002) na proposta da autora no que tange aos aspectos que garantem o componente situacional. Isso se confirma também com relação à questão temporal. Entretanto, a autora opta por estabelecer uma

subdivisão nessa categoria, dividindo-a em tempo empírico (época efetivamente de determinado gênero) e tempo de circulação (a circulação do gênero socialmente).

Devemos reconhecer os avanços promovidos por Pinto (2010) no que tange à constituição de um modelo de análise da argumentação, levando em conta algumas categorias outrora esquecidas pelos analistas, principalmente, relacionadas ao contexto de produção e de circulação dos textos. De alguma maneira, nosso pensamento está muito próximo da visão da autora em considerar esses contextos situacionais como dois momentos de produção, um mais amplo, em que o gênero se constitui, e outro mais específico, momento real de circulação dos textos. Entretanto, o modelo que propomos é mais simples, já que considerará apenas o contexto sócio-histórico em que o gênero se constitui e a situação comunicativa em que o texto é usado.

A pesquisadora define a importância também do conceito de finalidade, já usado por Maingueneau (1998; 2002) e por Bakhtin (1997). A justificativa dada pela autora para usar essa categoria bastante problemática na Análise do Discurso, principalmente, foi que os gêneros do *corpus* da pesquisa desenvolvida por ela são, essencialmente, persuasivos. Desse modo, seria interessante, segundo ela, abordar a questão da funcionalidade dessas unidades para a constituição da argumentação. Apesar de se aproximar bastante de Maingueneau (2002), Pinto (2010) também acrescenta uma subdivisão dessa categoria e propõe a existência de uma finalidade externa (referente ao objetivo depreendido a partir de um grupo de textos) e interna (depreendida a partir da leitura de determinado texto).

Após essa breve explanação das categorias elencadas pela proposta de Pinto (2010) que constituem o Componente Externo, passemos para os Componentes Internos, responsáveis pelos processos de organização dos textos.

Como podemos perceber, Pinto (2010) contribuiu bastante para os estudos de argumentação por considerar, de forma sistemática, aspectos externos relacionados ao texto.

3.4 Os componentes internos

Com relação aos Componentes Internos, Pinto (2010) os define como sendo todos os aspectos relativos à organização linguístico-textual do texto, considerando-se tanto os elementos verbais quanto os não verbais. Para o desenvolvimento desse

componente, percebemos uma forte influência da proposta de Adam (2001), para quem uma análise textual deveria conter o componente semântico, o componente composicional, o componente estilístico/fraseológico e o componente enunciativo. No entanto, a autora modifica o modelo de Adam e, assim, une os componentes semântico e composicional em apenas um, o que ela denomina de componente organizacional. Para o estudo da análise textual sob uma perspectiva microlinguística, Pinto usa o termo *componente estilístico* e, por último, para a descrição das imagens textuais do Locutor e do interlocutor, sugere a expressão *componente enunciativo ampliado*.

Ao descrever o componente organizacional, a autora faz severas críticas aos modelos que focalizam apenas o aspecto organizacional, dividindo o texto em unidades de sentido com tamanhos diferenciados. No entanto, reconhece que alguns trabalhos, principalmente os que se propuseram a ter um enfoque linguístico-textual, buscaram estabelecer as relações entre a questão organizacional, o plano de texto, de Adam (1997), e outros aspectos que estão diretamente relacionados ao gênero, mesmo que o tenham feito de maneira superficial.

Como alternativa teórica, a autora propõe que se analise o componente organizacional a partir de outras categorias menores. Admite, dessa maneira, a existência de uma categoria imposta pelo contato direto com os textos de que ela dispunha em suas análises. Essa categoria, denominada de Engrenagem Organizacional, se constituía de uma espécie de plano de texto em que se poderia fazer presente uma série de Unidades Macrotextuais (UMT's), que seriam o centro desencadeador das relações argumentativas – e uma/ou diversas unidades textuais (UT's) explícitas ou implícitas, que, por sua vez, se ligariam às UMT's.

De uma maneira didática, podemos observar como se constituiria a Engrenagem Organizacional a partir do quadro abaixo, proposto por nós, a fim de sistematizarmos a proposta dessa autora:

Engrenagem Organizacional	Unidades Macrotextuais (UMT's)	
		Unidades Textuais Implícitas

	Unidades Textuais (UT's)	(UTI's)
		Unidades Textuais Periféricas (UTps)

Quadro 1- Quadro sistemático da Engrenagem Organizacional da proposta de Pinto (2010)

A Engrenagem Organizacional diz respeito ao conjunto de níveis diferentes em que um texto pode ser dividido. Assim, ela pode ser analisada em qualquer tipo de texto. Em se tratando de textos com caráter persuasivo, ela se constitui, precisamente, como um conjunto de relações argumentativas que podem ser depreendidas do texto.

Um ponto que merece destaque é a relação feita entre a Argumentação na Língua (TAL) em sua fase denominada Teoria dos Blocos Semânticos (TBS) e a Engrenagem Organizacional. Isso é notório na própria definição de algumas das unidades a serem segmentadas no texto, segundo a proposta de Pinto (2010). Desse modo, ela defende que os encadeamentos em [CT] e [PT], presentes na TAL, servem para condensar as relações existentes entre a UMT e as outras unidades, servindo como um centro de distribuição entre essas unidades.

A Unidade Macrotextual seria uma determinada parte de um texto, podendo ser uma unidade lexical, um sintagma, uma proposição, um parágrafo ou um conjunto de parágrafos que condensam os encadeamentos em [CT] e [PT]. É essa unidade que gera os outros níveis dessa engrenagem, mas se deve considerar que a UMT, em sua essência, seria uma UT, já que possui uma unidade de sentido no universo textual. Mas a UMT tem um estatuto hierárquico que a faz responsável por condensar todas as outras unidades a partir de centros desencadeadores de relações argumentativas.

Para ela, um dos pontos fundamentais da UMT é o fato de ter um caráter funcional, já que, como já falamos anteriormente, sua função é distribuir as relações argumentativas, fornecendo importantes instruções para o restante do texto. Outrossim, a UMT pode assumir formatos diferenciados, dependendo do gênero que se quer analisar. Vale notar, porém, que a UMT ora converge para a noção de tópico, ora para a de unidade argumentativa, o que pode gerar problemas definicionais.

No universo textual, a UMT pode funcionar de diversas maneiras: condensar ou armazenar as relações argumentativas de determinado texto, servindo de Plataforma

Condensadora (PC); pode ser centro descentralizador ou distribuidor de relações argumentativas, funcionando como Plataforma Geradora (PG). Essa designação terminológica se deu por causa da necessidade que a autora teve de privilegiar os textos do ponto de vista da interpretação e não da produção. Ademais, essas duas plataformas seriam funções que a UMT poderia ter em um determinado texto e, de certa forma, elas estariam relacionadas uma com a outra. Sobre a relação entre a Plataforma Geradora e a Plataforma Condensada, observemos as palavras da autora:

O processo interativo permeia toda comunicação verbal, e a PG seria apenas uma imagem especular da PC. Na interpretação do texto, caberá ao interlocutor *re-construir* as relações argumentativas previstas pelo agente produtor quando da elaboração do que nós denominamos de PC. Nesse processo, essa plataforma, que armazena relações argumentativas e que denominamos de PC, será desmontada. Nessa desmontagem, haverá uma re-construção das relações argumentativas. Dentro desse contexto, a PC tem um outro estatuto, o de plataforma geradora – PG – que será por sua vez também materializada por uma ou várias UMT(s), e função do gênero analisado (PINTO, 2010, p. 217 [grifos da autora]).

Na proposta de Pinto (2010), a Unidade Textual seria qualquer tipo de unidade – seja ela lexical, proposicional ou relativa a um parágrafo ou a vários parágrafos – implícita ou até mesmo explícita (verbal ou não verbal) que, no interior do universo textual, apresenta unidade de sentido.

Dessa forma, a Engrenagem Organizacional se constitui de Unidades Textuais (verbais, não verbais, periféricas e implícitas), que podem ser vistas como Unidades Macrotextuais (com função de Plataforma Geradora ou de Plataforma Condensada). Além disso, para que se identifiquem essas unidades textuais, a autora propõe critérios não verbais, que estariam mais ligados aos aspectos tipográficos e cromáticos do texto, critérios aspectuais, semânticos, discursivos, além de critérios mais sequenciais ou composicionalmente externos.

Passemos, agora, para uma breve explanação de como Pinto (2010) analisa cada um dos gêneros sob o prisma da Engrenagem Organizacional por ela proposta. Achamos oportuno apresentarmos essas análises feitas pela pesquisadora, uma vez que podemos apresentar os pontos em que poderemos convergir ou divergir da proposta da autora.

3.4.1 Uma breve explanação da análise do Estudo de caso 1 (gênero outdoor partidário)

Na apresentação do gênero outdoor, Pinto (2010), antes de entrar propriamente na análise do gênero, preocupou-se em fazer uma discussão sobre questões terminológicas (o significado de *outdoor*) e questões políticas as quais envolviam os partidos que disputavam as Legislativas de Portugal. Esses elementos externos foram inseridos nos Componentes Externos. Como nosso objetivo nesta seção é apresentar as análises da Engrenagem Organizacional, começemos observando o texto que Pinto (2010) escolheu, seguindo uma série de critérios os quais já apresentamos anteriormente, para ser elemento prototípico do *outdoor* partidário:

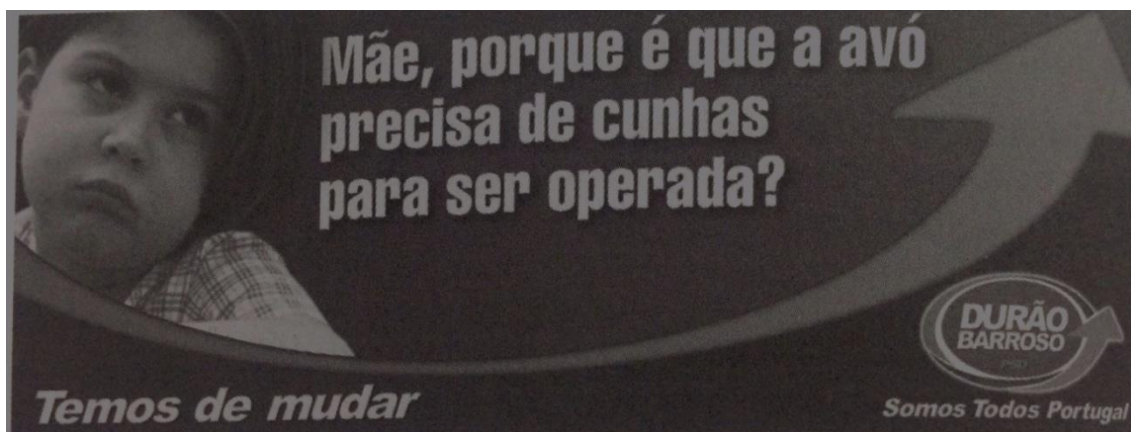


Figura 3- Estudo de caso 1- elemento prototípico do gênero *outdoor* partidário (PINTO, 2010, p. 258)

O texto acima, retirado da pesquisa de Pinto (2010), como se pode perceber, é um texto misto, pois possui elementos verbais e também não verbais. Nesse gênero, o que percebemos foi uma grande retomada para os estudos da Argumentação na Língua, de Ascombe e Ducrot, além da TBS, proposta por Carel e Ducrot, como bem explica Pinto (2010): “antes de passarmos realmente à descrição da EO do cartaz político escolhido, faremos uma breve explanação sobre as questões totais, descritas a partir de Anscombe e Ducrot (1988), através da teoria polifônica clássica (TPC)” (PINTO, 2010, p. 274). A autora acrescenta ainda que essa introdução “se faz necessária porque, dentro do *outdoor* partidário, encontraremos um tipo de questão cujo funcionamento sintático será bem similar ao da questão parcial - as duas apresentam o interrogativo ‘por que’, mas apresentam uma descrição semântica bem distinta” (PINTO, 2010, p. 275).

Para esclarecer sobre essa designação de questão total e questão parcial, temos que entender que aquela diz respeito à Teoria Polifônica Clássica (TPC) desenvolvida por Anscombe e Ducrot (1988), em que o Locutor colocaria em cena os ponto de vista de três enunciadores:

Um enunciador- e1- com o ponto de vista correspondente a uma asserção prévia-p.

Um enunciador- e2- que apresentaria uma certa incerteza em relação a -p.

Um enunciador- e3- que salienta o seu ponto de vista ao questionar o interlocutor, de forma que ele escolha uma resposta do tipo -p ou uma resposta do tipo ~p.

Baseado no modelo desenvolvido por Anscombe e Ducrot (1988), Sauerwein (2000) desenvolveu a descrição de algumas expressões polêmicas em francês e em alemão, centrando em tipos de questões parciais, dentre elas as introduzidas por “por que”. Para esta última autora, o “por que” interrogativo faz introduzir pelo menos três enunciadores. Para exemplificar bem essa questão, a autora nos deu o exemplo, imaginando que tivéssemos, no *outdoor* partidário em análise, a interrogativa: porque avó precisa de ‘cunhas’ para ser operada?”. Nesse caso, analisando uma questão parcial do porquê, teríamos os seguintes enunciadores:

- a) O primeiro, e1, é uma espécie de voz coletiva, no interior da qual também se insere o Locutor e diz respeito ao ponto de vista pressuposto por este último. Para a análise de Pinto, no caso da questão parcial do estudo de caso, teríamos uma expressão que indicaria essa voz coletiva (existe um motivo pelo qual a avó precisa de “cunhas” para ser operada);
- b) O segundo, e2, corresponde ao ponto de vista que marca uma espécie de desconhecimento em relação à pressuposição. Para a análise de Pinto, no caso da questão parcial do estudo de caso, existe um desconhecimento acerca do motivo que levaria a avó a necessitar de “cunhas”;
- c) O terceiro, e3, é o próprio pedido de resposta e tem como objetivo fazer com que o alocutário opte por uma possível resposta. Para a análise de Pinto, no caso da questão parcial do estudo de caso, teríamos “mãe, por que (é que) a avó precisa de “cunhas” para ser operada?”.

No entanto, Pinto (2010), apesar de reconhecer a existência desse tipo de questão parcial no português, como ela demonstrara, apresenta o fato de que ocorreu uma questão altamente transgressiva (QAT), que é quando a interrogativa, como diz Milner (1973), apresenta-se com a estrutura “por que é que”. Para a autora, a QAT está presente no *outdoor* partidário em forma de Unidade Macrotextual (UMT), uma vez que esse elemento será o centro desencadeador das relações argumentativas em análise. Para a explicação de sua análise, a retomada aos estudos da TBS são claras, como em: “passemos a visualizar a descrição da QAT pela TBS, na análise do *outdoor*, que constitui o nosso estudo de caso 1” (PINTO, 2010, p. 282). Na verdade, em quase todos os momentos da análise da Engrenagem Organizacional, principalmente no gênero *outdoor*, recorreu-se aos pressupostos da TBS.

Se a QAT seria o centro condensador dessas relações, ela poderia, assim, fundir outros elementos e servir como encadeador da argumentação, como em:

E1 – necessidade de “cunhas” CT NEG motivo

A frase que representaria esse encadeamento seria:

E1- [existe uma razão para se precisar de “cunhas” para ser operada CT é difícil encontrar o motivo]

(pressuposto)

(expressão de ignorância do Locutor)

Dessa maneira, o primeiro segmento do discurso transgressivo (antes do conector CT) mostrado anteriormente, segundo Pinto, corresponderia ao ponto de vista de e1 inicial, e o segundo é o ponto de vista de e2.

Com relação as Unidades Textuais, Pinto (2010) nos fala que toda a descrição baseada no funcionamento das questões altamente transgressivas (QAT) tinham como objetivo descrever uma UMT que funcionasse como plataforma geradora do *outdoor*. A proposta de Pinto (2010), como se sabe, vai além dessa preocupação, tanto que ela busca entender o funcionamento também das Uts implícitas e explícitas, mas sempre se reportando ao método da TBS.

No enunciado “Mãe, por que é que a avó precisa de ‘cunhas’ para ser operada?” no *outdoor* destacado pela autora como exemplar prototípico, a própria frase seria a UMT, funcionando diretamente como plataforma geradora – PG (centro desencadeador das relações argumentativas no cartaz partidário). A definição dela como UMT se dá a partir de critérios não verbais, a saber: o tamanho da letra, o tipo de caracteres empregados e ainda a cor utilizada. Além disso, não podemos deixar de mencionar que a estrutura em QAT (Mãe, por que é que a senhora precisa de ‘cunhas’ para ser operada?) está em um tamanho diferenciado dos demais slogans ao longo do texto. Para Pinto, considerando-se que a UMT pode ser descrita como uma QAT, originar-se-ão dois pontos de vista diferentes e teremos duas Uts- no caso implícitas- ligadas semanticamente a essa UMT. Descrevendo as possibilidades apresentadas por Pinto (2010), teríamos:

- a) A UTI1: [Existe uma razão para se precisar de “cunhas” para ser operada, CT é difícil de encontrar o motivo].
- b) A UTI2: [o cidadão tem o direito PT ações devem ser tomadas para o direito ser cumprido (não precisar de “cunhas”)].

Como Unidades Textuais Periféricas (UTps), ou seja, unidades que se mantêm, de certa forma fixas, durante certo tempo, sendo sempre coibidas pelo próprio gênero, pode-se considerar, no gênero escolhido por Pinto (2010), a fotografia, os dois slogans do partido (“Temos de mudar” e “Somos todos Portugal”) e os nomes dos candidatos e do partido (“Durão Barroso” e “PSD”).

Pinto (2010) chama-nos a atenção para o aparecimento da Unidade Textual Implícita a partir da Unidade Textual não verbal. Para ela, quando nos deparamos com o *outdoor* partidário, vemos a fotografia de uma criança (UT não verbal) integrada num universo textual em que se inserem outras Uts verbais explícitas. Desse modo, para se determinar todas as Uts que são criadas a partir da leitura atenta da imagem, é necessário determinar quais as Uts que são depreendidas a partir da imagem. Essas possibilidades são formas em que o leitor, ao ver o cartaz, pode interpretar vários aspectos: a postura da menina, de cabeça caída, com olhar triste, poderia suscitar, junto ao leitor, várias possibilidades de interpretação e muitos discursos possíveis. Observemos alguns destacados pela autora sobre essas Uts;

A menina está triste PT sua avó vai ser operada (discurso normativo em PT).

A avó da menina vai ser operada PT a menina está triste (discurso normativo em PT)

A menina está triste CT sua avó não vai ser operada (discurso transgressivo em CT)

A menina está doente CT precisa de “cunhas” para ser operada (discurso transgressivo em CT).

Com relação às 4 opções de discursos que se instauram a partir da foto, a autora nos diz que

se nós retornarmos aos quatro discursos anteriormente apresentados, vemos que, ao considerar o *outdoor* partidário como um todo significativo, e ao levarmos em conta aspectos estilísticos, como o ângulo de tomada da fotografia, dentre outros, o discurso transgressivo seria aquele que melhor descreve a unidade textual ‘desencadeada’ pela foto (PINTO, 2010, p. 288).

O que se observou, nessa breve análise de caso do texto escolhido pela autora para ser o representativo da categoria gênero *outdoor* partidário, é que o *corpus* presente necessitou de que ela se reportasse à TBS, principalmente no que tange à Questão Altamente Transgressiva (QAT), já apresentada por Anscombre e Ducrot. A análise da Engrenagem Organizacional do gênero em destaque, praticamente, foi baseada na configuração das bases teóricas da TBS, tanto que a autora usa a teoria polifônica de Ducrot como forma de explicar as possibilidades de formação das Uts.

Não adotaremos, no entanto, a maneira de analisar o texto, uma vez que não privilegiaremos, como a autora, questões ligadas à polifonia segundo Ducrot, nem nos ocuparemos da análise de recursos cromáticos nem de outros aspectos multissemióticos que constituem o texto. Nosso *corpus* é constituído de textos verbais apenas. Privilegiaremos, por outro lado, na análise da EO, as UT implícitas e as UT explícitas. Após atenta leitura da obra da autora e da análise dos seus procedimentos metodológicos, um questionamento surgiu: é suficiente utilizar principalmente a base da análise de textos não verbais da TBS para criar generalizações sobre o *outdoor* partidário, que é muito diversificado em termos de organização textual, e sobre outros gêneros distintos?

Para nós, o *outdoor* partidário é um dos gêneros mais diversificados, pois depende de uma série de fatores pragmático-discursivos, e, com certeza, em muitos momentos, poderemos nos deparar com textos em que as interrogativas não são as bases

da Plataforma Geradora (PG). Pensamos que seria mais adequado propor um critério de análise que desse conta de várias possibilidades de textos que possam existir.

O problema é mais metodológico do que teórico. Talvez a análise de outros exemplares de *outdoor* partidário fosse necessária, a fim de comprovar se as estruturas interrogativas são, de fato, características dele, ou se foram recorrentes apenas nos gêneros analisados na campanha eleitoral em que eles foram selecionados.

Além disso, não concordamos com o uso da TBS como base de análise da EO. Dada a importância que a noção de gênero assume na proposta de Pinto (2010), perspectivas recentes de texto e de discurso da Linguística Textual e da Análise do Discurso respondem melhor à problemática da argumentação do ponto de vista pragmático-discursivo que a TBS, a qual, de certa forma, tem como característica central a formalidade. Por conta disso, resolvemos não considerar a TBS como elemento definidor da organização do texto como uma unidade empírica e contextualizada. Em vez dela, para manter a coerência com nosso lugar teórico, usaremos as categorias da Linguística de Texto e da Análise do Discurso, em especial, a estrutura da Sequência Textual e a noção de *ethos discursivo*.

3.4.2 Explicação da análise do gênero editorial (estudo de caso 3)

Assim como na petição inicial, Pinto (2010) inicia sua análise do gênero editorial explicando alguns aspectos contextuais e terminológicos do gênero. Em seguida, a autora apresenta-nos os aspectos gerais responsáveis pela Plataforma Geradora (PG) que, segundo ela, obedecem, no gênero editorial, a normas do Livro de Estilo do Público (LEP).

A autora inicia a discussão desse gênero com o título: ele seria um elemento central ou secundário? Para ela, ele seria um elemento central da peça jornalística que integra o gênero e, como tal, sofreria coerções dela e cumpriria funções específicas. Para ela, “o título é de grande importância, uma vez que é a partir de sua leitura que o leitor se interessa em ler um editorial ou desiste de lê-lo” (PINTO, 2010, p. 400). Ela deixa claro esse posicionamento, pois, de acordo com a autora, existe uma longa tradição teórica que considera o título como um *peritexto*. Para as análises de Pinto (2010), o título seria uma UTps. A autora acrescenta ainda que “com essa nomenclatura

diferenciada em relação a toda uma tradição, procuramos destacar o estatuto do título no gênero” (PINTO, 2010, p. 401).

Outra questão para a qual a autora chama a atenção é a correlação dos componentes metatextuais com o editorial. O título, normalmente, funciona como Plataforma Geradora (PG) e é a materializado por uma UTp ou uma UMT (já que o próprio texto reflete a discussão suscitada pelo uso de palavras com sentido antagônico ao do título). Para a autora, a UMT é decomposta em duas unidades textuais: uma UMT direita e uma UMT esquerda.

A partir da UMT direta, poderemos pensar uma série de argumentações internas relacionadas a partir do Editorial prototípico de título “Durão, esquerda e direita”:

[Há a diminuição de algumas taxas PT ele pensa que vai haver maior crescimento]

[Existem modificações na Justiça PT ele crê que haverá maior desenvolvimento]

[Há privatizações PT ele pensa que há maior crescimento econômico]

[Existem diálogo com os empresários PT ele pensa que há maior desenvolvimento]

[Há um corte de taxas específicas PT ele pensa num favorecimento da classe empresarial]

[Existe um maior diálogo com os bancos PT ele pensa num maior desenvolvimento]

Para a autora, sempre tomando por base pressupostos da TBS, essas estruturas seriam argumentações internas relativas à UMT direta, relacionadas ao Locutor, e ecoariam em diversos momentos do texto. A autora prova isso quando fala que, logo no primeiro parágrafo, quando se tem que Durão pensa em fazer no país um “choque fiscal” parecido com o que George Bush fizera no governo americano. Aí teríamos uma unidade textual subordinada à UMT direta, e seria o discurso apresentado na primeira argumentação.

Na análise do editorial, as Unidades Textuais tiveram que ser identificadas e foram determinadas as suas funções específicas. Para a autora, logo no primeiro parágrafo, pode-se identificar, além das UT direta e UT indireta, duas Uts que aparecem

de formas diversas, uma delas com função de comentário do Locutor (“quem de bom senso [...] mais à direita que à esquerda”) em relação às UT direita e UT indireta.

Novamente, o que se evidencia é a prioridade em analisar a organização das unidades textuais, assim como as unidades macrotextuais, a partir da teoria polifônica de Ducrot. Isso fica muito claro quando a autora analisa a identificação das UT e as funções delas no texto. As principais funções identificadas pela autora no editorial analisado foram: a) função de comentário do Locutor em relação às UT direta e UT indireta; b) função de Organizador Textual /articulador “mas”. Para se determinar essas funções, a autora se remete a uma análise eminentemente formal, voltada para as relações intrínsecas das estruturas internas que compõem as Unidades textuais. O enunciado que é responsável por desencadear uma UT3 seria “quem de bom senso [...] mais à direita que à esquerda”. Analisando o texto em outros momentos, Pinto (2010) destaca alguns elementos importantes para a estruturação do comentário do Locutor, como é o caso da presença do termo anafórico “o balanço global das suas propostas”, com o objetivo de fazer com que o leitor chegasse às suas próprias conclusões e, assim, evitasse de fazer afirmações categóricas; temos também a presença do pronome “quem”, que funciona como um pronome ambíguo por remeter a todas as pessoas de bom senso, também ao Locutor, que se integra à modalidade com valor constativo (poder).

Como se evidencia, a identificação das Unidades Textuais no gênero editorial estão sendo voltadas para a análise das estruturas que decompõem as unidades mínimas com relevância interpretativa. Cremos, no entanto, que privilegiar a identificação dessas unidades pode perder de vista, algumas vezes, o sentido global do texto, já que a base de análise, fundada na teoria polifônica e nas estruturas dos Operadores Textuais da TBS, não se estende muito a procedimentos sócio-históricos e a condições linguístico-cognitivas.

As Unidades Textuais, com certeza, são importantes de serem analisadas e contribuem, obviamente, para o processo argumentativo. No entanto, essas unidades devem ser analisadas, a nosso ver, dentro de estruturas maiores, como as sequências textuais, analisando-se o texto sob um prisma mais macro (as estruturas sequenciais), mas também micro (as unidades textuais que o compõem). A autora considera que os componentes internos de seu trabalho foram baseados nos achados de Adam (2001b):

No intuito de analisarmos os textos, deter-nos-emos em quatro componentes, pontuados por Adam, que foram por nós considerados componentes internos: componente semântico, composicional, estilístico/fraseológico e enunciativo. Contudo, os dois primeiros, nesta publicação, estarão fusionados e assumirão a denominação de componente organizacional. Manteremos as outras denominações dos componentes propostas por Adam, mas com algumas variações terminológicas também. Para o estudo da textura micro-linguística, teremos o componente estilístico, e para a descrição das imagens textuais do Locutor [L] e do interlocutor, o componente enunciativo (para nós ampliado) (PINTO, 2010, p. 168).

Como de pode perceber, o modelo instaurado por Pinto (2010) sofre nítidas influências, pelo menos em sua estrutura mais ampla, da proposta de Adam (2001), pois, como vemos, em termos teóricos, a autora não muda apenas a nomenclatura dos componentes, como muda a forma de análise, saindo da perspectiva textual-discursiva e indo para uma linha de análise mais semântico-formal.

Para nós, as análises dos Componentes Internos da argumentação dos gêneros realizadas por Pinto (2010), em muitos momentos, deixaram de lado a sequencialidade, mas, para nosso *corpus*, ela é importante para a estruturação de uma argumentação.

3.5 A Engrenagem Estilística e a Engrenagem Enunciativa Ampliada

Ciente de que cada gênero persuasivo busca persuadir de maneira diferente os interlocutores, uma vez que eles apresentam dinâmicas argumentativas diferentes, a autora destaca as relações entre as engrenagens, já que essa dinâmica se relaciona diretamente à maneira como estão textualmente materializadas as engrenagens organizacional, enunciativa ampliada e estilística.

A Engrenagem Estilística (EE) corresponderia aos recursos de natureza verbal ou não verbal que podem ser utilizados por um agente produtor na materialização de um texto, podendo esses elementos sofrerem maior ou menor variação em função do grau de institucionalidade dos gêneros em que estiverem inseridos. O que fica evidente é a influência da proposta bakhtiniana nessa engrenagem, pois a autora considera que cada gênero está inserido dentro de uma formação sociodiscursiva e, por isso, escolhe a engrenagem estilística – dentre outros elementos de ordem textual – como a mais adequada para a materialização do texto.

Para a constituição da EE, a autora leva em consideração a existência de recursos verbais e não verbais, com características persuasivas, usadas pelo agente

produtor em diferentes gêneros que circulam nas mais diversificadas práticas sociais. A essas estruturas, ela chama de Mecanismos Argumentativos (MA). Estes seriam alguns conectores e, vez ou outra, alguns índices de polifonia, que poderiam se constituir de maneira mais prototípica em um gênero (Mecanismos Argumentativos Prototípicos) do que em outros.

Para tanto, a autora recorre novamente, assim como fizera na metodologia de sua pesquisa para dividir os gêneros escolhidos para análise, à teoria dos protótipos, para tentar determinar os elementos prototípicos de uma determinada categoria (os gêneros editorial, petição inicial e *outdoor*). Vale frisar que, dentro dessa engrenagem, a autora se utiliza novamente do modelo de Ducrot, principalmente com relação aos operadores argumentativos e ao conceito de polifonia. Além disso, a autora defende também a importância da noção de *modalidade* na organização textual, advogando em favor de uma proposta que considera a noção de modalidade como um *continuum* que se organiza em graus de modalização diferentes nos gêneros.

Dentro dessa engrenagem, a autora considera o termo “conector” em duas acepções: partículas de transição traduzíveis por PT e CT, responsáveis pela formação dos encadeamentos (normativos ou transgressivos) e das unidades de coordenação – com exceção do “mas” – e de subordinação, que funcionam como organizadores textuais, atuando na planificação textual. Importante frisar que o termo “organizador textual”, na visão da autora, dá-se similarmente à proposta de Schneuwly, Dolz e Rosat (1989), que designavam essas estruturas como sendo unidades que associam a conexão à segmentação.

A Engrenagem Enunciativa Ampliada (EEA) diz respeito às noções já consagradas de *ethos* e *pathos*, preconizadas por Aristóteles. A autora partiu da hipótese de que o Locutor, como personagem construído textualmente, poderá apresentar várias imagens (mais didático, mais informativo etc.). Essas modulações de *ethos* diretamente relacionadas ao *pathos* constituem a engrenagem enunciativa ampliada. Essa engrenagem é importante para o nosso trabalho, pois, assim como Pinto, defendemos que as projeções do *ethos* e do *pathos* são fundamentais para a construção do processo argumentativo.

Pinto parte do pressuposto de que o Locutor não é um ser estático, mas dinâmico no universo textual, construindo diversas imagens de si, em função dos enunciadores

que coloca em cena e do contexto situacional em que se insere. Por causa disso, ela denomina o processo de identificação desses procedimentos de Engrenagem Enunciativa Ampliada, que considera as várias funções imagéticas do Locutor e do interlocutor, depreendidas no universo textual.

Na visão da autora, o *ethos* corresponderia ao Locutor, pois poderia ser integrado social e institucionalmente. Por outro lado, o *pathos* seria correspondente ao interlocutor, ou seja, uma imagem especular do destinatário e seria criado textualmente pelo Locutor, em função de representações prévias que circulam socialmente. Pinto (2010) apresenta-nos alguns pontos, quase que justificativas, para o uso das noções de *ethos* e *pathos* em suas análises da EEA:

- 1) “não nos restringiremos meramente a aspectos enunciativos oriundos de uma teoria enunciativa clássica” (PINTO, 2010, p. 253).
- 2) “não restringiremos a análise a aspectos também enunciativos advindos das teorias que se basearam numa tradição, mas desenvolveram essas questões numa perspectiva mais textual” (PINTO, 2010, p. 253).

A autora justifica que sua metodologia de análise desses aspectos será um pouco diferente desses últimos modelos por sua base teórica tentar explicar o funcionamento da argumentação em gêneros persuasivos, que adotam determinadas regras oriundas de uma tradição, porém as adaptam em função da formação sociodiscursiva em que estão inseridos, de aspectos situacionais, pragmáticos e outros, como colocamos.

As grandes mudanças propostas pela autora se dão, principalmente, com relação à atuação do Locutor. Para ela, este seria o responsável pela formação dos gêneros e não seria um ser estável, observado de uma maneira estática e engessada (como preconizavam as teorias enunciativas clássicas). Segundo a autora, “ele participa de uma cenografia, a qual está integrada a um tipo de discurso e a certo gênero de texto” (PINTO, 2010, p. 253). Além disso, a cenografia “poderá ser mais estável ou não, dependendo do gênero em que estiver integrada” (PINTO, 2010, p. 253). Acrescenta a isso que

(...) Esse Locutor, responsável por essa cenografia, é multifacetado e pode construir, textualmente, diversas imagens de si e do(s) outro(s) (*pathos/pathè*) em função do gênero em que se insere. Como foi citado anteriormente, essas imagens que constituem o que denominamos engrenagem enunciativa ampliada só serão depreendidas em função dos tipos de organização e

articulação das unidades textuais presentes- engrenagem organizacional (EO) e ainda das escolhas estilísticas feitas (EE).

Em nosso modelo, optamos em considerar essas duas engrenagens propostas por Pinto (2010) em apenas uma, na qual denominados de “Componente Retórico”. Para isso, optamos em considerar a proposta de Maingueneau sobre a noção de *ethos*, embora não a utilizaremos em sua plenitude em nossa análise dos dados, com todas as categorias e exigências propostas pelo autor, como demonstraremos adiante, no capítulo de descrição do que estamos chamando de Componente Retórico.

3.6 Análise da Engrenagem Estilística (EE) nos gêneros prototípicos

3.6.1 O *outdoor* partidário

No gênero *outdoor* partidário, os recursos estilísticos visíveis são os elementos não verbais, quase sempre representados por símbolos plásticos e icônicos, e os verbais, correspondendo aos recursos linguísticos usados. Para a autora, esses recursos representariam mecanismos argumentativos prototípicos (MAP) do gênero em análise, já que possuem semelhança de família com o agrupamento geral desse gênero.

Nesse gênero em questão, os MAPs não verbais dizem respeito ao processo denominado de diagramação (estilo da letra, letras grandes, letras retas, questões tipográficas etc.). Essa variabilidade cromática e, também, tipográfica, proporciona um papel importante nas outras engrenagens que compõem o cartaz. Esses recursos chegam a segmentar o cartaz em duas linhas de interpretação, formando a plataforma geradora (PG). No cartaz prototípico que Pinto analisou, a frase “Mãe, por que a avó precisa de cunhas para ser operada?”, em letras maiores e em destaque no cartaz, que acompanha a fotografia, é considerada pela pesquisadora como plataforma geradora de todas as relações argumentativas do texto. Nesse gênero, notou-se uma certa hierarquia, pois a PG diz respeito à UMT. As demais unidades textuais em itálico são consideradas UTps, numa relação de dependência hierárquica. Com relação à EEA, a autora nos apresenta que essa irregularidade de diferentes tipografias pode ressaltar o forte dinamismo e uma certa modernidade do partido, contribuindo para o *ethos* institucional mais dinâmico e moderno.

Com relação à composição da estrutura do gênero, a pesquisadora constatou que, no cartaz selecionado, existe uma construção sequencial. A imagem da criança, a pergunta, a frase “temos de mudar” remetem ao candidato do partido e ao slogan dele.

Nos procedimentos de análise estilística, Pinto (2010) destaca as cores que constituem o cartaz político. Para ela, a predominância do vermelho, verde e laranja se dá por causa das cores predominantes do partido PSD. Como se pode perceber, a flecha em laranja, no cartaz em questão, constituiu-se de maneira mais ascendente, provavelmente indicando o forte crescimento do partido nas eleições.

Quanto aos recursos estilísticos, Pinto (2010) analisa-os com base, também, na textura da fotografia. Para ela, essa textura era uniforme e lisa, conferindo um certo ar de frieza e de distância da imagem. Além disso, o ar de frieza existente no cartaz é amenizado, de certa maneira, pelo olhar ingênuo e triste da criança, levando o leitor a ter uma compaixão, constituindo-se um conteúdo semântico inferível a partir da própria fotografia.

Esta também é analisada sob a ótica do seu enquadramento e ângulo de tomada. Com relação ao primeiro, ela observou que há uma espécie de plano médio do tipo frontal (a câmera do fotógrafo se aproxima da criança, mas de maneira menos acentuada). Os cortes de alguns pontos do rosto da criança, como o cabelo, orelha podem indicar diretamente certo ar de piedade com relação à criança. Já com relação ao seu ângulo de tomada, a autora defende que ocorreu um certo engrandecimento da personagem, propiciando, na criança da imagem, certo aspecto de realidade, como se ela pudesse pertencer a qualquer família de um de nós, mas mantendo a “docilidade infantil”. A pesquisadora, continuando a falar sobre o ângulo, indicou que o enquadramento da figura se deu, principalmente, por causa da marcação do ponto de vista do Locutor.

Já com relação às MAPs Verbais, várias categorias estilísticas foram notadas nesse tipo de procedimento, como:

- 1) Utilização do nome próprio. Para Pinto (2010), o uso dessa função, nos *outdoors* partidários, em especial os textos dos *corpora*, sempre faz menção ao nome do candidato. Pode-se considerar isso como uma característica do gênero *outdoor* partidário;

- 2) Emprego de frases com certo paralelismo estrutural e, ao mesmo tempo, um jogo de sonoridade;
- 3) Uso de modalidades intersubjetivas com marcas explícitas de interpelação do interlocutor no texto. A autora cita como exemplos o recurso à primeira pessoa do plural associado à locução “ter de”, com valor deôntico.
- 4) Emprego de questões altamente transgressivas que foram descritas, como a presença de substantivos como mãe e avó, que remetem diretamente à própria interação verbal;
- 5) Uso de modalidades subjetivas epistêmicas, como em “Somos todos Portugal”;
- 6) Emprego de presente deôntico e do presente genérico;

Com relação à Engrenagem Enunciativa Ampliada, Pinto diz-nos que

um Locutor – que tem um papel social, histórico - deverá perceber os seus interlocutores do ponto de vista social, étnico, político ou outros, para poder, a partir das representações que têm dos últimos, deles mesmos, da própria situação de comunicação, adaptar-se a ela(s) e construir uma imagem/ou imagens (ethos/ethè) que mencione(m) e atinja(m) o pathos deste interlocutor (PINTO, 2010, p. 307).

Para a autora, cria-se, forçosamente, um processo em que alguns estereótipos que já circulam socialmente são construídos, sendo, assim, facilmente identificados pelo auditório. O que se percebe nas análises feitas pela autora é que o real é, muito apropriadamente, pensado a partir de uma representação cultural pré-existente ou, ainda, por intermédio de um esquema coletivo fixo, que garante a construção de estereótipos culturais deflagrados socialmente.

Para isso, cria-se, no *outdoor*, uma cena englobante que corresponde à de um discurso político e exige, desse modo, um Locutor (um partido com um papel social e político) que se dirige a cidadãos preocupados com questões dessa ordem. Ademais, constrói-se também uma cena genérica de uma campanha política, que objetiva fazer com que o eleitor vote no partido determinado. No *outdoor* em análise, Pinto (2010) salienta que a cenografia criada foi bastante original para *outdoor* de partidos políticos. Para ela, há a foto de uma criança e uma questão altamente transgressiva ao lado (a pergunta feita pela criança para a mãe). Assim, o leitor, rapidamente, associará a pergunta em QAT, devido à sua posição espacial, como sendo uma pergunta da criança para alguém. Desse modo, o Locutor desse cartaz é o próprio partido político que coloca

uma cena em vários enunciadores no intuito de atingir o seu objetivo: convencer o leitor a votar nesse partido nas eleições gerais.

Optamos, em nosso trabalho, em denominar um Componente Retórico que abrangeria as EE e EEA, sendo estas duas últimas categorias presentes na proposta de Pinto (2010). Para tal, faremos uma tentativa mais sucinta de descrição dos elementos retóricos da argumentação e, para isso, uniremos a busca da organização das “imagens de si no discurso” empreendidas pelo Locutor, assim como as provas concretas que ele empreende contra os seus interlocutores diversificadas situações de uso.

3.6.2 A petição inicial

Na Engrenagem Estilística, Pinto (2010) percebeu alguns recursos linguísticos a que denominou de mecanismos argumentativos prototípicos (MAPs). Esses elementos mais visíveis foram:

- 1) O uso de expressões negativas: nas averiguações, o uso da expressão “nunca mais” foi repetida, no caso da petição inicial prototípica em análise, várias vezes (art. 6º., 7º e 9º.). A expressão “não” apareceu nos artigos 11º., 16º. e 17º.
- 2) Presença de expressões anafóricas: houve uma incidência de expressões nominais anafóricas como “o Réu” (abreviado por “o R.”) e o grupo nominal “os autores” (abreviado por “os A.A”).
- 3) Uso de organizadores textuais verbais (temporais, metadiscursivos e com função anafórica) e organizadores textuais não verbais: a) organizadores temporais como “a partir de 2011” (art. 15º.); “a partir de fevereiro de 2011” (art. 16º.); b) organizadores metadiscursivos como “isto é” (art. 4º.) e “com efeito” (art. 5º.); c) organizadores não textuais, como os sinais demarcatórios que correspondem a números ordinais que estabelecem a hierarquização dos artigos, num nível textual; d) organizadores textuais anafóricos, como “pelo acima exposto” (art. 17º.).
- 4) Presença de modalidades subjetivas epistêmicas e intersubjetivas: nesse caso, a autora defende que tais modalidades apareceram na passagem “Deve a presente acção ser julgada procedente por provada e o R. condenado no pedido, nas custas e procuradoria condigna” (PINTO, 2010, p. 356), que se caracteriza certo grau de formalidade de conteúdo proposicional;

5) Presença de diferentes tipos de discursos: no caso da exemplificação do gênero em questão, pode-se determinar, com base na proposta de Bronckart (1999), alguns tipos de tempos verbais que se relacionam aos mundos discursivos do Narrar e do Expor. Assim, há de se ressaltar o uso do pretérito perfeito (que caracteriza diretamente o mundo do expor), como se pode perceber em estruturas verbais “deram” (art. 2º.), “deixou” (art. 4º., 5º., 8º. E 10º.). Além disso, pode-se notar o emprego do presente como em “junta” e “dá” (art. 1º., linha 4).

Além dessas estruturas citadas, a petição inicial, de acordo com Pinto (2010), também apresenta uma série de partículas que possuem sentido negativo e que têm funcionamento específico, como é o caso do “não” enquanto MAP. A autora destaca esse funcionamento e usa, novamente, as bases da TBS, em especial a TPC, para apresentar esse funcionamento. De maneira breve, ela apresenta dois casos de “não” como MAP.

Na petição inicial, o uso de expressões nominais como retomadas anafóricas foram perceptíveis em muitos momentos, como podemos observar abaixo:

Ots ou MAPs com comportamento anafórico		
Termo referente	Ots atuando como termo anafórico	Localização desse termo anafórico
Corresponde ao conteúdo semântico de todos os artigos anteriores (1º. A 16º.)	“o acima exposto” em “pelo acima exposto”	Art. 17º.
Corresponde ao conteúdo semântico de todos os artigos anteriores (de 1º. A 17º.)	“os factos supra referidos”	Art. 18º.
Corresponde ao conteúdo semântico de todos os artigos anteriores (de 1º. A	“isso” presente na expressão “por isso”	Art. 19º.

18°.)		
“[...] Os A. A. pretendem que seja extinto o contrato de locação em causa [...]”.	“[disso]” presente implicitamente na expressão “em consequência”	Art. 19°. (linha 2)
Conteúdos semânticos presente nos art. Do 1°. A 17°.	“estes termos” presente na expressão “nestes termos”	Art. 1°. Não remunerado (linha 1)
Conteúdo semântico presente nos art. 18°. E 19°.	“os melhores de direito” inserido na expressão “nos melhores de direito” (Colocamos as duas expressões juntas por representarem MAP)	Art. 1°. Não remunerado
Todo o art. 20°. “NESTES TERMOS E NOS MELHORES DE DIREITO deve a acção ser julgada procedente por provada e o R. condenado no pedido, nas custas e procuradoria condigna”	“tanto” presente na expressão “para tanto”	Art. 2°. Não remunerado (linha 1)

Quadro 2- Comportamento anafórico. Fonte: Pinto (2010, p. 369)

A tabela anterior, que indica o comportamento dos anafóricos, foi fruto de um levantamento realizado pela autora sobre o uso dos OTs. Para ela, esse comportamento está diretamente relacionado à transmissão de certa responsabilidade enunciativa desses elementos.

Com relação à EO, optamos por analisar os aspectos textuais mais voltados para a sequencialidade. Essa escolha se deu por acharmos que, numa análise da argumentação com fins textuais, é imprescindível verificar como a argumentação se constitui a partir de sua estruturação composicional da argumentação, o que desencadeia diretamente a possibilidade de outras seqüências na estrutura do gênero. Por causa disso, em vez de denominarmos Engrenagem Organizacional, optamos por chamar de Componente Composicional. A mudança de nome não é por acaso, já que Pinto (2010) pretendeu analisar as formas que constituem a organização da argumentação nos textos, o que explica a preferência por estudar aspectos que determinam como o texto se organiza, no caso, as Unidades Textuais e as Unidades Macro Textuais. No nosso modelo, reconhecemos a importância dessa análise mais voltada para a organização de uma estrutura que possibilite a argumentação por meio do texto, mas achamos muito mais interessante analisar como se constitui essa formação argumentativa por meio de sua composição textual. Assim, saímos de uma análise que utilizava a TBS para estabelecer relações textuais e discursivas para uma análise que prioriza o aspecto composicional, retórico e discursivo.

No que diz respeito à Engrenagem Estilística Ampliada, Pinto (2010) defende que, no discurso jurídico, há praticamente um apagamento completo de marcas explícitas que denotariam a presença do agente produtor: o advogado que assina a petição inicial. Nesse contexto, não existem pronomes de primeira pessoa, marcas explícitas de modalização subjetiva. Apesar disso, o advogado, como jurista e Locutor, tem “uma representação do que venha a ser um texto jurídico e tem em mente a existência de um sobredestinatário, que seria a própria Justiça em que estariam inseridos também os seus representantes legais” (PINTO, 2010, p. 383). Por causa disso, a autora defende a criação de um *ethos* institucional que se denominaria impessoal e seria constitutivo do discurso jurídico, como o seria em outros tipos de discurso como o científico ou administrativo.

Conforme o modelo de análise defendido pela autora, com base em Maingueneau, a cena enunciativa na petição inicial se constitui da seguinte maneira. A cena englobante seria o discurso jurídico que, como petição inicial, tem como objetivo fazer um pedido a um juiz de direito, baseando-se em preceitos legais, o que corresponderia à cena genérica. “Para atingir a esse intuito, toda uma cenografia de imparcialidade e redundância é instaurada de forma a legitimar o documento, que deve

atender às exigências prescritas pela instituição” (PINTO, 2010, p. 384) de que o sujeito faz parte. Esta noção será seguida em nosso trabalho, uma vez que já demonstramos nossa inclinação pela proposta de Maingueneau.

O *ethè* e *pathè*, no gênero em questão, apresentam-se de forma pré-estabelecida, visto que não se dá, de certa forma, uma variação na sua cenografia. Assim, forma-se um *ethos* institucional, que se mostra, normalmente, de maneira imparcial. Desse modo, formam-se dois tipos de *ethè* institucionais: um racional, mais redundante, e outro mais autoritário. No que se refere ao primeiro, ele é de extrema importância no documento da petição inicial, uma vez que a UMT3 se orienta por dois encadeamentos argumentativos (um em PT aceito pelo Locutor e outro em CT recusado por ele) e mostra o ponto de vista a que o Locutor adere: [Inexistência legal de resistência permanente PT despejo do Réu com pagamento de dívida]. No que se refere ao segundo, ele seria imposto pela própria instituição, que, por sua vez, pode ser observado tanto na EO quanto na EE. Com relação à primeira, ele pode ser constatado pela repetição ao longo do documento. Já com relação à segunda, seriam os recursos estilísticos da OTs que garantiriam a sua interpretação.

3.6.3 O gênero Editorial

Nesse gênero, Pinto, logo nas suas primeiras explicações, já fala da importância dos recursos polifônicos para a constituição do gênero. Para ela, esses elementos funcionam como MAP, e o Locutor consegue, quase sempre, mostrar o seu posicionamento acerca de determinada questão, obviamente, com grau bastante diferenciado de engajamento, mudando-se a partir do grau de usabilidade dos recursos. Para ela, há uma série de elementos que instauram certo grau de posicionamento crítico no texto como OTs dialéticos, enunciadores do discurso indireto, expressões entre aspas, modalidade subjetiva epistêmica e expressões impessoais. Todos esses procedimentos são, na verdade, indicadores de recursos polifônicos que funcionam como MAP, de acordo com a autora. Desse modo, pode-se indicar como principais elementos:

- a) Organizadores textuais “mas” e “apesar de” (função de opor posição);
- b) Expressões que demarcam uma ruptura enunciativa no texto (causam variações de pontos de vista no texto);
- c) Enunciados com discurso indireto;

- d) Expressões demarcadoras de uma pontuação polifônica (uso das aspas) que proporciona a adesão ou não do Locutor;
- e) Modalidades subjetivas epistêmicas interproposicionais ou intraproposicionais que são perceptíveis a partir da ocorrência do verbo modal “poder”;
- f) Expressões impessoais que demarcam um distanciamento enunciativo do Locutor como “acaba-se” (linha 29).

Vale ressaltar que, dentro dessas escolhas do produtor textual, forma-se o Locutor, uma entidade complexa que se apresenta construído na imagem dele. Assim, esse enunciador tem como função primordial imprimir ao texto uma relativa imparcialidade do Locutor em relação àquilo que ele enuncia.

Nas análises, para a identificação das MAP, a autora determinou alguns critérios: trecho no discurso indireto, expressões entre aspas, modalidades subjetivas epistêmicas, expressões impessoais. Para isso, ela dividiu essas estruturas em dois grupos, tomando-se como base as fronteiras para os encadeamentos argumentativos presentes em cada um deles. O que se notou foi, novamente, a presença de análises levando em conta aspectos da TBS. No primeiro grupo, por exemplo, os critérios para análise dos enunciados foram relativos à identificação dos enunciados em MD no texto, ao levantamento dos enunciados que, eventualmente, poderiam ser polifônicos, e à reconstituição de estruturas condensadas (trechos em que a imagem do Locutor está presente, sempre, por encadeamentos em PT e CT). Já com relação aos enunciados do segundo grupo, a pesquisadora considerou o próprio enunciado em que estão inseridos.

Nas divisões do discurso estabelecidas pela autora, a imagem do Locutor apresentou-se de diversas perspectivas. Na 1ª MD, por exemplo, ele acatou o ponto de vista do enunciado e se apresentou com relativa imparcialidade em relação àquilo que enunciou. Ele imprimiu, assim, uma imagem analista sobre o enunciado proferido. Já no 2º MD, há o discurso interativo a partir de dêiticos temporais “hoje” (na linha 10, fazendo referência à “publicação do jornal em 1º de março de 2002), verbo com função de presente do indicativo e indicação referencial dêitica “fizer” (linha 8, que traz uma implicação sob o que o Locutor diz).

Resumindo, podemos indicar três imagens do Locutor presentes no editorial analisado pela pesquisadora. Um Locutor analista, que coloca os fatos e lança-os para serem discutidos textualmente. Um Locutor comentarista, que se engaja e toma uma posição em relação àquilo que é textualmente apresentado. Por último, um Locutor mais crítico, que coloca a voz de um dos candidatos (Durão Barroso) em cena, de forma a criticá-lo mais intensamente, acentuando a não verdade daquilo que é dito pelo candidato.

Assim, em nosso trabalho, não usaremos as noções de polifonia pelas quais Pinto (2010) se pautou por acreditarmos que o uso da TBS “engessa” bastante a análise, deixando-a muito voltada para o aspecto formal e, com isso, descaracterizaria nossas intenções de promover uma análise da argumentação sob os liames do aspecto textual e retórico, como falamos na seção sobre a TBS e os motivos de não a usarmos em nosso modelo.

3.7 Aprofundando as aproximações e divergências entre as abordagens

Antes de passarmos para o próximo capítulo, é imprescindível fazermos algumas comparações entre o modelo de Pinto (2010) e o que propomos neste trabalho. Para iniciarmos esse processo, é oportuno apresentarmos os motivos pelos quais as propostas se aproximam e, sempre que necessário, apresentarmos as diferenças mais salientes.

A leitura da densa proposta teórico-metodológica da autora, com certeza, motivou-nos a apresentar um modelo de argumentação que pudesse ser usado em textos argumentativos no Brasil. Inicialmente, a maneira em que a abordagem de Pinto (2010) é construída, impulsionou-nos a fazermos uma estrutura, em termos de divisão das categorias, similar. Como apresentamos neste capítulo, a autora nos apresenta Elementos Externos ligados à argumentação, a que ela chama de Componentes, e também elementos internos ligados à argumentação (Engrenagem Organizacional, Engrenagem Estilística e Engrenagem Enunciativa Ampliada).

Com relação aos aspectos externos do texto, adotamos muitos dos pressupostos da autora, que busca estudar alguns fatores que influenciariam a argumentação:

Componentes Externos:

- a) Componente arquitextual;

- b) Componente intertextual;
- c) Componente peritextual;
- d) Componente metatextual;
- e) Componente discursivo;
- f) Componente peritextual;
- g) Componente situacional.

Desses fatores anteriores, três serão considerados em nossa proposta, mas não com a mesma terminologia e nem da mesma forma. Um deles é o Componente intertextual, que, devido à sua complexidade teórica, optamos por não o delimitar como um fator externo ou interno do texto. Isso é decorrente de acreditarmos que o fenômeno da intertextualidade não pode ser enquadrado, taxionomicamente falando, como um fator externo ou interno, mas como uma integração entre os dois. Os estudos do Grupo Prottexto, da Universidade Federal do Ceará, já demonstraram a importância desse fenômeno e as suas relações com outros aspectos de constituição de sentidos do texto.

Dessa maneira, optamos por enquadrar o fenômeno como um dos Componentes necessários para a argumentação. Não há dúvidas de que a intertextualidade é fundamental para o processo argumentativo, pois o Locutor, quando busca persuadir o seu público, sempre usa de outros textos e outras estratégias intertextuais para fazê-lo. Por causa disso, consideraremos os fenômenos intertextuais pertencentes a uma zona de transição entre os aspectos externos ao texto e os aspectos internos.

Outro aspecto importante que analisaremos é o que Pinto (2010) chama de Componente Discursivo. Quanto a esse Componente, optamos por não usar a mesma nomenclatura da autora e por não enquadrá-lo nos aspectos externos. Na verdade, pela mesma razão acima, diremos que o Componente Discursivo integra aspectos externos e internos. A solução que encontramos para abordá-lo sem voltar à análise completamente para relações interdiscursivas foi tecer comentários sobre ele dentro do Componente Genérico.

Outro Componente que usaremos, embora, também, de forma diferente do modo como foi tratado em Pinto (2010) é o Componente Situacional. Em nossa abordagem, a situação comunicativa será um elemento específico de realização do texto, necessitando, portanto, de condições sócio-históricas para o condicionamento do gênero e suas características. Por conta disso, podemos apresentar o que pensamos serem os Elementos Externos da argumentação:

- a) Condições sócio-históricas de inserção dos gêneros (Contexto amplo)
(responsáveis pelos condicionamentos dos gêneros na sociedade, assim como a constituição de todas as suas características principais).
 - Época.
- b) Condições para os propósitos do gênero (contexto específico)
(responsáveis pelos propósitos em que os gêneros serão constituídos e o uso do textos em situações comunicativas diversas)
 - Situações comunicativas;
 - Lugar de produção

Os Componentes Internos de Pinto (2010) não serão usados em sua plenitude. Como abordamos na seção anterior, a valorização de aspectos apenas organizacionais e sempre se vinculando a análises voltadas para o uso da TBS fez com que nos afastássemos de várias categorias contempladas pela autora. Abrimos mão da Engrenagem Organizacional e consideramos a importância dos Elementos Externos ao texto, que proporcionam uma série de coerções ao gênero textual. Assim, destacamos a necessidade de termos o Componente Genérico em nossa análise, mas examinado sob a perspectiva teórica de Bakhtin sobre o gênero. Desse modo, a partir da ciência dos elementos que constituem o gênero é que teremos o texto como unidade concreta de uso dos sujeitos nas práticas sociais de interação, o que proporciona, portanto, a necessidade do Componente Composicional, cuja base teórica será a análise das sequências textuais responsáveis para a argumentação sob um prisma composicional.

Na Engrenagem Enunciativa Ampliada e na Engrenagem Estilística, Pinto (2010) usa a noção de *ethos*, embora o faça tentando apresentar aspectos relacionados à TBS.

Ciente dessa breve explanação das principais semelhanças e divergências entre as propostas, passemos por apresentar a nossa visão de argumentação que defendemos no próximo capítulo.

4

OS ELEMENTOS EXTERNOS DA ARGUMENTAÇÃO

“O cientista não é o homem que fornece as verdadeiras respostas; é quem faz as verdadeiras perguntas”. (Claude Lévi-Strauss)

Neste capítulo, apresentaremos qual a nossa visão sobre os Elementos Externos da argumentação. Inicialmente, abordaremos os fatores contextuais mais amplos, que denominamos de condições sócio-históricas capazes de direcionar as estruturas genéricas. Em seguida, apresentaremos as situações específicas de realização dos textos, destacando o lugar de produção e os elementos situacionais que estão presentes no momento de produção textual. Com fins didáticos, sempre que possível, comentaremos alguns exemplos de nosso *corpus* para ilustrarmos o nosso posicionamento. Para isso, apresentaremos o contexto sócio-histórico em que o “mensalão” foi constituído, assim como as nuances importantes de serem mencionadas sobre a época em que os fatos ocorreram.

4.1 As condições sócio-históricas (contexto amplo)

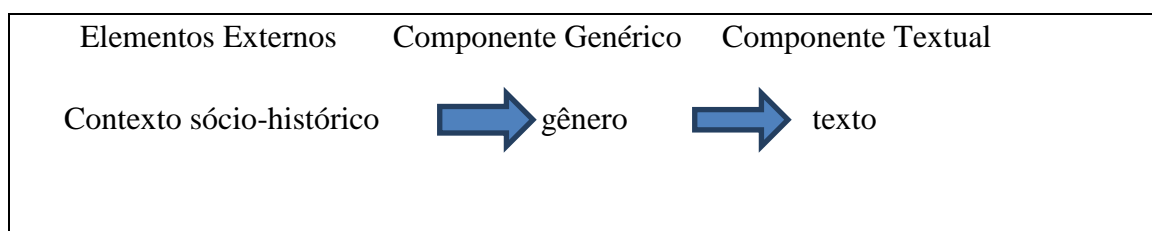
Como vimos no capítulo 1, várias foram as abordagens que buscaram investigar a Argumentação. O que ficou evidente é que, desde Aristóteles até o início do século XXI, as maneiras de lidar com os fenômenos argumentativos (ou pelo menos os que envolviam a persuasão) estiveram sempre limitados ora a aspectos eminentemente retóricos, ora a aspectos de natureza eminentemente textual e ora aspectos discursivos. Poucos foram os trabalhos que buscaram uma correlação entre esses aspectos. Trabalhos como os de Patrick Chareaudeau (2012a, 2012b, 2013) e de Rosalice Pinto (2010) visam trazer para as análises textuais e discursivas elementos externos ao texto e ao discurso.

Filiamo-nos a uma perspectiva teórica que busca aliar aspectos eminentemente textuais e discursivos com outros fenômenos que não podem de maneira alguma serem desprezados: o contexto de produção do texto. Para tal, consideraremos a argumentação

como um fenômeno que pode ser descrito do ponto de vista textual e discursivo, levando-se em conta uma série de fatores externos que exercem coerções sobre o Locutor no momento em que este busca persuadir o seu auditório.

O Locutor, para atingir a persuasão de seu público de maneira satisfatória, deve usar de uma série de estratégias argumentativas para obter os seus objetivos. No entanto, para que esses objetivos sejam realmente alcançados, muitas outras questões estão por trás do texto: como e onde ele foi produzido, em que situação, quem o produziu, qual o auditório, quais os objetivos do Locutor e qual a aceitação do auditório frente ao discurso produzido. Essas questões, embora muitos pesquisadores as reconheçam como importantes e basilares, tanto na Linguística de Texto, quando na Análise do Discurso, em se tratando de análise da argumentação, passaram despercebidas.

Notemos que, de certa maneira, toda prática argumentativa deve ser situada em um contexto situacional específico em que possamos destacar o produtor e os seus objetivos, assim como o auditório e a recepção deste quanto aos argumentos daquele. É por isso que defendemos que a argumentação não pode ser vista somente sob o ponto de vista eminentemente textual ou discursivo, como tantos autores a fizeram, mas devemos considerar uma série de questões externas ao texto, que, com certeza, influenciam sobremaneira na persuasão. Trazendo essa noção para nosso estudo, podemos traçar a seguinte relação:



O quadro acima demonstra a importância dos Elementos Externos para o processo de constituição do gênero textual. Os fatores que condicionam a argumentação, de certa forma, dependem de elementos condicionadores das características dos gêneros, pois as sociedades se transformam, mudam e, para que haja

um entendimento entre os sujeitos, surgem novos gêneros ou adaptam-se novos às realidades exigidas pela sociedade.

Desse modo, propomos que, para se analisar a argumentação, necessitamos, antes de mais nada, saber todo o contexto em que os envolvidos no ato comunicacional se encontram para, em seguida, podermos saber quais os aspectos de natureza discursiva e textual foram usados pelo Locutor em busca de convencer seu auditório. Ademais, a situação comunicativa influencia o Locutor quanto a aspectos como o gênero em que ele deverá produzir sua argumentação, o seu estilo, o tema a ser desenvolvido e, também, as técnicas argumentativas que serão usadas. Todos esses aspectos refletirão na construção da imagem de si que o Locutor busca construir, a fim de persuadir seu público.

Reconhecendo a importância desses aspectos, nosso modelo leva em consideração a situação em que o Locutor se encontra comunicativamente como essencial para se investigar os outros fenômenos que porventura possam ter sido usados como fatores de argumentatividade. Outrossim, é importante destacar o papel que os fatores externos ao texto podem exercer no processo de construção da argumentação de um Locutor para um auditório determinado (público mais específico) ou indeterminado (mais geral).

Os elementos externos estão totalmente relacionados (e integrados) aos fatores discursivos e textuais de que a argumentação se vale para fazer com que o Locutor persuade seu auditório. No caso da Sessão Plenária, por exemplo, o Locutor, quando ocupa a tribuna, necessita estar ciente de diversos acontecimentos em que a sociedade está envolvida, tanto os assuntos de cunho político quanto os assunto de cunho social. Tendo conhecimento desses assuntos, o parlamentar pode usar os fatos ocorridos de sua época de maneira satisfatória e, assim, lançar posicionamentos a uma determinada situação.

Um dos elementos que integram **os aspectos externos relacionados à argumentação** é o **contexto sócio-histórico** de produção do texto/discurso. Não podemos desconsiderar que o Locutor, quando profere seu texto, está inserido em uma realidade social e histórica que o faz usar estratégias argumentativas, segundo a época em que o texto será realizado. Não se pode deixar de considerar também que, muitas vezes, o texto pode ser usado em realidades históricas diferentes, com objetivos diferentes, o que nos possibilita considerar que um texto pode estar inserido em

diferentes contextos históricos, caso o Locutor necessite dele para embasar uma estratégia argumentativa. No nosso corpus, todos os textos foram retirados de Sessões Plenárias da Câmara dos Deputados Federais, especificamente, de discursos de parlamentares do PT (partido da situação) e do PSDB (partido da oposição). Assim, é imprescindível que possamos caracterizar esse contexto mais amplo de produção dos textos.

4.1.1 As condições sócio-históricas do “mensalão”

Oito anos depois da revelação do chamado “esquema do “mensalão””, a sociedade brasileira estava atônita nos meses de agosto e setembro de 2013, principalmente, por causa do resultado do julgamento mais importante da história brasileira. Pela primeira vez, políticos com provas cabais de corrupção estavam sendo julgados por um júri do Supremo Tribunal Federal (STF). Esse processo e os embates judiciais de setembro, outubro e novembro, sendo este último mês que determinou a prisão de uma série de políticos e pessoas ligadas a eles, todos influentes nomes do governo do Partido dos Trabalhadores (PT), marcaram a história jurídica do Brasil.

Nesse contexto, os nossos dados foram todos retirados, como esclarecemos na metodologia de nossa pesquisa, a partir da designação “mensalão”, obviamente, filtrando os políticos por partido (PSDB – oposição; e PT - situação). Por causa disso, deparamos com textos mais incisivos nos meses de setembro e de outubro, período mais emblemático do julgamento do “mensalão”.

O contexto sócio-histórico dos textos selecionados por nós era de muita turbulência, incertezas e desgaste da figura dos políticos perante a sociedade brasileira e internacional. Quase nove anos depois da revelação do escândalo do “mensalão”, em 2005, o Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu, em março de 2014, o julgamento dos réus acusados de envolvimento no esquema de compra de apoio político na Câmara pelo PT nos dois primeiros anos do governo Lula. Os ministros dedicaram 69 sessões ao caso, encerrado com a condenação de 24 dos 40 denunciados. Do grupo inicial, 38 tornaram-se réus e 13 foram absolvidos, dois foram excluídos do processo e um teve o caso enviado à 1ª instância. Em novembro de 2013, o STF determinou execução das penas dos condenados. Inicialmente 25 tiveram a prisão decretada, mas um deles foi absolvido meses depois, ao ter os recursos aceitos pela Corte. Dos 24 condenados, dezoito cumprem pena, entre eles o ex-ministro José Dirceu, o ex-presidente do PT José Genoíno e o delator do esquema, ex-deputado Roberto Jefferson (PTB). O ex-diretor do Banco do Brasil Henrique Pizzolato, que estava foragido, está preso na Itália.

Segundo o Jornal Estado de São Paulo, os primeiros **doze mandados de prisão** foram expedidos no dia 15 de novembro. Genoíno foi o primeiro a se apresentar na sede da Polícia Federal em São Paulo e, com os punhos fechados e o braço estendido, gritou "viva o PT". No começo da noite, foi a vez de o ex-ministro José Dirceu se apresentar. Sob os gritos de "Dirceu guerreiro do povo" dos militantes que se aglomeravam na frente da sede da PF, Dirceu também fez gesto com os punhos cerrados.

Antes de chegar ao prédio, Dirceu ainda lembrou o **“mensalão” mineiro**, que envolve o ex-governador de Minas Gerais Eduardo Azeredo (PSDB-MG). "A Justiça brasileira, na Ação Penal 470, fez um julgamento totalmente excepcional. Nem no caso do “mensalão” tucano eu quero que isso ocorra. Eu quero que haja a Justiça que não houve no meu caso." O caso mineiro, originado a partir de denúncias de irregularidades na campanha à reeleição do tucano em 1998, ainda não tem data para ser julgado pelo STF. Os então deputados Genoíno, Valdemar Costa Neto, Pedro Henry e João Paulo Cunha renunciaram ao mandato para evitar o processo de cassação na Câmara.

Como podemos perceber, o tema por nós escolhido para ser analisado surtiu uma série de debates públicos na sociedade brasileira entre os anos de 2013 e 2014,

especialmente, período em que ocorreu o julgamento e as prisões de alguns dos denominados “condenados”.

A interferência do contexto sócio-histórico, com as nuances de uma época específica, é imprescindível para a argumentação, pois o Locutor, em muitas ocasiões, alude a recursos externos ao texto a fim de o situar e, aproveitando-se de alguns conhecimentos compartilhados entre os sujeitos envolvidos na Sessão Plenária, por exemplo, apresenta as suas teses.

Observemos o texto abaixo, de nosso *corpus*:

Discurso 5:

“Esse julgamento do “mensalão” correu durante 6 anos, com amplo direito ao contraditório, com todo o conhecimento da imprensa, com toda a oportunidade de defesa por parte dos advogados, e se fez justiça. A mais alta Corte do País, a Suprema Corte do País, dentro de um regime democrático, sob o império da lei, que tem que ser igual para todos, sem privilégio para ninguém, condenou por crime de corrupção as pessoas que estão hoje na cadeia.

Portanto, não venham aqui dizer que houve crime político. O que houve foi o cumprimento da lei para aqueles que cometeram ilícitudes, para aqueles que cometeram crimes e que respondem por eles perante toda a sociedade. A sociedade brasileira aplaude a decisão do Supremo Tribunal Federal (...)” (PSDB)

O discurso acima nos mostra a importância de o Locutor usar as artimanhas argumentativas em busca de provar suas teses. No caso em questão, o Locutor do PSDB busca destacar que o julgamento do “mensalão” teve uma ampla repercussão para a sociedade e que os envolvidos tiveram direito de defesa sempre (“com toda a oportunidade de defesa”). Mas qual o objetivo de apresentarmos justamente esse trecho do discurso do parlamentar? Inicialmente, a época em que o discurso foi proferido, no caso, dia 19 de novembro de 2013, é muito importante de ser considerada, pois, se não nos situarmos na época, não entenderemos, por exemplo, que nessa data já estava sendo findado o julgamento e que alguns réus estavam sendo condenados à prisão. Em seguida, não se poderia saber que os parlamentares do PT estavam em um momento de ataque aos parlamentares de oposição, principalmente os do PSDB, com o objetivo de “limparem” a imagem de sua sigla partidária. Aos parlamentares do PSDB, o discurso da época era a tentativa de apresentar até que ponto o discurso petista estava mudando, falhando em argumentos e estava sendo movido ao instinto de corrupção.

Observemos, no entanto, o trecho a seguir:

Discurso 16:

“É irrenunciável para nós, membros da bancada do Partido dos Trabalhadores, manifestarmos hoje a nossa indignação e a nossa tristeza pelo que aconteceu e vem acontecendo com os nossos colegas José Dirceu e José Genoíno, companheiros de luta, fundadores do partido, ex-Presidentes, e com o espetáculo midiático do final de semana, que contraria certamente todos os direitos humanos, patrocinado lamentavelmente por ilegalidades, com requintes de crueldade, praticada pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Não contestamos a Justiça, mas consideramos esse processo absolutamente eivado de injustiças na sua apreciação (...)”,

Fica evidente, no discurso 16, do parlamentar do PT, que se pensava justamente o contrário. O julgamento, segundo o Locutor, fora injusto (“eivado de injustiças na sua apreciação”). Desse modo, podemos, de imediato, apresentar que o contexto discursivo em que os textos das Sessões Plenárias estão inseridos depende diretamente do contexto sócio-histórico e de todas as condições de produção dos acontecimentos, pois estes serão usados nos discursos como elementos a darem base de sustentação das provas a serem demonstradas pelos Locutores nas situações comunicativas em que terão “a palavra” na tribuna da casa legislativa.

O contexto sócio-histórico, como já preconizavam Bahktin e Maingueneau, definem diretamente um dos importantes elementos da estrutura comunicativa da sociedade: o gênero. Isso ocorre também na Sessão Plenária, pois o tema (“mensalão”) conduziu muitas discussões no seio da sociedade brasileira, gerando polêmicas desde o ano de 2005 (data em que o esquema foi descoberto) até os dias de hoje (2014). O que se nota é que essa temática preconizou duas maneiras de se pensar o “esquema “mensalão””: PT defendendo que não ocorreu o “mensalão” e PSDB apresentando as incoerências do PT ao longo da história (de um partido socialista a um partido capaz de proporcionar propinas para os parlamentares que constituem a sua base política). Mas como o Locutor usa essas retomadas históricas e de épocas em seus discursos nas Sessões Plenárias? Para essa resposta, a próxima seção será destinada a tratar de um ponto importante dos aspectos externos do texto que contribuem diretamente para a argumentação: o contexto situacional em que os textos serão inseridos.

Como podemos perceber, alguns aspectos externos ao texto devem ser analisados no momento da construção dos argumentos do Locutor, pois este, quando profere alguma informação com fim persuasivo, recorre a uma série de fatos, acontecimentos e elementos de sua época para embasar as teses iniciais e, desse modo, sustentar os argumentos. Para confirmarmos isso, observemos o trecho a seguir, de um dos discursos de nosso *corpus*:

“Para demonstrar a exploração política que permeou todo o julgamento do Supremo, representantes da Oposição, mais especificamente do DEM, PSDB e PPS, estão bombardeando o embaixador da Venezuela no Brasil, Maximilien Arveláiz, por ter marcado presença no evento da Câmara Distrital” (DISCURSO 10-PT).

A leitura desse trecho do discurso do Locutor do Partido dos Trabalhadores (PT) parece ser de difícil compreensão nesse momento. Contudo, a contextualização do período em que os fatos ocorreram e da polêmica à qual se refere o Locutor pode fazer com que tenhamos uma nítida averiguação de que, em muitos momentos, o Locutor se reporta a um fato da época em que está vivendo para empreender o seu argumento, logo defender a sua tese.

Assim, a vinda de um embaixador da Venezuela, um país governado por um político populista quase que em regime ditatorial na época do discurso ser proferido na Sessão Plenária, justamente no momento dos desfechos do julgamento do “mensalão”, para os opositores ao governo do PT, soou mal. O discurso do parlamentar foi em busca de defender-se, apresentar-se como um partido que não faz associações com a ditadura e as práticas da Venezuela, apesar que se tenha certas simpatias.

O mais importante desse trecho é que o parlamentar, na tribuna, recorre, muitas vezes, a um acontecimento da sociedade e usa-o em sua estrutura argumentativa com fins óbvios: persuadir os seus pares e, principalmente, a opinião pública. Notemos que o tema defendido pelo discurso, notabilizado nesse trecho, era sobre o “mensalão” e sobre “a falta de argumentos do PSDB”, segundo o Locutor. Para isso, ele tenta provar sua opinião com estratégias e artimanhas argumentativas necessárias para tal feito. Desse modo, o contexto sócio-histórico proporcionou interferiu na temática e possibilitou ao Locutor embasar seus argumentos e conferir se estes estavam inseridos dentro de um gênero (Sessão Plenária), o que condicionou a construção de um texto.

Desse modo, propomos que um analista que busque estudar a argumentação sob um prisma textual/discursivo, ou apenas sob uma das abordagens (apenas textual ou apenas discursiva), deve levar em consideração em suas análises o contexto sócio-histórico em que o texto foi produzido e, se necessário, pode até comprar épocas diferentes, já que muitas vezes o Locutor se vale desses recursos comparativos de épocas para construir sua base de argumentos. Essa conclusão é óbvia, pois não podemos nos separar de nossa época. Esse argumento é o que nos fez propor que, sempre, o Locutor necessita saber qual o contexto em que está inserido.

Achamos oportuno considerar esse contexto mais amplo de produção do ato argumentativo por sabermos que, de certa maneira, um texto carrega em si uma argumentação que se processa desde o momento de produção, quando o Locutor prepara

o seu discurso, até o momento da realização, quando o texto pode (ou não) persuadir o auditório. Isso fica mais visível abaixo:

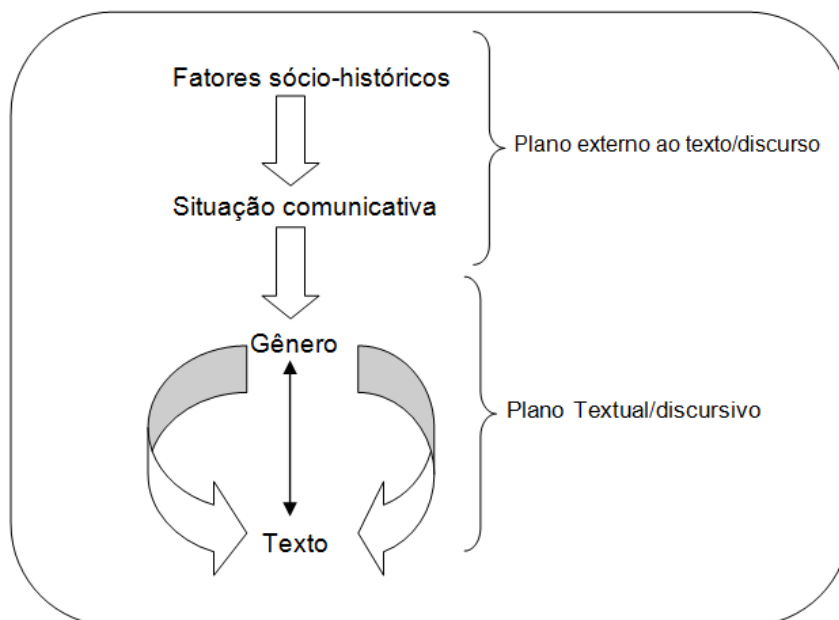


Figura 4- Dois contextos: o discurso e o texto

Desse modo, consideramos que a **época** em que o texto está sendo realizado integraria um dos subelementos do contexto sócio-histórico do qual o produtor se valeria para buscar a persuasão. Devemos deixar claro que, de alguma maneira, o Locutor usufrui de alguns conhecimentos compartilhados da **época** em que está inserido para tentar persuadir seu público. Isso não significa que um texto de um período anterior ao momento em que o Locutor está vivendo seja interpretado como algo deslocado ou sem argumentatividade. Na verdade, defendemos que, de alguma maneira, consciente ou inconsciente, o Locutor sofre certas coerções que o faz saber que tipo de estratégia argumentativa pode usar para poder persuadir seu auditório.

Os textos que constituem o nosso *corpus* são retirados de uma época conturbada politicamente para o Brasil. No mês de junho e julho de 2013, por exemplo, houve uma série de manifestações políticas que se alastraram para todo o país e proporcionaram uma espécie de “antipatia” da nação por agremiações políticas e, principalmente, pelos políticos. Assim, o episódio do “mensalão”, nesse contexto, vem reforçar a época de afloração do “espírito de revolta” da população brasileira contra uma série de problemas

sociais, econômicos e políticos que a nação estava sofrendo. Em que isso repercute sobre a argumentação de um Locutor na Sessão Plenária?

O Locutor, ciente desses acontecimentos, usa dessas informações já conhecidas pela comunidade geral a fim de provar suas teses. No nosso caso em particular, os deputados do PT, com certeza, como estão na situação de deterem o poder da governabilidade, devem defender as bases que sustentam o governo. Já o PSDB, partido de oposição, com certeza, usará os fatos com fins a demonstrar que a alternativa de governo do PT não correspondeu às expectativas da população. Esse jogo de situação e oposição é característico no discurso político e se alastra para as práticas discursivas dos que se inserem nesse meio comunicativo. Dessa maneira, a época em que os sujeitos estão envolvidos pode interferir diretamente nos temas a serem abordados e nas discussões das Sessões Plenárias.

4.2 A situação comunicativa (contexto específico)

Outro aspecto a ser considerado é a **situação comunicativa** em que o Locutor está inserido, que também contribui para a argumentação. Esse conceito, inclusive, fora tratado por Maingueneau como momento de realização empírico. Se o Locutor busca contextualizar seus argumentos a partir de um contexto sócio-histórico mais amplo em que ele está inserido, levando-se em consideração a época em que está vivendo, ele busca também usufruir do contexto comunicativo de produção em que o texto é proferido para validar a sua tese a partir de argumentos consistentes e, para isso, ele necessita saber qual o público que está a escutá-lo no embate discursivo, por exemplo.

A situação comunicativa exige que o Locutor busque entender o cenário em que o texto será produzido para, após isso, poder usar as melhores técnicas de persuasão. Para isso, ele deve ter como falante da língua uma previsão de qual o auditório que receberá o seu texto, já que essa informação será crucial para se definir as intenções do texto, assim como as possibilidades de aceitação em que o auditório poderá ter deste.

Nota-se, dessa forma, que a intenção do Locutor e a aceitabilidade do auditório, de alguma maneira, podem estar relacionados ao contexto em que o texto está inserido. Nas Sessões Plenárias, por exemplo, essas noções de aceitabilidade e de intencionalidade são fundamentais, pois normalmente os textos não são necessariamente

aceitos do ponto de vista temático, já que a palavra de um Locutor pode ser recusada por um Locutor opositor ou vice-versa. A aceitação pode ser percebida quando um Locutor, quando está com a palavra, recebe um “aparte” de outro Locutor. Normalmente, o Locutor que quer fazer o “aparte” precisa ser aceito para isso, ou seja, deve receber a permissão do Locutor que está na tribuna.

Por causa disso, considerar a situação comunicativa como um fator que possa ser determinante para a argumentação é considerar que o processo argumentativo necessita conter aspectos que estejam relacionados ao contexto de produção textual ou, pensando de maneira mais ampla, a um possível contexto em que o texto será inserido. É por meio disso que defendemos que não se pode pensar em um texto sem que se saiba a situação comunicativa em que ele foi produzido. Inserir-lo em uma situação faz com que o texto possua deixo definidas as coerções da cenografia em que ele acontece e em que os interlocutores polemizam seus argumentos. Observemos, assim, o trecho do discurso abaixo, de nosso corpus:

“O SR. NILSON LEITÃO (PSDB-MT. Como Líder. Sem revisão do Locutor.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu não venho a esta tribuna com a intenção de tripudiar ou mesmo humilhar o fato ocorrido a que o Brasil inteiro assistiu nesses últimos anos, a expectativa de fazer um divisor de águas, transformar o “mensalão” nesse divisor entre o tempo do julgamento do político e antes desse julgamento (DISCURSO 4- PSDB)”.

No discurso anterior, como pode ser observado, o Locutor apresenta-nos o local em que será produzido o seu texto, no caso, “venho a esta tribuna”. O lugar de comunicação é primordial no gênero discurso de Sessão Plenária. Primeiro, o Locutor, em qualquer Casa Legislativa, necessita que seu pronunciamento seja realizado em uma tribuna, momento em que ele fica em total visibilidade e destaque frente aos seus pares. Segundo, na tribuna, ele está em uma situação comunicativa em que não se pronunciará para qualquer público, mas para uma série de “colegas” deputados, todos cientes dos protocolos e dos procedimentos especiais para o desenvolvimento das práticas discursivas em que os textos necessitam para se tornarem argumentativos. A tribuna, de certa forma, representa o espaço em que o Locutor pode expor seus argumentos em favor de uma tese sobre determinado tema. No caso do Discurso 4, o Locutor objetivava “transformar o ‘mensalão’ nesse divisor entre o tempo do julgamento do político e antes desse julgamento”.

Defendemos que o lugar de produção, dependendo do gênero e dos objetivos almejados pelo Locutor, é determinante na construção do processo argumentativo. Na verdade, a situação pode influenciar as palavras a serem usadas, as expressões linguísticas mais apropriadas aos propósitos de dizer, o gênero mais adequado. Nas Sessões Plenárias, por exemplo, dependendo do tema a ser discutido pelos parlamentares e das questões levantadas pela opinião pública, o Locutor seleciona de forma coerente os argumentos que mais são passíveis de serem aceitos. Importante que se mencione que não se trata de apenas adequar a linguagem, mas também de conseguir um alinhamento a toda a complexidade que envolve o ato argumentativo a partir de uma previsibilidade da situação comunicativa. Para isso, ele deve usar o lugar a seu favor.

Devemos esclarecer que estamos chamando de **lugar de produção** o ambiente em que o Locutor está inserido no momento em que profere sua investida argumentativa a fim de convencer seu auditório. Nesse contexto, fica evidente que o lugar pode garantir a escolha de uma estratégia argumentativa mais adequada.

Para que isso ocorra, no entanto, o Locutor deve levar em conta, também, qual o auditório em que tentará persuadir. Assim, o interlocutor do ato comunicativo também pode ser considerado como outro elemento primordial na construção da argumentação. De fato, saber qual o auditório que se buscará convencer é, sim, um elemento que se enquadra na situação da argumentação.

No discurso 4, o Locutor sabe que o seu público serão colegas deputados. Ele sabe também que pode ter, entre esses sujeitos, pessoas que dialogam com a sua opinião, assim como sujeitos que discordarão dos temas a serem tratados, ou por motivos pessoais ou por questões político-partidárias. Afinal, o jogo situação x oposição é muito comum no Brasil). Desse modo, um discurso é produzido esperando-se certa previsibilidade de aceitação do público. Se o assunto for mais polêmico, como é o caso do tema escolhido por nós para seleção dos *corpus* (“mensalão”), provavelmente ocorrerão embates ideológicos acirrados.

O entendimento da prática argumentativa, levando-se em conta os elementos externos ao texto, exigirá que o pesquisador busque entender qual o contexto de produção em que os textos são produzidos. Ciente disso, como nosso corpus retrata um dos assuntos mais polêmicos do Brasil contemporâneo, resolvemos abordar alguns aspectos que consideramos serem essenciais para a organização de nossas análises, a

saber: entender o que, de fato, foi o “mensalão” e quais têm sido os impactos do seu julgamento para a sociedade e a opinião pública brasileira e mundial. Também analisamos qual o histórico das bases ideológicas dos principais partidos envolvidos nos embates sobre o tema no Congresso Nacional (Partido dos Trabalhadores e o Partido da Social Democracia Brasileira).

4.2.1 O contexto situacional da produção dos textos das Sessões Plenárias

Nas Sessões Plenárias, o contexto em que os Locutores estão envolvidos exige uma série de protocolos e características fixas, rígidas e necessárias. Um dos pontos principais de um discurso político em uma Casa Legislativa é com relação ao decoro parlamentar, pois os Locutores não podem fazer ofensas deliberadas a qualquer um dos seus pares. Assim, a linguagem e algumas questões importantes são reguladas por uma conduta regimentar que exige postura e respeito sempre, mesmo quando ocorrerem divergências intelectuais e ideológicas em embates no plenário.

Assim, os Locutores todos desempenham a mesma função (parlamentares eleitos pelos seus estados ou pelo Distrito Federal), representam uma determinada região, são normalmente filiados a uma sigla partidária, que, por sua vez, possui uma linha ideológica própria. Nas sessões, normalmente os membros da mesa se apresentam, em seguida, chamam os “inscritos no dia”, pessoas que, com antecedência, devem avisar que irão se pronunciar na sessão. Assim, é estipulado um tempo determinado, segundo a quantidade de Locutores inscritos para a sessão. O Locutor, desse modo, deve acomodar o seu discurso em um tempo determinado, o que acaba gerando um texto mais objetivo, conciso e eficiente do ponto de vista informativo. Em alguns momentos, podemos observar os apartes (comentários com que se interrompe um discurso, uma conferência, uma fala formal) e os debates entre lideranças de partidos ou de blocos de partidos.

O contexto situacional condiciona diretamente um dos aspectos mais salientes no texto político: a formalidade. De fato, o ambiente em que o Locutor está inserido requer, em princípio, muita polidez, embora isso nem sempre aconteça.

Dessa forma, a situação comunicativa em que os textos são produzidos sempre são regidos por uma alta formalidade que o gênero discurso de Sessão Plenária exige, que vai desde os parlamentares estarem sempre trajando vestimentas específicas (terno e

gravada para os homens e roupas formais para as mulheres) até serem comedidos no que falarão, sob o risco de ferirem o decoro parlamentar, uma prerrogativa regimental que os faz limitarem-se quanto ao que deve ser falado nas discussões. Isso deveria, em princípio, forçar os debates a estarem em um alto nível intelectual e sem confrontos de teses que induzam a caminhos da vida pessoal dos parlamentares, o que resultaria em ataques ofensivos. As práticas discursivas, no entanto, nem sempre mantêm o decoro.

No momento em que o Locutor possui a “palavra”, todas as atenções se voltam para ele. Os outros parlamentares, quase sempre, escutam os discursos e, se necessário, ocorre o confronto de ideias entre os que estão inscritos para serem Locutores da sessão que transcorre.

Na nossa perspectiva teórica, o gênero discurso de Sessão Plenária está totalmente condicionado ao contexto sócio-histórico em que os fatos da nação vão acontecendo. Os discursos dos Locutores são calcados, muitas vezes, nesses acontecimentos. Dessa maneira, a época em que os fatos no país ocorrem (ou no mundo) fomenta os debates a serem travados nas sessões e, por conseguinte, condiciona as discussões temáticas. Um fato importante no mundo pode ter desdobramentos significativos nas Sessões Plenárias a partir de Locutores discursando e opinando sobre a temática, logo não se pode separar e nem analisar esse gênero sem que se volte um olhar muito atento ao contexto externo que o cerca.

Para nossos dados, os acontecimentos externos aos discursos dos Locutores era o assunto “mensalão”. As discussões sobre o assunto se intensificaram na sociedade em geral e prosperaram mais ainda na Casa Legislativa Federal. Desse modo, construíram-se dois pilares de discussões: os partidos da base governista, liderados pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e os partidos da base oposicionista, liderados pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Os embates ideológicos entre esses dois blocos políticos se estenderam por dias sobre a temática do “mensalão”.

O contexto sócio-histórico, quando se fala em política, deve ser analisado a partir de um dos fatores primordiais: o Locutor sempre tem que estar filiado a uma agremiação política e dela seguir os preceitos regimentares. Assim, um político deve

respeitar a decisão da maioria dos seus colegas de partido, ter uma ideologia a seguir e estabelecer uma conduta segundo as diretrizes que o partido político recomenda.

Para atender a esse pressuposto de interinfluência entre aspectos sócio-histórico-discursivos e organização textual, elegemos as perspectivas teóricas desenvolvidas por Bakhtin e por Maingueneau e a proposta teórico-metodológica de Pinto (2010) para analisar como fatores sociodiscursivos tinham influência sobre o modo como se argumentava dentro do gênero discurso de Sessão Plenária.

Dessa maneira, a argumentação que o Locutor planeja condiciona a organização do texto no gênero e determina uma série de articulações composicionais que possibilitam a realização desses gêneros nos atos de interação verbal. Concordamos, desse modo, com o aspecto dinâmico que os gêneros, como tipos relativamente estáveis, como define Bakhtin, ganham alguma estabilidade a partir de relação do gênero com o contexto sócio-histórico em que ele está envolvido.

Partindo das constatações de Pinto (2010), que defendeu a importância de um modelo de análise da argumentação em gêneros e que demonstrou como os aspectos de natureza externa tinham influência sobre essas relações, defendemos que o contexto sócio-histórico exerce uma série de coerções sobre o gênero, que, ao materializar-se em textos com propósitos argumentativos definidos, determina escolhas composicionais e a incrementação de recursos retóricos, para um bom desenvolvimento argumentativo.

Tendo em vista essa constatação, elegemos, para nossa análise da argumentação, o Plano Textual, que, para nós, compreende o Componente Genérico e o Componente Sequencial.

Estando inserido em uma situação comunicativa, o Locutor escolhe o gênero do discurso e o plano textual que o caracteriza para materializá-lo como texto e organizá-lo conforme a argumentação que deseja imprimir a ele. Desse modo, um tema vinculado ao momento sócio-histórico se faz presente para o estabelecimento desse gênero, que se organiza a partir da consideração de um estilo, com seus traços composicionais e estruturais. Essas estruturas somadas, em um gênero de cunho persuasivo e em um texto com propósitos argumentativos definidos, podem interferir nas decisões de organização textual-argumentativa, razão por que consideramos o Componente Genérico como um dos elementos responsáveis por estabelecer a argumentação num plano textual. Não se

pode pensar em argumentação sem que se estabeleça a importância do gênero de que estamos tratando no ato comunicativo, já que este traz consigo uma série de características e formas que, de alguma maneira, o Locutor reconhece (ou pelo menos busca reconhecer) e que são fundamentais para a argumentação.

No próximo capítulo, falaremos sobre o Componente Genérico sob o prisma dos estudos de Bakhtin. Demonstraremos as categorias que constituem o gênero, bem como as relações entre as coerções externas ao texto e a configuração do gênero.

O COMPONENTE GENÉRICO

“A verdadeira viagem de descobrimento não consiste em procurar novas paisagens, mas em ter novos olhos”. (Marcel Proust)

Neste capítulo, nosso objetivo é apresentar quais as implicações que o Componente Genérico pode exercer sobre a Argumentação. Defendemos que o gênero, seguindo a visão teórica de Bakhtin, interfere decisivamente em uma série de aspectos relacionados à argumentação, que vão desde as escolhas lexicais por parte do Locutor, até as estratégias argumentativas que este usará para tentar persuadir seu público. Acreditamos que os gêneros possuem em si características relativamente estáveis que possibilitam uma série de coerções sobre o texto do Locutor no momento da situação comunicativa.

Faremos uma breve explanação da noção de gênero sustentada por Bakhtin (também apresentaremos a proposta de Maingueneau, por este autor destacar aspectos externos que interferem na construção da argumentação e que implicam no gênero) e, em seguida, discutiremos de que maneira o Componente Genérico interfere nos textos que constituem o nosso *corpus*. Para abordarmos a importância desse Componente para nossos estudos, sempre que necessário, apresentaremos o repertório teórico e o ilustraremos com exemplos de nosso *corpus*, conduzindo nosso capítulo para uma perspectiva teórica e prática sobre o Componente em questão.

5.1 O gênero para Bakhtin

O filósofo russo Mikail Bakhtin⁹, retomando muitos aspectos relacionados ao gênero já tratados por Aristóteles, foi o responsável por nos apresentar a problemática

⁹Ao abordarmos a temática dos gêneros, pensamos logo na influência que Bakhtin causou em diversificadas áreas da linguagem (Linguística Aplicada, Linguística Textual, Análise do Discurso etc.). Na verdade, o interesse em se estudar, definir, estabelecer os componentes ligado à noção de gêneros de discurso explica-se pelo impacto que a leitura do texto *Gêneros do Discurso*, desse autor, que fez um rebuliço teórico significativo nos meios acadêmicos nas três últimas décadas. Esse texto, na verdade, é um manuscrito inacabado, escrito nos últimos anos de vida do pensador russo (em 1952-1953, de acordo com M. Holquist), publicado em 1979 após sua morte.

dos gêneros, limitada à época somente ao campo literário, para o campo linguístico. Para isso, o pensador trata o gênero sob uma ótica discursiva, fato que o fez um dos grandes pensadores das Ciências Humanas a partir de seus estudos da linguagem que, embora se baseassem em exemplos de textos literários, não se limitava a simples explicações dessa área.

Um dos pontos mais importantes na proposta desse autor é o fato de ele ter reivindicado traços básicos para a consideração dos *Gêneros do Discurso*. Para o autor, apenas a interação entre dois indivíduos socialmente organizados que pode dar origem à enunciação. Na verdade, ele vai além disso, ao propor que, embora não haja interlocutor real, este pode ser substituído por um representante do mesmo grupo social ao qual pertence o Locutor.

Falar da obra de Bakhtin¹⁰ é considerar, também, as polêmicas que se referem à constituição dela, principalmente com relação à autoria de alguns livros e artigos desse autor, já que há indícios (mesmo que não comprováveis em sua totalidade) de que os textos podem ter sido escritos por Voloshinov ou ainda outro teórico. Nosso objetivo não é entrar nessa questão polêmica e controversa, por isso, quando nos referirmos a Bakhtin, na verdade, estaremos nos reportando a todos os autores que constituíram o seu círculo teórico, pois o pensamento do autor, muitas vezes, constituiu-se de maneira pulverizada em várias obras e, com certeza, devemos considerar a participação de seus discípulos na lapidação do pensamento de gênero que se atribui (e sempre se atribuiu) ao mestre. A teoria dos gêneros do discurso empreendida pelo teórico encontra-se dispersa em duas obras: *Marxismo e Filosofia da Linguagem* e em *Estética da criação verbal*.

O fato é que a obra *Marxismo e filosofia da linguagem*, cuja primeira edição, em português, foi no ano 1979, configura-se como a responsável pelos primeiros contatos entre o pensamento do círculo de Bakhtin e as pesquisas sobre gênero no Brasil. No prólogo dessa obra, o autor nos apresenta as reais intenções de seu livro, que seriam: a) na sua primeira parte, situar “o lugar dos problemas da filosofia da linguagem dentro

¹⁰Bakhtin é formado em São Petersburgo, onde cursou estudos clássicos na Faculdade Filológico – Histórica. Esse pensador é considerado um dos maiores filósofos da linguagem de todos os tempos.

do conjunto da visão marxista do mundo” e, b) na segunda, “resolver o problema da natureza real dos fenômenos linguísticos” (BAKHTIN, 1992, p. 27).

Já em *Estética da criação verbal*, o autor estabelece profundas reflexões sobre os gêneros e, além disso, apresenta algumas relações existentes entre eles e os tipos de enunciados. Em seu pensamento, o autor considera que os gêneros do discurso estão presentes em diversificadas esferas da atividade humana, que corresponderiam às condições e às formas de comunicação social. Ademais, sua proposta leva em conta também que, nos gêneros, existe uma série de formas típicas de enunciado as quais já estariam em nossas práticas discursivas desde quando nascemos (os tipos do discurso) responsáveis diretamente por moldarem os gêneros.

Na verdade, uma das principais características do pensamento desse autor é quanto à consideração da linguagem como sendo produto de um complexo processo interativo. Em seus trabalhos, existe o pressuposto de que qualquer consideração da língua sempre deve ocorrer na relação dialética indivíduo/sociedade, em um universo em que se interpenetram o individual e o social.

Um ponto importante no pensamento de Bakhtin é com relação à palavra. Para ele, esta seria o território comum do Locutor e do interlocutor e, por causa disso, seria responsável por comportar duas faces: tanto procede de alguém, como se dirige para alguém. Ademais, ele defende que a palavra seria responsável por representar o produto da interação Locutor/ouvinte, servindo de expressão de um em relação ao outro. O pensador russo assevera ainda que é por intermédio da palavra que o sujeito se define em relação ao outro e, assim, tem-se o que ele define de coletividade. O que se evidencia é a preocupação dele com a interação. Na verdade, é a partir dela que a linguagem implica a realização de uma atividade discursiva, já que sempre se diz algo a alguém, em um determinado contexto sócio-histórico.

Assim, o conceito de gênero emerge a partir de uma espécie de dinamicidade, que seriam características deles, sempre resultantes de relações sociais, por isso sofrem as transformações que ocorrem na sociedade.

Essa dinamicidade nos é apresentada na obra *Marxismo e filosofia da linguagem*, quando o teórico discute sobre o tema da enunciação. Outrossim, o autor nos apresenta a importância do processo de evolução histórica e do contexto social para

se deprender um tema. Para ele, o tema, assim como o gênero em que está inserido, apresenta essa dinamicidade de modo muito frequente. Por causa disso, defende a existência de um espécie de componente estático e dinâmico.

O que Bakhtin toma por elemento estático seriam algumas formas de enunciados ou temas que caracterizam determinados gêneros e que, dessa forma, são transmitidas ao longo da história. Para o autor, é o gênero que dita uma série de articulações composicionais às quais os textos dessa formação genérica devem se acomodar. Sempre essas estruturas linguísticas se relacionam a um contexto sócio-histórico, a uma dada esfera da atividade humana e, juntos, vão condicionar certas escolhas eminentemente estilísticas. Assim, podemos apresentar o que o autor considera como componentes do gênero: o tema, as unidades composicionais e o estilo. Esses componentes que compõem o gênero fundem-se indissociavelmente no todo do enunciado, e todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação. Por causa disso, o autor nos diz que os gêneros são compreendidos como tipos relativamente estáveis de enunciados quanto ao tema, ao estilo e à forma composicional, produzidos nos diversos campos ou esferas da atividade humana.

5.2 O tema

Como falamos anteriormente, Bakhtin considera o tema como um dos componentes do gênero. A noção nos é apresentada, ao longo da obra do filósofo russo, de maneira, muitas vezes, dispersa. No entanto, é na obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem* que temos com maior exatidão um esboço de definição do que o pensador considera por tema, conceito que será primordial para nosso quadro teórico.

Um ponto que merece destaque e que, para nós, interfere decisivamente na questão do tema do modelo do círculo de Bakhtin é quanto à abordagem marxista da filosofia da linguagem desenvolvida no pensamento do mestre russo e de seus seguidores. Essa perspectiva marxista é centrada no fato de se dar significativa importância ao processo sócio-histórico, cujas especialidades, segundo Bakhtin, estão associadas aos diversos campos da criatividade ideológica. Para ele, esses campos seriam modelos próprios de lidar com as determinações da estrutura sócio-econômica e

da infraestrutura. O tema é sempre entendido como um elemento singular do sentido do enunciado, assim como elemento dinâmico e complexo que se atualiza historicamente.

Nosso *corpus* apresenta como configuração temática, seguindo os moldes do pensamento de Bakhtin, o Mensalão. Contudo, não se trata de uma temática isolada na constituição do gênero que o faz ser característico deste. O tema do mensalão desencadeia uma série de coerções de natureza histórica, principalmente com relação à formação dos enunciados, uma vez que o tema se configura pelos aspectos externos.

Bakhtin considerou o caráter relativamente estável do enunciado dentro dos campos ideológicos. Para nós, essa busca de estabilidade se organiza em certos tipos estáveis, os quais se caracterizam por serem compostos por conteúdos temáticos, um estilo e uma construção composicional determinada. O tema, nesse contexto, deixa de ser eminentemente singular e também se constitui dessa estabilidade. Nas Sessões Plenárias, por exemplo, várias são as temáticas abordadas em diversificados momentos, mas, em todas, segue-se o estabelecimento de conteúdos que sempre serão presentes nos discursos dos parlamentares e que acabam interferindo na organização estilística do gênero, assim como nas unidades que o compõem.

Ponto importante sobre o tema, dentro do pensamento de Bakhtin e dos que integraram o seu círculo, é a relação que se estabeleceu entre esse conceito e o de significação. No capítulo 7 da obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, há a apresentação desse paralelo que, para muitos pesquisadores, fez-se de modo obscuro. Não entraremos nessa questão e nos limitaremos em apresentar, em linhas gerais, como seria esse componente na obra de Bakhtin.

No pensamento de Bakhtin, a significação estaria relacionada ao potencial significativo que o signo possui, o que o autor considera uma característica própria dos signos linguísticos e das estruturas formais dele. Já o tema estaria relacionado à própria atuação da significação, levando-se em conta um determinado contexto histórico e social. O tema seria, desse modo, dinâmico e inconstante, o que o configuraria como um elemento que não pode ser analisado separado da enunciação. A principal consequência disso é quanto à consideração de que o tema se organiza a partir de elementos linguísticos específicos, que participam diretamente da composição do discurso, sendo que esses elementos podem ser de natureza verbal e não verbal, dentro da situação

comunicativa. A dinamicidade desse componente é que nos faz pensá-lo de modo dinâmico e, desse modo, pode ser atualizado historicamente.

Os conceitos de tema e de significação são flutuantes nos trabalhos bakhtinianos. Em *Problemas de Dostoiévski*, por exemplo, os sentidos desses termos não são tão convergentes e estão mais próximos daqueles utilizados atualmente nos estudos sobre linguagem. O termo significação é complementado por diversos adjetivos – ideológica, semântica, objetiva e concreta - no intuito de esclarecer melhor o seu sentido. O tema é tratado como um dos possíveis feixes de sentido depreendidos a partir de uma obra ou de várias obras literárias.

Importante lembrarmos que o interesse de Bakhtin era o de procurar, de alguma maneira, desvendar como se produz o sentido e a significação de um dado enunciado. Essa busca fez com que ele pensasse em meios de analisar de que forma a palavra pode ser significada em sua plenitude. Para nós, é nessa questão, em particular, que mora a diferenciação entre a noção de tema e a de significação. Para tentar estabelecer essa diferença, ele parte, embora que indiretamente, da questão inicial de que um sentido definido e único é uma propriedade que pertence a cada enunciação como um todo.

A visão de linguagem bakhtiniana é dialógica. O conceito de *dialogismo* não chega a ser um componente do gênero, mas é um dos elementos que o constituem, uma vez que, segundo a visão desse autor, os enunciados sempre dialogam com enunciados anteriores e também com outros posteriores. O dialogismo é o grande pressuposto da proposta de Bakhtin, para quem qualquer enunciado já foi, antes, falado, controvertido, esclarecido e julgado de diversas maneiras. Assim, a palavra – realidade efetiva nas diversas condições reais da comunicação verbal – em enunciados concretos nunca é inédita. É por isso que o autor defende que a enunciação de cunho monológico, de certa forma, apresenta-se como uma abstração, já que, em sua essência, todo discurso busca uma resposta a outro discurso já existente. Assim, também o monólogo assume natureza dialógica. Na verdade, Bakhtin defende que toda enunciação monológica constitui um elemento inalienável da comunicação verbal. O enunciado, segundo esse autor, guarda uma série de lembranças de outros enunciados e está sempre inserido em alguma esfera da comunicação verbal. Resumidamente, podemos dizer que o dialogismo apresenta-se como uma espécie de princípio da linguagem e condição de sentido, o que faz com que possamos afirmar que o discurso não é individual.

5.3 O estilo

A noção de gênero empreendida por Bakhtin prega que há um repertório próprio de formas de discurso dentro de cada época e de cada grupo social e, assim, cada grupo de formas está diretamente associado a um mesmo gênero e a este, um grupo de temas, como vimos anteriormente. Em sua concepção, os gêneros são uma espécie de conjuntos de formas particulares e limitados, que podem ser encontrados em cada período do desenvolvimento da sociedade e, dessa forma, podem apresentar valores específicos em função do corpo social em que estão inseridos. Vale frisar que, no pensamento de Bakhtin, as palavras são signos ideológicos que sofrem influência de outros períodos históricos, de estruturas mentais, de aspectos de natureza material e até de estruturas econômicas de um determinado grupo.

O pensador defende haver uma dinamicidade constante na linguagem, pois não há nada na composição do sentido que possa colocar-se acima da evolução, que seja independente do alargamento dialético do horizonte social. A sociedade em transformação alarga-se para integrar o ser em transformação. Nada pode permanecer estável nesse processo.

No entanto, Bakhtin considera que, apesar dessa dinamicidade constante, há uma relativa estabilidade de significação que paira nos gêneros. Ademais, podemos dizer que o gênero seria, para o autor, uma espécie de componente estático e dinâmico.

Para o autor, em todas as atividades humanas, o gênero se constitui a partir da interação de seus componentes e seria percebido a partir do estilo. Assim nos disse o autor:

a utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos); concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma e doutra esfera da atividade humana. O enunciado reflete condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por ser conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua – recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais -, mas também, e sobretudo, por sua construção composicional. Estes três elementos (conteúdo temático, estilo e construção composicional) fundem-se indissociavelmente no todo do enunciado, e todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação (BAKHTIN, 1997, p. 279).

Como se pode perceber a partir da citação acima, Bakhtin (1997) nos apresenta de maneira mais sistemática os elementos-chave que constituem o gênero, a saber: o tema, as unidades composicionais e o estilo. É neste último componente que nos debruçaremos nesta seção. Devemos acrescentar que é no capítulo 6 (*A Interação Verbal*) da obra *Estética da criação verbal* que o autor problematiza as questões relativas ao estilo.

O autor se preocupou também em fazer a correlação entre a noção de estilo, abordando de que maneira um determinado Locutor representa o seu destinatário com o objetivo de compreensão responsiva. Para ele, o destinatário pode ser, ao mesmo tempo, o parceiro e o interlocutor direto do diálogo na vida cotidiana. Por causa disso, poderíamos ter múltiplas maneiras de este sujeito aparecer. Assim, “pode ser o conjunto diferenciado de especialistas em alguma área especializada da comunicação cultural, pode ser auditório diferenciado dos contemporâneos, dos partidários” (BAKHTIN, 1997, p. 320). Na verdade, o autor cogita, inclusive, a possibilidade de termos o Locutor representando “o outro não concretizado”, ou seja, “caso de todas as espécies de enunciados monológicos de tipo emocional” (BAKHTIN, 1997, p. 321). O autor busca esclarecer como os destinatários se apresentam, assim como as suas intenções. Na realidade, segundo ele, as formas e as concepções do destinatário são determinados pela área específica da atividade humana que se reporta a um dado enunciado. Nas palavras do autor:

Essas formas e concepções de destinatário se determinam pela área de atividade humana e da vida cotidiana a que se reporta um dado enunciado. A quem se dirige o enunciado? Como o Locutor (ou escritor) percebe e imagina seu destinatário? Qual é a força da influência deste sobre o enunciado? É disso que depende a composição, e sobretudo o estilo, do enunciado (BAKHTIN, 1997, p. 321).

Fica evidente, a partir da citação acima, que o autor pretendeu integrar o estilo a uma série de aspectos que perpassam uma simples seleção de itens lexicais, elementos fraseológicos e estruturas sintáticas. Isso ficou bastante evidente quando se buscam respostas para se saber a quem se dirige um determinado enunciado, quando se quer determinar a imagem de um destinatário, assim como as influências do destinatário no enunciado. Sobre a importância do estilo no gênero discurso de Sessão Plenária, observemos o seguinte trecho de um discurso:

Discurso 14 (PT):

“Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no vale-tudo para impedir a reeleição da Presidenta Dilma Rousseff, como afirma nota da Direção Nacional do Partido dos Trabalhadores, as forças conservadoras inventam sucessivamente campanhas para tentar desgastar o Governo, a Presidenta, Lula e o PT. Mas desta vez se superaram, pois, além de o processo da Ação Penal nº 470 ter sido injusto e político, pois não considerou as provas dos autos, exatamente porque elas inocentavam os companheiros do PT da acusação de pagamento a Parlamentares e de formação de quadrilha, a execução das prisões foi feita em desacordo com a sentença e, no caso do companheiro José Genoíno, com requintes de crueldade, chegando-se a colocar em risco a sua vida. Sr. Presidente, nenhuma democracia pode se desenvolver se os direitos de seus cidadãos não estiverem garantidos. Sob nenhuma hipótese podemos tolerar que a disputa política se dê fora da legitimidade das urnas, nem muito menos que a justiça se afaste de sua indispensável equidistância para se envolver na política. Por outro lado, também não é possível democracia sem pluralidade de opiniões. O uso monopolizado e partidário das concessões dos meios de comunicação, portanto totalmente contrário ao que determinam os preceitos constitucionais, esteve relacionado às pressões externas sofridas pelo STF no caso do julgamento da AP 470. Temos que superar essas deficiências e desvios da democracia brasileira se realmente queremos fortalecê-la cada vez mais (...)”.

Observemos que o Locutor do discurso 14 usa de uma série de recursos linguísticos que se apresentam como integrantes do estilo. A escolha dos itens lexicais, como se sabe, apresentam-se confirmando as intenções do Locutor de persuadir o seu público. Dessa maneira, a palavra “companheiros” para designar os integrantes do PT, que faziam parte do esquema do mensalão, por exemplo, apresenta-se como um forte indício de que o Locutor da tribuna quer aproximar os considerados culpados para o seu discurso. Poderia ser usada qualquer outra palavra, mas, culturalmente, convencionou-se usar a expressão “companheiros” como forma de tratamento entre os integrantes do PT, ou seja, sabemos que os integrantes dessa agremiação partidária se cumprimentam tradicionalmente com essa designação, o que os torna irmanados.

Ao longo da construção do percurso argumentativo do discurso 14, observamos que umas palavras caracterizam a tentativa do Locutor em apresentar os integrantes do PT como inocentes e apresentar o julgamento como algo injusto: “vale-tudo” (atribuído às práticas do PSDB contra o governo do PT e a presidente Dilma), “inventam”, “superaram” (indicando que o STF fez uma ação que colocou em risco a vida de José Genoíno), entre outras.

O estilo, sendo um dos elementos que constituem composicionalmente o gênero, pode ser determinado de duas maneiras, segundo Bakhtin (1997): estilo individual e

estilo linguístico ou funcional. Para entendermos essas definições, temos que falar das noções de gêneros primários e gêneros secundários, defendidas por esse autor. O primeiro tipo de gêneros são os que se originam de uma comunicação espontânea, enquanto que os segundos tipos são gêneros que surgem a partir de uma comunicação mais elaborada, quase sempre escrita, de teor muito mais complexo, como: romance, teatro, discurso científico, texto jornalístico, entre outros. De maneira mais simples, Bakhtin (1997) defende que qualquer tipo de enunciado oral ou escrito, que pertence a um determinado gênero primário ou secundário, integrado a uma determinada esfera da comunicação verbal é individual, já que pode refletir diretamente na individualidade de quem fala e escreve. Para ele, os gêneros mais propícios de demonstrarem esse estilo individual seriam os literários. No que tange ao estilo funcional, o autor defende que cada esfera da atividade humana comporta gêneros específicos, os quais estão relacionados a estilos particulares, ou seja, “o estilo de um gênero peculiar a uma dada esfera da atividade e da comunicação humana” (BAKHTIN, 1997, p. 283).

O que se percebe é que a noção de estilo de Bakhtin (1997) é bastante atrelada aos aspectos linguísticos determinados pelas relações sociointeracionais, pois o autor considera muito importante levar em conta as relações existentes entre o Locutor e o seu interlocutor. Ademais, o estilo está relacionado diretamente com o tema e com as unidades composicionais, partes integrantes e constituintes dos gêneros.

No caso mencionado por nós, o discurso 14 é um bom exemplo de texto em que o Locutor busca convencer seu auditório e, para isso, apela para aspectos linguísticos que se configuram que revela aspectos afetivos, em alguns momentos. Aplicando a nossos dados, podemos dizer que, de alguma maneira, o PT construiu o seu estilo para defender os seus integrantes, como podemos perceber em várias passagens de diferentes discursos:

“Nesse processo de construção política, em 2005, o PT foi denunciado como patrocinador ou como quem tinha cometido algum crime eleitoral. O PT, naquele momento, disse ao País que alguns dirigentes do PT tinham praticado crime eleitoral, no caso, o do caixa dois, como foi chamado” (Discurso 15).

“É muito importante que a população brasileira e os Deputados tenham acesso ao contraditório e às informações sobre o processo de julgamento da Ação Penal 470. Eu me refiro a um livro muito importante de Paulo Moreira Leite, intitulado *A Outra História do Mensalão*, da Editora Geração, e ao trabalho feito pelo jornalista Raimundo Rodrigues Pereira em reportagem intitulada *A Construção do Mensalão*” (DISCURSO 11).

Percebamos que neles há algo em comum: a bancada petista tinha como meta blindar seus aliados e envolvidos com defesas. No caso do discurso 15, que é de José Guimarães, Deputado Federal pelo Ceará, o qual teve o envolvimento do mensalão quando assessores dele foram encontrados com uma mala de dinheiro e dólares dentro as cueca, busca defender os seus partidários. Ocorre a mesma coisa com o Deputado José Genoíno, no discurso 11, quando ele tenta se defender brevemente das acusações e indica um livro induzindo a população brasileira a ter acesso ao “contraditório”, palavra que foi usada para insinuar que estava sofrendo injustiças.

As palavras podem, como sabemos, condicionar amplos sentidos. Nos casos apresentados, elas configuram como mecanismos importantes de construção da argumentação e na constituição do gênero a partir da formação de um estilo. No caso das Sessões Plenárias, observamos que são constantes expressões que possam ter um caráter mais persuasivo, uma vez que, no caso do mensalão, por exemplo, os petistas deveria defender seu governo, enquanto seus opositores, como o PSDB, deveriam apresentar o contra-argumento disso tudo.

Ao longo da obra de Bakhtin, evidenciamos que as unidades composicionais não tiveram a mesma importância dada, por exemplo, ao tema e ao estilo. No entanto, o importante dessa noção é a influência que ela terá em outros trabalhos de pesquisadores de outras áreas, como os de Adam (1992), dentro da Linguística de Texto. Voltaremos nossa atenção para um aspecto composicional do texto, não do gênero, por isso lançaremos mão dos pressupostos de Adam para lidar com parâmetros mais eminentemente textuais (não genéricos) da composição. Recorremos, assim à caracterização da noção de sequência textual, postulada por Adam (1992), para tratar daquilo que estamos chamando de Componente Composicional.

5.4 A importância dos aspectos sócio-históricos nos gêneros

As considerações bakhtinianas influenciaram sobremaneira o pensamento de muitos teóricos de diversificadas perspectivas teóricas das Ciências Humanas. Um dos que mais sofreram a interferência do pensamento de Bakhtin foi Maingueneau, que, logo nas suas primeiras abordagens teóricas, já demonstrava essas influências, mas

nunca se limitando ao pensamento do mestre russo e, assim, fazendo contribuições pertinentes e necessárias. Uma dessas contribuições foi quanto à ideia do primado do interdiscurso sobre o discurso, que se inscreve na perspectiva do dialogismo bakhtiniano, atribuindo a ela um quadro metodológico que permite apreender o modo como os discursos interagem. Em trabalhos posteriores, a categoria gênero de discurso ganha destaque, chegando a ocupar lugar central em suas investigações.

Na proposta de Maingueneau, os gêneros seriam práticas comunicativas sócio-historicamente¹¹ definidas que são dependentes de elementos contextuais que seriam regidos, segundo o autor, por uma espécie de contrato que possui normas bem delimitadas quanto à participação dos interactantes, à finalidade de comunicação e à circunstância em que a comunicação ocorre.

Seguindo uma linha de pensamento similar à de Bakhtin, Maingueneau considera o caráter histórico presente no gênero. Para este autor, a noção de gênero se manifesta em circunstâncias apropriadas e com protagonistas qualificados. Na verdade, sempre o gênero sofre uma série de coerções externas. Merece destaque a maneira como o autor trata os gêneros, sempre apresentando um caráter bastante descritivista. Para ele, os gêneros não podem ser encarados como sendo fórmulas pré-estabelecidas usadas por um determinado Locutor para adequar os seus enunciados. O gênero seria mais uma atividade social decorrente do uso da língua.

Na concepção de gênero empreendida por Maingueneau, é importante frisarmos a noção de discurso defendida pelo autor, já que ela é um conceito basilar e extremamente necessário para que possamos entender o pensamento desse autor como um todo. Para ele, desse modo, o discurso seria um ato de comunicação sócio-historicamente determinado, constituindo, assim, um modo de apreender um texto que se caracteriza pela observação de suas condições de produção. O autor defende ainda que a linguagem enquanto discurso não constitui um universo de signos que serve apenas como instrumento de comunicação ou suporte de pensamento. Para ele, a linguagem enquanto discurso é interação e um modo de produção social, assim, esse

¹¹ O autor, em sua obra *Discurso Literário*, diz-nos: “a categoria gênero é definida a partir de critérios situacionais; ela designa, na verdade, dispositivos de comunicação sócio-historicamente definidos e que são concebidos habitualmente com a ajuda das metáforas do ‘contrato’, do ‘ritual’ ou do ‘jogo’ (MAINGUENEAU, 2006, p. 234).

conceito não é neutro, inocente e nem natural, seria mais do que isso, já que seria um lugar privilegiado de manifestação ideológica.

Importante frisarmos que o que o autor chama de “condições de produção”, ao longo de sua obra, não se restringe às circunstâncias da comunicação imediata, ou seja, enunciador, enunciatário, lugar e tempo em que se passa a produção. Na verdade, esse contexto de produção seria algo mais amplo, que abrangeria todo o contexto sócio-histórico, influenciado por certos posicionamentos ideológicos que, de alguma forma, influenciariam o discurso.

Outro importante conceito na obra de Maingueneau que, diretamente, interfere em sua concepção de gênero é a de formação discursiva. Para ele, há uma série de regras que são capazes de reger de maneira precisa a formação dos discursos. Essas regras é que caracterizariam o que o autor chama de formação discursiva. Essa noção advém de Foucault (1969) e se vincula à ideia de práticas discursivas.

O termo “formação discursiva”, no entanto, ao longo da proposta de Maingueneau, vem sendo substituído pela noção de *posicionamento*. Esta noção está relacionada ao fato de que, por meio de uma palavra, de um vocábulo, de um registro da língua, de algumas construções, de um gênero de discurso, um Locutor indica como ele se situa num espaço conflituoso, que se estabelece numa relação de antagonismo.

Outro importante conceito que merece ser mencionado, embora que brevemente, é o de *interdiscursividade*. Para Maingueneau, uma *formação discursiva* mantém com outras *formações discursivas* uma relação de dominância, aliança, antagonismo, entre outras possibilidades que, segundo o autor, fazem com que uma formação discursiva seja sempre atravessada por outra, não fechada em si mesma. Para o autor, todo discurso é atravessado pela interdiscursividade e, assim, tem a propriedade de estar em relação multiforme com outros discursos. O interdiscurso seria conjunto das unidades discursivas com as quais um discurso particular entra em relação implícita e explícita.

A visão de gênero apresentada pelo autor é uma nítida influência das teorias da enunciação linguística, que, de alguma maneira, se ocupam da reflexividade da atividade discursiva e de modo particular das coordenadas implicadas por todo ato de enunciação. Por causa disso, Maingueneau leva em conta critérios como coordenadas pessoais, espaciais e temporais que servem de base para uma referência específica.

Desse modo, a ênfase dada pelo autor, além dessas coordenadas linguísticas, é para a possível articulação entre o texto e as situações nas quais ele é produzido.

Maingueneau, ao longo de suas obras, defende que se parta, nas análises discursivas quaisquer, não de uma situação de enunciação ou de uma situação de comunicação¹², mas de uma cena de enunciação, cujo objetivo seria partir de um processo “do interior”, mediante a situação que a fala pretende definir por meio de um quadro (no sentido pragmático) no próprio movimento em que se desenrola. Isso nos faz crer que o texto é, na verdade, o rastro de um discurso em que a fala é encenada.

Na verdade, o autor foi um dos primeiros que se preocupou especificamente com a cena da enunciação, sempre usando o sentido metafórico para descrevê-las, tais como “jogo”, “contrato” e “papel”. Para o autor, os sujeitos representariam, no universo textual-discursivo, determinados papéis, a partir de determinados aspectos de natureza pragmática, institucional e social. Para o autor, teríamos três cenas de enunciação. Iniciemos com a cena englobante, seguindo as palavras do autor para explicá-la:

Cena englobante correspondente ao que se costuma entender por “tipo de discurso”. Quando se recebe um folheto na rua, deve-se ser capaz de determinar se é membro do discurso religioso, político, publicitário etc., em outras palavras, em que cena englobante se deve situá-lo para interpretá-lo, em nome de que ele interpreta aquele que o recebe. Uma enunciação política, por exemplo, implica um “cidadão” dirigindo-se a “cidadãos”, caracterização sem dúvida incompleta, mas que nada tem de intemporal, pois é ela que define o estatuto dos parceiros no espaço pragmático (MAINGUENEAU, 2006, p. 251).

Como se pode perceber, o autor deixa-nos claro que a cena englobante seriam os tipos de discurso, os quais podemos ter nas mais diversas situações comunicativas. Assim, todo texto pode ser enquadrado dentro dessa cena maior que corresponde aos tipos de discurso mais amplos e que contribui para que o ato comunicativo seja concretizado, uma vez que é nessa cena que os estatutos dos parceiros se constituem.

Apesar da importância da cena englobante, não se pode deixar de admitir que ela, por si só, não é suficiente para especificar as atividades verbais, já que não se tem

¹²Quanto a essa problemática que envolve a situação de enunciação, a situação de comunicação e a cena de enunciação, autor, na obra *Discurso Literário*, defende que são, na verdade, três perspectivas diferentes que estão em constante influência mútua. A situação de enunciação estaria ligada diretamente à teoria da enunciação e se limita a entender a “situação” no entorno físico ou social no qual estão os interlocutores, que são o enunciador, o coenunciador e a não pessoa (perspectivas de Benveniste, 1966). A situação de comunicação considera o processo de comunicação a partir de uma abordagem “do externo”, mediante a situação que a fala pretende definir, levando-se em conta uma perspectiva sociológica.

um contato com o literário, político ou filosófico não especificado. Desse modo, pode-se falar de cena genérica como sendo as condições de enunciação ligadas a cada gênero correspondente, constituindo, em algumas situações, as expectativas do público e as antecipações possíveis dessas expectativas. Segundo ele, a cena genérica é a do contrato associado a um gênero ou a um subgênero. Com outras palavras, podemos dizer que a cena genérica diz respeito à finalidade da mensagem e ao suporte em que ela se insere, ao papel específico dos interlocutores, ao lugar e ao momento da cena de enunciação.

A cenografia, por sua vez, é identificada com base em variados índices localizáveis no texto ou no paratexo. Para o autor, a cenografia se mostra, por definição, para além de toda cena de fala que seja dita no texto. Na verdade, a noção de “cenografia” adiciona-se ao caráter de “cena” a dimensão de “-grafia”. Para ele, essa “-grafia” não remete a uma oposição empírica entre suporte oral e suporte gráfico, mas a um processo fundador, à instituição legitimadora de um texto. Com outras palavras, a cenografia seria mais a legitimação textual da própria cena de enunciação.

Feitos esses esclarecimentos, passemos agora a falar dos componentes do gênero que Maingueneau defende, a saber: lugar e momento de realização, legitimidade do estatuto dos parceiros, finalidade, suporte material e plano de texto.

Na proposta desse autor, o lugar e o momento de realização é crucial. Para ele, o gênero do discurso deve sempre estar situado em um determinado lugar em que ele ocorrerá e, também, em um momento específico de sua realização. Para o autor, isso configuraria a possibilidade de termos dois espaços de existência dos gêneros: um que ele chama de empírico e um outro que ele chama de circulação.

O espaço empírico, o autor define como o momento de realização em que o texto é produzido. Desse modo, o gênero necessita, além do ambiente de realização, de um processo de circulação com os diversos leitores. É nessa linha que ele defende que todos os gêneros possuem um momento de circulação específico.

Para que se tenha todo esse processo de ancoragem do gênero, Maingueneau (1998) apresenta-nos quatro importantes pontos que devem ser considerados, principalmente, com relação à temporalidade em que eles ocorrem.

Para ele, o gênero tem uma dada periodicidade, que seria a frequência com que ele se apresenta na sociedade. O gênero notícia, por exemplo, é periódico, apresenta-se todos os dias no jornal e em outros veículos de comunicação. Diferente disso, temos a propaganda eleitoral, que, de certa forma, não tem a mesma periodicidade por conta de fatores externos que interferem diretamente (no Brasil, há eleições a cada dois anos).

Outro ponto que ele destaca é quanto à duração de encadeamento, que seria a duração da realização de um gênero, ou seja, quando lemos, obedecemos a uma sequência de procedimentos. O título de um texto, por exemplo, serve como primeiro passo de leitura e interpretação, já que se espera que o leitor, inicialmente, leia o título e, caso se interesse, vá para a leitura do texto como um todo. Desse modo, temos a leitura do título ou de outros elementos que representam o primeiro contato com o leitor, constituindo-se como primeira instância de leitura e, em seguida, a leitura do texto, que seria a segunda parte.

Para que o texto seja lido e interpretado de maneira coerente, Maingueneau defende que se tenha uma continuidade textual, como se os gêneros obedecessem a certas regras de cunho temático que devem ser seguidas, como se fossem uma sequência de possibilidades de assuntos a serem tratados.

Por fim, o autor apresenta também a questão da durabilidade de validade que o gênero pode possuir. De fato, todo texto tem uma certa validade. Uma notícia, por exemplo, do ponto de vista prático do processo de circulação do texto, tem a validade de apenas um dia. No entanto, as informações podem, de certa forma, constituir material escrito para vários anos.

Maingueneau também apresenta o conceito de *legitimidade do estatuto dos parceiros*, que, de acordo com Rosalice Pinto (2010), é crucial na abordagem teórica de Maingueneau e também serviu muito para a constituição do quadro de análise de textos persuasivos propostos pela autora. Para defender a importância dessa noção, ela advoga que, no pensamento de Maingueneau

O enunciador e o coenunciador devem ter legitimidade de determinado gênero discursivo, para manter um estatuto definido. Por exemplo, um advogado em seu escritório, ao redigir uma Petição Inicial (enquanto gênero de discurso), deve ser conhecedor do assunto que peticiona e, com seu estatuto próprio, ter condições de se dirigir a um juiz que, certamente, partilha o mesmo conhecimento jurídico. Esse juiz, que detém um estatuto

institucional reconhecido, poderá decodificar, dentro de parâmetros legais, o pedido do profissional (PINTO, 2010, p. 123).

Como fica claro, a partir da citação acima, o estatuto dos parceiros está relacionado a uma espécie de “contrato” que se estabelece entre o Locutor e o leitor, que, diretamente, interfere na construção textual e, desse modo, também acaba afetando a recepção do leitor e o processo de interpretação.

Outro ponto destacado por Maingueneau é quanto à finalidade. O gênero tem, segundo o autor, uma finalidade que pode ser facilmente identificada e explícita. Cada tipo de gênero possui essa característica, que, de alguma maneira, compõe o gênero enquanto entidade sócio-histórica. Uma notícia, por exemplo, não possui as mesmas características de uma charge, por exemplo, e nem as mesmas finalidades.

Além disso, o autor aborda também a questão do suporte material no qual o texto é produzido. Desse modo, a maneira como o texto é produzido, assim a forma como ele é difundido nas instâncias sociais, podem modificar consideravelmente as características do gênero por uma modificação de suporte. Pinto (2010) nos apresentou bem esse problema em seu modelo de análise, quando salientou, por exemplo, que a mudança de suporte, seguindo a visão de Maingueneau, muda substancialmente as características do gênero. A autora argumenta que o slogan publicitário num outdoor, por exemplo, tem características distintas de um slogan presente em uma revista ou em um jornal.

5.5 A coerção dos elementos externos da Argumentação no gênero

O que consideramos como Componente Genérico engloba a abordagem desenvolvida por Bakhtin, depois seguida, mesmo que indiretamente, por Maingueneau. Fica evidente que o pensamento de Bakhtin se constitui como um importante arcabouço teórico para a análise dos gêneros do discurso. Assim, seguiremos o pensamento desse autor, principalmente por o seu método de trabalho, já presente desde *Problemas da Poética de Dostoiévski*, em que o autor faz uma série de digressões acerca dos gêneros para melhor entender as peculiaridades, naquela oportunidade, ligadas à obra de Dostoiévski, que se tornou uma importante ferramenta metodológica em vários outros trabalhos.

Diante do exposto, acreditamos, assim como o filósofo russo, que o gênero pode propiciar uma série de coerções sobre o produtor textual, o que acarretaria uma determinação específica do estilo e, assim, determinaria a temática, assim como as unidades composicionais presentes nas estruturas que organizam o gênero.

Dessa maneira, a composição dos gêneros, para nós, é ditada por uma série de articulações composicionais que possibilitam a realização desse gênero nos atos de interação verbal. Concordamos, desse modo, com o aspecto dinâmico que os gêneros ganharam na obra de Bakhtin, que propiciam a estabilidade, sempre estabelecida a partir de relação do gênero com o contexto sócio-histórico em que ele está envolvido. No que tange aos componentes que possibilitam uma série de coerções sobre o gênero, tomaremos como base as categorias já apresentadas por Maingueneau.

Optamos por escolher o conceito de gênero de Bakhtin por, na nossa opinião, ele ainda ser o mais condizente com o que pensamos. Em sua essência, o mestre russo considera os aspectos sócio-históricos como fundamentais para proporcionar mudanças na estrutura do gênero ou simplesmente para deixá-lo com uma estrutura mais fixa. O fato é que o contexto sócio-histórico, assim como a esfera da comunicação humana, podem garantir a dinamicidade ou a estaticidade do gênero.

Dessa maneira, nossa noção de **gênero se dá como uma entidade abstrata que sofre uma série de coerções do contexto sócio-histórico**, podendo se estabilizar ou sofrer mudanças, dependendo das condições sociais de uso interativo.

Podemos afirmar, então, que o contexto sócio-histórico que condiciona a estruturação do gênero diretamente por intermédio de questões de cunho social, político, científico, econômico, artístico e cultural que movem a sociedade. Dessa forma, esses temas proporcionam uma série de questões a serem abordadas pelos Locutores no momento de sua “fala” na tribuna da Casa Legislativa. Munido de alguma questão-problema a ser tratada, o Locutor apresenta-a de maneira a destacar provas que confirmem uma dada tese a ser defendida ao longo do texto. Em muitas situações, essas provas da tese são abordadas a partir de elementos do contexto situacional e histórico em que os sujeitos estão inseridos, o que os faz usar, de alguma maneira, dentro dos limites possíveis da Sessão Plenária, argumentos calcados nos conhecimentos de mundo de seu auditório e, principalmente, fatos a serem tratados na sociedade como provas concretas de que o discurso goza de credibilidade.

Desse modo, há uma forte ligação entre o plano discursivo e plano textual, embora se tenham métodos e orientações teóricas diversificadas para se analisar cada um desses planos, não se pode negar as imbricadas relações entre os aspectos que fazem com que o discurso se constituam em uma determinada situação interativa de comunicação, assim como os aspectos da materialização textual, que são, conseqüentemente, relacionados ao tipo de gênero. Dessa maneira, o gênero implica tipos diferentes de organizações textuais, o que compromete diretamente noções como as unidades composicionais e estilísticas de cada enunciado.

Com base no aporte teórico que respalda esta pesquisa, defendemos que o contexto sócio-histórico propicia uma série de coerções sobre o gênero, podendo inclusive fazê-lo sofrer algumas alterações que o desestabilizam (mas não o modificam por inteiro), dependendo do uso do seu produtor e da situação comunicativa, o que repercute sobre o plano textual.

5.6 Discurso de Sessão Plenária é um gênero?

Como apresentamos anteriormente, o conceito de gênero proposto por Bakhtin, seguido indiretamente por Maingueneau, é o que escolhemos para estabelecer as relações da importância do gênero para o processo argumentativo.

Nesse sentido, defendemos que o Componente Genérico é imprescindível para a constituição da argumentação, pois os textos necessitam estar inseridos dentro de unidades abstratas com características relativamente estáveis e com aspectos históricos a serem considerados. Nas seções anteriores, pudemos ver o quanto os aspectos externos ao texto podem contribuir para o processo de construção da argumentação. Nesse contexto, o uso da língua se constitui na forma de enunciados orais e escritos que emanam de uma determinada esfera comunicativa da atividade humana.

Nossa pesquisa (ver metodologia) é constituída de um *corpus* de discursos de parlamentares de dois partidos (PSDB e PT), ideológica e politicamente opostos, em Sessões Plenárias da Câmara dos Deputados Federais.

O momento em que o Locutor assume a “palavra” na plenária é fundamental para as discussões teóricas e políticas entre os deputados. Os discursos são típicos da

“vida parlamentar”, uma vez que é um dos momentos em que o legislador pode emitir sua opinião acerca de algum problema social, político, econômico ou histórico do Brasil ou do mundo. Mas a Sessão Plenária é um gênero? Quais as suas características? Quais os temas afins? Quais as unidades que a compõem? A Sessão Plenária não se configura como um gênero textual, mas é o momento de interação em que ocorre o texto e em que o gênero discurso político se manifesta. Estabelecer essa importante diferença é imprescindível, haja vista que se pode confundir o momento de realização do ato comunicativo (o ato de pronunciamento do Locutor na Sessão Plenária) com o próprio discurso por ele proferido com fins persuasivos quaisquer.

A filiação de nossa pesquisa ao modelo e método de Bakhtin se deu por esse pensador considerar a linguagem como um fenômeno social, histórico e ideológico. Essa visão está totalmente favorável ao que pensamos, já que todo texto/discurso necessita de interlocutores e de situações comunicativas diversas, inseridas em um percurso histórico em que se constrói uma série de ideologias. Nesse sentido, o autor define os gêneros do discurso como formas estáveis de enunciados elaborados de acordo com as condições específicas de cada campo da comunicação verbal. Essa definição remete à situação sócio-histórica de interação que envolve o tempo, o espaço, os participantes, a finalidade discursiva e o suporte midiológico. Assim, cada esfera produz seus próprios gêneros.

Na concepção teórica do filósofo, a língua, em seu uso concreto, é essencialmente dialógica. Esse dialogismo não se restringe ao diálogo face a face. Para ele, existe uma dialogização interna da palavra, que é perpassada sempre pela palavra do outro. Isso significa que qualquer pessoa, ao falar, considera a fala do outro, e que, portanto, essa fala está presente na sua. Com certeza, esse ponto da teoria de Bakhtin é fundamental para muitas abordagens discursivas com fins de analisar as características dos gêneros.

O dialogismo é marcado pelo discurso bivocal e pelo discurso citado direto e indireto. “O discurso citado é o discurso no discurso, a enunciação na enunciação, mas é, ao mesmo tempo um discurso sobre o discurso, uma enunciação sobre a enunciação.”(BAKHTIN, 1997, p. 144). Daí depreende-se que um enunciado está inter-relacionado com outros enunciados. Segundo Bakhtin, a interação entre interlocutores é o princípio fundador da linguagem.

Um dos pontos que merecem destaque fundamenta é quanto ao processo de construção do enunciado. Na verdade, deve-se considerar a situação social e as condições específicas de sua constituição. Os enunciados originam-se nas diferentes esferas sociais e as condições de sua construção são refletidas por seu tema, seu estilo e sua composição, como tratamos anteriormente.

Em nossos dados, a esfera comunicativa da política necessita de uma série de gêneros orais e escritos para a repercussão das ideias teóricas dos sujeitos que constituem esse meio. Diante disso, o discurso político na Sessão Plenária configura-se como um gênero oral, uma vez que o Locutor, normalmente, fala para um auditório (que podem ser os próprios colegas de trabalho) ou para a sociedade em geral. Devemos mencionar também que, apesar de as comunicações entre os parlamentares das Sessões Plenárias serem orais, muitos dos Locutores podem levar roteiros de discursos para os guiar nas interlocuções, ou até podem produzir um texto e, na tribuna, apenas o reproduzir.

Essa particularidade do gênero discurso político de Sessão Plenária é muito importante, inclusive, para o andamento dos nossos trabalhos, pois sabemos que os textos selecionados por nós, para constituírem o nosso *corpus*, foram proferidos, todos eles, de forma oral, em uma Sessão Plenária deliberativa. No entanto, como a Câmara dos Deputados disponibiliza os textos taquigrafados no seu site, resolvemos não gravar os discursos e fazer as transcrições, mas, sim, ir ao sítio da Casa Legislativa e solicitar os discursos. Desse modo, quando estivermos analisando os textos, estamos cientes de que se trata, na verdade, de discursos orais no momento da sua produção, quando o deputado discursou.

Feitos esses rápidos esclarecimentos, passemos para a análise de como o discurso de Sessão Plenária pode ser um gênero do discurso, integrando assim uma esfera comunicativa, no caso, e esfera do discurso político. Para o teórico, desse modo, o tema são conteúdos ideologicamente conformados que se tornam comunicáveis (dizíveis) por meio do gênero; não é só o objeto (assunto) e o sentido, mas inclui a situação social - a intenção do falante determinada pelo lugar. O estilo está indissolivelmente ligado ao tema e à composição, não sendo só a parte formal da língua, mas o sentido, o modo de uso da língua. Já a composição é o modo convencional de organização da fala, o modo como as esferas sociais organizam os enunciados.

No discurso político de Sessão Plenária, o tema se configura como a gama de possibilidades de construção de sentidos que os textos podem ganhar, obviamente considerando as situações comunicativas diversas. Normalmente, o Locutor encontra-se em um plano em que ele deve defender o seu ponto de vista, como vimos, considerando os fatores externos ao texto (os acontecimentos externos condicionam, por estarmos tratando de política, dos assuntos a serem abordados nos discursos).

Quando estávamos desenvolvendo a proposta de análise da argumentação que pudesse ser considerada um modelo teórico usável, muitas opções de gêneros surgiram, alguns dos quais já estudados por outros autores, caracterizados e até debatidos em outras situações. Mas decidimos optar primeiro pela dimensão da prática argumentativa na política. Essa decisão adveio de nossa afinidade com o assunto, mas também da proximidade do gênero discurso político de Sessão Plenária com os primeiros textos de cunho argumentativo nas assembleias dos povos da Antiguidade. Nosso objetivo disso é tentar apresentar a argumentação num momento de embate e de discussões, o que ocorre frequentemente nas plenárias do legislativo.

Nesse ambiente, como se sabe, uma série de questões estão em jogo e entram no “jogo da argumentação”, já que o Locutor é representante de uma parcela da população que o elegeu; ele representa, portanto, um partido que possui um código de conduta e de ética, além de regimento, regras e aspectos ideológicos próprios. Apesar de tudo isso, o Locutor também pode ter opiniões que sejam conflituosas com os anseios da população e de seu partido.

Os discursos políticos das Sessões Plenárias apresentam, como gênero, uma série de características, umas mais fixas, outras mais flexíveis. No momento em que o texto é proferido, nas Sessões Plenárias, os Locutores buscam persuadir o seu interlocutor, sempre tratando de assuntos de interesse político-partidário. Dependendo do tipo de sessão, que varia de Casa Legislativa, existem os tipos de sessões designadas como grande expediente, pequeno expediente, sessão solene etc. Como o nosso objetivo não é o de analisar de forma esmiuçada os tipos de situações comunicativas em que o gênero discurso político se manifesta, apresentaremos apenas algumas questões que, para nós, possibilitam entender o momento de produção textual. Entretanto, reconhecamos que uma análise mais apurada das características, assim como das estruturas composicionais que o constituem merece ser realizada. Assim, nosso objetivo

inicial é o de apresentar normas de conduta que o Locutor deve ter no momento de seu discurso político na Sessão Plenária. Para isso, destacaremos as características mais salientes de serem percebidas no gênero, a fim de inserirmos alguns conceitos em nossas análises.

Como todo gênero discursivo, o discurso político realizado no ambiente da Sessão Plenária insere-se na esfera comunicativa, pensando à luz dos estudos desenvolvidos por Bakhtin, da política. Os legisladores, quando em atividade nas Casas Legislativas, sejam elas no Senado ou na Câmara dos Deputados, estão inseridos em um contexto situacional e sócio-histórico que necessita de uma série de protocolos, procedimentos e de elementos a serem seguidos,

Na Sessão Plenária, ambiente em que se realizam os discurso dos Locutores, sempre há um grupo de pessoas que coordenam as atividades e que recebem o nome de “mesa”. Esta pode ser composta, dependendo da situação, de pessoas da Casa Legislativa ou pessoas convidadas a serem integrantes dela. Na Sessão Plenária de nosso *corpus*, todas as mesas eram a mesma que presidia e coordenava as atividades do Poder Legislativo na Câmara dos Deputados (eleita entre os pares com maioria dos votos, como diz o regimento interno da Casa).

O que se percebe é que um dos protocolos exigidos dentro da situação comunicativa específica de estar proferindo um discurso político numa Sessão Plenária é o de o Locutor, quando recebe a palavra, reportar-se com um grau de formalidade à mesa e aos pares deputados. Dessa maneira, quase sempre, um vocativo inicial será empreendido para saudar a mesa diretora das atividades da sessão, assim como para saudar os deputados presentes e a sociedade em geral. Essa saudação, de certa forma, pode ser enquadrada como uma característica do gênero discurso político em ambientes de Sessão Plenária e, aparentemente, pode ser um dos elementos que o constitui. Para provarmos isso, observemos uma série de discursos políticos do nosso *corpus*, de deputados e discursos diferentes:

Discurso 4: “Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu não venho a esta tribuna com a intenção de tripudiar ou mesmo humilhar o fato ocorrido a que o Brasil inteiro assistiu nesses últimos anos, a expectativa de fazer um divisor de águas, transformar o mensalão nesse divisor entre o tempo do julgamento do político e antes desse julgamento (...)”!

Discurso 5: “Sr. Presidente, quero deixar claro que nós do PSDB não vamos torcer pelo sacrifício, pelo sofrimento de quem quer que seja, nem torcer para que seja preso quem quer que seja, mas nós vivemos numa democracia (...)”.

Discurso 6: “Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ao expedir, na sexta-feira passada, os primeiros mandados de prisão para os condenados no processo que ficou conhecido por mensalão (...)”.

Os três exemplos anteriores demonstram a preocupação dos parlamentares (Locutores) em estabelecerem um contato inicial com a mesa que preside as atividades e também com os outros parlamentares. Como se percebeu no Discurso 4, o vocativo inicial foi dado para se referir para os deputados e para a mesa, o que aconteceu também com o Discurso 6. No entanto, o Discurso 5 trouxe uma novidade ao apresentar apenas a saudação à mesa, referindo-se ao presidente das atividades da sessão.

Quase sempre, os discursos dos legisladores podem ser lidos por eles no momento da sessão, o que configura um discurso mais formal, cheio de informações e que passou por uma redação especializada ou um discurso feito no improviso, já que o deputado, normalmente, dispõe de pouco tempo para fazer os seus pronunciamentos devido à quantidade de deputados que constituem a Casa Legislativa.

Para que se entenda melhor o gênero discurso político em Sessão Plenária, devemos apresentar algumas particularidades importantes. Primeiro, os deputados dispõem de uma quantidade de tempo estipulada segundo a sessão em que estão inseridos e a sua função. Por exemplo, o líder de uma bancada ou o líder do governo possui quantidade de tempo superior à dos outros deputados, já que ele pode fazer a defesa ou até o ataque político sobre um determinado assunto. Dessa maneira, espera-se que o legislador, no momento em que ele estiver com a palavra, seja breve, conciso e muito claro em seu pronunciamento.

Normalmente, após a saudação aos pares (outros legisladores), temos a apresentação da problemática a ser tratada, ou seja, os temas a serem abordados nas Sessões Plenárias variam de acordo com o parlamentar, suas ideologias, sua bancada, seu partido e suas convicções políticas. Há parlamentares que ocupam a tribuna de pronunciamentos para darem mensagens sobre suas ideologias, sobre seus pensamentos, sobre questões que estão ocorrendo em sua região, no Brasil, no mundo, entre tantas outras possibilidades de assuntos a serem mencionados e debatidos. Sobre isso, notamos que os aspectos sócio-históricos são imprescindíveis para a condução dos

temas a serem abordados no gênero, e esses aspectos acabam condicionando o direcionamento argumentativo do texto a ser proferido na Sessão Plenária.

A condução dos trabalhos, como falamos, é da mesa diretora. No entanto, quando o parlamentar estiver com a palavra na tribuna, ele quem tem o poder de apresentar o seu ponto de vista e suas ideias, sem que ele seja interrompido. A única situação em que possa haver interrupção é no chamado “aparte”, uma estratégia parlamentar em que um deputado solicita intervir no discurso de outro parlamentar com o consentimento deste último. Em alguns momentos, pode haver conflitos ideológicos, quando o parlamentar concede um aparte, e as opiniões divergentes começam a ser nítidas.

No site da Câmara dos Deputados Federais (<http://www2.camara.leg.br>), há uma explanação dos tipos de Sessões Plenárias que existem na Casa Legislativa brasileira:

1) Sessões de debates e deliberativas

As sessões do plenário podem ser solenes, de debates ou deliberativas, quando há discussão e votação de proposições.

As sessões solenes são realizadas para homenagens especiais e grandes comemorações especiais. As de debates são realizadas às segundas (14h) e sextas-feiras (9h) e constituídas de Pequeno Expediente, com duração de 60 minutos; Grande Expediente, com duração de 50 minutos, iniciando-se às 10h e às 15h; e período de Comunicações Parlamentares.

As deliberativas ocorrem, normalmente, às terças, quartas e quintas-feiras e constam de Pequeno Expediente, Grande Expediente, Ordem do Dia (período em que há deliberação - discussão e votação de proposição) e Comunicações Parlamentares. A duração destas sessões, regimentalmente, é de cinco horas.

2) Sessões ordinárias

As sessões ordinárias são as que ocorrem de segunda à quinta-feira às 14h e às sextas-feiras, às 9h. Elas podem ser de debate ou deliberativas. A sessão da Câmara só poderá ser interrompida antes do horário previsto nas seguintes ocasiões: quando houver menos de um décimo do número total de deputados na sessão; tumulto grave; falecimento de parlamentar ou de chefe de um dos poderes da República; decreto de luto oficial.

3) Sessões extraordinárias

Fora do horário das ordinárias, é possível realizar sessões extraordinárias para discutir e votar proposições. As sessões extraordinárias têm duração de quatro horas.

4) Sessões solenes

Os deputados também podem se reunir em sessões solenes para realizar comemorações, homenagens especiais ou recepção de grandes personalidades. Para serem realizadas, devem ser solicitadas por um décimo

dos deputados ou de líderes que representem este número. Pode haver, no máximo, duas sessões solenes por mês. A sessão solene não depende de número mínimo de deputados para ser iniciada. Para consultar as informações a respeito das próximas sessões solenes, basta clicar em "Atividade Legislativa" - "Plenário" - "Sessões de Homenagem".

5) Sessões públicas e secretas

As sessões do plenário podem ser pública ou secreta. A sessão pública é aquela em que é permitida a presença dos parlamentares, dos suplentes, dos ex-parlamentares, dos parlamentares da outra Casa e dos funcionários em serviço. A imprensa deve ficar em local próprio e o público em geral, no lugar que lhe for reservado, conservando-se em silêncio e sem manifestações de aplauso ou reprovação ao que nela se passar.

Já as sessões secretas são as realizadas somente com a presença dos parlamentares. Elas ocorrem automaticamente, a requerimento escrito de Comissão, para tratar de matéria de sua competência, ou do Colégio de Líderes ou de, pelo menos, um terço da totalidade dos membros da Câmara, devendo o documento permanecer em sigilo até deliberação do Plenário. Podem ser requeridas também por líder ou um quinto dos membros da Câmara e devem ser aprovadas pelo Plenário.

Também são automaticamente secretas as reuniões em que as comissões temáticas sejam chamadas a deliberar sobre declaração de guerra, acordo de paz, passagem de forças estrangeiras pelo território nacional ou sua permanência nele, e projeto de fixação ou modificação dos efetivos das Forças Armadas.

6) Sessões preparatórias

Sessões preparatórias são aquelas que precedem a inauguração dos trabalhos das Casas do Congresso, no início de cada legislatura, e têm o objetivo de dar posse aos novos parlamentares e de realizar a eleição da Mesa de cada Casa, que ocorre a cada dois anos. A primeira sessão ocorre às 15h do dia 1º de fevereiro do primeiro ano de cada legislatura, quando ocorre a solenidade de posse. A segunda ocorre às 15h do dia 2 de fevereiro e é destinada à eleição da Mesa Diretora.

No nosso *corpus*, não utilizamos todas as modalidades de Sessões Plenárias e optamos, assim, pelas sessões de debate e deliberativas. No entanto, mesmo com essa quantidade de sessões, observamos que algumas nuances dos textos coletados para análise aparecem em todas elas, a saudação e a despedida são apenas alguns exemplos disso.

Entender o discurso político de Sessão Plenária como um gênero é reconhecer que ele sofre uma série de coerções externas, impostas pelo contexto sócio-histórico que as faz possuir uma série de características particulares, com unidades composicionais determinadas, proporcionando a constituição de elementos que a caracterizam como gênero do discurso.

5.7 Análise da influência do gênero na argumentação

No processo argumentativo, o gênero tem significativa importância, pois os textos são condicionados pela necessidade de uso. De certa forma, entender as características e as particularidades de um determinado gênero discursivo possibilita a organização de estruturas que proporcionam a argumentação. No caso da Sessão Plenária, vimos que esse gênero sofre uma série de coerções externas ao texto, pois em muitos casos os acontecimentos externos é que proporcionam (impulsionam) as discussões e os debates a serem travados entre os parlamentares.

Obviamente, além desse fato, as características do gênero também influenciam a condução do texto e do seu uso. Não podemos deixar de mencionar um fator que faz com que o gênero discurso de Sessão Plenária seja diferenciado e cheio de particularidades: apenas pessoas eleitas pelo voto direto podem participar de uma Sessão Plenária. Dessa forma, esse gênero não tem o mesmo grau de comunicabilidade, por exemplo, de um artigo de opinião de uma coluna de jornal, cuja circulação é muito grande ou de um texto publicitário. Os sujeitos envolvidos no processo de comunicação da Sessão Plenária são, especificamente, cidadãos que representam outros cidadãos.

É inegável, contudo, que temos que reconhecer que o gênero discurso político em Sessão Plenária é eminentemente argumentativo. O objetivo do Locutor é convencer, persuadir, dizer que possui a razão e a verdade em seus argumentos; para isso, ele usa de uma série de estratégias argumentativas com propósitos claros e simples. Sobre essa essencialidade argumentativa, observemos o trecho a seguir:

Discurso 17:

“(...)Quero fazer referência a minha própria vida, quando estive no cárcere, no DOI-CODI, na época da ditadura. Os companheiros que aqui estão sabem muito bem que jamais fiz uso desse episódio da minha vida, que muito honra, lutando pela democracia. Nunca fiz uso, Deputado Silvio Costa, nunca pedi que os torturadores fossem identificados e punidos, embora sempre tenha apoiado que a anistia que foi feita, e não foi negociada com o povo brasileiro, deveria ser revista, para que eles fossem chamados à Justiça, para que fossem colocados face a face com suas responsabilidades. Nunca fiz disso uma bandeira pessoal. Mas faço referência a isso porque quero perguntar: onde está a Justiça? Fala-se que agora há justiça. Os órgãos de imprensa criaram um clima de linchamento prévio ao julgamento. O Tribunal, que se curvou a esses órgãos e fez julgamentos sem provas, agora, não como fato isolado, mas como consequência da sistemática maneira de tratar o Partido dos Trabalhadores e seus militantes, faz este espetáculo deplorável, leva presos que por ele mesmo foram condenados a regime

semiaberto a estarem fora de seus Estados em regime fechado. Um desses presos é o companheiro Genoíno (...)

O discurso 17, de um dos parlamentares do PT, representa um exemplo de como o discurso político é um gênero eminentemente argumentativo. Observando o trecho selecionado, um fragmento do discurso parlamentar proferido no dia 19 de novembro de 2013, percebemos a tentativa de empreender uma tese e de convencer os seus interlocutores de algo, no caso do Locutor em questão, de que Genoíno, um dos acusados de chefiar o esquema do Mensalão e que fora condenado à prisão, teria sido condenado de forma errônea pela corte máxima da justiça.

Para argumentar favorável a sua tese, o Locutor usa a estratégia de apresentar um exemplo real de sua vida para embasar seus argumentos. Assim, o trecho “Quero fazer referência a minha própria vida, quando estive no cárcere, no DOI-CODI, na época da ditadura” configura-se como um elemento capaz de proporcionar uma aproximação do Locutor com o fato a ser apresentado, além de indicar que ele reconhece o que será tratado no seu discurso. Adiante, ele acrescenta que “os companheiros que aqui estão sabem muito bem que jamais fiz uso desse episódio da minha vida, que muito honra, lutando pela democracia” para indicar que, em outros momentos da história, poderia ter usado esse episódio de sua vida como argumento, mas há um senso comum entre os pares de que “ele não usa argumentos de sua vida” para convencer o público ou causar comoção.

No caso da situação comunicativa do Locutor numa Sessão Plenária, o legislador deve cumprir uma série de protocolos que são exigidos pelos Locutores no momento da comunicação. Um deles é a questão do tempo. Os discursos devem ser breves, uma vez que a quantidade de Locutores é muito grande, o que acaba dificultando que as discussões possam ocorrer de forma mais intensa. Por causa disso, e é notório em nosso *corpus*, temos alguns textos bem curtos, como se fossem quase breves pronunciamentos, como o abaixo:

O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do Locutor.) - Presidente, quero rapidamente registrar nossa preocupação com que, por falta de serenidade, de bom senso e de respeito à legislação brasileira, com base no domínio do fato, com coincidências de calendário de julgamento com calendário político e cívico nacional, chegamos a uma situação final de reclusão, com a privação de liberdade do Deputado José

Genóino, de Delúbio Soares e de José Dirceu, que tinham direito a regime semiaberto. Ademais, há o caso grave, reconhecido por esta Casa, pelo sistema de saúde desta Casa, da situação do Deputado Genóino, que devia estar sob cuidados médicos. Sua situação é gravíssima. Quero registrar que a falta de serenidade do Presidente do Supremo e do Relator pode levar a consequências muito danosas.

O texto a seguir é um dos discursos de um deputado do PT. Se observarmos bem, percebemos que o Locutor, ao estar na tribuna da Casa Legislativa, apresenta-se rapidamente, com o objetivo de demonstrar sua indignação quanto ao julgamento e ao processo de condenação em que os envolvidos com o “esquema do mensalão” estavam presentes. Desse modo, ciente de todos esses aspectos, passemos para as considerações deste capítulo e as indicações das informações centrais do nosso próximo capítulo.

Entender o gênero discurso político de Sessão Plenária em sua composição é indicar que os temas a serem abordados determinarão a construção de um determinado estilo a ser seguido. Por causa disso, constrói-se um padrão de linguagem a ser mantido como base e norma entre os deputados, o que impossibilita, por exemplo, o uso de expressões de baixo calão nas discussões e debates entre eles. Esse estilo pode ser estabelecido para todos os indivíduos que seguem uma determinada agremiação política.

Assim, é fundamental que o gênero seja entendido a partir de todos os aspectos socioculturais em que estão envolvidos. No próximo capítulo, trataremos de um componente ligado não ao gênero, mas ao modo de organização do texto que o materializa: o Componente Textual.

O COMPONENTE SEQUENCIAL

“O texto instaura sua própria realidade, seu próprio universo de discurso, dentro de uma visão interacional e praxeológica da linguagem, porque ele está imbricado nas práticas sociais em que se efetiva”. (Mônica Magalhães Cavalcante-Entrevista a Revista Revel)

Nesse capítulo, apresentaremos o modelo de análise da argumentação desenvolvido por Adam (1999; 2008), responsável por estabelecer critérios de análise com base na relação entre gênero, interdiscurso e formações discursivas. Essa perspectiva teórica é crucial para o desenvolvimento do Componente Sequencial que estamos propondo. Consideramos que todos os aspectos de cunho textual estão diretamente relacionados, para não dizer imbricados, a aspectos de natureza discursiva.

6.1 A noção de sequencialidade

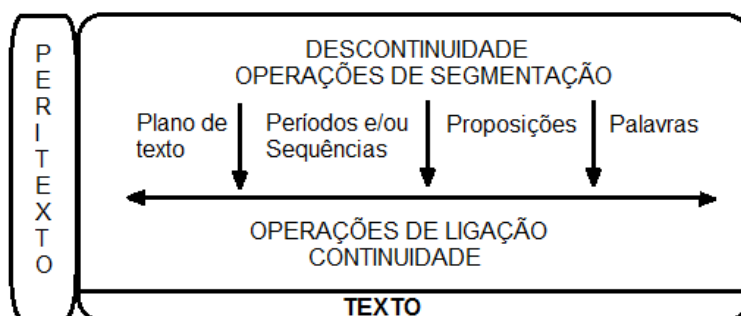
Neste item, abordamos a argumentação do ponto de vista composicional. Para isso, elegemos os pressupostos de Jean-Michel Adam, que, nas últimas décadas, tem-se destacado por realizar trabalhos acerca da intersecção entre os aspectos discursivos e textuais, o que ele mesmo chama de aspectos textuais/discursivos. Interessa-nos somente o que o autor descreve como sequencialidade. A abordagem defendida por Adam propõe a inserção da Linguística Textual no campo da análise de discursos, delimitando o que compete a cada área. Sobre isso, ao se pensar sobre análises privilegiando os aspectos textuais e discursivos, levando-se em conta também aspectos direcionados aos gêneros, “não se poderia utilizar expressões como frases, períodos, cláusulas ou quaisquer outras sem correr o risco de entrar em outras áreas e se perder em aspectos primeiramente organizacionais” (CATELÃO, 2010). Desse modo, Adam (2008) elege uma unidade textual de base como elemento responsável pela divisão entre o plano textual e o plano discursivo:

Ao escolher falar de *proposição-enunciado*, não definimos uma unidade tão virtual como a proposição dos lógicos ou a dos gramáticos, mas de uma unidade textual de base, efetivamente realizada e produzida por um ato de enunciação, portanto, como um enunciado mínimo (ADAM, 2008, p.106).

Logicamente, a proposição-enunciado necessita sempre de um Locutor (quem fala) e de um interlocutor. Sobre essa perspectiva teórica de Adam, Catelão (2010) nos afirma que

Em ligações posteriores para transformação em unidades mais complexas, as proposições-enunciados tendem a agrupar-se em dois tipos de unidades textuais de acordo com o gênero ou subgênero do discurso: os períodos e as sequências(...). Os períodos seriam tipos de unidades que entram diretamente na composição de partes de um plano de texto, como se verá a seguir, sendo, portanto, unidades mais simples e de estrutura não muito marcada como argumentativa ou de outro tipo. Já as sequências seriam unidades textuais mais complexas, compostas de macroproposições ou espécies de períodos (caracterizados como disposições de estrutura mais frágil que as sequências¹³) com propriedades específicas de ligação com outras macroproposições.

De forma mais simples, podemos dizer que as sequências são um conjunto de redes relacionais e hierárquicas cujas partes poderiam ser identificadas e decompostas em razão de serem também relativamente autônomas, mas ligadas internamente¹⁴. Essa noção de unidades sequencias foi apresentada de forma esquemática pelo autor em 2008, com o objetivo de destacar as funções descendentes entre os elementos plano de texto, sequências ou períodos, as proposições e as palavras, como podemos observar no esquema abaixo:



Quadro 3- Esquema de descontinuidade de operações (Adam, 2008)

¹³ Para a noção de período ver Adam (2008, p.207)

¹⁴ A este respeito ver operações de ligação em Adam (2008).

Como se pode perceber, o autor demonstra as operações de segmentações do texto como sendo oriundas de um processo descendente que se constitui por meio do plano de texto e vai até as palavras. Essas relações são responsáveis pelas operações de ligação e de continuidade existentes no texto. Em seu trabalho de 1997, Adam encontrou algumas formas textuais que sempre estavam aparecendo de forma recorrente. Assim, seguindo a teoria dos protótipos, entendeu que essa recorrência seria, desse modo, formas prototípicas denominadas sequências, sobre as quais propõe uma caracterização segundo os padrões verificados.

No seio das sequências, havia certas regularidades provenientes de algumas “formas textuais” como a narração, a descrição, a argumentação, a explicação e o diálogo. Além disso, o nível sequencial dessas formas seria menos elevado dentro da complexidade composicional existente nos textos. Esses estudos foram cruciais para uma conclusão fundamental para os estudos de Linguística de Texto: existem regularidades formais, a que ele chamou de sequências, que seriam estruturas inerentes a qualquer dos gêneros textuais, caracterizando-os composicionalmente.

De acordo com Catelão (2010), os cinco tipos de sequências prototípicas provêm da visualização de movimentos textuais recorrentes e selecionados, gerando protótipos. O autor chama de impregnação cultural por meio das práticas de leitura, escrita e escuta. A noção de sequência vem de uma necessidade de diminuir a excessiva quantidade de tipos de texto, que, segundo marcações de ordem sociodiscursiva, podem ser agrupadas em narrar, descrever, explicar, argumentar. Tais marcas podem ser admitidas como macroações elementares das capacidades cognitivas humanas de interagir com o meio em dadas situações factuais ou ficcionais, sempre com o intuito de chegar a um objetivo comunicativo ou “ação sociodiscursiva visada” (ADAM, 2008, p.207).

Do ponto de vista taxionômico, a sequência textual argumentativa é uma das estruturas responsáveis pela configuração das características de um gênero opinativo, como o artigo de opinião e o editorial. Desse modo, quando se entende que os estudos sobre argumentação com fins textuais passaram do período para a sequência, quer-se dizer que se colocam em evidência dois movimentos importantes, reconhecidos por Adam (2008): demonstrar-justificar uma tese e refutar uma tese ou certos argumentos de uma tese adversa. Na verdade, nos dois, o movimento é o mesmo, pois há uma determinada premissa (dados, fatos) que não poderiam ser admitidas sem se admitir,

também, esta ou aquela conclusão-asserção. Ainda sobre essa ótica, é evidente que o discurso político possui a sequência argumentativa como dominante, pois um dos pilares desse tipo de discurso é o de persuadir os interlocutores sobre um determinado ponto de vista, muito comum no ambiente político.

6.2 O plano de texto

Nas análises das sequências, Adam (1997) observou que, em muitos momentos, apesar de um texto ter uma sequência textual dominante, havia outras sequências se manifestando. Assim, um texto que tivesse a dominância da sequência argumentativa, por exemplo, poderia ter momentos em que outras sequências textuais se manifestariam (sequências descritiva, narrativa etc.). Para ele, isso seria o fator responsável por unidades macrotextuais fazerem com que o texto manifestasse suas intenções e efeitos de sentido. Portanto, constatou-se que havia certa articulação entre as sequências em um texto, o que ele denominou de plano de texto ou estruturação sequencial. Obviamente, partindo do pressuposto de que há uma série de articulações entre as sequências, é possível perceber agrupamentos de proposições que corresponderiam às sequências completas.

Em 2008, o pesquisador propõe a existência de dois tipos de planos de texto: um mais fixo e outro mais ocasional. Essa distinção foi feita, principalmente, segundo o autor, devido à flexibilidade composicional que os textos em análise estavam revelando. O plano de texto convencional é marcado por uma estrutura canônica, estabelecida por um estado histórico, prescrito por um gênero ou subgênero do discurso e construído ou reconstruído na leitura, produção ou escuta. “Uma carta, no plano retórico clássico, por exemplo, apresenta abertura, exórdio, o corpo da carta, peroração e o fechamento; o plano da dissertação prevê tese, antítese, síntese e conclusão” (CATELÃO, 2010, p. 40). O plano de texto fixo é o fator unificador da estrutura composicional e está junto aos gêneros disponíveis nos sistemas de conhecimento dos grupos sociais. Em nossas análises, como apresentaremos adiante, abordaremos as definições de plano de texto como um instrumento que condiciona a apresentação de Pontos de vistas (PDv) distintos na superfície sequencial. Com efeito, para analisarmos o discurso político, levaremos

em conta, embora que apenas para indicar a aparição desses PDv, nos discursos dos Locutores.

No plano de texto ocasional, a estrutura é inesperada e reelaborada, ocorrendo um desvio em relação ao padrão existente. Exemplos típicos seriam os poemas em prosa ou qualquer outro tipo de texto cuja estruturação não apresente um modelo comum ou de recorrência. Nesse sentido, o contexto de recepção de textos com planos ocasionais envolveria sua reconstrução por um processo de macrossegmentação e de ligação entre dados peritextuais (subunidades ou segmentos textuais).

As noções de sequencialidade e de plano de texto são fundamentais para o prosseguimento de nosso trabalho, pois por meio dessas definições é que podemos indicar com precisão os motivos de termos optado, de fato, pela proposta de Adam (1997, 2008).

Propomos estudar o nível textual da argumentação sob um prisma sequencial das estruturas que condicionam o ato argumentativo. A defesa de um modelo de argumentação que privilegie Elementos Externos ao texto, assim como elementos do plano textual, fez-nos escolher a perspectiva teórica de Adam como nossa base teórica fundamental para a definição das relações entre os gêneros como entidades sócio-historicamente estáveis, que sofrem coerções dos elementos externos do texto. Para nós, os elementos que constituem o plano composicional abrigariam, portanto, traços do Competente Genérico e traços do Componente Sequencial, além de fenômenos como a intertextualidade, que estaria num ponto de intersecção entre o que há de exterior ao texto e o que há de interior nele.

Feito esse breve esclarecimento, voltemos para a importância do plano de texto. Em nosso trabalho, consideramos que há um plano de texto que pode conduzir o desenvolvimento de outras estruturas sequenciais em um só texto. Na verdade, a estrutura composicional dos textos, seguindo o modelo de Adam (2008), é, inicialmente, ordenada por um plano de texto, base de composição, e, geralmente, categorizável em termos de dominante sequencial. Obviamente, num discurso político de Sessão Plenária, proferido por um Locutor ocupante do cargo de Legislador, espera-se a dominância da sequência argumentativa, embora saibamos que possa haver outras sequências inseridas na argumentativa.

Não se pode falar que, em alguns momentos na construção dos argumentos e das estruturas sequenciais, há “ecos intertextuais” (ADAM, 2010, p. 306) que proporcionam uma interação das estruturas que condicionam a organização das teses a serem empreendidas.

Na verdade, o que percebemos é que Adam (1992), ao buscar propor sua análise, toma por base às noções que irão perpassar sua teoria ao longo de vários outros trabalhos. Desse modo, aspectos dos conceitos de gênero, de enunciado, de raciocínio prototípico, de conceitos de base, de tipo de texto e de superestrutura, são reformulados e reagrupados em uma proposta global, de forma que deem conta da noção de sequência textual.

O pensamento de Adam vai além de apenas considerar certos fenômenos da linguagem como sendo típicos da materialização textual ou típicos dos processos de discursivização. A busca de uni-los fez com que se possa afirmar que, de algum modo, o autor apresenta uma abordagem, relacionando a Linguística Textual no campo da Análise de Discursos. De acordo com Catelão (2013), Adam propõe o que chama de uma Linguística Textual desvincilhada de uma gramática de texto, utilizando-se da análise de discurso (emancipada da Análise do Discurso francesa) como fonte para suas análises. Seu recorte abrange parte da Análise do Discurso de Maingueneau e envolve a separação e a complementaridade das tarefas e dos objetivos da Linguística Textual e da análise de discurso, em que a Linguística Textual (LT) se fixa em um subdomínio da análise das práticas discursivas.

Essa busca de relações fica evidenciada no esquema abaixo, retirado de Adam (2008):

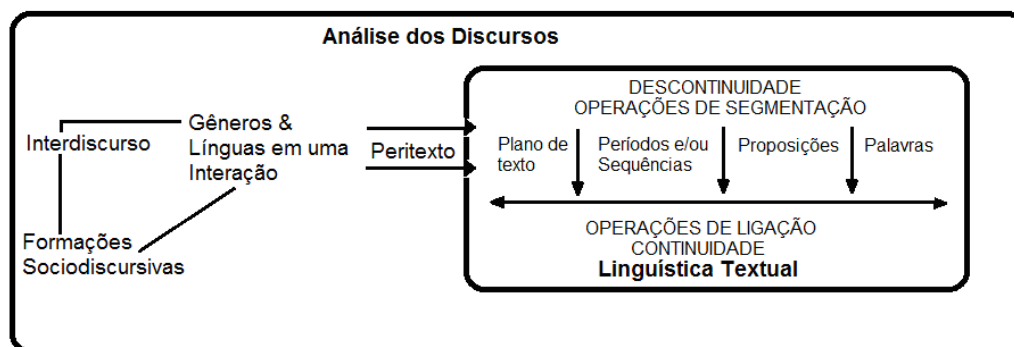


Figura 5- A Esquema da análise dos discursos (ADAM, 2008, p.43)

O esquema acima nos traz uma lúcida elucidação da proposta de Adam (2008). O que se nota é a tentativa de apresentar a existência de um campo de análise muito maior e amplo, que se constituiria pela análise dos discursos, que, por sua vez, constituir-se-ia do interdiscurso (ligado às formações sociodiscursivas), seguido dos gêneros e línguas em uma interação e em uma fronteira entre o subcampo da Linguística Textual e o discurso. No plano mais organizacional, estaria o campo de atuação da Linguística Textual, com as preocupações com as operações de continuidade textual, além dos processos de descontinuação, que se integrariam do plano de texto, dos períodos e das proposições.

O que se nota nitidamente com o esquema anterior é a tentativa de Adam de inserir o conceito de gênero em uma abordagem que considere uma dimensão social e, para isso, todos os textos necessitam, de alguma maneira, estar vinculados a uma determinada rede institucional em que há grupos sociais que necessitam de diversas corporidades.

O autor destaca como a produção dos textos relaciona-se às várias representações construídas sobre a ação dos sujeitos com suas intenções, motivações e conteúdos somados às representações dos gêneros disponíveis no interdiscurso (lugar em que constroem seu significado com base em outros discursos). Assim, tem-se o discurso em relação com outros discursos, formando um conjunto de discursos em um mesmo campo ou em campos distintos. Os gêneros de texto são entidades caracterizadas como de variedade infinita, podendo surgir, evoluir e até mesmo desaparecer ao longo do tempo.

Os estudos acerca das tipologias textuais presentes na proposta teórica de Adam (1992) são oriundos, de certa forma, das concepções de Bakhtin (1997), mas não apenas. Como admite o próprio autor, a proposta se baseia em Werlich, com os tipos textuais, e em Rosch, com a teoria dos protótipos. Para Bakhtin, os enunciados são “relativamente estáveis” (BAKHTIN, 1997, p. 323), e os gêneros primários podem constituir os gêneros secundários. Esse pensamento, a nosso ver, é de vital importância para a construção do conceito de sequência textual, uma vez que os gêneros são, eles próprios, componentes da interação social, enquanto a sequência é um plano de organização textual presente na composição dos textos. Por sua vez, a sequência se compõe de um padrão organizacional contendo unidades estruturais maiores (macroproposições esperáveis), as quais se formam por um conjunto de proposições. As

sequências podem ser encontradas dentro de um dado texto, e este texto deve corresponder a um gênero.

A proposta de Adam (1992) nos permite dizer que na língua há uma série de formas fundamentais da linguagem comum que podem estar disponíveis em uma infinidade de combinações e transformações. Por exemplo, a narrativa se encontra na base da fábula, da reportagem e da anedota, dentre outras práticas discursivas.

Na concepção de Adam (1992), a sequência pode ser caracterizada por poder ser atualizada no texto a partir de uma série de exigências da natureza pragmática dos enunciados. É por conta dessa atualização que o autor defende que as sequências são relativamente estáveis, visto que atravessam todos os gêneros, ao passo que os gêneros são essencialmente heterogêneos, porque marcam situações sociais específicas.

Em um trabalho anterior, Adam (1991) nos fala da possibilidade de podermos definir um plano organizacional textual de forma estável, que irá compor os textos. Isso fez com que o autor afirmasse que a diferença fundamental entre gênero e sequência é que esta é delimitável em um pequeno conjunto de tipos, isto é, possui uma menor variabilidade. O gênero é um padrão de textos socialmente reconhecíveis, que se identificam, sobretudo, pelo propósito enunciativo, pelas formas superestruturais, pelas condições sociais de uso a que se aplicam. As sequências também são padrões, mas não de modelos de texto com usos comuns a vários deles, mas, sim, padrões de organização em unidades de sentido prototípicas. São alguns poucos modos de organizar as informações de um texto pertencente a qualquer gênero.

Entender a diferença entre gênero e sequência, dessa maneira, fez com que Adam (1992) considerasse a sequencialidade como um único plano passível de constituir uma base de tipologia. Mas, para que tivesse sentido essa sua base tipológica, o autor teve que buscar uma nova concepção para texto que se adequasse aos limites de sua proposta. Por isso, o texto é visto por ele como sendo, por um lado, pragmaticamente organizado e, por outro, uma sequência de proposições.

O âmbito em que se estrutura a configuração pragmática do texto possui três dimensões, a saber: uma argumentativa, que define todo texto como visando a um objetivo (seja ele explícito ou não); uma enunciativa, que confere ao texto uma tonalidade enunciativa de discurso oral, discurso escrito, discurso não real, discurso

científico, discurso poético etc.; e uma semântica, que estabelece no texto uma coesão com o mundo representado.

O âmbito da sequencialidade textual, a sucessão de proposições comporta duas dimensões: a conectividade e a sequencialidade. De acordo com o autor, a primeira seria uma série de fenômenos locais de ligação entre as proposições de forma a garantir a continuidade, a progressão textual e os fenômenos de demarcação gráfica local e marcação global do plano do texto. Entendam-se estes últimos como elementos que proporcionem, por exemplo, a mudança de capítulo e de parágrafos, os títulos, os subtítulos, entre outros elementos. A segunda, dessa maneira, diz respeito à organização sequencial da textualidade. Nesses termos, se uma dada sequência, por exemplo, a argumentativa, se materializa em textos de formas tão diversas é porque há ao mesmo tempo características prototípicas que a enquadram no grupo da sequência argumentativa.

Nas palavras de Adam (1992, p. 28), sequência seria:

- uma rede relacional hierárquica em grande medida decomponível em partes ligadas entre si e ligadas ao todo que elas constituem.
- uma entidade relativamente autônoma, dotada de organização interna que lhe é própria e, portanto, em relação de dependência/independência com o conjunto mais amplo de que ela faz parte.

A definição apresentada por Adam (1992) acerca de sequência nos possibilita entendê-la como algo constituinte do texto, e este, por sua vez, constitui-se a partir de uma série de blocos de proposições, chamadas de macroproposições, as quais são estruturadas a partir de proposições.

Importante que se diga que Adam (1987) defendia que havia sete tipos de sequências textuais (narrativa, descritiva, argumentativa, expositivo-explicativa, injuntivo-instrucional, conversacional e poético-autotélica). No entanto, posteriormente

(1992), optou por fazer uma redução para apenas cinco sequências: narrativa, descritiva, explicativa, dialogal e argumentativa.

Tendo em conta a distinção que o autor estabelece entre plano configuracional (pragmático) e plano composicional, podemos dizer que, para Adam (1987, 1992), a argumentação está mais relacionada ao nível do discurso e das práticas de interações sociais, podendo ser concebida como mais uma função da linguagem. Já a sequência argumentativa está diretamente relacionada ao nível de organização da textualidade.

De acordo com este teórico, as proposições da sequência argumentativa são estabelecidas a partir da relação entre Argumento(s) – Conclusão, Dados – Conclusão. Esses seriam os elementos que estruturariam a textualidade argumentativa. Adam (1987) propõe um quadro organizacional da sequência argumentativa, o qual apresentamos abaixo:

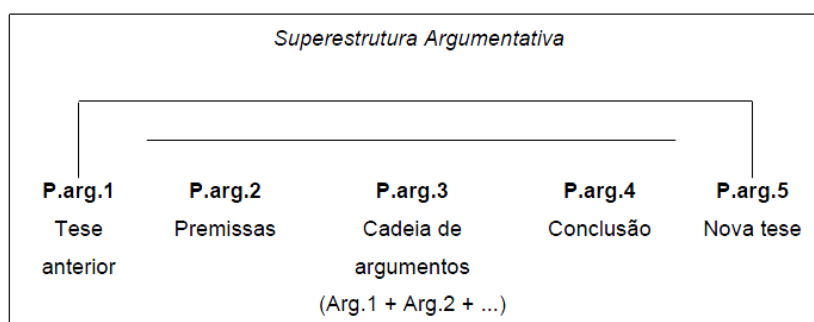


Figura 6- Representação arbórea da superestrutura argumentativa

Fonte: Adam (1987).

Posteriormente, em outro trabalho (1992), o autor reformula o quadro e propõe um protótipo da sequência argumentativa, abaixo:

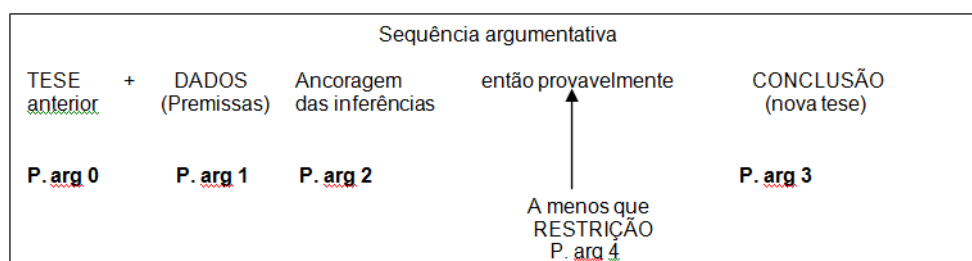


Figura 7- Esquema típico da sequência argumentativa

Fonte: Adam (1992, p. 118).

Embora os dois quadros pareçam idênticos, a primeira versão proposta por Adam (1987) tem um caráter mais geral pelo fato de não apresentar explicitamente a refutação da tese inicial, o que nem sempre ocorre nos textos argumentativos. Assim, a autor reformula o quadro, a fim de suprir tal falha.

No quadro proposto por Adam (1992), a tese anterior (P. arg. 0) serve para sustentar as três macroproposições (P. arg. 1, 2 e 3) na refutação. Já a conclusão (nova tese) – (P. arg. 3) - pode ser reformada e retomada ou não por uma conclusão que a reitere no fim da sequência. O autor alerta para o fato de que a ordem linear do esquema argumentativo não é imutável: a nova tese pode ser formulada no início e retomada ou não por uma conclusão que a reproduz no fim da sequência, e a tese anterior (P.arg.0) pode estar subentendida.

Voltando a falar da relação que se estabelece entre as proposições, não se pode deixar de considerar a relação existente entre as informações “dadas” e as “conclusões”, pois certo(s) argumento(s) visa(m) ancorar ou até mesmo refutar uma determinada conclusão. Por tudo disso, faz-se necessária uma análise aprofundada entre o segmento ancorado (conclusão) e o segmento ancorante (dado), como é descrito no protótipo de sequência argumentativa de Adam (1992).

De acordo com Catelão (2013), o que se evidencia é que o esquema se estende a outras teses que mantêm relação com a nova tese, ideia ou posicionamento defendido, produzidos ou motivados pelas inferências com base nos dados que são expressos junto à proposição. O pesquisador afirma ainda que Adam, em 2004, defende que seu esquema não está estruturado em uma ordem linear obrigatória; a nova tese, por exemplo, pode ser formulada no início e retomada por uma conclusão que a duplica ao fim da sequência. Segundo Adam (2008, p.234), o esquema também comporta os níveis justificativo e dialógico ou contra-argumentativo de argumentação. No justificativo, o interlocutor é pouco levado em conta, e a estratégia abrange a exposição dos conhecimentos. Na dialógica, “a argumentação é negociada com um contra-argumentador (auditório) real ou potencial. A estratégia argumentativa visa a uma transformação dos conhecimentos”.

Continuando sobre esse assunto, Catelão defende que

Esse mesmo esquema pode se estender em alguns casos a certos gêneros e subgêneros do discurso em que se observa a dominância sequencial argumentativa no próprio plano de texto, ou seja, a sequência argumentativa prototípica expressa acima dá conta estruturalmente de toda expressão textual, principalmente em textos curtos, como é o caso, mais especificamente, de anúncios e de campanhas publicitárias. Em outros casos, como cartas e bilhetes, o plano de texto pode vir marcado por encaixamento sequencial narrativo, descritivo, dialogal, ou explicativo, segundo a necessidade de tratamento dos dados que servirão de premissa à nova tese, ou conclusão, ou por encadeamento de sequências do mesmo tipo que se desdobram como dados ou reforçam uma tese mais forte, ou principal (CATELÃO, 2013, p. 46-47).

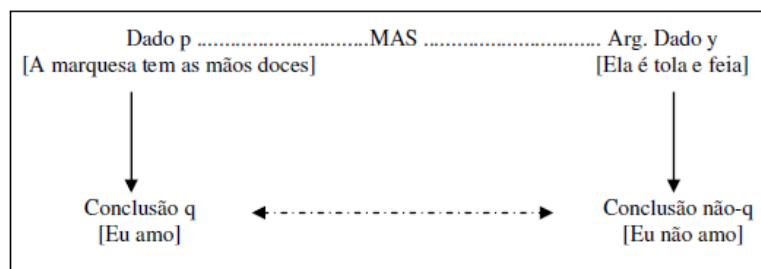
Para compreender a forma como Adam (1992) nos apresenta algumas características de um determinado enunciado e as relações existentes nas proposições, repetimos o exemplo clássico que ele usa:

Ex.: “A marquesa tem as mãos doces, mas eu não a amo”.

Se analisarmos a frase, percebemos que há um argumento determinado (A marquesa tem as mãos doces) que, para construir um sentido, necessita passar para uma conclusão não expressa (eu a amo). Para que essa passagem ocorra, faz-se necessário utilizar-se de uma “licença de inferência” ou “regra de inferência”, pois é a inferência que vai ser responsável direta por ligar o *dado* à *conclusão*.

A inferência que se manifesta no texto é a de que “Os homens amam as mulheres que têm as mãos doces”. Adam (1992), quando tenta explicar o processo de construção de sentido inferencial existente na proposição apresentada, diz-nos que as regras de inferência são ancoradas em garantias ou suportes. Segundo ele, de certa forma, essas garantias ou suportes guardam certa correspondência com o que Ducrot (1987) denominou *topos*. O autor nos fala ainda que, mesmo o argumento-dado podendo conduzir a uma determinada conclusão, sempre será possível uma contra-argumentação.

A forma como teremos a organização do argumento-dado e as possíveis contra-argumentações, Adam (1992) defende que só pode ser possível a partir de um jogo de implicação e explicitação que poderá ocorrer nas macroproposições. Para entendermos como se estrutura isso, basta atentarmos para o quadro abaixo, retirado de Adam (1992):



Quadro 4- Quadro argumentativo proposto por Adam

Fonte: Adam (1992, p. 107)

Analisando o quadro argumentativo proposto por Adam (1992), temos um dado **p** explícito e uma conclusão **q** implícita, um dado **y** implícito e uma conclusão **não-q** explícita.

Fica evidente que o que pensamos como elemento básico da organização composicional diz respeito ao que Adam considera como sequência textual. Como nosso propósito é analisar aspectos textuais e discursivos que estão relacionados na argumentação, achamos oportuno defender o estudo das sequências textuais, uma vez que todo gênero irá se manifestar a partir de textos e estes, em sua materialidade, possuem sequências.

6.3 A esquematização discursiva

O processo de esquematização discursiva é um dos elementos que constituem a composição textual proposta por Adam (2005). Ela é capaz de aliar, em um nível configuracional mais amplo, dados do ponto de vista, das representações discursivas e dos atos ilocucionários, três categorias relacionadas à composição dos textos, apresentadas por Adam (2005). Antes de falarmos, precisamente, de esquematização, vamos apresentar brevemente os três elementos da composição dos textos da proposta do autor.

Um dos principais objetivos das análises de Adam (2008) era o de poder decompor o texto em planos composicionais e discursivos. Para que isso fosse realizado com exatidão e eficácia, o autor propiciou um modelo em que haveria a relação de conceitos inerentes a toda proposição-enunciado, que, segundo ele, seriam indispensáveis na observação dos dados em um estudo mais aprofundado. Por causa

disso, ele defende a impossibilidade de existirem enunciados desprovidos de uma **responsabilidade enunciativa** – PdV – (ponto de vista enunciativo marcado por um grau de responsabilidade¹⁵). A responsabilidade enunciativa ou fonte do saber implementa qualquer análise à medida que vislumbra a quem pertence o ponto de vista enunciado - PdV. O mais das vezes, o grau de PdV é claramente marcado em unidades da língua, seja por expressões que claramente definem o PdV (de acordo, segundo, para), ou por expressões que assinalam um PdV anônimo (parece). Para ele, além da responsabilidade enunciativa, os discursos comportam uma referência como **representação discursiva** (Rd) construída pelo conteúdo proposicional (ponto de vista semântico, tema, objeto de discurso, predicção). Para Catelão (2013), a Rd seria o sentido atribuído aos enunciados em relação ao mundo e às condições de recepção (as perguntas: quem? o quê? quando? por quê? e como?) a ele circundados e que contribuem para o reconhecimento da situação de produção, coocorrência e recorrência da situação ou de partes dela.

Ainda segundo Catelão (2013), os discursos carregam **um valor ilocucionário** resultante das potencialidades argumentativas dos enunciados (orientação ou valor argumentativo que incitam determinada ação). O valor ilocucionário corresponderia, grosso modo, às intenções discursivas pretendidas e à transmissão de intenções inseridas na língua denominadas atos de fala, atos de linguagem ou atos de discurso. Trata-se de uma questão muito complexa em sua própria área de abrangência, uma vez que a interpretação e a utilização dos termos sempre serão provenientes de valores subjetivos.

Quanto ao processo de usabilidade da esquematização discursiva como elemento constituinte das análises dos textos, usaremos a mesma metodologia de Catelão (2013), que prioriza a situação sociodiscursiva e as condições de produção e de recepção dos textos:

diante da complexidade na qual se insere o discurso e sob os conteúdos apresentados, se fixará neste estudo uma delimitação do processo de esquematização discursiva obedecendo três aspectos, suficientes para análise que se pretende aqui por comportarem uma passagem entre o que é composicional e o que é discursivo: os parâmetros da **situação sociodiscursiva** em questão; os parâmetros das **condições de produção** (necessidades para a ocorrência do discurso, imagem de lugar e de tempo); e

¹⁵ Podem aparecer marcadas com índices de pessoas (meu, teu); dêiticos espaciais e temporais; tempos verbais, entre outros.

as condições de **recepção do discurso** (projeção da imagem do auditório - *pathos*) (CATELÃO, 2013, p. 55).

Na verdade, o conceito de esquematização discursiva é usado em razão das particularidades discursivas dos textos e de sua própria materialidade. Essa importante noção tem como princípio que qualquer atividade discursiva é originária de uma esquematização, a qual tem por propriedade aliar em um mesmo plano o enunciado como processo e como resultado, ou seja, o enunciado como fruto da escolha do enunciador para atender a determinado sentido e como resultado do sentido atribuído pelo coenunciador no momento de recepção do discurso. Desse modo, a esquematização abrange duas ações:

- A) o processo (ação desempenhada pelo autor, sujeito no mundo, de construção de uma esquematização e de uma imagem de *ethos* nessa esquematização) e
- B) o resultado (um discurso que propicia por parte do coenunciador uma interpretação, reesquematização e visualização do *ethos*) de um discurso, inseparável de uma memória intertextual/interdiscursiva que compreende a consideração não só do enunciado em si, como de toda expressão dialógica que ele comporta.

A segunda ação da esquematização, desse modo, necessita da intertextualidade, por meio de uma memória interdiscursiva, responsável por ativar, no seio do processo argumentativo, as relações textuais necessárias para se estabelecer a formação das projeções das imagens dos sujeitos, ou seja, de seus *ethos*. Fica evidente o motivo de analisarmos a intertextualidade como um fenômeno muito complexo e que não se limitaria a ser tachado como integrante de um ou de outro plano de análise taxionômica. Ficam evidentes, também, as relações entre o processo de esquematização e o Componente Retórico (tema de nosso próximo capítulo).

Assim, propomos, na análise do Componente Sequencial, buscar, inicialmente, entender o plano de texto que há no texto como um todo para, em seguida, poder fazer a análise composicional das sequências que estão presentes organização das unidades textuais maiores. Por meio da identificação das partes da sequência argumentativa, seguindo os critérios de segmentação textual propostos por Adam (1997; 2008), podemos identificar as características e as estruturas prototípicas presentes no gênero a ser analisado. Nesse percurso, a análise do PdV pode ser um importante instrumento

para se estabelecerem as intenções comunicativas e para se construírem esquematizações, momento em que se fazem imprescindíveis os elementos intertextuais (mentalmente condicionados e acionados pelos interlocutores), a fim de se analisarem as projeções dos *éthe* existentes no texto, o que pode ser encarado como a junção de elementos da textualização com elementos retóricos.

Nesse sentido, no nosso modelo, entendemos que um texto persuasivo pode ser analisado, quanto ao Componente Sequencial, por meio de dois planos de investigação:

- a) Plano textual sequencial (definição do plano de texto e das unidades sequenciais que o compõem, partindo do pressuposto de que a sequência argumentativa é dominante);
- b) Plano textual de esquematização (definição dos pontos de vistas (PdV) e dos processos de esquematizações que se constroem no texto, assim como a construção das imagens do Locutor em si).

No primeiro plano, como podemos perceber acima, investigaremos as estruturas mais abstratas da sequencialidade, privilegiando as estruturas de composição do texto e, além disso, analisando diferentes planos de textos por meio do imbricamento (ou não) de outras unidades sequenciais prototípicas ao longo da superfície textual. Já no segundo plano de análise, o objetivo é observar, a partir do plano de texto que se constrói, as esquematizações, o que direciona a análise para uma perspectiva discursiva e também retórica, uma vez que o pondo de vista do Locutor se faz necessário, principalmente pelo uso de marcas linguísticas expressas que o fazem projetar sua imagem para o interlocutor.

Por causa disso, defendemos que há uma estreita ligação entre as projeções do *éthos* que se constituem no plano de esquematização da análise argumentativa e o Componente Retórico, tema do nosso próximo capítulo.

O COMPONENTE RETÓRICO

“A ciência nunca resolve um problema sem criar pelo menos outros dez”. (George Bernard Shaw)

Neste capítulo, apresentaremos como se constitui o Componente Retórico da argumentação. Para isso, iniciaremos falando do processo de construção da imagem do Locutor no discurso. Para isso, mostraremos a importância da retomada de Aristóteles e a sua retórica, assim como mostraremos os estudos realizados por Amossy (2011) e Maingueneau (2006). Em seguida, para fazermos uma relação com o Componente Sequencial, mostraremos alguns pontos de intersecção entre esses componentes no que diz respeito ao processo de projeções das esquematizações, seguindo os achados de Adam e o trabalho de Catelão (2013). Em seguida, apresentaremos as técnicas argumentativas de Perelman e Tyteca no Tratado de Argumentação. O que defendemos como Componente Retórico seria a análise das esquematizações oriundas das sequencialidade textual, que desencadeia a projeção da imagem do Locutor no discurso e, por sua vez, este necessita de técnicas argumentativas a fim de tentar persuadir o seu público de forma coerente.

7.1 A imagem de si no discurso

O que estamos chamando de componente retórico diz respeito às investidas do Locutor em tentar apresentar-se para o seu auditório a partir da construção de uma imagem positiva de si, além das técnicas de persuasão.

Nos textos de cunho argumentativo, encontramos essa busca de construir uma imagem, mesmo esta sendo involuntária. Desse modo, o *ethos*, como já preconizava Aristóteles em sua Retórica, assim como o *ethos* defendido por autores como Maingueneau e Amossy (2011), ganham destaque em nosso modelo. Assim, estudar a argumentação sem considerar essa importante artimanha discursiva para a construção da persuasão seria negligenciar o papel das técnicas argumentativas que o Locutor usa para chegar aos seus objetivos no ato argumentativo.

Por causa disso, o que estamos considerando como Componente Retórico seria a tentativa de interpretar as provas que fazem com que o Locutor persuade seu auditório. Desse modo, o poder de persuasão desse Locutor será dado a partir da construção da imagem dele para o seu público e, também, a partir das técnicas argumentativas usadas para que ele conseguisse seus objetivos. Nesse contexto, o Componente Retórico será avaliado pela imagem que o Locutor busca construir de si (*ethos*) no momento do ato argumentativo, e pelas técnicas argumentativas.

7.1.1 O *ethos*, o *pathos* e o *logos* na constituição do Componente Retórico

Na Retórica, *ethos*, *pathos* e *logos* constituem a tríplice dimensão da disciplina. Na verdade, o *ethos* é aquele fenômeno/procedimento capaz, de certa forma, de responder por intermédio do *logos* a uma série de questões sobre as quais o ser humano negocia aproximações e distanciamentos diversos. Acerca disso, Mosca (2004) nos diz que os enunciados são produto de estratégias que levam em conta tensões entre os interlocutores, a manutenção do equilíbrio, a continuidade da relação entre eles, para que a negociação entre as partes possa ser estabelecida.

Segundo Meyer (2007), o *ethos* é uma excelência que não tem objetivo próprio, mas se liga à pessoa, à imagem que o Locutor passa de si mesmo, o que o torna exemplar aos olhos do auditório, que então se dispõe a ouvi-lo e a segui-lo. Nota-se a importância do *ethos* por possibilitar estabelecer um grau de confiabilidade no Locutor no momento do ato persuasivo.

Para Eggs (1999), o conceito de *ethos* se constitui como uma prova que se apresenta a partir de escolhas de expressão e se compõe de duas dimensões: moral e estratégica. No que se refere à primeira, temos as virtudes, definidas como uma disposição para encontrar a justa medida com relação ao homem considerado sensato. Para isso, necessita-se que se respeite, como preconiza Aristóteles, os lugares (*topoi*) e os diversificados saberes comuns, uma vez que o *ethos* deve apresentar-se apropriado ao auditório, adaptando-se, desse modo, a este por meio das opiniões, paixões, posturas e hábitos.

No pensamento aristotélico, a imagem do Locutor não se dá sem afetividade. Assim, este, a fim de produzir um efeito nos ouvintes, apresenta-se racional com o propósito de incitar reações emotivas em seu público. Desse modo, o auditório é convocado a, dentre todas as palavras apresentadas pelo Locutor, eleger as mais convincentes, provocando simpatia às questões abordadas.

O Locutor, desse modo, busca apresentar um caráter honesto para o seu auditório, que, com certeza, toma como base a dignidade, a moderação, as boas intenções, além da capacidade de análise das questões a serem empreendidas, o que potencializa melhores colocações e respostas.

Outrossim, o *ethos* seria o sentimento com que o auditório se identifica e, desse modo, caracteriza-se por ser aquele com quem o auditório divide o sentimento aparentemente único dos membros de uma mesma comunidade, como Amossy (2008) já falara. Assim, por ser capaz de compartilhar o mesmo universo de esperança, de valores, de fé, o auditório reconhece o *ethos*.

Por sua vez, o *pathos* constitui, na visão da Retórica, o alvo da persuasão. Ademais, esse conceito não se define simplesmente como algo que faz surgirem questões a serem respondidas pelo *ethos*, mas, para nós, como elemento que participa ativamente da atuação retórica do *ethos*. Defendemos isso por causa da importância que as emoções e as paixões ganham no processo de adesão do auditório à tese do Locutor. Isso se constitui no cruzamento de diversificadas perspectivas de interesses do auditório.

De fato, o auditório pode aderir, recusar as respostas, completar informações, modificá-las, permanecer em silêncio (em contextos de fala), dependendo do texto do Locutor. Assim, notamos a estreita relação entre o Locutor, o auditório e as técnicas usadas por aquele, a fim de persuadir este último.

Quando o Locutor toma a palavra com o objetivo de tentar persuadir o seu auditório, aquele necessita construir uma imagem para este. Em muitas situações, essa construção se dá de forma involuntária; em outras, proposital. O certo é que, em todas elas, a imagem do Locutor é construída e, sempre, com objetivos bastante claros: persuadir seus pares. Assim, o Locutor busca apresentar-se positivamente; desde uma

simples conversa com amigos até uma conferência, sua imagem está em constante evidência.

Para Amossy (2011), deliberadamente, o Locutor elabora em seu discurso uma apresentação de si. Segundo a pesquisadora, a maneira de dizer induz a uma imagem que facilita, ou mesmo condiciona, a boa realização do projeto; é algo que ninguém pode ignorar sem arcar com as consequências. Segundo ela, os antigos denominam de *ethos* a construção de uma imagem de si destinada a garantir o sucesso do empreendimento oratório.

Como falamos em seções anteriores, Aristóteles foi quem instituiu a Retórica como a arte de buscar persuadir um auditório. Amossy (2011) reconhece a importância desse autor e destaca o fato de diferentes correntes da Análise do Discurso e da Pragmática hoje reencontrarem a Retórica como a arte de persuadir. Nosso trabalho, dentro dessa mesma linha de pensamento, por ser uma busca de integração de fenômenos argumentativos no plano textual e discursivo, reafirma a importância da Retórica.

No entanto, não podemos deixar de falar da falta, em alguns momentos, de unidade por parte do pensamento de Aristóteles no que tange ao estudo do *ethos*. Isso se dá, principalmente, pelo número de perspectivas que a obra Retórica, por exemplo, abordou. Para Amossy (2011), na primeira parte da obra Retórica, que se liga mais a falar da lógica e da dialética, há também o tratamento de diversificados tipos de argumentos e de seu poder de persuasão. Além disso, há também assuntos tratados como estratégias para persuadir como o estilo, a disposição do discurso, os tropos e o *ethos*.

Nas primeiras linhas da obra Retórica, notamos que o *ethos* ganha um status fora da ordem argumentativa, já que visa construir no público uma disposição em relação ao Locutor. O *ethos* não se manifesta a partir de macroproposições e não parece ser do domínio argumentativo-cognitivo.

Na verdade, durante muitos anos, embora não se tenha uma divisão didática estabelecida e reconhecível, os trabalhos sobre o *ethos* estavam relacionados a dois importantes polos de atuação: o argumentativo-oratório, cuja principal característica seria a de considerar as emoções, e o lógico-cognitivo, cuja principal característica seria

estudar as relações lógicas que se constituem nas práticas discursivas da persuasão. Todavia, nosso propósito, nesse trabalho, não é o de se analisar as duas abordagens de forma mais detalhada. Assim, reconhecemos nossa filiação ao pressuposto do *ethos* de cunho retórico, por uma questão de coerência teórico-metodológica, uma vez que os outros conceitos de *ethos* limitam-se ora a uma análise eminentemente textual, ora a uma análise eminentemente discursiva, ora a uma análise de cunho pragmático.

Para que se tenha a argumentação, necessita-se estudar até que ponto a imagem do Locutor interfere na construção do ato persuasivo. Assim, no ato de comunicação empírico, essa construção da imagem pode sofrer mudanças, pois o Locutor por tentar seduzir o seu auditório por outras artimanhas, como a mentira, por exemplo, a qual se constituiria como uma estratégia de recriar a imagem do Locutor no momento do ato comunicativo.

Na verdade, o que se observa é que, segundo Catelão (2013), a imagem do “eu” no discurso é criada por meio de figuras que são acionadas entre um participante que fala/escreve e outro que recebe, decodifica, compreende, interpreta e tem a chance de posicionar-se por outra figura de retorno. De um ponto de vista geral, essas figuras são geradas de acordo com as funções sociais dos indivíduos participantes da situação de produção, segundo determinados comportamentos humanos que acabam por configurar e se cristalizar em determinadas “figuras-tipo” ou de identidades, que vão se reinventando e reaparecendo de acordo com o ambiente, a época e a situação em que são adotadas. Elas ficam expressas no “poder das palavras”, legitimadas pelo responsável pelo que é dito e firmadas por certos estereótipos sociais, como a mãe de família, o homem de Deus, o político corrupto.

Sobre isso, Catelão (2013) afirma ainda que, em todas as esferas sociais, marcas de identidade dos sujeitos vão se instalando e se condicionando a determinados estilos, na forma de se vestir, na forma de falar, em suas características físicas, na forma de agir com outros indivíduos e, voltando ao que se apresentou no início desse tópico, também em seus textos, manifestações linguísticas das ações de linguagem. Essas marcas de identidade acabam por se cristalizar em uma espécie de convenção estabelecida e pelo que é esperado de certos sujeitos que desempenham um determinado papel social.

A noção de *ethos* apresenta uma série de características que, durante muito tempo, por causa dos romanos, foi associada à figura de caráter. Assim, essa figura tinha

como principal traço referir-se diretamente à figura exposta pela vida do homem, o que possibilitaria maior peso em suas palavras, quando estivesse em jogo o ato comunicativo de persuasão.

Em seguida, como já falamos em seções anteriores, a tradição retórica se preocupava em descrever aspectos dessas marcas no discurso em que a oratória, a arte de bem falar, era o ponto-chave. Desse modo, essa maneira de se conceber os raciocínio fixa-se principalmente na figura de um Locutor, sujeito empírico, que usa seu tom de voz, escolhe seu vocabulário e outros aspectos físicos para propor seu discurso. Na retórica, a figura do *ethos* é ligada ao conteúdo da mensagem e à dinâmica do Locutor na busca pela empatia do público. O Locutor toma a forma de um indivíduo digno de fé. Maingueneau (2006, p.54) define essa característica segundo Aristóteles e afirma que, “para produzir essa imagem positiva de si mesmo, o Locutor pode jogar em três qualidades fundamentais: a *phronesis*, ou prudência, a *arete*, ou virtude, e a *eunoia*, ou benevolência”. Essa é sua principal estratégia para convencer, podendo ele agir com sinceridade ou não.

Nos estudos mais recentes, um dos modelos que tiveram bastante repercussão na ciência da linguagem foi o apresentado por Maingueneau. Mesmo sabendo dessa enorme repercussão, devemos deixar claro que, de certa forma, não o seguiremos em sua plenitude, principalmente pelo fato de essa visão de *ethos* de Maingueneau ter uma ligação muito íntima com a Análise do Discurso, desviando-se dos objetivos mais persuasivos da Retórica. Desse modo, o modelo, o qual apresentaremos rapidamente, serve, sim, de subsídio para que possamos definir a nossa linha de raciocínio sobre o conceito de *ethos*.

Ademais, o modelo de Maingueneau ultrapassa muito o quadro da argumentação, pois busca estudar o quadro de incidência em textos escritos que não são de natureza argumentativa. Maingueneau defende que a noção de *ethos* está relacionada à enunciação ampla. Na verdade, em termos mais pragmáticos, o autor defende que o *ethos* se desdobra no registro do “mostrado” e, eventualmente, no do “dito”. A grande contribuição desse autor seria o fato de ele não reservar a definição de *ethos* apenas a textos de caráter judiciário, político, entre outros, mas ir além disso, propondo que qualquer discurso escrito tem vocalidade específica, permitindo a possibilidade de relacioná-lo a uma fonte enunciativa.

A proposta de Maingueneau centra-se mais na Análise do Discurso. Para ele, as escolhas linguístico-textuais é que fazem com que o *ethos* ou os vários *ethè* possam ser construídos. Desse modo, a maneira de dizer ou a de se mostrar podem reconstruir a forma de ser desse indivíduo textual. A grande característica desse pensador é o fato de ele considerar que a noção de *ethos* se dá a partir de um quadro bastante interativo, que se constitui dentro de uma cena englobante e genérica definidas, em que uma cenografia está legitimada discursivamente. Além disso, ele estaria dentro de um gênero, o que, de certa forma, possibilita o uso de papéis específicos, lugares, momentos de enunciação estabelecidos autenticamente, suporte de cunho material e um modo de circulação. É importante que se diga que, em textos da modalidade escrita, caberia ao leitor essa cenografia, em que se fazem presentes elementos como o enunciador, a garantia, o coenunciador, todos inclusos em um determinado contexto situacional.

O que se evidencia na proposta de Maingueneau é a relação entre *ethos* e cenografia. Para ele, a cenografia, assim como o *ethos* que participa dela, implica um processo um tanto quanto paradoxal, o qual emerge de uma série de certas cenas que se validam progressivamente na enunciação. Assim, na complexidade do universo textual, valida-se uma série de *ethè*.

Em nosso trabalho, a projeção do *ethos*, do *pathos* e do *logos* será importante, principalmente a projeção do *ethos*, pois os usaremos seguindo o que Adam (2005) preconiza como esquematizações discursivas. Na verdade, o autor busca apresentar um modelo que dê conta de estabelecer uma projeção dessas noções e, para isso, ele defende que as estruturas composicionais dizem respeito ao processo de esquematização discursiva que, em outro nível, permite aliar dados do ponto de vista, representação discursiva e valor ilocucionário, por meio da caracterização da situação sociodiscursiva, da condição de produção e da condição de recepção do discurso. Observamos, desse modo, que o autor considera o contexto externo ao texto, assim como o ponto de vista (Pdv) que um Locutor estabelece no ato comunicativo. Esse conceito será importante em nosso modelo teórico, pois temos, em muitos momentos, nas tentativas de argumentação do Locutor, a construção de posicionamentos sendo construídos.

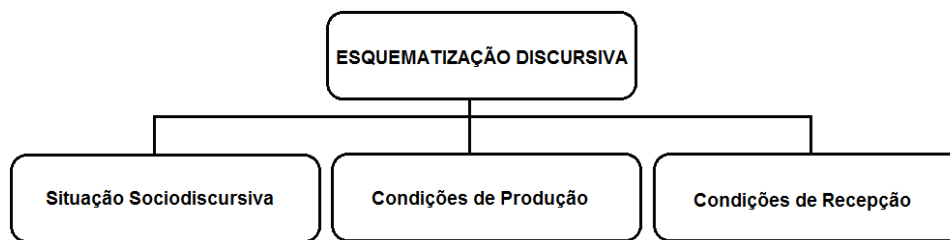
Acerca desse pensamento de Adam (2005), Catelão (2013) nos diz que este autor elabora uma análise interessante ao utilizar o conceito de *esquematização discursiva* como articulador de campos, como o linguístico da Análise do Discurso, o da retórica e

o da teoria da argumentação. Utiliza-se esse conceito em razão das particularidades discursivas dos textos e de sua própria materialidade, justamente por sua articulação permitir estabelecer um elo com uma análise retórica, o que se pretende realizar o próprio contexto de produção e composição do discurso.

Catelão (2013) acrescenta ainda que o termo esquematização abrange duas ações: uma envolvendo o processo (ação desempenhada pelo autor, sujeito no mundo, de construção de uma esquematização e de uma imagem de *ethos* nessa esquematização) e outra o resultado (um discurso que propicia por parte do coenunciador uma interpretação, reesquematização e visualização do *ethos*) de um discurso, inseparável de uma memória interdiscursiva, que compreende a consideração não só do enunciado intertextual em si, mas também de toda expressão dialógica que ele comporta.

O que se percebe é que a interpretação como esquematização discursiva tem como característica básica o fato de envolver uma espécie de (re)construção daquilo que o enunciador quis transmitir, mas sua projeção não comporta com exatidão esses sentidos, uma vez que é sempre uma visão falível da realidade.

Na verdade, a proposta de Adam traz uma complexa definição que envolve o discurso e os seus conteúdos e, de alguma maneira, possibilita a construção de uma esquematização discursiva. Para o autor, esse processo será delimitado por três aspectos, que também já foram destacados por Catelão (2013), os quais possibilitam uma transição entre os aspectos composicionais e discursivos: os parâmetros da **situação sociodiscursiva** em questão; os parâmetros das **condições de produção** (necessidades para a ocorrência do discurso e da imagem de lugar e de tempo); e as condições de **recepção do discurso** (projeção da imagem do auditório - *pathos*). Segundo Catelão (2013), esses três elementos trazem aspectos do contexto de produção e recepção do discurso. Desse modo, eles se situam na fronteira entre o que é textual e o que é discursivo, uma delimitação teórico-metodológica muito importante para nossos pressupostos, por isso achamos oportuno apresentar, a fim de esclarecer as relações existentes entre a proposta da esquematização discursiva e a projeção do *ethos*, *pathos* e *logos*:



O papel do *ethos* nesse modelo é o de se projetar. Adam defende, em muitos trabalhos, que essa projeção se constitui basicamente de um sujeito no mundo e a imagem esquematizada desse sujeito no discurso (*ethos*). Para o autor, a noção de “sujeito no mundo” corresponde à figura do Locutor/enunciador com funções (lugar e papel) que assume, com seus fins próprios, seus pré-construídos culturais e suas representações da situação de enunciação, do objeto do discurso, de seu auditório e as representações psicossociais de si mesmo. Outrossim, o que se observa é que os componentes de uma dada esquematização propõem imagens que serão reconstruídas pelo coenunciador. Cumpre salientar a importância, no pensamento de Adam, da memória discursiva, uma vez que o coenunciador (ouvinte ou leitor), quando entra em contato com o enunciado, constrói uma representação do Locutor que fica presente ou ausente em sua memória discursiva. Assim, o autor defende que seria precisamente do confronto dessa representação psicossocial do Locutor, com a figura do *ethos* esquematizado do enunciador, que surgiria outra figura de *ethos*, a imaginada pelo coenunciador.

Assim, para darmos conta do que propomos como Componente Retórico, usaremos os conceitos de esquematização discursiva como sendo uma artimanha capaz de abranger as noções de *ethos* de uma forma mais materializada. Entretanto, as esquematizações serão usadas como critério da sequencialidade, do Componente Sequencial, que proporcionam as projeções do *ethos*. Seguiremos o que já fizera Catelão (2013), quando defendeu que, a partir da esquematização, é possível ter outros aspectos provenientes do processo e do resultado da construção do discurso. Disso, decorre o a imagem do *ethos*, tanto visualizada na fase de esquematização pelo enunciador quanto na de reconstrução pelo coenunciador.

Segundo Catelão (2013), uma parte das noções concernentes ao processo de esquematização discursiva é complementar aos conceitos a serem explicitados no acerca das noções abordadas por Perelman e Tyteca (1996) e validam o que Adam (2005)

afirma ser um ponto de interlocução entre os campos textual, do discurso e da retórica. Isso é tão provado que, em nosso modelo, as esquematizações se constituem no Componente Sequencial, no processo de dissecação do texto por intermédio de sua linearidade e na análise da composição das diversas unidades de sentido e, assim, proporcionam a necessidade das projeções das imagens do Locutor frente ao seu público no ato comunicativo. Fica evidente, desse modo, a necessidade das relações entre os componentes presentes no texto.

A consideração do coenunciador e a criação de um acordo com esse coenunciador trazem proposições prévias, sem as quais não seria possível estabelecer o discurso, elementos que também consideraremos nas análises da Argumentação em nosso trabalho.

A partir do conceito de esquematização discursiva de Adam e do conhecimento da possibilidade de junção das projeções de *ethos*, *pathos* e *logos*, como fez Catelão, buscaremos analisar até que ponto a esquematização discursiva é capaz de proporcionar uma projeção dessas noções, levando-se em conta a existência de uma série de técnicas argumentativas, já defendidas por Perelman e Tyteca (1996). Desse modo, nosso modelo levará em consideração a esquematização discursiva, a projeção das noções do *ethos*, *pathos* e *logos*, assim como quais as técnicas que compõem a Argumentação no plano retórico de nossa análise.

Feitos esses esclarecimentos sobre o as projeções das imagens que o Locutor tenta estabelecer para o seu público, é evidente que, para que ele consiga os seus objetivos de maneira concreta, necessita de técnicas a serem indicadas. Desse modo, na próxima seção, focalizaremos nossa análise em apresentar as técnicas destacadas pelo Tratado da Argumentação. Antes de iniciarmos,

7.2 As técnicas argumentativas

Em nosso modelo de argumentação, o Componente Retórico constitui-se de *ethos* como elemento responsável pela projeção dos sujeitos envolvidos no ato comunicativo, assim como do próprio assunto a ser tratado, como já preconizava a Retórica dos antigos. No entanto, essas noções, para que os objetivos sejam concretizados, necessitam de técnicas mais apuradas para alcançarem os seus objetivos.

Desse modo, O Componente Retórico contará com a integração de conceitos da Retórica e Nova Retórica no que se refere ao acordo e ao estabelecimento do discurso frente aos tipos de argumento, ou seja, “beberemos da fonte” aristotélica, assim como da de Perelman e Tyteca (1996).

Nesta seção, apresentaremos, de maneira resumida, as provas apresentadas por Perelman e Tyteca (1996) no Tratado de Argumentação: a Nova Retórica. Antes de iniciarmos nosso estudo teórico sobre as técnicas, apresentaremos algumas considerações oportunas sobre a proposta de Perelman e Tyteca (1996). Embora já a tenhamos apresentado em seções anteriores, alguns pontos ainda merecem ser discutidos.

Desse modo, um desses pontos é o que se refere ao termo “auditório”. Esse conceito foi base na proposta de Perelman e Tyteca (1996), tanto que o conceito de auditório universal, uma proposta desses autores, ganhou muita repercussão e, também, muitas críticas de outros autores da argumentação. Van Eemen e Grootendortst (2001), por exemplo, propuseram (e questionaram) a legitimidade do conceito defendido por Perelman e Tyteca (1996). Os autores propõem uma abordagem pragmático-dialética da argumentação e, com isso, tentaram apresentar o problema do conceito em sua essência. A principal tese desses autores, que poderia embasar o argumento contra a noção de auditório universal, defendida por Perelman e Tyteca (1996), seria o fato de que cada falante ou escritor pode ter sua própria concepção de auditório universal. Van Eemen e Grootendortst, o conceito é vago e possibilita margem para que se pense em tantos auditórios universais quantos fossem os falantes e os escritores.

No capítulo denominado *O acordo*, na Nova Retórica, Perelman e Tyteca (1996) se dedicam à averiguação do que seria aceito como ponto de partida dos raciocínios, assim, consideram diretamente as premissas da argumentação. Os acordos pertencentes ao real são determinados conforme uma realidade preexistente; os acordos pertencentes ao preferível não são conforme uma realidade. Para Perelman e Tyteca (1996), o conceito de auditório universal e a ideia do que seja real para essa concepção de auditório são conceitos historicamente delimitados. Para os autores, a noção seria uma espécie de imagem criada pelo Locutor a partir do que sabe seus semelhantes.

Na verdade, o que se observa é que, para nós, a crítica feita por Van Eemen e Grootendortst à noção de auditório universal de Perelman e Tyteca (1996) é

descontextualizada. O que se evidencia é que a crítica ao trabalho de Perelman e Tyteca (1996) se dá devido ao fato deles empreenderem o modo argumentativo de discurso, tentando aproximar a “argumentação” e a técnicas da demonstração, em decorrência, principalmente, à ênfase que eles concedem à argumentação que, de alguma maneira, volta-se para o auditório universal como se o conceito fosse aplicado tal qual traz sua definição. Desse modo, o conceito defendido pelos autores, para nós, possibilita que se pense em várias possibilidades de perspectivas que o Locutor pode atingir no seu auditório.

O Tratado de Argumentação: a Nova Retórica, em sua terceira parte, dedica-se ao processo de compreensão de esquemas argumentativos, sendo três capítulos dedicados à análise de esquemas de ligação (os argumentos quase-lógicos, os argumentos baseados na estrutura do real, os argumentos que visam a fundar a estrutura do real), um capítulo dedicado à análise de técnicas de dissociação e, por último, um capítulo que busca analisar os esquemas de argumentos com o objetivo de proporcionar a interação dos argumentos.

Por causa disso, faremos uma breve apresentação dessas técnicas, já que elas são, para nós, fundamentais para a organização do que propomos como Componente Retórico.

7.2.1 Os argumentos quase-lógicos

O primeiro tipo de argumento são os que os teóricos denominam de argumentos quase-lógicos. O objetivo desses argumentos seria buscar sua gama persuasiva a partir dos modelos de raciocínios formais, matemáticos ou lógicos. Dessa maneira, notamos certa semelhança entre esses argumentos com os raciocínios demonstrativos, o que nos possibilita dizer que há certa aparência demonstrativa, mas apenas aparência, pelo caráter dialético que têm. Os casos em que esses argumentos aparecem são:

7.2.1.1 Argumentação pela apresentação de incompatibilidade

Nessa parte, Perelman e Tyteca (1996) destacam que existem técnicas que possibilitam apresentar teses como incompatíveis e técnicas que visam à

compatibilidade. No que tange às teses incompatíveis, há duas formas de vê-las. No primeiro caso, há argumentos que têm como objetivo afirmar que, de duas teses que se excluem, ao menos uma é sempre aplicável, o que tornaria inevitável o conflito com a outra tese, contanto que fossem aplicáveis ambas a um mesmo objeto. Resumindo esse tipo de argumento, poderíamos tê-lo quando pensamos, por exemplo, que um determinado indivíduo tem um série de argumentos, obviamente que, de forma direta, podemos considerar que todos esses argumentos se constituem como um único sistema. Assim, duas possíveis afirmações dessa pessoa, em situações distintas, podem se constituir como incompatíveis. Além desse tipo de argumento, há também os que servem para proceder à ampliação do campo de aplicação de uma regra, que serve mais para propiciar uma espécie de generalização dos argumentos. Há também os argumentos que servem para opor uma regra às condições ou consequências de sua afirmação. Outra situação em que esse argumento se sustenta é o de mostrar que um determinado ato empregado para atacar uma regra é incompatível com o princípio que sustenta o ataque, seria como aplicar a regra a ela mesma. Já com relação ao segundo grupo de argumentos, podemos destacar as seguintes situações: dividir o objeto no tempo e dividir o objeto.

7.2.1.2 Argumentação a partir do ridículo

Na obra de Perelman e Tyteca (1996), o ridículo também tem uma função determinada na argumentação. Segundo o autor, a mais caracterizada argumentação quase-lógica por intermédio do ridículo consistirá, de certa forma, em admitir uma determinada tese oposta à que se defende. Outra circunstância em que se observa esse tipo de argumento seria na apresentação das consequências deles, assim como mostrar a incompatibilidade destas com o que realmente se crê e em pretender passar para a sustentação da tese a ser defendida.

O que se percebe é que, nesse tipo de argumento, temos a presença da ironia, com o objetivo de começar a dar a entender o contrário do que se pretende defender, o que se evidencia uma argumentação indireta. Para exemplificar esses argumentos, Perelman e Tyteca (1996) usam o planfeto no qual começam a admitir como fundamentadas as objeções alegadas contra a veracidade do texto bíblico.

7.2.1.3 Argumentação pela definição

Nos argumentos destinados para a definição, Perelman e Tyteca (1996) nos dizem que definições distintas de um mesmo termo de uma linguagem natural mostram o caráter argumentativo de uma determinada definição. Desse modo, essas definições podem ser justificadas com ajuda de argumentos, como podem, em si mesmas, ser argumentos. O que se nota é que, quando ocorre uma argumentação por definição, objetiva-se ser favorável a esse definição.

7.2.1.4 Argumento por tautologia

Nessa parte do seu trabalho, Perelman e Tyteca (1996) analisam as tautologias e as contradições na argumentação. Para isso, os autores usam a busca do pensamento tautológico simples, como uma frase como “um tostão é um tostão” por ela ser de uma argumentatividade *quase-lógica*, já que, de imediato, os termos são tratados como suscetíveis de se identificarem ou, quem sabe, de se excluírem. Mesmo assim, a frase pode, após interpretações, revelar diferenças.

7.2.1.5 Argumentação por regra de justiça

Nessa parte, Perelman e Tyteca (1996) trataram dos argumentos que buscam fazer com que se tenha a aplicabilidade de um tratamento idêntico a seres ou determinadas situações que podem ser pertencentes à mesma categoria. Exemplo bem prático desse tipo de argumento é quando se apresenta uma coerência de conduta de um determinado político. Nesse caso, tem-se uma regra de justiça sendo aplicada.

6.1.2.5 Argumentação por relações recíprocas

No subtópico *argumentos de reciprocidade*, os autores tentaram apresentar uma base teórica com o objetivo de aplicar o mesmo tratamento a situações correspondentes. Um, exemplo desse tipo de argumento seria “não façam a outrem o que não gostam que te fizessem”. Os autores destacam o fato de sempre estarmos preparados para a aplicação de simetria de situações que, de certa forma, podem servir de argumento, quando o Locutor se refere a situações hipotéticas.

7.2.1.7 Argumento pelo recurso à transitividade

Outro tipo de argumento quase-lógico é o que lida com estruturas argumentativas por transitividade. Estas seriam relações que se constituem entre o Locutor e o seu discurso, podendo ter relação de superioridade, de igualdade, de ascendência e de inclusão. Dessa forma, as relações se estabelecem a partir do modelo que visa estabelecer um sentido de transitividade, que se expressa com estruturas linguísticas como “maior do que”, “mais pesado do que”, “mais extenso do que”, entre outros exemplos similares. Exemplo desse tipo de estrutura argumentativa pode ser a frase “os amigos de nossos amigos são nossos amigos”, em que a relação estabelecida é de transitividade.

7.2.1.8 Argumento por inclusão da parte no todo

Nesse tipo de argumento, Perelman e Tyteca (1996) discutem as formas argumentativas responsáveis por estabelecer uma relação de igual a cada uma das partes que compõem um todo. Assim, podemos, sem problema, pensar na estrutura argumentativa que se fundamenta pela proposição “o que vale para o todo vale para a parte”, que se configura, de certa forma, como uma busca de generalizar a relação que se estabelece entre o enunciado produzido e o seu sentido.

7.2.1.9 Argumento pela divisão do todo em suas partes

No subtópico A divisão do todo em suas partes, os autores estabelecem relações de inclusão que visam demonstrar a divisão das partes gerais (do todo) que constituem o enunciado em várias partes. Na verdade, Perelman e Tyteca (1996) buscam, a partir do reconhecimento do todo, provar a existência de partes que constituem o discurso. Desse modo, a fim de comprovar a veracidade dos argumentos, o Locutor busca provar que, apresentando-se as partes que compõem a estrutura argumentativa, tem-se o todo. Exemplo prático desse tipo de argumento seria a tentativa de dizer que uma nação está em crise. Para se provar isso, o Locutor demonstraria quais os estados (as partes) que, de fato, estariam danificadas economicamente. A comparação dessas partes é que possibilitaria dizer a constituição do argumento. Nesse tipo de argumento, temos a apresentação do dilema, que seria uma forma de argumento em que se examinam, em

sua essência, duas possibilidades de hipóteses com o objetivo de concluir que, seja qual for a escolha, chega-se facilmente a uma dada conclusão.

7.2.1.9 Argumentação pela comparação

Perelman e Tyteca (1996) analisam os argumentos que poderiam propiciar uma relação comparativa. Assim, os autores objetivavam estabelecer comparações propícias a estabelecer juízo de semelhança ou, em última análise, de analogia. Desse modo, podemos ter critérios para o conhecimento desses argumentos, embora eles possam, dependendo da situação, sem mediação efetiva. Podemos ter elementos comparativos do tipo *pesado x leve* (ideia de oposição), estruturas quantitativas como “é mais pesado que” (ideias de ordenação), estruturas quantitativas, entre outros.

7.2.1.10 Argumento pelo sacrifício

Perelman e Tyteca (1996) abrem uma seção no Tratado para analisarem como se constitui o processo de argumentação pelo sacrifício. Para isso, forma-se uma espécie de estrutura comparativa em que o principal foco é o de apresentar os tipos de sacrifício que o Locutor pode ter para chegar a obter êxito nas ações a serem tomadas. Esse tipo de argumento apresenta-se de forma simples e comum nos hábitos sociais e, por isso, mede-se até que ponto o valor atribuído ao sacrifício pode atingir o público (auditório). Para que esse tipo de argumento tenha uma fundamentação lógica, pode-se ter hipóteses a serem seguidas, dependendo do auditório.

7.2.1.11 Argumentação pelo recurso às probabilidades

Nesse tipo de argumento, busca-se averiguar as evidências concretas dos argumentos a partir das probabilidades que um texto possui, por exemplo, de ser modificado, levando-se em consideração o número de cópias as quais o separariam da versão original.

Para efeito de síntese, podemos apresentar um quadro que resume os argumentos quase-lógicos de maneira bem objetiva:

Técnicas Argumentativas	
Argumentos quase-lógicos	Argumentação pela incompatibilidade
	Argumentação por definição
	Argumentação por tautologia
	Argumentação pela regra de justiça
	Argumentação pelo recurso às relações recíprocas
	Argumentação pelo recurso à transitividade
	Argumentação pela inclusão da parte no todo
	Argumentação do todo em partes
	Argumentação pela comparação
	Argumentação pelo sacrifício
	Argumentação pelo recurso às probabilidades

Quadro 4- Os tipos de argumentos quase-lógicos na perspectiva de Perelman e Tyteca (1996)

Ciente da importância desses tipos de argumentos, apresentaremos, a seguir, os argumentos que têm como base a estrutura do real.

7.2.1 Argumentos baseados na estrutura do real

Outros tipos de estruturas argumentativas são relacionadas à relação entre a argumentação e a estrutura do real. Nesse tipo de argumento, o Locutor apresenta raciocínios baseados no que, de fato, considera-se como real. O que, de fato, diferencia os argumentos quase-lógicos dos argumentos baseados na estrutura do real, segundo Perelman e Tyteca (1996), seria o fato de aqueles tipos de argumentos terem a pretensão de certa validade em virtude de seu aspecto racional, derivado da relação mais ou menos existente entre eles e certas fórmulas lógicas ou matemáticas. Já os argumentos baseados na estrutura do real valem-se da busca da realidade para estabelecer solidariedade entre juízos admitidos e outros que se procura promover.

Perelman e Tyteca (1996) dividiram os argumentos baseados na estrutura do real conforme à maneira como eles se aplicam a situações argumentativas diversas.

Desse modo, temos argumentos relacionados à ligação de sucessão e à coexistência. Nos primeiros tipos, tem-se a união do fenômeno às suas consequências ou, em último plano, às suas causas; já com relação aos segundos tipos, tem-se a união entre uma pessoa e os seus atos, uma dada essência e as suas manifestações e, por último, um determinado grupo aos seus indivíduos. Iniciaremos falando dos argumentos responsáveis pelas relações de sucessão.

7.2.2.1 Argumentação pelo recurso ao vínculo causal

Nesse tipo de argumento, Perelman e Tyteca (1996) alertam para a importância desses tipos de estruturas argumentativas e a alegação dessa importância se fundamenta em destacar o quanto se pode ter de estruturas baseadas ao vínculo causal, pois, segundo os autores, esses argumentos seriam bastante numerosos e variados. Os autores apresentam possibilidades de ter esse tipo de variação argumentativa nas estruturas mais voltadas para o causal:

- a) Argumentações que tendem a relacionar dois acontecimentos sucessivos por meios de um vínculo causal;
- b) Argumentações que, sendo dado um acontecimento, tendem a descobrir a existência de uma causa que pode determiná-lo;
- c) Argumentações que, sendo dado um acontecimento, tendem a evidenciar o efeito que dele deve resultar.

A argumentação centrada na causa supõe, quando se trata de atos humanos, que estes são racionais. Assim, Perelman e Tyteca (1996) Tyteca defendem que, de alguma maneira, dificilmente será admitido que alguém tenha agido de uma certa maneira, caso o acusador não explique as razões do comportamento alegado. Assim, esses argumentos são, pois, calcados em tentar afastar tudo quanto parece muito pouco provável de ter ocorrido, dependendo da ocasião e da situação. Na verdade, admite-se que, de alguma maneira, todo acontecimento tem uma causa e, desse modo, terá também consequências.

7.2.2.2 Argumentos pragmáticos

Entendem-se como argumentos pragmáticos os que permitem apreciar um ato ou um acontecimento consoante suas consequências favoráveis ou desfavoráveis. De acordo com Perelman e Tyteca (1996), esses argumentos desempenham um papel fundamental na argumentação, pois alguns autores quiseram ver nele o esquema único da lógica de valor, já que, para apreciar um determinado evento, deve-se reportar-se aos seus efeitos.

Muitas vezes, os argumentos de cunho pragmático se desenvolvem mesmo sem termos uma pretensão expressa por parte do Locutor. Assim, esses argumentos, nessas situações, podem ocorrer sem dificuldades, já que as transferências para a causa, do valor para as consequências, ocorrem sem problemas. Não se pode deixar de falar da importância que as consequências exercem sobre os argumentos pragmáticos. Isso se dá pelo fato de elas, mesmo sendo presentes ou futuras, terem uma importância direta na argumentação e nas ações. Em algumas situações, o tipo de argumento pragmático não requer, para ser aceito pelo senso comum, justificção. Segundo Perelman e Tyteca (1996), um ponto de vista oposto, cada vez que é defendido, necessita, ao contrário, de uma argumentação. Quando uma constatação fato-consequência é observada, para esse tipo de argumento pragmático, tem-se uma argumentação válida, seja qual for a legitimidade de sua própria ligação.

Um ponto importante desse tipo de argumento é que o argumento pragmático não transfere uma dada qualidade da consequência para a causa. Ele permite passar de uma ordem de valores a outra, passar de um valor inerente aos frutos a outro valor inerente à árvore, como dizem Perelman e Tyteca.

7.2.2.3 O vínculo causal como relação de um fato com sua consequência ou de um meio com um fim

Os argumentos considerados como vinculados ao causal, com relação de um fato com sua consequência ou, também, de um meio com um fim, buscam analisar a valorização dada a um determinado acontecimento, de acordo com as consequências dele resultante. Nesse tipo de argumento, Perelman e Tyteca (1996) buscaram analisar de que maneira se constitui a interpretação dada a uma determinada consequência. Por causa disso, os autores consideraram que, em uma determinada situação, caso o objetivo fosse minimizar, de alguma forma, um efeito, essa ação seria apresentada como uma

consequência que, desse modo, decorreria de um acontecimento de modo involuntário. Todavia, caso o objetivo fosse o inverso, ou seja, maximizar um efeito, com o propósito claro de se valorizar a importância dele, essa ação seria apresentada com um fim específico.

Nesse contexto, algumas situações podem ser desenvolvidas nesse tipo de estrutura argumentativa. Na verdade, pode-se considerar a distinção entre os fins e as consequências, a qual possibilita, de alguma forma, imputar a um determinado Locutor apenas certos efeitos de seus atos. Podemos destacar também a possibilidade de um mesmo fato ter várias consequências, o que possibilitaria um “combate” entre essas estruturas, sendo que as consequências não almejadas poderiam vir a prevalecer sobre os fins desejáveis de uma conduta.

7.2.2.4 Argumentação baseada nos fins e nos meios

Nos argumentos que tomam como base os fins e os meios, Perelman e Tyteca (1996) consideram o modo como esses fins e esses meios se apresentam. Na proposta dos autores, considera-se que alguns fins são mais desejáveis conforme os meios para realizá-los sejam mais fáceis. Em outras situações, os meios podem tornar-se um fim que será perseguido por si mesmo. Já em outras situações, em especial na vida dita social, é o acordo sobre um meio, apto a realizar fins divergentes, que conduz a constituir-lo num fim independente.

Os autores consideram ainda a possibilidade de termos a substituição de fins, com vistas a valorizar o meio. Nessa situação, pode ocorrer a redução à escolha do fim mais favorável à argumentação, sem que se pretenda a primazia de um deles.

7.2.2.5 Argumentação baseada no desperdício

Nesse tipo de argumentos, os autores defendem a sucessão dos acontecimentos, das situações, de uma maneira que, sem excluir necessariamente a ideia de causalidade, não a coloca no primeiro plano. Assim, Perelman e Tyteca (1996) defendem que os argumentos do desperdício consistem em dizer que, uma vez que já se começou uma obra, que já se aceitaram sacrifícios. Desse modos, para os autores, em algumas

situações, os argumentos do possível e do fácil, de certa forma, podem se relacionar com o argumento do desperdício.

7.2.2.6 Argumentação baseada numa direção

Nesse tipo de argumento, Perelman e Tyteca (1996) apresentam-nos a técnica em que ocorre a decomposição de um fim em muitas etapas. Segundo os autores, é possível decompor a busca de um fim em várias etapas e, a partir disso, pode-se analisar a situação em que esse procedimento se transforma: o ponto de vista será ao mesmo tempo parcial e dinâmico. É por isso que os autores buscam responder à pergunta: aonde se quer chegar? Desse modo, essa estratégia de decompor etapas pode se tornar um procedimento produtivo e, assim, muito positivo em prol de uma medida considerada capital numa direção que se deseja. Outrossim, o argumento de direção consiste, segundo os autores, essencialmente, no alerta contra o uso do procedimento das etapas. Para explicar isso, os autores usam a analogia do cidadão que, por algum motivo, ceder uma vez, deverá ceder um pouco mais da próxima e, assim, não se sabe aonde chegará.

7.2.2.7 Argumento por separação

Nos argumentos baseados na separação, Perelman e Tyteca (1996) buscam apresentar a importância de estruturas argumentativas que insistem na possibilidade de continuar em um determinado sentido. Esclarecendo isso, para os autores, esses argumentos de superação apresentam-se contrários, de alguma maneira, aos argumentos de direção. Essa diferença se dá devido ao fato de os argumentos de superação tentarem continuar um sentido sem que se estabeleça um limite de direção.

Para os autores, essa concepção argumentativa possibilita a transformação de argumentos contrários em argumentos favoráveis, o que acarreta a indicação de verdadeiros obstáculos como um meio para chegar a um estágio superior. No entanto, os autores ainda indicam a possibilidade de termos a refutação da argumentação pela superação que, segundo eles, encontra-se na constatação de que é impossível ir indefinidamente na direção preconizada, seja porque se chega a um absoluto, seja

porque se chega a uma incompatibilidade. Outra situação destacada pelos autores é quanto ao interesse para os ouvintes, já que, segundo os autores, bem mais do que o termo final de uma dada direção, sempre fugidia, o que interessa, de verdade, é o valor que essa argumentação confere a certos termos situados aquém e sobre os quais versa, na realidade, o debate.

Para isso, eles destacam algumas estratégias e uma delas seria o uso de hipérboles e o uso das lítotes. A primeira, como sabemos, é uma maneira de exprimir uma argumentação exagerada. Ela estabelece as diferenças entre a argumentação habitual, pois lança o seu teor argumentativo de forma brutal, informando o auditório acerca de uma determinada direção a que se pretende chegar.

A lítotes serve para exprimir o que serve para enfraquecer deliberadamente o pensamento. Dessa maneira, ela apresenta-se como o par opositivo da hipérbole. Devemos destacar o fato de os autores apresentarem essa lítotes como sendo um dos recursos argumentativos capazes de se processar de forma negativa, com assertivas com valor bastante apreciado, como em “é bastante bom”.

Além de todos esses argumentos baseados na sucessão, temos também os que se baseiam na coexistência. Nestes tipos de argumentos, os termos cotejados unem duas realidades de nível desigual, opondo-se, dessa forma, aos argumentos de sucessão, que objetivavam ter fenômenos num mesmo plano. Assim, apresentaremos os argumentos de coexistência destacados pelos autores:

7.2.2.8 argumentação baseada na pessoa e nos atos

Nessa seção do Tratado, os autores dedicam-se a determinar de que maneira os atos podem influenciar as pessoas e, também, de que forma as pessoas interferem nos atos. Na verdade, a relação que se determina entre esses elementos se constitui do ato sobre um determinado agente e se tenta modificar constantemente a concepção de pessoa, em se tratando de novos atos que atribuímos ou de atos antigos.

Para Perelman e Tyteca (1996), atos e pessoas têm uma participação análoga na argumentação, conquanto haja a preponderância de atos mais recentes. Para eles, o ato pode ser um dos elementos que, com certeza, possibilita a construção da imagem de

uma pessoa. Ele pode também fazer com que esta seja classificada em outras categorias às quais se possibilitam certas qualificações. Não se pode deixar de falar que, na visão dos autores, um valor atribuído a um ato nos incita a atribuir um certo valor à pessoa, mas não se trata de um valor indeterminado. Para eles, se um ato acarretar uma mudança de valor, esta é correlativa a um remanejamento de nossa concepção de pessoa.

Uma situação que pode ser comum a esses argumentos é quanto à possibilidade de termos a valorização ou a desvalorização de uma pessoa. Para isso, a pessoa serve como elemento intermediário que possibilita passar de atos desconhecidos para atos conhecidos. Assim, outra situação que deve ser considerada quanto aos atos e suas relações com as pessoas é no que diz respeito à participação dos atos passados e os efeitos por eles produzidos, pois esses dois elementos vêm adquirir uma espécie de consistência que, de alguma maneira, pode formar um auditório passivo ou ativo.

7.2.2.9 Argumento de autoridade

Na seção sobre o argumento de autoridade, os autores retomam a importância dos argumentos de prestígio para, em seguida, estabelecerem a importância dos argumentos de autoridade. Eles defendem que uma determinada assertiva, quando proferida por um ser com honra, dependerá da opinião que se tem desse sujeito para atribuí-lo mesmo como ser com honra e, desse modo, seus argumentos serem interpretados como válidos e verdadeiros. Caso contrário, teremos argumentos inconsistentes, fracos, do ponto de vista das técnicas. Dessa forma, segundo os autores, uma argumentação é classificada como fraca, e mesmo cômica, não em razão do esquema que a embasa, mas porque é uma argumentação pelo modelo, empregada fora de suas condições de aplicação.

O que se nota é a busca dos autores em destacar a importância desses argumentos e, assim, refutar o pensamento positivista que, de alguma maneira, tentaram atacar os argumentos retóricos em forma de autoridade, pelo fato de esses procedimentos argumentativos terem sido amplamente difundidos em pesquisas científicas. Para Perelman e Tyteca (1996), os argumentos de autoridade são de importância fundamental. Quase sempre, esses argumentos são postos à prova por haver

o questionamento da personalidade que se dirige ao auditório. Por causa disso, tem-se sempre a formação de uma espécie de preocupação em determinar, quase que em forma de diagnóstico, as autoridades sobre as quais recai a verdade em suas falas e, também, as autoridades cujas falas são vistas como inverdades.

As autoridades procedem de forma diferente, por isso podemos ter vários tipos delas. Assim, pode-se ter esse tipo de argumento, por exemplo, em situações como “parecer unânime”, “opinião comum”, “os Padres da igreja”, “os profetas”, “os filósofos”. Essas entidades de autoridade podem, dependendo da situação, ser mais amplas, como a “Física”, “a História”, “a Linguística”, entre outras possibilidades de ciências.

7.2.2.10 Argumentação baseada nas técnicas de ruptura e de refreamento opostas à interação atos-pessoa

Os argumentos que proporcionam ou rompem ou refreiam a interação entre o ato e a pessoa são colocadas em prática quando há incompatibilidade entre o que se julga da pessoa e o que se pensa do ato. Dessa maneira, a melhor forma de impedir a reação do ato sobre o agente é considerar este um ser perfeito, tanto para a bondade quanto para a maldade. No caso contrário, ou seja, considerar a técnica mais produtiva para impedir a ação do ato sobre o agente se dá a partir da consideração deste último como uma verdade ou a expressão de um fato. Essas estratégias receberam a designação de técnicas de ruptura.

Perelman e Tyteca (1996) consideram que os casos em que a pessoa ou pessoa sobre o ato é completamente rompida são relativamente raros na prática argumentativa, uma vez que são casos considerados extremos. A maior parte das técnicas neles utilizadas, consoante os autores, não objetivam suprir, mas restringir essa ação, por causa disso elas recebem a designação de técnicas de refreamento. Nesse contexto, uma das técnicas de refreamento muito usadas são as que se baseiam no preconceito, ou melhor, na prevenção. Isso porque se interpreta e se julga um determinado ato em função do agente, fornecendo um contexto que permite compreender melhor esse ato. Assim, os autores chegam a defender que, como a prevenção, o preconceito, favorável ou desfavorável, tem, muito amiúde, o efeito de cegar-nos sobre o valor do ato, de

transferir para estes outros valores provenientes do agente. Abster-se do preconceito seria operar uma ruptura salutar entre o ato e a pessoa.

7.2.2.11 Argumentação considerando o discurso como ato do Locutor

Nessa parte do Tratado, Perelman e Tyteca (1996) dão uma atenção especial para a relação entre o discurso e o Locutor. Na verdade, os autores buscam apresentar o discurso como um ato próprio do Locutor. Defendem os autores que, entre o ato e a pessoa, o discurso, como ato do Locutor, merece atenção particular. Essa atenção se justifica na proposta dos autores tanto porque o discurso é a manifestação por excelência da pessoa, quanto porque a interação entre o Locutor e o discurso desempenha um papel fundamental na argumentação. Essa interação entre o Locutor e o discurso seria, para os autores, uma das características da argumentação e o que a faz se diferenciar da demonstração, tema tão debatido no Tratado e, também, em nossa tese.

As palavras, mesmo sendo de diversificadas pessoas, dentro do panorama Locutor-discurso, ganham significações diversas, pois esses autores levam em conta o fato de um discurso sempre se reportar a discursos de pessoas alheias, de outros discursos anteriores para a constituição de um discurso presente ou futuro. Desse modo, as pessoas repetem informações, de maneira nova, ainda que seja pelo grau de importância que lhes concede.

Os autores ainda consideram a importância do discurso e a construção da imagem do Locutor a partir dele. Para os autores, levando em conta as relações que existem entre a opinião que se tem do Locutor e a maneira pela qual se julga seu discurso, os antigos mestres de retórica tiraram daí conselhos práticos, recomendando aos Locutores darem uma impressão favorável de suas pessoas, atraírem a estima, a benevolência, a simpatia de seu auditório.

7.2.2.12 Argumentação por grupo e seus membros

Na seção *O grupo e seus membros*, Perelman e Tyteca (1996) buscam apresentar os argumentos que estabelecem uma dada ligação entre uma pessoa e seus atos. Os autores alegam que seria lícito considerar que a ligação entre a pessoa e seus atos, com

todas as argumentações que pode suscitar, seria o protótipo de uma série de vínculos que ensejam as mesmas interações e se prestam às mesmas argumentações.

Assim, o valor do grupo reflete diretamente em seus membros, e isso acarreta uma argumentação, se usada de forma devida. Também não se pode negar o valor que um indivíduo pode ter sobre seu grupo. O prestígio deste, em muitos casos, favorece a propagação de ideias, costumes e modas.

O processo de argumentação do grupo e de seus membros não se constitui de forma simples, é mais complexa, por exemplo, do que a argumentação das pessoas com os seus atos. Isso se dá devido ao fato de um mesmo indivíduo poder participar de vários outros grupos, e isso torna mais complexo o processo argumentativo. Além disso, devemos considerar o fato de certos grupos serem considerados por todos, por serem, justamente, grupos familiares, partidários, profissionais, entre outros. Assim, numa escola, por exemplo, podemos ter subdivisões de vários tipos de grupos que a constituem e, com certeza, vários tipos de sujeitos que dela participarão.

Outro ponto que merece ser mencionado quanto ao uso desses argumentos diz respeito à atitude dos membros de um grupo ou, até mesmo, à atitude de estranhos. Estes têm certa tendência a considerar que podem transitar em vários grupos sociais que forem de direito, o que acaba dificultando uma identidade e, desse modo, uma argumentação. Nesse contexto, a interação que há entre um sujeito e o seu grupo pode ser usada, adequadamente ou não, como ferramenta para valorizar ou desvalorizar um indivíduo, ou até mesmo um grupo.

O que se nota é que certas atitudes do líder de um grupo podem acarretar o prejuízo da veracidade do peso dos argumentos de todos os membros. O valor do ato depende, segundo os autores, do prestígio do indivíduo; o valor do indivíduo depende do valor que se atribui ao grupo.

7.2.2.13 Argumentação por outras ligações de coexistência, o ato e a essência

Na seção *Outras ligações de coexistência, ato e a essência*, Perelman e Tyteca (1996) desenvolvem o pensamento filosófico que fundamenta sua base teórica. Assim, reflexões mais apuradas de filosofia, destacando os argumentos que podem apresentar

relações entre os atos e os indivíduos são considerados a partir da essência das coisas nesses atos.

Assim, sempre que se reportar a objetos, seres, um estilo, um regime, ou outro tipo de entidade, tem-se um tipo de argumento que visa agrupar, de forma abrangente, elementos que caracterizam uma dada época, um regime ou uma estrutura. Ademais, os acontecimentos que podem caracterizar uma determinada época podem condicionar os tipos de grupos existentes nessa época, assim como seus membros.

Com relação à essência, que é elaborada pela filosofia, é não obstante familiar ao pensamento do senso comum, de acordo com os autores. Na verdade, essa noção se relaciona diretamente às suas relações com tudo quanto o senso comum expressa e, por isso, ela é concebida com base no modelo de relação da pessoa com seus atos. Os autores advogam que a partir de certos atos característicos chega-se a poder estereotipar alguém como herói, ou até estabilizar aspectos característicos da pessoa. O recurso à noção de essência, no pensamento dos autores, permite fazer com se conduza um processo argumentativo a considerar uma série de acontecimentos variáveis a uma estrutura estável, que seria única a ter uma determinada importância.

7.2.2.14 Argumentação por ligação simbólica

Nesse tipo de técnica, Perelman e Tyteca (1996) fazem a distinção entre a ligação simbólica de outros modos, como a ligação de sucessão e de coexistência. Na verdade, os autores julgaram útil aproximar a chamada ligação simbólica das ligações de coexistência. Para isso, eles levaram em conta as diferenças entre o signo e o símbolo. O símbolo não é meramente convencional, pois tem um significado e um determinado valor representativo. Outrossim, o vínculo simbólico, para os autores, é encarado como fazendo parte do real, mas ele não se refere a uma determinada estrutura deste último. Eles defendem que a ligação simbólica acarreta transferências entre símbolo e simbolizado. Para isso, argumentam que, quando a luz, a bandeira, a pessoa do rei são encaradas como símbolos do cristianismo, por exemplo, essas entidades despertam uma relação de amor ou de ódio, uma veneração ou desprezo. Uma das conclusões que os autores buscam passar nessa parte do Tratado é que as técnicas de ruptura ou de refreamento entre ato e pessoa não poderão ser utilizadas quando o ato é

considerado simbólico, porque tais técnicas implicam certa racionalidade. Isso nos permite defender que, de certa forma, no processo de argumentação, ter noção de que uma coisa e tudo o que ela invoca têm natureza simbólica. Não se pode esquecer, que o símbolo, muitas vezes, é mais concreto e pode ser manipulável.

7.2.2.15 O argumento de hierarquia dupla aplicado às ligações de sucessão e de coexistência

As técnicas relacionadas às hierarquias são apresentadas, na proposta de Perelman e Tyteca (1996), como se fizessem parte dos acordos que servem de premissas ao discurso. Os autores defendem que, em algumas circunstâncias, podemos argumentar a propósito dessas técnicas. Com o objetivo de que isso seja concretizado, diversos argumentos podem ser usados, sempre se considerando o fato de o Locutor estabelecer que seu norte será uma correlação entre os termos estabelecidos em uma determinada hierarquia discutida e uma hierarquia aceita, uma vez que podemos ter uma hierarquia servindo de modelo e outras vinculando-se a esta última.

Essa relação de duas hierarquias, muitas vezes, apresenta-se de forma implícita no processo argumentativo, e isso se dá devido ao fato de, por trás de cada hierarquia, ter-se outra sendo delineada. Esse recurso de estabelecer hierarquias nos argumentos é uma estratégia que faz com que o Locutor, sem que perceba, espontaneamente possa sustentar a sua afirmação. Um ponto que os autores destacam é o fato de uma hierarquia não poder ser descrita e nem fundamentada por meio de elementos homogêneos, quantificáveis e mensuráveis.

Algumas situações podem estabelecer, dependendo dos objetivos do Locutor, uma relação de hierarquia de argumentos: causas e efeitos, acordos prévios sobre a estrutura hierárquica da sociedade, extrapolação de uma hierarquia, relações de coexistência entre as hierarquias, entre outras.

Os autores consideram a existência de possibilidade de várias hierarquias entre os argumentos, tanto que um terceiro argumento pode ser percebido com o objetivo de, quase sempre, confirmar os encadeamentos estabelecidos por níveis hierárquicos diferentes ao longo de um processo argumentativo.

O que se nota nesses argumentos é que eles podem ter duas naturezas: uma quantitativa e outra qualitativa, se estivermos falando de argumentos baseados em hierarquias duplas. Assim, pode ocorrer que uma delas seja qualitativa, mas que se apresente também de forma quantitativa.

7.2.2.16 Argumentos concernentes às diferenças de grau e de ordem

Nos argumentos que estabelecem as diferenças entre o grau e a ordem, levam-se em conta os argumentos anteriores, baseados nas hierarquias duplas, pois estas têm a possibilidade de estabelecer o teor qualitativo e quantitativo. Na verdade, quando os autores iniciam a seção apresentando reflexões sobre o tom quantitativo e qualitativo das hierarquias, eles estão querendo focalizar o estabelecimento das relações mais numéricas existentes nesses procedimentos técnicos da argumentação.

Desse modo, as hierarquias quantitativas são apresentadas a partir de suas diferenças numéricas, com o estabelecimento das divergências entre o grau ou de intensidade, sem que ocorra entre um termo e o seguinte um corte devido ao fato de se passar a outra ordem.

Assim, a diferença entre grau e ordem, segundo os autores, fica bem assinalada, por exemplo, na frase de Ninon de Leclos, que contavam que São Dionísio, decapitado, teria percorrido três quilômetros carregando sua cabeça: “é só o primeiro passo que custa”. Para os autores, a resposta é espirituosa porque salienta o valor eminente de uma diferença de ordem em relação a uma diferença de grau.

No pensamento dos autores, a introdução de considerações relativas à ordem tem efeito de minimizar as diferenças de grau, de igualar mais ou menos os termos que só diferem entre si pela intensidade e de acentuar o que os separa de termos de outra ordem. Eles defendem ainda que pode haver a transformação de diferenças de grau que, de certa forma, produz um efeito inverso.

De forma objetiva, podemos resumir os argumentos baseados na estrutura do real, sejam eles por ligações sucessivas quanto por ligações de coexistência, no quadro abaixo:

Técnicas Argumentativas		
Argumentos baseados na estrutura do real	Ligações de sucessão	Argumentação baseada no vínculo casual
		Argumento pragmático
		Argumentação do vínculo casual como relação de um fato com sua consequência ou de um meio com um fim
		Argumentação pelos fins e os meios
		Argumentação pelo desperdício
		Argumentação pela direção
	Ligações de Coexistência	Argumentação pela superação
		Argumentação pela pessoa e seus atos
		Argumentação pela interação entre o ato e a pessoa
		Argumentação pelo argumento de autoridade
		Argumentação pelas técnicas de ruptura e de refreamento opostas à interação ato-pessoa
		Argumentação baseada no discurso como ato do Locutor
		Argumentação baseada no grupo e nos seus membros
		Argumentação baseadas em outras ligações de coexistência, o ato e a essência
		Argumentação baseada em ligação simbólica
		Argumentação baseada na hierarquia dupla aplicada às ligações de sucessão e de coexistência
		Argumentação baseada em argumentos concernentes às diferenças de grau e de ordem

Quadro 5- Técnicas argumentativas baseadas na estrutura do real

Observando-se as técnicas que fundamentam a estrutura do real, apresentadas acima, passemos às ligações que fundamentam a estrutura do real.

7.2.3 As ligações que fundamentam a estrutura do real

Perelman e Tyteca (1996) dividem os argumentos responsáveis por fundamentar a estrutura do real em dois tipos básicos: os fundamentados pelos casos particulares e os fundamentados por analogias. Desse modo, iniciaremos apresentando os primeiros tipos

7.2.3.1 Argumentação pelo caso particular

7.2.3.1.1 A argumentação pelo exemplo

Nessa seção, Perelman e Tyteca (1996) nos apresentam a importância do exemplo na argumentação. Para os autores, o exemplo constitui um princípio que serve, quase sempre, para fundamentar uma determinada regra, o que pode facilitar uma generalização.

Na verdade, a argumentação pelo exemplo implica certo desacordo acerca de uma dada regra particular que o exemplo é chamado a fundamentar. É nesse ponto que se pode dizer que a argumentação pelo exemplo busca generalizar a partir de casos particulares. O Locutor tenta apresentar o exemplo particular com o objetivo de estabelecer no auditório certas conclusões.

Um ponto que fundamenta esse tipo de argumento são as exposições em que o Locutor manifesta sua intenção de que, de alguma forma, os fatos apresentados sejam entendidos como verdadeiros e, dessa maneira, possibilitem a argumentação. Não se pode esquecer que esses exemplos devem estar contextualizados, uma vez que, isolados, são informações desconexas e imprecisas.

Para que se possa argumentar de maneira produtiva, Perelman e Tyteca (1996) defendem a possibilidade de, com a apresentação de exemplos, irmos do caso particular ao particular, situação em que não há nenhuma regra anunciada, ou do exemplo à regra, quando esta está nítida no processo argumentativo.

Outro ponto que merece ser comentado é a importância que os autores dão à linguagem nos argumentos baseados pelo exemplo, pois é por intermédio da linguagem que se tem definições precisas sobre os fenômenos, as coisas e os seres. Sobre isso, os autores deixam claro que argumentar pelo exemplo seria considerar que, em uma dada

situação, quando dois fenômenos são subsumidos sob um mesmo conceito, a assimilação deles parece resultar da própria natureza das coisas, ao passo que a diferenciação deles parece necessitar de uma justificação. Assim, para os autores, a argumentação pelo exemplo apresenta um caso possível em que o sentido e a extensão das noções são influenciados pelos aspectos dinâmicos de seu emprego.

7.2.3.1.2 Argumentação pela ilustração

A ilustração é um tipo de estratégia argumentativa que difere do exemplo em razão do estatuto da regra que uma e outro servem para apoiar. Assim, o primeiro fundamenta-se na regra e, diferentemente, a ilustração fundamenta-se em reforçar a adesão a uma regra concebida e aceita, fornecendo casos particulares que esclarecem o enunciado em geral.

O que se percebe é que a ilustração objetiva fazer com que a adesão a uma regra conhecida seja aceita. Desse modo, o exemplo apresenta-se, em termos argumentativos, como um algo incontestável, já que é ele quem fundamentará a regra. Já a ilustração apresenta-se como uma estratégia que possibilita a dúvida.

Com a ilustração de um dado argumento, pretende-se que uma regra abstrata qualquer possa se tornar concreta, possibilitando a construção de uma imagem. No entanto, a ilustração não tende a substituir o abstrato pelo concreto, nem transpor as estruturas para outra área. Para os autores, a ilustração tem como objetivo, dependendo dos propósitos do Locutor, facilitar a compreensão da regra.

6.2.3.1.3 Argumentação por modelo e por antimodelo

Nessa seção, os autores buscam apresentar a importância do modelo (e do antimodelo) para a constituição da argumentação. Nesse contexto, eles visam apresentar determinados papéis de um comportamento particular de argumentação e, dessa forma, o propósito seria fundamentar ou ilustrar uma regra geral, estimulando a uma ação nela inspirada.

Na verdade, o modelo pode ser interpretado como algo que vai além do exemplo. Além disso, devemos considerar um modelo (ou uma representação dele) como um tipo de estrutura que possibilita a construção da argumentação, ou seja, o

modelo pode ser um argumento. E devemos também considerá-lo como um elemento importante do ato argumentativo que pode proporcionar o “afastamento” e o “desvio”.

Os sujeitos que podem ser interpretados como modelos podem ser um dado grupo de pessoas ou até uma só pessoa. Convém notar que o prestígio, tanto do sujeito individual quanto do grupo, pode valorizar o ato. Nesse contexto, podemos considerar que o modelo possibilita a conduta a ser seguida pelos membros de um grupo e desencadeia a argumentação.

No entanto, há também uma prática argumentativa que se fundamenta no antimodelo. Este tipo de estratégia indica, quase sempre, uma relação bastante emotiva entre os indivíduos e que não se deve imitar, pois ela desconstrói a “boa imagem” de um determinado tipo de modelo a ser seguido. Assim, no antimodelo, o argumento se sustenta pela apresentação de um mau soldado, de um mal político, de um mal professor, entre tantas outras possibilidades de se construir o valor positivo de uma pessoa ou de um grupo. Nessa perspectiva, observamos que o antimodelo nada mais é do que sair do padrão a ser seguido, da norma aplicada ao modelo.

7.2.3.1.4 Argumentação pelo recurso ao ser perfeito como modelo

Na seção *O ser perfeito como modelo*, os autores apresentam uma visão de um ser perfeito que possibilita construir um modelo que seja decisivo no processo argumentativo. Dessa forma, esse ser pode ser encarado como sendo a representação dele em si, um representante ou, em último caso, um porta-voz. A fim de apresentar essa tentativa de, a partir de uma figura (um ser), considerada emblemática, simbólica e construída como perfeita, construir um sujeito capaz de se consolidar como um modelo perfeito, Perelman e Tyteca (1996) usam Jesus Cristo como exemplo do que seria essa construção de um ser como modelo. Fica evidente a construção dessa figura de ser perfeito nos argumentos dos autores sobre o uso de Jesus como exemplo dessa estratégia argumentativa, como poderemos observar agora:

Jesus Cristo, Senhor dos senhores e Príncipe dos reis da terra, conquanto elevado a um trono soberano independente, quis ainda assim, para dar a todos os monarcas, que dependem de sua potência, o exemplo de moderação e de justiça, sujeitar-se ele próprio aos regulamentos que fez e às leis que estabeleceu (PERELMAN; TYTECA, 1996, p. 21)

Passemos agora para os outros tipos de argumentos, os denominados argumentos por Analogia, que também embasam as ligações que fundamentam a estrutura do real.

7.2.3.2 O que é analogia?

No que diz respeito à analogia, observamos que esse ponto dos estudos argumentativos é importante no processo de construção da argumentação, principalmente nas ligações que fundamentam a estrutura do real. Os autores não negam a analogia na conduta da inteligência. Na verdade, esse tipo de raciocínio esteve presente em muitas bases teóricas ao longo dos anos. Muitas bases filosóficas, por exemplo, justificaram o uso desses raciocínios por eles serem bons para explicar a estrutura do real, mesmo que não tivesse um método mais empírico para análise, caso do modelo de Platão, Plotino e São Tomás. Já os pensadores empíricos veem no raciocínio analítico uma qualidade menor, imperfeita e fraca.

Perelman e Tyteca (1996) advogam em favor da importância da analogia e propõem um modelo de analisá-la: só haverá maior legitimidade nos argumentos se o valor argumentativo da analogia for posto em evidência com maior clareza, se encarmos a analogia como uma similitude de estruturas, cuja fórmula mais genérica seria A está para B assim como C está para D. Ainda sobre o modelo defendido pelos autores, destacamos que eles determinam uma nomenclatura própria para os raciocínios: A e B recebem o nome de *tema*, em cujos termos repousa a conclusão. Assim, C e D seriam o *foro*, servem para estabilizar o raciocínio. Para melhor esclarecermos isso, observemos o exemplo dado pelos autores:

Assim como os olhos dos morcegos são ofuscados pela luz do dia, a inteligência de nossa alma é ofuscada pelas coisas mais naturalmente evidentes.

No exemplo acima, o tema (A e B) seriam expressões como “inteligência da alma” e “evidentes”, que caracterizam a proposição de um processo conclusivo. Já o *foro* (C e D) seriam elementos que servem para estabilizar os raciocínios, no caso “olhos de morcego” e “luz do dia”.

7.2.3.2.1 Relações entre os termos de uma analogia

Nessa seção, Perelman e Tyteca (1996) apresentam a importância da analogia na construção da argumentação. Antes de mais nada, a analogia é encarada como sendo uma forma de se construir a estrutura do real e, dessa forma, provar uma verdade graças a uma semelhança de relações que se estabelecem. Para eles, o fato de se tratar de similitudes de relações autoriza, entre os termos do tema e os do foro, diferenças tão importantes quanto se quiser. Ademais, a natureza dos termos é secundária. Na verdade, os autores defendem que em toda analogia há uma relação de quatro termos, quase que apresentados de forma esquematizada.

Os autores apresentam a possibilidade de haver três termos e, mesmo assim, haver uma analogia. Para apresentar isso, eles usam o exemplo:

... todas as outras substâncias dependem de Deus como os pensamentos emanam de nossa substância...

De acordo com eles, embora se tenha a analogia-padrão com quatro elementos, acontece com bastante frequência a redução de proposições em três. Outro exemplo apresentado pelos autores é:

O homem, comparado à divindade, é tão pueril quanto a criança comparada ao homem.

De acordo com os autores, os termos “substância” e “homem” convidam a situar o tema no prolongamento do foro e a hierarquizar-los. Assim, os argumentos com analogia de três termos podem ser analisados como analogia de quatro termos. Na frase acima, por exemplo, os temas A: o homem e B: a divindade, constituem-se, respectivamente, dos foros C: a criança e D: o homem. Pensamos tratar-se de quatro termos por acreditarmos que as expressões “o homem” (tema A) e ser humano, no foro D, significam, na verdade, homem adulto.

Tendo quatro ou três termos, o ideal nesse tipo de argumento é a confrontação do tema com foro. Isso não implicará que tenha que haver uma relação direta entre os termos de um e de outro. Quando a analogia se processa de forma padrão, se é que possamos chamá-la assim, A e C, entre B e D, ela se presta a desenvolvimentos em todos os sentidos, constituindo uma analogia rica.

7.2.3.2 Efeitos da analogia

Nesses outros tipos de argumentos, os autores apresentam a interação entre o tema e o foro, que possibilita a relação de analogia cuja ação do tema se apresenta de forma mais acentuada. Para eles, esses argumentos apresentam-se de duas maneiras: pela estruturação e pelas transferências de valor de foro para o tema.

Na verdade, a analogia possibilita diretamente a compreensão entre as relações entre a graça e o livre-arbítrio. Nesse contexto, o valor dos termos é muito determinado pela estrutura da analogia. Desse modo, um efeito da analogia é contribuir para determinar um ou dois termos do tema. Segundo os autores, esse tipo de analogia é mais frequente nas analogias de três termos, cuja estrutura seria B está para X assim como C está para B. Os autores tentam apresentar o exemplo desse tipo de argumento:

Como a linguagem falada, comparada à linguagem interior da alma, se fragmenta em palavras, a linguagem da alma, que traduz o Verbo divino, é fragmentária se compararmos ao Verbo (PERELMAN; TYTECA, 1996, p. 437).

Outro ponto importante sobre os efeitos da analogia é com relação a busca do sentido analógico, que seria o sentido profundo e resulta às vezes não do fato de o sentido literal ser falso, pouco interessante, mas de razões de outra natureza, como as convenções de gênero da época.

7.2.3.3 Como se utiliza a analogia

Nesta seção, Perelman e Tyteca (1996) nos apresentam como se utilizar as analogias. Nesse momento da obra do tratado, tem-se a tentativa de determinar o papel importante desempenhado pelas analogias na invenção e na argumentação por intermédio dos desenvolvimentos e dos prolongamentos que favorecem. Desse modo, o uso das analogias se dá a partir do foro, que permite utilizar o tema, que se situa num âmbito conceitual.

Contudo, essa ruptura nem sempre ocorre. Assim, em algumas situações, a analogia é desenvolvida sem que se assinale a menor ruptura entre ela e seus prolongamentos. Nessa perspectiva, foro e tema se desenvolvem, em muitos contextos,

de maneira conjunta e, em momentos posteriores, a analogia inicial retorna. Em alguns momentos, isso ocorre também quanto ao uso das analogias nos prolongamentos do pensamento de um autor e o seu pensamento, a fim de convencer o seu adversário.

Na realidade, os autores tentam apresentar, nesta seção da obra, que existem várias possibilidades de termos elementos da analogia com relação ao uso do tema e do foro em diversificadas situações (analogias múltiplas, analogia emendada, analogia por meio de prolongamentos, entre outros tipos).

7.2.3.4 A metáfora

Tradicionalmente, os antigos apresentavam a metáfora como um tipo de tropo, ou seja, uma mudança bem-sucedida de significação de uma palavra ou de uma locução. Muitos autores, durante muitos anos, usaram o conceito de metáfora como sendo um sentido capaz de transportar, por assim dizer, a significação própria de um nome para outra significação, que só se procede a partir de uma espécie de comparação que já existe na mente dos sujeitos.

Defendemos um pensamento similar ao dos autores do tratado, pois, assim como eles, pensamos que a metáfora é um importante recurso da argumentação. Os autores defendem que é em função da teoria da argumentação da analogia que o papel da metáfora ficará mais claro. Desse modo, eles defendem a aproximação, uma espécie de vínculo, entre metáfora e analogia, que se baseia numa retomada na tradição antiga.

Os autores defendem a metáfora como sendo uma analogia condensada, resultante da fusão de um elemento do foro com um elemento do tema. Em muitas circunstâncias, o tema e o foro são tratados de forma simétrica, assim, podemos defender que a metáfora se constitui, nesses casos, de uma nítida expressão que se dar a partir de uma analogia. Em termos de estrutura de entendimento, podemos dizer que esse tipo de argumento se apresenta como “A está para B assim como C está para D”, de uma expressão “C de B”, considerando-se que essa estrutura, de longe, é a única maneira de ser apresentada como elemento metafórico.

Na verdade, a fusão entre tema e foro são organizados de diversas formas: a) por uma simples determinação (a noite da vida, oceano de falsa ciência), por intermédio de um adjetivo (uma expressão vazia, luminosa), de um verbo (ela se pôs a piar), de um

possessivo (nossa Waterloo), uma identificação (a vida é um sonho, o homem é um camaleão), entre outras possibilidades.

7.2.3.4 A dissociação das noções

No capítulo IV do Tratado de Argumentação, os autores dedicam muitas páginas para tratarem das técnicas necessárias para proporcionar a dissociação das noções. Os dados conceituais que servem de fundamento para a argumentação que são, assim, remanejados na dissociação das noções, podem ser fundamentais no processo de argumentação.

Os autores da Nova Retórica, objetivando compreender a técnica de dissociação das noções e tentando apreciar os seus resultados, interviram conceitualmente na análise da dissociação “aparência-realidade” que, de alguma maneira, seria um protótipo de toda a dissociação nocional em decorrência de seu uso generalizado.

7.2.3.5 O par “aparência-realidade”

Para um melhor entendimento da técnica da dissociação das noções e da apreciação dos resultados, os autores usam um caso privilegiado: as distinções da aparência e da realidade para a construção dos argumentos. Para os autores, esse tipo de caso é prototípico e serve para estabelecer um uso generalizado.

Essas noções devem ser apresentadas de formas distintas. Essas distinções são fruto de algumas dificuldades que nasceram a partir das incompatibilidades entre as aparências que, de alguma forma, são consideradas a expressão da realidade. Isso se se partisse da hipótese de que todos os aspectos do real são compreensíveis entre si. Um exemplo disso é quando o bastão, parcialmente mergulhado na água, parece curvo, quando o olhamos, e reto, quando o tocamos, mas, na realidade, ele não pode ser simultaneamente curvo e reto. Assim, os autores concluem que, enquanto as aparências podem opor-se, o real é coerente, pois sua elaboração terá como efeito dissociar, entre as aparências, as que são enganosas das que correspondem ao real.

O que se percebe é que, na Nova Retórica, a distinção entre “aparência” e “realidade” se dá por conta dessa necessidade de as estruturas do real parecerem compatíveis entre si. Os autores defendem que, sendo inaceitável que algo seja reto e curvo, o termo “realidade”, embora nem sempre acompanhado de um critério definidor preciso, fornece uma norma potencial que permite valorizar o real. Ademais, realidade e valor também podem ser estabelecidos como elementos integrando o metafísico. Além disso, a oposição entre aparência e realidade, embora forneça um protótipo aparência/realidade, quase se constituindo como uma base eminentemente filosófica, não se permite apresentar todas as vantagens da realidade em detrimento da aparência.

7.2.3.6 O papel dos pares filosóficos

Algumas dissociações podem ser elaboradas a partir de muitos elementos novos que, aparentemente, apresentam-se de forma corriqueira, como o par aparência/realidade, ou positiva/negativa natural que, de certa forma, repercute no primeiro par. Assim, os autores defendem que o empenho argumentativo consistirá em tirar partido de dissociações já aceitas pelo auditório, ora em introduções dissociadas criadas ad hoc, ora dissociações aceitas por outros auditórios. O que se nota é que há uma grande necessidade de se fazer a junção da oposição com a dissociação. Assim, o pensamento contemporâneo se empenha em mostrar estruturas que não possibilitem diferenças entre os pares envolvidos numa estrutura filosófica, que, de alguma maneira, são abordados como elementos distintos, como verbal/oral, factício/autêntico, interpretação/letra, para citarmos algumas situações.

Como percebemos, este capítulo se fundamentou em apresentar os principais aspectos sobre o que propomos ser Componente Retórico de nossa análise da argumentação. Como ficou claro, em nossas análises, pretendemos estabelecer uma relação entre o plano sequencial textual e o plano retórico discursivo da argumentação. Da análise atenta das estruturas composicionais da sequência textual é que poderemos traçar as esquematizações discursivas necessárias para que as projeções do *ethos* se manifestem e, após isso, poderemos observar quais os direcionamentos argumentativos e os Pontos de Vistas (PdV) apresentados pelo Locutor no momento da argumentação. Cientes desses elementos, o Locutor constrói, no ato comunicativo, imagens de si no discurso e estas necessitam persuadir o seu público por meio de estratégias

argumentativas eficazes, uma série de técnicas que promovem as provas indicativas de que o discurso e as teses podem ser aceitas como verdadeiras.

Depois de toda essa demonstração, ao longo desses 6 capítulos, dos parâmetros que nos proporcionaram empreender um modelo teórico de análise e descrição da argumentação, próximo capítulo, passaremos a fazer uma análise de um texto de nosso *corpus*, a fim de demonstrarmos a aplicabilidade de nosso modelo, levando-se em consideração todos os aspectos abordados ao longo de nossa trajetória teórica apresentada até aqui.

8

DESCRIÇÃO DA ARGUMENTAÇÃO SOB UMA PERSPECTIVA TEXTUAL E RETÓRICA

“Existem muitas hipóteses em ciência que estão erradas. Isso é perfeitamente aceitável, eles são a abertura para achar as que estão certas”. (Carl Sagan)

Neste capítulo, apresentaremos análises de textos e discursos políticos em Sessões Plenárias, com o fito de apresentarmos nossa proposta de análise da argumentação. Para isso, inicialmente, apresentaremos os aspectos metodológicos de coleta do nosso *corpus*. Em seguida, com base nos capítulos anteriores, em que discutimos as categorias responsáveis pelo estudo do processo argumentativo, alicerçaremos nossa investigação nesses parâmetros. Por causa disso, falaremos sobre os Elementos Externos do texto e as coerções destes no gênero discurso político de Sessão Plenária. Empreenderemos discussões acerca das influências que o Componente Genérico sofre desses fatores exteriores ao texto. Depois disso, apresentaremos o Componente Sequencial, destacando nosso estudo em dois planos (um sequencial e outro das esquematizações construídas pelo texto), assim como o Componente Retórico, analisando este último elemento do processo argumentativo sob a construção das imagens que o interlocutor constrói de si e as técnicas usadas para provar as teses defendidas.

8.1 Aspectos metodológicos

8.1.1 Delimitações do universo e amostra

O *corpus* de nossa pesquisa é composto de registros taquigráficos de pronunciamentos de Deputados Federais em Sessões Ordinárias no Plenário. Inicialmente, pensamos em trabalhar com dois blocos de textos: Bloco A (com partidários que estavam ligados direta ou indiretamente ao “esquema” do Mensalão) e Bloco B (aos parlamentares ligados aos partidos de oposição). No entanto, notou-se que a temática “mensalão” se bipolarizou entre os principais partidos das duas últimas eleições gerais brasileiras. Dessa maneira, optamos por selecionar um *corpus* em que pudéssemos destacar as nuances dos discursos desses partidos nas Sessões Plenárias.

Diante disso, trabalhamos com cerca de 10 textos de pronunciamentos de locutores do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e 10 textos do Partido dos Trabalhadores (PT).

Segundo o Ministério Público, essa designação "Mensalão" foi atribuída ao esquema de pagamento de propina a parlamentares para que votassem a favor de projetos do governo petista. É o principal escândalo no primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que teve repercussão até o ano de 2013, quando ocorreu o julgamento dos condenados no Supremo Tribunal de Justiça. O acontecimento teve grande repercussão pública na sociedade, além de suscitar profundos debates entre os parlamentares envolvidos na linha do grupo de esquerda ao governo do PT, ao seu bloco de coalisão política e aos parlamentares ligados ao governo federal.

Segundo o site do Uol, no dia 6 de junho de 2005, o jornal "Folha de S.Paulo" publicou uma entrevista com o deputado federal Roberto Jefferson (PTB-RJ), na qual ele revelava a existência do pagamento de propina para parlamentares. Segundo o presidente do Partido dos Trabalhadores do Brasil (PTB), congressistas aliados ao governo recebiam o que chamou de um "mensalão" de R\$ 30 mil do tesoureiro do PT, Delúbio Soares. O esquema teria sido realizado entre 2003 e 2004, segundo relatório final da CPI dos Correios, e durado até o início de 2005. Jefferson afirmou ainda que comentara sobre o esquema com o presidente Lula.

Após esse importante julgamento, o STF decidiu pela condenação de 25 dos 38 réus do processo. O esquema foi organizado por um núcleo político chefiado por José Dirceu, então ministro da Casa Civil, e integrantes da alta cúpula do PT. Marcos Valério foi apontado como operador do mensalão. Com o auxílio de seus sócios e funcionários, foi condenado pelo Supremo por utilizar suas empresas de publicidade para desviar dinheiro público e repassá-lo a parlamentares. Kátia Rabello, dona do Banco Rural, e diretores desta instituição financeira, foram denunciados por formação de quadrilha, gestão fraudulenta e lavagem de dinheiro.

Os parlamentares condenados pelo STF pertenciam ao PL (Partido Liberal; PL e Prona se fundiram dando origem ao PR), PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), PP (Partido Progressista), PT (Partido Trabalhista) e PTB (Partido Trabalhista Brasileiro).

8.1.2 Procedimentos de coleta dos dados

Para coletarmos os textos, entramos no site da Câmara dos Deputados Federais, a fim de buscarmos os pronunciamentos dos parlamentares no sítio www.camara.gov.br. Em seguida, no link “Deputados”, acessamos o item “Discursos e notas taquigráficas”, lugar em que os discursos dos parlamentares estão todos disponibilizados ao público. De forma inicial, deparamo-nos com cerca de 34 pronunciamentos que continham a expressão “mensalão” em seu texto. Com o objetivo de selecionarmos quais os que, de fato, tinham como temática principal o “mensalão”, tivemos que fazer uma leitura inicial para filtrarmos todos os textos que não se reportassem ao “esquema”.

Depois disso, na janela de busca dos discursos dos parlamentares, no campo “Texto integral”, colocamos a expressão “mensalão” e analisamos quantos textos apareciam. Para que pudéssemos limitar a quantidade de textos, optamos por determinar cronologicamente os discursos entre os dias 1º de janeiro até 31 de dezembro de 2013. Desse modo, só analisaremos apenas um ano de pronunciamentos, justamente o ano de 2013, em que ocorreu o julgamento do “mensalão” no Supremo Tribunal Federal (STF), sempre colocando na ordem “crescente” dos pronunciamentos, desde janeiro até dezembro.

O que se constatou, na coleta dos dados, foi que vários foram os parlamentares que utilizaram a expressão “mensalão” em seus discursos, o que, no filtro de busca do site da Câmara dos Deputados, fez com que vários pronunciamentos fossem visíveis. Desse modo, a leitura atenta de todos os textos, com o objetivo de identificarmos quais os que, de fato, possuem como ideia central o “mensalão”, foi fundamental.

Na seleção desses discursos, dividimos os textos em dois grupos:

Grupo A: discursos de parlamentares de partidos que integraram a base do “governo Dilma” no ano de 2013, em especial, no período do julgamento do mensalão;

Grupo B: discursos de parlamentares de partidos que não integravam a base do governo no mesmo período.

Esse procedimento metodológico será fundamental em nossas análises, pois poderemos identificar quais as estratégias usadas pelos parlamentares que integram a

base governista, assim como quais as estratégias usadas pela oposição. Poderemos, por exemplo, observar os processos de construção das imagens que os locutores fazem de si, entre outros aspectos de ordem composicional e sequencial.

Antes de iniciarmos nossa análise em si, temos que fazer algumas ponderações importantes. Como se tem percebido, ao longo de nosso trabalho, apresentamos, nos Componentes que constituem a argumentação, sempre que necessário, exemplos retirados de nosso *corpus*, a fim de esclarecermos nossa abordagem. O aparecimento desses trechos para análise foi um recurso metodológico válido, pois possibilitou didatizar os conceitos e categorias que selecionamos, assim como apresentar resultados preliminares.

Entretanto, para este capítulo, com o intuito de demonstrarmos a aplicabilidade de nosso modelo em textos concretos, optamos por demonstrar a análise, conforme nossa proposta, a partir de dois textos: a) Discurso 4, do locutor do PSDB, líder da bancada do partido na Câmara e b) Discurso 15, do locutor do PT, líder do partido na Câmara. A escolha desses dois textos teve como critério principal o tema “mensalão”. Na leitura atenta do nosso *corpus*, observamos que, em muitos momentos, o locutor fazia um pronunciamento sobre vários assuntos e, em alguns momentos, o tema “mensalão” aparecia somente como elemento secundário. Chamou-nos a atenção um discurso, em especial, o Discurso 4, do PSDB, e o Discurso 15, do PT. Aparentemente, os discursos não dialogam entre si, mas o Discurso 4 foi motivado a partir do Discurso 15, o que evidenciam a relação entre eles. É importante frisar, também, que esses dois textos demonstram bem as diferenças de perspectivas entre o PSDB (partido de oposição) e o PT (partido de situação). Depois desses importantes esclarecimentos, passemos para os dois textos, colocando-os sob a análise de nosso modelo.

8.2 Os Discursos dos locutores na Sessão Plenária

Antes de iniciarmos nossa análise, é imprescindível que tenhamos a leitura do texto do locutor do PSDB na íntegra, a fim de facilitarmos a compreensão do aspecto global que constitui o texto, facilitando sobremaneira nossa averiguação sobre ele.

Discurso 4:

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB-MT. Como Líder. Sem revisão do Locutor.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu não venho a esta tribuna com a intenção de tripudiar ou mesmo humilhar o fato ocorrido a que o Brasil inteiro assistiu nesses últimos anos, a expectativa de fazer um divisor de águas, transformar o mensalão nesse divisor entre o tempo do julgamento do político e antes desse julgamento.

Eu acredito que a Justiça cumpriu seu papel. Quando cumpre o papel, sempre alguém vai se sentir prejudicado. Quando se fala de justiça, sempre há dois lados. Nesse caso, um lado eram políticos; o outro, uma sociedade inteira na expectativa. Se fôssemos levar o debate para a questão partidária, Situação e Oposição, ficaria muito fácil, neste momento, fazer um discurso bastante ofensivo, tripudiando, de fato, em cima de uma vitória da Justiça.

Agora, o que me traz à tribuna é a preocupação do discurso feito pelo nosso colega, Deputado José Guimarães, pelo qual eu tenho respeito, e imagino o sofrimento dele, até porque envolve alguém da sua família. Então, não é fácil enfrentar, dentro deste Congresso, um debate depois do que ocorreu na última semana, mas eu quero aqui pontuar algumas questões.

Primeiramente, a mídia social, principalmente a comandada pelo PT, colocou durante toda a semana que essa prisão, essa sentença é política. O que me preocupa é ver o PT recriminando quando a lei é feita. A legislação foi acertada, e foi esta Casa que criou a lei. O STF cumpriu essa lei. A maioria do Pleno foi indicada pelo próprio PT, pela Presidenta Dilma ou pelo Presidente Lula. Hoje, a grande maioria do STF foi indicada pelo Partido dos Trabalhadores. Imagina-se que o STF teria uma posição diferente daquilo que foi julgado? Eu não vi esse mesmo partido reclamar tanto da sentença; e parece que ainda acreditava que não se ia cumprir algo mais após isso, mas, quanto à prisão, houve uma gritaria enorme contra.

O que se tem de deixar claro como fato é que o mensalão foi um instrumento para fazer com que o Governo do Presidente Lula funcionasse de acordo com a sua vontade pessoal, comprando não o voto, comprando a consciência de muitos. De uma forma direta ou indireta, ainda existem alguns mensalões ocorrendo no País, na liberação de emendas, em momentos de votação, na liberação de cargos para serem ocupados em alguns Ministérios.

Tive o privilégio de participar de uma missão em dois países com os menores índices de corrupção do mundo: a Austrália e a Nova Zelândia. Impressionante como o Brasil está distante de ser a democracia tão falada, porque a democracia não é apenas o direito do ir e vir, a democracia não é apenas o direito de poder debater aquilo que se pensa, mas a democracia, acima de tudo, é o bom uso do dinheiro público, é fazer com que o dinheiro público chegue à cozinha da dona de casa, chegue ao trabalhador com eficiência.

A diferença que nós estamos vivendo hoje é que parece que esse julgamento é um julgamento de todos. Ora, o Partido dos Trabalhadores não pode desassociar este momento. Têm que assumir aqueles que cometeram erros, assim como outros partidos também podem cometer erro. Mas daí a dizer que não houve?! Daí a dizer que isso é apenas um erro de um Supremo Tribunal Federal?! O superior, o máximo da Justiça brasileira?!

Quando um partido do Governo coloca em cheque (sic) a moral do Supremo, aí, sim, nós temos que começar a repensar a nossa República. Esta nossa República merece um pouco mais de respeito. Nós não podemos acusar em vão.

Eu sei que já tentaram trazer aqui à baila o debate sobre Minas Gerais, sobre outros assuntos. O PSDB está pronto para debater isso! Pronto! Eu quero dizer aqui que, se têm alguma dúvida - eu não tenho nenhuma - sobre o nosso partido, eu também posso levantar dúvida sobre o Chefe de Estado no momento do mensalão, que era o Presidente Lula. Qual é a diferença? Qual é o medo de fazer esse debate? Não podemos ter medo desse debate. Nenhum! Nenhum!

Alguns diziam, lá no passado: "*Mexeu com Lula, mexeu comigo*". Ora, não temos nenhum problema. Eu acho que as reservas morais têm que ficar reservadas, mas os temas que geraram escândalos, que geraram denúncias, que geraram ações e processos têm o fórum para serem julgados. Nesse fórum, já foram julgados, já foram sentenciados, inclusive já ocorreu o final, que é a prisão.

Diante disso, não é preciso tripudiar em cima daqueles que já estão presos, mas, acima de tudo, nós não vamos aceitar que venham a esta tribuna dizer que nós não sabemos nada disso, que não se tem culpa de nada disso, que isso tudo que está ocorrendo são apenas ações políticas. Ora, se são ações políticas, está na hora de se repensar todos os Poderes deste País, começando por este, até o Supremo Tribunal Federal.

Chegou a hora de o Partido dos Trabalhadores, que comanda o País há 10 anos, quase 11, fazer autocrítica, ter um pouquinho de humildade, só um pouquinho, e não querer imaginar que esta Casa e o povo brasileiro são um bando de imbecis que não entendem o que está acontecendo com a nossa Pátria. Vamos respeitar o País e todos aqueles que querem um País melhor. O mensalão será um divisor de água, não tenho dúvidas disso. Tomara que seja para um Brasil melhor!

Continuando a mesma linha de pensamento, abaixo, transcrevemos o discurso na íntegra do texto do locutor do PT que, como se evidencia, dialoga com o texto anteriormente apresentado. Observemos o discurso 15:

Discurso 15:

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE. Como Líder. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu quero, na condição de Líder, falar, evidentemente, para o meu País, para aqueles que acompanham o meu pronunciamento, para a militância do PT das redes sociais, para os nossos Parlamentares, para os democratas, para a esquerda, para todos aqueles que, afinal de contas, deram parte de suas vidas para construir a democracia brasileira. Falo também para os meus familiares lá dos sertões do Encantado, de Fortaleza, de São Paulo e de Brasília. Falo, enfim, para a nossa família petista.

Com a responsabilidade que tenho como Líder neste momento, delegado que fui pela minha bancada que acaba de se reunir, procurarei, sob o calor de uma forte emoção, mas usando a racionalidade na política, necessária para o enfrentamento desse debate, expressar ou tentar expressar, minhas companheiras e meus companheiros, o sentimento que comove a bancada do Partido dos Trabalhadores.

O PT governa o País há quase doze anos. Nesses doze anos, nós patrocinamos grandes transformações. Essas transformações feriram, em morte, parte das elites brasileiras, que não foram capazes de aprender, que não foram inteligentes o suficiente para aceitar as derrotas em três eleições seguidas ou não aceitar as transformações patrocinadas pelos dois Governos

do PT.

O meu partido, o PT, soube compreender essa dialética entre ser governo e ser representante dos pobres, dos descamisados e daqueles que sempre lutaram e continuam lutando pelas liberdades e pela democracia. Eis que, de uma hora para outra, nesse nosso legado, tentaram, de todas as formas, pôr um ponto final em tudo o que nós construímos.

Tentaram, num primeiro momento, criminalizar o PT. E nós fomos para as ruas e soubemos erguer e sustentar a bandeira do PT. Tentaram, num primeiro momento, criminalizar o Presidente Lula, e, em todas as disputas - o que é mais importante, e quero deixar isto como a primeira questão no meu pronunciamento -, em todos os momentos, sob uma forte pressão midiática, o povo brasileiro conseguiu enxergar, na disputa política e midiática, quem detinha compromissos com o Brasil, quem estava determinado a transformar o nosso País. E esse foi o PT, foi o nosso Governo!

É claro que, num partido que teve a capacidade de fazer tantas transformações, sempre nós soubemos que as disputas políticas nem sempre se dariam no terreno da disputa democrática. Muitas vezes, foi preciso os opositores irem para os tribunais, tentando, muitas vezes, criminalizar não só os companheiros do PT, mas, sobretudo, um legado que é vitorioso, que é exemplo para o mundo e que é referência para todos aqueles que lutaram pela democracia e contra a ditadura militar e que continuam intactos e em pé, defendendo a democracia, os direitos humanos e as liberdades.

Nesse processo de construção política, em 2005, o PT foi denunciado como patrocinador ou como quem tinha cometido algum crime eleitoral. O PT, naquele momento, disse ao País que alguns dirigentes do PT tinham praticado crime eleitoral, no caso, o do caixa dois, como foi chamado. Mas, mesmo assim, isso não foi suficiente para parte das elites deste País tratar a questão como ela sempre foi tratada no Brasil: como uma questão intrínseca do nosso sistema político-eleitoral, que é o não financiamento público. E nós terminamos por suportar um processo violento de acusações, julgamento e sentença sobre alguns dirigentes do Partido dos Trabalhadores.

Quando esse processo começou, o País conseguiu compreender a nossa linguagem e a nossa mensagem - e era preciso, porque nós estávamos sob a pressão da mídia ou sendo generosos por parte da mídia, para que o PT fosse julgado. Era, portanto, necessário para alguns encontrar provas ou buscar contraprovas para poder julgar o PT.

Disse bem o Governador do Rio Grande do Sul em artigo. Ele disse que era preciso encontrar a chamada teoria do fato para poder enquadrar aqueles, sem prova. Aqui, para mim, os ritos do processo são secundários; o que vale é exatamente aquilo que serviu como âncora para o processo de julgamento dos dirigentes do PT. Buscaram - e tinham de fazer isto - construir a teoria do chamado domínio do fato, para poder generalizar uma acusação que pudesse levar à criminalização do nosso partido, o Partido dos Trabalhadores.

Com essa pressão que foi feita sobre a nossa Suprema Corte, ela, muitas vezes, não julgou segundo os autos, mas julgou sobretudo pela pressão que era feita. Por isso está correta a minha bancada, que diz: *"Do que foi julgado foi feito julgamento político"*. Foi feito julgamento político porque não há provas materiais que condenem aqueles que supostamente tenham cometido o crime de pagar mesadas a Parlamentares aqui desta Casa.

Eu não era Parlamentar federal à época - era Deputado Estadual -, mas temos a absoluta tranquilidade em dizer para o País que esse crime o PT não cometeu, porque o PT não é corrupto; nem muito menos aqueles que estão encarcerados são corruptos, porque são construtores da democracia. E, se cometeram algum erro, foi o erro da política brasileira, porque ela é que a responsável pelo chamado caixa dois, a que todo mundo faz vista grossa. E, na hora de fazer o debate aqui, ninguém quer discutir financiamento público de campanha.

É por isso que o PT e os companheiros foram julgados e condenados pelo Supremo Tribunal Federal. Não se justifica essa condenação. E mais, não se justifica o espetáculo que foi feito, sobretudo, com os últimos fatos que

levaram os dirigentes do PT à prisão. Não é preciso ser de esquerda; basta ser legalista, basta fincar sua condição de jurista no direito positivo, no legalismo formal do Direito, para perceber isso. Disse o Ministro Marco Aurélio de Mello que ele está curioso para saber quais as razões que levaram o Presidente do Supremo a patrocinar ou ordenar o patrocínio daquele espetáculo de sexta-feira até hoje, levando dirigentes para cima e para baixo, no feriado, e logo no dia da Proclamação da República. Está claro que foi uma ação articulada. Por isso foi correto os dois dirigentes, ao se entregarem, erguerem o pulso e dizerem "*Viva o PT!*", porque, como me disseram hoje lá na Papuda, quando eu visitei os companheiros do PT, o que queriam, na verdade, era prendê-los em suas residências. E fizeram bem José Genoíno e José Dirceu, a começar por Genoíno, quando ergueram o braço e exclamaram "*Viva o PT!*". Eles não se curvaram a uma ação criminoso, a uma ação articulada para criminalizar e tentar interditar o processo de transformação por que tem passado o Brasil nos últimos anos.

Nós estamos de pé para dizer a esses companheiros da nossa mais irrestrita solidariedade pelo seu legado ao País, pela construção da democracia. Eles foram peças-chave na construção da democracia e na construção do nosso Governo transformador, de Lula e Dilma. Não foram militantes quaisquer. Não foram meliantes, não foram corruptos. Muito pelo contrário, deram suas vidas para construir a democracia no Brasil.

Muitos, no passado da ditadura militar, usaram a toga para dar cobertura para as torturas, para as violações, para as prisões, para os sequestros, para as mortes. Era aquela a toga que dava, silenciosamente, cobertura para a ditadura militar. Pois é essa mesma toga que hoje criminaliza dirigentes do PT que não cometeram nenhum crime!

Como aceitar tanta gente que dá *habeas corpus* de soltura para Salvatore Cacciola, para Carlos Cachoeira? Como aceitar isso? Essa gente toda, esses algozes, estão todos soltos. Como aceitar isso? Daniel Dantas está solto; passou apenas alguns dias na Papuda. E o Cachoeira? Quando eu falo de Cachoeira, todo mundo sabe do que estou falando - do escândalo de Minas Gerais. Mas ninguém fala nada!

Eu quero me dirigir à imprensa. Foi preciso que alguns jornais hoje - talvez para um mea-culpa - publicassem que, talvez no começo do ano, se julgue o mensalão tucano. É como se dissessem: "*Nós temos que fazer alguma coisa, porque nós fomos além dos limites na coerção das liberdades, no desrespeito aos direitos humanos, no espetáculo patrocinado*" - coisa que eu nunca vi na minha vida!

Para uma mãe de família como a minha, de 88 anos, plantada em frente à televisão, ao ver um espetáculo daqueles... A única palavra que ela me disse foi: "*Meu filho, isso tem mais repercussão do que a visita do Papa ao Brasil.*" Olhem a sabedoria dela! Uma senhora lá do interior de Várzea Redonda, que deve estar me ouvindo neste momento: "*Isso tem mais repercussão do que quando você visitou o Papa com a Presidenta Dilma no Rio de Janeiro.*"

Mas, se este é o sentimento das pessoas, isso não justifica as arbitrariedades. Eu me dirijo a esta Casa para dizer do que hoje estão fazendo contra o PT. E olhem a ironia do destino: exatamente nós, que somos os pilares da construção da democracia brasileira.

Não serão esses democratas de meia-tigela, que hoje se escondem sob o manto da democracia, que haverão de imputar ao PT a pecha de partido corrupto! Porque o PT não é um partido corrupto. Se há algum partido corrupto no Brasil, esse não é o Partido dos Trabalhadores.

Eu me orgulho muito de ser Líder e de ser dirigente nacional do Partido dos Trabalhadores. O que está em jogo neste momento é a preservação do partido PT.

Querem, talvez, colocar o PT na ilegalidade, como fizeram em 2005. Mas nós não aceitaremos isso, porque nossas raízes são raízes fundadas na luta, nas cadeias, nas prisões.

Nós nos conhecemos, Deputado Domingos Dutra. Não estamos aqui por

acaso. Não estamos aqui para fazer negócios ou negociatas, nem fizemos negociatas à época do Governo Lula. Porque eu ouvi um ex-presidente da República dizer que o PT fez negociatas em 2005. Ora, quem fez negociatas não foi o PT. Quem fez negociatas aqui dentro foi o PSDB, quando comprou a reeleição do Sr. Fernando Henrique Cardoso, naquela disputa passada!

(Muito bem! Palmas.)

Cadê a Justiça? Cadê a Justiça, que não fez nada, que fechou os olhos a isso? Cadê o MP de São Paulo, que não bota para andar o processo da Alstom? Estão lá os meus Deputados de São Paulo. Foram 500 milhões de reais. Mas, quando isso sai no *Jornal Nacional*, é uma frase, é uma coisa... Diante de qualquer coisa que aconteça contra o PT, eles se calam; só se vangloriam, só ficam satisfeitos, se for com base no espetáculo! Mas acho que nós estamos preparados para enfrentar o espetáculo, o espetáculo de alguns que acham que são donos da verdade. Ninguém é superior à lei!

Eu acho engraçado, porque dizem, meus companheiros e companheiras de bancada, que todos, perante a lei...

Em homenagem a V.Exa., Sr. Presidente, eu paro, para retomar a palavra depois. E peço a sua paciência, para que me conceda mais 1 ou 2 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Lamento V.Exa. não me ter avisado, porque senão eu teria ouvido, com muita honra, desde o começo, a palavra de V.Exa. Estamos aqui para isso.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES - Prossigo, Sr. Presidente.

Portanto, neste momento da mais alta relevância para o Parlamento brasileiro, não podemos aceitar isso. Porque a democracia existe e é sempre infinita. Ela tem um valor universal.

Todos, evidentemente, os que cometem erros na vida pública, têm que pagar por eles. Mas não é razoável tanta impunidade no Brasil, tantos ladrões de colarinho branco soltos por aí, viajando para as Miamis da vida! E os dirigentes, os companheiros do PT, companheira Iriny - que está retornando depois de algumas cirurgias -, trancafiados no presídio da Papuda!?

É preciso ter alma, coração, sobretudo ideologia, para suportar tudo isso.

Quais foram os crimes que José Genoíno e José Dirceu cometeram?

Reuniram-se com Parlamentares para comprar votos aqui dentro?! Qual foi o crime?!

Aliás, já dizia o nordestino, o sergipano Tobias Barreto, em seu livro:

"Direito não é só uma coisa que se sabe, mas também uma coisa que se sente".

O País inteiro sente que Genoíno e esses companheiros não são corruptos.

Ainda mais Genoíno, que sequer usava as emendas parlamentares aqui dentro; as devolvia para os cofres da União! Ele não merece estar onde está, Sr. Presidente! Estive hoje, pela manhã, na Papuda. Isso é um acinte ao Parlamento brasileiro!

Ainda algumas vozes saudosistas sobem à tribuna para pedir a cassação imediata de um Deputado que está enfermo e está de licença, que, quando vai falar com a gente... Porque não consegue falar. Ele teve de passar 8 horas dentro de um avião da Polícia Federal, num espetáculo midiático jamais visto, transmitido ao vivo e em cores por algumas redes de televisão! Haja paciência!

A democracia não pactua com esse tipo de espetáculo. A democracia tem direitos e deveres, e está acima de todos. Não tem Presidente do Supremo, seja lá quem for, que esteja acima da lei e possa agir à revelia do Estado Democrático de Direito. O PT é um partido que tem compromisso com o Estado Democrático de Direito. Pois violaram a democracia e o Estado Democrático de Direito nos últimos atos praticados contra dirigentes do PT. Fizeram a maior violação que nós já vimos na história recente da República brasileira. Não se concebe tanta brutalidade!

A nossa voz, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, é para falar com o País, é para dizer à nossa militância que precisamos reagir.

Já dizia Rousseau que o império da lei não vale só para alguns; tem que valer para todos. Ninguém, nem V.Exa., Sr. Presidente, que é nosso Presidente

supremo, está acima do nosso Regimento. E V.Exa., cuidadoso que é, sempre levando em conta o Regimento quando de suas decisões.

O que vimos nos últimos dias... A imprensa precisa ter coragem de... Digo os jornalistas. Diriço-me a vocês, jornalistas. Quando a gente fala, vocês dizem: "*Não somos nós. Nós somos pautados*". É verdade. Mas a verdade tem que ser dita.

Mesmo com os atos praticados de sexta-feira para cá, Sr. Presidente, ainda hoje, sabem vocês, eles ainda continuam em regime fechado. Esta Casa sabe disso? O Deputado Genoíno não está em regime semiaberto desde sexta-feira, porque aquela foi uma concessão do juiz. Aí o conflito: quando o Presidente do Supremo sentenciou, não disse qual o tipo de regime. Será que não foi dito porque ele esqueceu, ou foi para gerar um hiato jurídico, uma zona cinzenta, em que cada um vai decidir segundo o seu veredicto ou a sua consciência? Por que essa lista? Como é que fizeram essa lista dos primeiros a serem presos? E por que logo no feriado, Sr. Presidente?

Sr. Presidente, há coisas que nós não podemos aceitar. O Parlamento precisa reagir. É como disse o Deputado Genoíno hoje: "*Eu sou acusado de formação de quadrilha, e eu não conhecia a quadrilha que entrou no avião*". Olhem só! Que esquisito! Ele nunca tinha falado com ninguém; ele entra num avião sem saber quem era fulano ou beltrano, quem era ciclano. Eu não sei se pela mídia, mas nunca tinham tido contato. Portanto, isso não pode ser! Isso fere o Estado Democrático de Direito. Nós não podemos, Sr. Presidente, compactuar com isso!

A nossa voz, neste momento, não é uma voz apenas, evidentemente, de perplexidade e contrariedade, mas é também uma voz de firmeza programática, ideológica. E nós não vamos arredar o pé! Eu sei dos dramas familiares por que todos estão passando. E talvez o pior drama, Sr. Presidente, seja o do Genoíno, por razões de saúde. Não é fácil, não é fácil... Mas é preciso que vocês vejam. Quem topar visitá-los lá onde estão, perceberão que o que eu estou dizendo. Genoíno não é simplesmente um líder do PT; é um democrata, é um socialista, é um homem de esquerda que chegou aqui, pautando sua vida não em construir negócios, mas pautando sua vida pela construção da democracia pela qual nós tanto lutamos.

O Brasil não pode aceitar isso que está acontecendo!

Ainda hoje não se sabe de terem tomado uma decisão. Mas o Genoíno não pode ficar onde está. Primeiro, porque os que estão no regime semiaberto têm que ir para o semiaberto; segundo, porque o Genoíno não pode, porque senão ele corre risco de vida. Todo mundo sabe. Visitem-no os que duvidam.

Podem ir visitá-lo. Ele corre risco de vida. Mas seria bom que algum Ministro do STF, Sr. Presidente, fosse visitá-lo - para ver.

Finalmente, agora, mandaram uma junta médica. Como pode uma pessoa - vou usar o linguajar do Ceará - que botou 15 centímetros do tapete na horta, um manchão na horta, vamos dizer assim, estar encarcerada? E que até ontem à noite tentava comer a tal da marmita? Uma pessoa que não pode comer a marmita porque tem problemas de coagulação no sangue. Quem é médico aqui sabe disto: o medicamento tem a ver com a dieta. Não pode haver um medicamento, companheiros e companheiras, sem a dieta. Até que, hoje, começaram a perceber que estão sendo praticadas as mais altas brutalidades. Porque ele não tem condições de estar ali. Foi aí que alguns cuidados começaram a ser tomados.

Nós não vamos aceitar, meus companheiros e companheiras do PT! Quero dizer para todos: estamos doídos! O PT está doído; eu estou doído, mas encontrarei forças, Presidente Henrique. Como democratas que somos. E nós temos autoridade para falar em democracia, porque nós nascemos nela e a construímos. Não é qualquer um que, sob a toga, queira patrocinar violência aos direitos humanos. O que está acontecendo é uma questão de direitos humanos!

Seria bom que a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados se manifestasse sobre isso. Afinal de contas, José Genoíno é um Parlamentar. E ele não foi cassado; está de licença. Não foi nem um pedido nosso. Entrou

de licença porque os médicos lhe deram o atestado para que ele entrasse de licença até o começo do próximo ano.

Quanta desumanidade! Na política nós temos divergências e temos o calor do debate. Mas o que eu ouvi hoje aqui, na Casa, da Oposição, que passou a vida toda como serviçal da ditadura, apoiando o que eles faziam contra nós, Sr. Presidente, o que eles faziam contra o Ulysses Guimarães. Vi gente subir à tribuna para dizer que tem de perder. É muita desumanidade!

A democracia tem um valor humanitário do tamanho do oceano e não pode compactuar com isso. Nós estamos de pé, para defender os companheiros, para exigir que a República - se é verdade que a República vem da rés, da coisa pública, como disse a Presidenta Dilma - defenda a coisa pública. É importante que a República se una, investigue e coloque na cadeia tantos daqueles que estão nas praias, soltos por aí - mas não os dirigentes do PT! Companheiros da minha bancada, quero agradecer de coração! Nunca recebi tantas mensagens, Sr. Presidente, pelo *Twitter*, por exemplo. Vivemos um drama. Pensei até em ligar para V.Exa., mas soube que estava em missão oficial, e achei que não deveria incomodá-lo. Mas as pessoas ficaram ligando...

Portanto, o nosso sentimento é de solidariedade. Mas é, sobretudo, de luta e disposição para continuarmos esse projeto transformador. Nós não vamos nos abater!

Sr. Presidente, ontem, em São Paulo, quanto entrei no avião, várias pessoas vieram falar comigo. Eu achava até que era para fazer alguma crítica. Alguns de gravata, executivos, me diziam: "*Mas por que tanta brutalidade? Eu sou advogado, e isso não pode. Ninguém vai levantar a voz? Todo mundo vai ficar calado? E como fica o Estado Democrático de Direito?*".

Eu procurei, Presidente, humildemente, como cearense que sou, lá do Encantado, além de segurar a barra pesada dos meus familiares - meu pai, com 92 anos; minha mãe, com 88; toda a família, as quatro bandas da família no País inteiro -, ficar aqui firme. E não arredarei um pé! Vou agora sair para participar da reunião do Conselho Público, convocada pela Presidenta Dilma. Mas quero dizer aos democratas desta Casa, a este Plenário, que nós vamos continuar, firmes e fortes, defendendo esse projeto transformador, porque o que eles querem, Presidente, é interditar isso. Não ganham nas urnas, não ganham pela via democrática, e, muitas vezes, recorrem aos tribunais para interditar isto que nós construímos, que é o maior legado nosso: mudar sem mudar de lado; mudar dentro da democracia que nós construímos, e segurando essa vontade coletiva do povo brasileiro de continuar apoiando o PT.

A população está percebendo o jogo que está acontecendo, e eu não tenho dúvida de que a nossa resposta, companheiro Renato Simões, da Executiva Nacional do PT, virá em 2014.

É duro! A gente chora, a gente se abate. Mas, companheiras Benedita, Margarida, mulheres da bancada do PT e funcionárias, não se abatam, não. Não se preocupem comigo. Preocupem-se em defender o nosso projeto, o do Partido dos Trabalhadores.

Viva o Partido dos Trabalhadores!

Muito obrigado, companheiras e companheiros. (*Muito bem! Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Deputado e Líder José Guimarães, cheguei a esta Casa há pouco menos de 10 minutos e não sabia do pronunciamento de V.Exa. Apenas quando liguei a televisão é que ouvi V.Exa. falando. E me senti no dever de aqui estar para ouvir a sua palavra. E, cumprindo o meu dever como Presidente desta Casa, tenho de informar a V.Exa., a este Plenário e ao Brasil que o Deputado José Genoíno, no dia 16 de setembro, solicitou aposentadoria por invalidez. A junta médica, em São Paulo, ao examiná-lo, constatou que ele precisaria ainda de quatro meses, para então se avaliarem os resultados e a consolidação da gravíssima cirurgia a que ele se submeteu; que não havia ainda, em tão pouco tempo, condições para esta avaliação de aposentadoria por invalidez permanente. Mas, de pronto, ela o considerou inteiramente inapto, sem quaisquer condições de

exercer o seu mandato, pelo estado de saúde presente, e tomou a iniciativa de conceder-lhe, por quatro meses, licença para tratamento de saúde, o que vai até, portanto, início de janeiro. Nova avaliação, no dia 14 de janeiro, será feita, para se saber se as condições definitivas serão pela sua invalidez; e aposentar-se-á, assim.

Então, este esclarecimento eu presto. E digo mais: até estranhando, em nome da Presidência desta Casa, que hoje, terça-feira, às 17 horas, esta Casa não tenha recebido, nem antes nem durante nem depois, nenhuma comunicação a respeito da prisão de um Parlamentar, independente do mérito. Não estou aqui analisando o mérito de quem quer que seja, mas o dever protocolar, além da gentileza entre os Poderes, obrigaria que esta Casa fosse comunicada imediatamente. Isso não foi feito na sexta, não foi feito no sábado, não foi feito no domingo, não foi feito na segunda e não foi feito até terça-feira, a esta hora.

Então, eu quero aqui revelar esta estranheza como Presidente da Câmara dos Deputados. Apenas isso. *(Palmas.)*

O SR. AMAURI TEIXEIRA - Isso é um profundo desrespeito ao Parlamento, Sr. Presidente, e uma desconsideração aos demais Poderes! *Durante o discurso do Sr. José Guimarães, o Sr. Pedro Chaves, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Henrique Eduardo Alves, Presidente.*

Apesar de os dois textos estarem nos anexos, a leitura no corpo do texto da tese facilita a análise sobremaneira. Nesse sentido, nas próximas seções, apresentaremos os pontos centrais que unem esses dois textos, assim como o que os diferenciam, dentro das possibilidades de análise de nosso modelo. Optamos em fazer uma análise conjunta para facilitar a demonstração de eventuais diferenças entre os textos. Entretanto, é oportuno falar que, caso um pesquisador quisesse fazer uma análise separadamente, uma seção para o discurso do PT e outra para o discurso do PSDB, tal metodologia poderia ser feita sem problemas. Após a leitura dos dois textos acima, poderemos empreender nosso modelo, iniciando, assim, pelos Elementos Externos que constituem a argumentação.

8.3 Os Elementos Externos da argumentação

Como já demonstramos ao longo desse trabalho, os Elementos Externos ao texto são fundamentais por proporcionarem coerções sobre os gêneros textuais. Desse modo, entendemos que a análise da argumentação deve ser feita a partir do entendimento de uma série de elementos que estão externos à superfície textual e, com certeza, intervieram no posicionamento discursivo do locutor, assim como na própria estrutura do gênero textual, propiciando a persuasão. Entretanto, é oportuno deixar claro que, ao longo do tempo, a conjuntura social influenciou a estruturação do gênero discurso político de Sessão Plenária, de modo que ele se configurou como está hoje.

Os locutores debatem um contexto sócio-histórico de muito conflito para a sociedade brasileira e, principalmente, para a classe política. A opinião pública brasileira, os órgãos de imprensa e a sociedade internacional estavam observando os desfechos dos fatos que “chocaram” a nação quanto aos padrões éticos que os políticos sustentavam no primeiro mandato do presidente Lula, sendo este um dos maiores símbolos das chamadas “esquerdas” na América Latina.

O contexto sócio-histórico que envolveu o discurso do locutor era de muita euforia. O voto dos Ministros do STF poderiam indiciar ou até suspender o caso do “mensalão”. Em todos os jornais brasileiros, discutia-se a veracidade e a importância dos acontecimentos. A época em que o discurso foi proferido era de muita turbulência, com a divisão, muito mais nítida, entre os que eram a favor do bloco do governo (liderados pelo PT) e os que eram contrários ao governo (liderados pelo PSDB).

Na realidade, a bipolarização entre os dois partidos já se constituía há duas eleições anteriores, que sacramentaram as derrotas de Lula e que, em 2002, foram revertidas, quando ele se tornou presidente do Brasil. A luta entre esses dois partidos estava evidente em todos os Estados da Federação, principalmente os do Nordeste, em que a PT iniciava uma supremacia significativa no campo de atuação político-partidária.

Todo esse universo de discussões entre os que eram “favoráveis ao novo”, representado pelo PT, e os que eram “adeptos do retorno de uma maneira mais sólida de se fazer política por meio de ações macroeconômicas”, representado pelo PSDB, fez com que o Brasil, entre os anos de 2003 e 2005, ficasse dividido entre as duas principais forças políticas. O embate nas ruas, nas famílias, entre os intelectuais e, principalmente, entre a classe política estava acirrado. Desse modo, a figura de Joaquim Barbosa, presidente do STF, um dos maiores responsáveis pela continuidade do processo do “mensalão”, era aclamado pelo povo brasileiro como um grande líder e construtor de uma sensação diferente que a população estava experimentando: a de que “a justiça podia ser feita no Brasil”.

Como se pode notar, esse ambiente era favorável para a oposição, liderada pelo PSDB, fazer jus ao seu posto de opositora e, assim, encetar debates mais calorosos, que pudessem estabelecer uma comparação entre o PSDB e o PT. Os discursos dos parlamentares do PSDB, portanto, tinham uma veia de vingança pela derrota política nas urnas, assim como uma vontade de estabelecer o retorno ao poder. O “mensalão”

serviu para estabelecer um dos pontos cruciais no discurso petista nas eleições de 2002: o legado ético do partido. Pela primeira vez em vários anos, colocava-se em xeque um dos principais pilares que consolidavam a base partidária e ideológica do partido comandado por Lula.

O Discurso 15, do locutor do PT, líder do partido na Câmara, tem uma forte simbologia, pois Guimarães, além de membro fiel às questões políticas do partido, era irmão de um dos principais nomes envolvidos no processo, o que já garantiu um pronunciamento eivado de emotividade, em muitos momentos, evidenciada pela fala do locutor, o que se pode demonstrar no trecho abaixo:

Com a responsabilidade que tenho como Líder neste momento, delegado que fui pela minha bancada que acaba de se reunir, procurarei, sob o calor de uma forte emoção, mas usando a racionalidade na política, necessária para o enfrentamento desse debate, expressar ou tentar expressar, minhas companheiras e meus companheiros, o sentimento que comove a bancada do Partido dos Trabalhadores (DISCURSO 15- PT).

O trecho acima revela o sentimento dos integrantes do Partido dos Trabalhadores com relação aos destinos que a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) estava tomando, tornando-os “culpados” não pelo jogo político e partidário dos discursos de plenário do parlamento, mas pela justiça brasileira. A “racionalidade política”, que se cobrava de um locutor, irmão de um dos réus nos laudos do processo, era, de fato, exigida e, por isso, o locutor deveria “expressar” a defesa do partido, a honra dos integrantes da agremiação partidária de situação ou, pelo menos, “tentar expressar”, em meio a todos os fatos negativos que os desmotivavam.

Em meio a isso tudo, a situação comunicativa do discurso 4 focalizou a relação dialógica entre este discurso e o do discurso de José Guimarães, Deputado Federal eleito pelo PT do Ceará e irmão de José Genoíno, sendo este último um dos acusados a ser preso pelo STF. Guimarães participou de um dos momentos mais emblemáticos de toda a situação política da época, quando seus assessores foram presos com dólares nas cuecas, a fim de tentarem sair com dinheiro de um aeroporto brasileiro. O fato foi marcante e protagonizou um cenário de hostilidades entre os dois partidos.

O discurso 4 tem como situação comunicativa específica o fato de o locutor ser o Líder do PSDB na Câmara, ou seja, o principal responsável pela defesa do partido e dos interesses do bloco de oposição ao governo do PT. Como falamos anteriormente, na

seção de nosso trabalho destinada à compreensão da estrutura situacional que envolve a Sessão Plenária, o líder do partido, do governo ou de bloco de partidos tem tempo especial e, sempre que achar necessário, pode se valer da jurisprudência regimental de falar, se achar que algo feriu ou denegriu a moral, a ética ou os valores partidários ou ideológicos.

Um dos elementos essenciais do discurso 4 é que ele foi proferido praticamente depois de um dos discursos mais polêmicos da Casa do Povo naquela época, justamente, o discurso de José Guimarães. Observemos a situação comunicativa e a relação intertextual entre os dois textos:

Discurso 4:

Agora, o que me traz à tribuna é a preocupação do discurso feito pelo nosso colega, Deputado José Guimarães, pelo qual eu tenho respeito, e imagino o sofrimento dele, até porque envolve alguém da sua família. Então, não é fácil enfrentar, dentro deste Congresso, um debate depois do que ocorreu na última semana, mas eu quero aqui pontuar algumas questões (...)

O trecho acima é um exemplo de que o locutor sofre uma influência da situação comunicativa específica de, momentos antes de sua fala, José Guimarães (Locutor do PT), ter se pronunciado sobre o caso que envolve o PT, José Genoíno e toda a dinâmica política daqueles dias. O discurso 4, como se pode perceber, guarda relação com os acontecimentos do dia, que culminaram no pronunciamento de José Guimarães e, de certa forma, com a resposta do líder do PSDB. O trecho evidencia, também, o quanto um discurso político na Sessão Plenária pode fomentar um embate polêmico e, muitas vezes, proporcionar o diálogo entre os discursos envolvidos. Contextualmente, José Guimarães havia feito um pronunciamento na abertura dos trabalhos da Câmara. Um discurso muito esperado pela população e pelas mídias, já que o governo do PT, até aquele momento, não havia se pronunciado oficialmente sobre a decisão de julgar muitos dos envolvidos no escândalo, o qual, com certeza, mexia com as estruturas ideológicas do partido. Sob essa ótica, o discurso 4 aborda essa “preocupação” da oposição frente à postura do PT, representada por seu líder (José Guimarães), sobre os acontecimentos e fatos.

Pode-se ver que o clima de produção dos dois textos foi de muita hostilidade e debate. Havia a sensação de que, a qualquer momento, os dois principais grupos

políticos brasileiros iriam entrar num conflito intelectual, o que poderia culminar num “jogo de bastidores”. Em termos práticos, o mensalão representava, contextualmente falando, o declínio de uma base ideológica do PT, o que o discurso 4 tenta mostrar bem; competia, portanto, aos locutores da situação, defender a história do partido vencedor das últimas eleições, a história dos símbolos de luta do partido e toda a dinâmica política que o fez ser situação. Isso fica muito claro no trecho abaixo, do discurso 15 do PT:

(...)Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu quero, na condição de Líder, falar, evidentemente, para o meu País, para aqueles que acompanham o meu pronunciamento, **para a militância do PT** das redes sociais, para os nossos Parlamentares, para os democratas, **para a esquerda, para todos aqueles que, afinal de contas, deram parte de suas vidas para construir a democracia brasileira**” (DISCURSO 15- PT [grifos nossos]).

O trecho acima é um indicativo do “espírito político” do Partido dos Trabalhadores - um partido de esquerda histórica que, há mais de dez anos, estava na situação. O locutor demonstra que os fatos do mensalão não modificavam a “militância do PT” e, assim, chama a atenção para os cidadãos de “esquerda”, para “todos aqueles que deram parte de suas vidas para construir a democracia brasileira”. Obviamente, o locutor explora o fato de o seu partido ser originariamente de “esquerda” e, num passado recente, ter lutado para a constituição da “democracia” no Brasil. Há um claro conflito de interesses, evidenciados nos dois discursos:

- Posição do PT é preocupante (sustentação do PSDB sobre o discurso do locutor José Guimarães).
- PT ainda continua sendo esquerda histórica (sustentação do PT sobre os embates do PSDB).

Com relação do discurso 4, do locutor do PSDB, as suas intenções são claras e buscam demonstrar as contradições do governo do PT, assim como as incoerências éticas do partido. A base de defesa do PT estava focada em apresentar para a sociedade que o “mensalão” não havia existido e que, na verdade, toda a dinâmica do processo do STF seria mais uma “manobra partidária” da oposição para desqualificar o governo e os seus seguidores. Entretanto, os locutores integrantes do bloco de oposição ao governo tinham como meta crucial apresentar o PT como um partido que estava vivendo uma crise de valores éticos, capaz, inclusive, de “comprar parlamentares”, a fim de

proporcionar uma base de sustentação partidária sólida e duradoura, tudo em prol da governabilidade de Lula. O trecho abaixo, do Discurso 4, fala sobre isso:

Discurso 4: Eu acredito que a Justiça cumpriu seu papel. Quando cumpre o papel, sempre alguém vai se sentir prejudicado. Quando se fala de justiça, sempre há dois lados. Nesse caso, um lado eram políticos; o outro, uma sociedade inteira na expectativa. Se fôssemos levar o debate para a questão partidária, Situação e Oposição, ficaria muito fácil, neste momento, fazer um discurso bastante ofensivo, tripudiando, de fato, em cima de uma vitória da Justiça.

O locutor apresenta-se, assim, favorável ao processo de condenação dos réus do “mensalão”, que era o contexto de discussão mais saliente nos pronunciamentos dos deputados nas duas semanas em que os embargos infringentes estavam sendo discutidos, ou seja, se o processo de condenação seria ou não levado adiante pela justiça brasileira. O contexto situacional que se criou, no momento em que o texto foi produzido, induz-nos a entender que o locutor, como se pode perceber, não queria levar as discussões para as questões meramente partidárias, pois, segundo ele, “ficaria muito fácil” de argumentar favorável à existência do esquema de corrupção no governo.

Em contrapartida, o locutor do PT, em seu discurso, demonstra o quanto a oposição busca, “sem as provas necessárias”, apresentar o governo do PT como sem compromisso com a população e, principalmente, sem os valores éticos, tão defendidos por este partido nos pilares que lhe deram origem há mais de trinta anos. Isso é muito evidente no trecho abaixo:

Disse bem o Governador do Rio Grande do Sul em artigo. Ele disse que era preciso encontrar a chamada **teoria do fato para poder enquadrar aqueles, sem prova**. Aqui, para mim, os ritos do processo são secundários; o que vale é exatamente aquilo que serviu como âncora para o processo de julgamento dos dirigentes do PT. **Buscaram - e tinham de fazer isto - construir a teoria do chamado domínio do fato, para poder generalizar uma acusação que pudesse levar à criminalização do nosso partido**, o Partido dos Trabalhadores (DISCURSO 15- PT [grifos nosso]).

Novamente, observamos a importância do contexto sócio-histórico para a realização dos discursos das Sessões Plenárias e para originar os embates partidários entre os locutores. No discurso do locutor do PT, é clara a tentativa de denunciar que o mensalão não cumpre uma base do Direito, que é a de provar uma determinada situação por intermédio de fatos. Assim, com base do discurso de que a teoria dos fatos não fora

respeitada e que os supostos crimes acontecidos não foram, necessariamente, apresentados, o locutor denuncia a tentativa da oposição em transformar o julgamento do mensalão em um processo de “criminalização” partidário, “sem provas” e sem os “fatos” comprovados, como a jurisprudência exige. Para evidenciar esse posicionamento, o locutor chega a indicar que o andamento do processo seria “secundário”, pois a essência do mensalão era “poder generalizar uma acusação” contra o PT e contra os integrantes históricos do partido, que estavam envolvidos.

Essa alegação de “tentativa de criminalização” do PT foi o alvo dos principais argumentos da agremiação no momento em que o mensalão estava sendo julgado. Assim, os que defendiam o PT alegavam a jurisprudência de que “fatos não representariam os acontecimento reais”, enquanto o PSDB redarguia que o “PT não tinha ética para governar o país”, argumentos oriundos, necessariamente, de um contexto histórico amplo, pois a bandeira do PT era a postura ética, enquanto o PSDB valorizava o progresso e a estabilidade econômica.

Para que esse conflito de posições seja, de fato, levado em conta, deve-se, portanto, entender o contexto das eleições em que eles disputaram, assim como o contexto de formação das duas agremiações. Isso é salutar no trecho abaixo:

É claro que, num partido que teve a capacidade de fazer tantas transformações, sempre nós soubemos que as disputas políticas nem sempre se dariam no terreno da disputa democrática. Muitas vezes, foi preciso os opositores irem para os tribunais, tentando, muitas vezes, criminalizar não só os companheiros do PT, mas, sobretudo, um legado que é vitorioso, que é **exemplo para o mundo e que é referência para todos aqueles que lutaram pela democracia e contra a ditadura militar e que continuam intactos e em pé**, defendendo a democracia, os direitos humanos e as liberdades (DISCURSO 15- PT [grifos nossos]).

O locutor do trecho acima tenta trazer à baila a postura sempre “esquerda” do seu partido, que, historicamente, segundo ele, é “referência” para a luta contra os governos opressores em todo o mundo. Valendo-se do conhecimento histórico e de um contexto sociocultural, o locutor do PT valoriza seus argumentos, buscando persuadir seu interlocutor, trazendo fatos e elementos da história de seu partido para justificar “a não realização de atos ilícitos do mensalão” ou, de forma mais prática, defender o argumento de que “mensalão é a tentativa de criminalizar o PT e não existiu de verdade”.

Diferente dessa postura, podemos observar o discurso 4 do locutor do PSDB, que busca explorar, em termos políticos, a principal base ideológica do PT: a ética partidária, como se pode evidenciar em:

Primeiramente, a mídia social, principalmente a comandada pelo PT, colocou durante toda a semana que essa prisão, essa sentença é política. O que me preocupa é ver **o PT recriminando quando a lei é feita**. A legislação foi acertada, e foi esta Casa que criou a lei (DISCURSO 4- PSDB [grifos nossos]).

O trecho acima é incisivo em apresentar o contraponto do pensamento do locutor do discurso 15. O PSDB buscou, com o mensalão, aproveitar o momento político complicado em que o PT estava vivendo para argumentar sobre “PT não cumpre a Lei”. Com efeito, em termos práticos, os dois discursos apresentados são exemplos de como estava o momento social de nossa nação naquela época, o que prova a importância de se considerar os elementos externos ao texto em uma análise.

Importante reconhecer que o lugar de produção dos textos é muito importante, pois os locutores estavam inseridos em uma Sessão Plenária Ordinária, com uma série de exigências e características específicas que se evidenciam no processo de composição do gênero discurso político em Sessão Plenária. Desse modo, o locutor do PSDB, por exemplo, não poderá se expressar de forma desrespeitosa contra o seu oponente, no caso, os integrantes do Partido dos Trabalhadores, pois há uma contextualização regimental em que impossibilita que ele se submeta a determinadas práticas, sob pena de ser julgado no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados. É evidente que uma Sessão Plenária possui toda uma dinâmica situacional em que o locutor, quando vai se estabelecer como detentor da palavra no ato comunicacional, deve saber e, principalmente, deve respeitar.

Essas são questões que confirmam a necessidade de se ter uma análise dos Elementos Externos de forma cuidadosa, já que esses elementos podem proporcionar coerções nas estruturas composicionais dos gêneros, modificando-lhes e indicando uma série de características.

Portanto, a **situação comunicativa** em que o locutor está inserido, também contribui para a argumentação. Esse conceito foi tratado por Maingueneau como momento de realização empírica. Se o locutor busca contextualizar seus argumentos a

partir de um contexto sócio-histórico mais amplo em que ele está inserido, levando-se em consideração a época em que está vivendo, ele também considera o contexto comunicativo de produção em que o texto é proferido para validar a sua tese a partir de argumentos consistentes. Para isso, ele necessita saber qual o público que está a escutá-lo no embate discursivo, por exemplo.

Nota-se, dessa forma, que a intenção do locutor e a aceitabilidade do auditório são diretamente influenciadas pelo contexto em que o texto está inserido. Nas Sessões Plenárias, por exemplo, essas noções de aceitabilidade e de intencionalidade são fundamentais, pois normalmente os textos não são necessariamente aceitos do ponto de vista temático, já que a palavra de um locutor pode ser recusada por um interlocutor opositor, ou vice-versa.

Por causa disso, considerar a situação comunicativa como um fator que possa ser determinante para a argumentação é admitir que o processo argumentativo envolve contexto de produção textual e contexto social mais amplo. É por meio disso que defendemos que não se pode pensar em um texto sem que se saiba a situação comunicativa em que ele foi produzido. Acerca disso, observemos os trechos abaixo:

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB-MT. Como Líder. Sem revisão do Locutor.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu não venho a esta tribuna com a intenção de tripudiar ou mesmo humilhar o fato ocorrido a que o Brasil inteiro assistiu nesses últimos anos, a expectativa de fazer um divisor de águas, transformar o mensalão nesse divisor entre o tempo do julgamento do político e antes desse julgamento (DISCURSO 4- PSDB).

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu quero, na condição de Líder, falar, evidentemente, para o meu País, para aqueles que acompanham o meu pronunciamento, para a militância do PT das redes sociais, para os nossos Parlamentares, para os democratas, para a esquerda, para todos aqueles que, afinal de contas, deram parte de suas vidas para construir a democracia brasileira. Falo também para os meus familiares lá dos sertões do Encantado, de Fortaleza, de São Paulo e de Brasília. Falo, enfim, para a nossa família petista (DISCURSO 15- PT)

Como pode ser observado, os locutores apresenta-nos o local em que será produzido o seu texto, no caso, “venho a esta tribuna” (Discurso 4- PSDB) e “para os nossos Parlamentares” (Discurso 15- PT) . O lugar de comunicação é primordial no gênero discurso político de Sessão Plenária. Primeiro, o locutor, em qualquer Casa Legislativa, necessita que seu pronunciamento seja realizado em uma tribuna, momento

em que ele fica em total visibilidade e destaque frente aos seus pares. Segundo, na tribuna, ele está em uma situação comunicativa em que não se pronunciará para qualquer público, mas para uma série de “colegas” deputados, todos cientes dos protocolos e dos procedimentos especiais para o desenvolvimento das práticas discursivas de que os textos precisam para se tornarem argumentativos. A tribuna, de certa forma, representa o espaço em que o locutor pode empreender seus argumentos sobre um determinado tema. No caso do Discurso 4, o locutor objetivava “transformar o mensalão nesse divisor entre o tempo do julgamento do político e antes desse julgamento”; já no caso do Discurso 15, o locutor queria “apresentar que o mensalão foi uma tentativa de criminalizar o Partido dos Trabalhadores e que ele, assim, nunca ocorreu com os fatos necessários”.

Com efeito, no momento de produção do discurso, o locutor supõe um conjunto de conhecimentos de mundo que interferirão nas estratégias adequadas para persuadir o seu auditório. Defendemos que o lugar de produção pode, dependendo do gênero e dos objetivos almejados pelo locutor, ser determinante na construção do processo argumentativo. Na verdade, o locutor, usa do ambiente de produção em que está inserido no momento de seu texto para negociar as palavras a serem empregadas, as expressões linguísticas mais suscetíveis de serem interpretadas, o gênero mais adequado. Nas Sessões Plenárias, por exemplo, dependendo do tema a ser discutido pelos parlamentares e das questões levantadas pela opinião pública, o locutor seleciona de forma coerente os argumentos que mais são suscetíveis de serem aceitos. Importante que se mencione que não se trata de apenas adequar a linguagem, mas toda a complexidade que envolve o ato argumentativo a partir de uma previsibilidade da situação comunicativa. Para isso, ele deve usar o lugar a seu favor. Devemos esclarecer que estamos chamando de **lugar de produção** o ambiente em que o locutor está inserido no momento em que profere sua investida argumentativa a fim de convencer seu auditório.

Nos discursos selecionados em nosso *corpus*, em especial dos discursos 4 e 15, nos quais estamos pautando nossa análise, sempre há um locutor ciente de que o seu público serão colegas deputados. Ele sabe também que pode ter, entre esses sujeitos, pessoas que dialogam com a sua opinião, assim como sujeitos que discordarão ou por aptidões pessoais para os temas a serem tratados ou por questões político-partidárias (jogo situação x oposição muito comum no Brasil). Desse modo, um discurso é

produzido esperando-se certa previsibilidade de sua aceitabilidade para o público. Se o assunto for polêmico, como é o caso do tema escolhido por nós para seleção dos *corpus* (Mensalão), provavelmente ocorrerão embates ideológicos.

O entendimento da prática argumentativa, levando-se em conta os elementos externos ao texto, exigirá que o pesquisador que busque entender o contexto de produção em que os textos são produzidos. Em vista disso, nosso *corpus* retrata um dos assuntos mais polêmicos do Brasil contemporâneo: o mensalão e os impactos do seu julgamento para a sociedade e a opinião pública brasileira e mundial. Para isso, consideraremos as bases ideológicas dos principais partidos envolvidos nos embates sobre o tema no Congresso Nacional (Partido dos Trabalhadores e o Partido da Social Democracia Brasileira).

Nas Sessões Plenárias, o contexto em que os locutores estão envolvidos exige uma série de protocolos e características fixas, rígidas e necessárias. Um dos pontos principais de um discurso político em uma Casa Legislativa é com relação ao decoro parlamentar, pois os Locutores não podem fazer ofensas deliberadas a qualquer um dos seus pares. Assim, a linguagem e algumas questões importantes são reguladas por uma conduta regimentar que exige postura e respeito sempre, mesmo quando ocorrerem divergências intelectuais e ideológicas em embates no plenário.

Ciente dessa significativa importância dos Elementos Externos, passemos para a análise de como esses elementos podem exercer coerções sobre o aspecto composicional para o Componente Genérico da argumentação e, em seguida, para o Componente Sequencial, dois Componentes que estão no plano textual da análise da argumentação em nossa proposta.

8.4 O Componente Genérico

A definição de gênero defendida por nosso trabalho tem como influência os achados de Bakhtin acerca dessa fundamental noção teórica para os estudos da linguagem. Desse modo, entendemos que o gênero é um construto abstrato com características relativamente estáveis, inseridas em um contexto sócio-histórico de produção comunicativa e que se manifesta, de maneira material, por meio de textos que, necessariamente, necessitam de contextos de usos concretos.

Em nosso trabalho, como apresentamos no Componente Genérico, consideramos que os discursos políticos em Sessões Plenárias são, assim, gêneros textuais com características próprias. Em um gênero como artigo de opinião, por exemplo, é evidente que há correlações entre o gênero e a forma como o locutor se manifestará no texto, pois o produtor já sabe, de certa forma, quais os procedimentos exigidos pela estrutura genérica a fim de que o ato comunicativo e, principalmente, o ato persuasivo tenham os efeitos eficientemente. A leitura da literatura especializada nos fez entender que, em muitos trabalhos, apesar do reconhecimento de que o gênero é, sim, um elemento integrante da argumentação, poucos foram os trabalhos investigativos. Pinto (2010), por exemplo, apesar de apresentar uma enorme seção sobre como gênero, não o usa como uma categoria específica de controle das estruturas de seu modelo capazes de condicionar o modo de argumentação. Pensamos que as especificidades do gênero interferem, sim, no modo como a argumentação é organizada nos textos, no nosso caso, no discurso de Sessão Plenária.

À luz do pensamento de Bakhtin, os discursos 4 e 15, dos locutores do PSDB e do PT, respectivamente, têm como tema principal o “mensalão”. De modo global, os locutores, inseridos em um contexto mais amplo de atuação sócio-histórica (as discussões sobre o “mensalão” na sociedade) e em um contexto situacional específico (fazer um discurso na Sessão Plenária da Câmara dos Deputados Federais como líder do partido), usam da palavra para tentarem empreender o seu ponto de vista: a tese de que o “mensalão” será um divisor de águas para a Justiça brasileira (no caso do discurso do PSDB) e a tese de que não há crime sendo cometido pelo Partido dos Trabalhadores, pois o mensalão não existiu com provas concretas (no caso do discurso do PT).

No que se refere ao discurso 4, de uma maneira bem evidente, o locutor usa, ao longo do seu pronunciamento, a artimanha de afirmar que a justiça fora feita, a fim de fazer com que o tema “mensalão” aparecesse como que algo secundário, pois seu pronunciamento não seria, segundo ele, para criticar o escândalo, mas para mostrar que a justiça fora realmente feita e que o caso de discussão (julgamento apenas político e manobra da oposição contra o governo do PT) sobre a veracidade dos fatos e a questão dos embargos infringentes (possibilidade de suspensão e arquivamento do processo) poderiam ser tratados com maior cautela, sem as emoções das questões essencialmente políticas. Já no discurso 15, o locutor do PT tem um objetivo expresso: defender a honra do seu partido e de sua família, principalmente, por conta do envolvimento de seu

irmão, José Genoíno, no caso. O cenário político que se constrói é um ambiente em que a temática “mensalão” possuía uma conotação de possibilidade de retorno ao poder (pelo PSDB), a partir da apresentação das falhas éticas e ideológicas do partido de situação, assim como a oportunidade de defesa da moral partidária do Partido dos Trabalhadores, como tenta o locutor do discurso 15.

Ainda com relação ao discurso 4, para que o tema fosse desenvolvido de forma crucial, com certeza, o locutor usou de vários elementos que condicionaram o seu estilo próprio. Dentro da estrutura dos gêneros textuais, a questão do estilo é essencial e fundamental, pois as escolhas lexicais revelam o posicionamento do locutor em suas manobras a fim de persuadir eficientemente o seu público. Nesse discurso, o locutor argumenta, inicialmente, que o uso da tribuna não era para “tripudiar” ou “mesmo humilhar” os fatos acontecidos no Brasil, que envolviam, obviamente, os escândalos ligados à base de sustentação do governo do PT. O uso dessas palavras já expressa uma espécie de “pedido de desculpas” pelo pronunciamento a ser feito, já que este seria uma “resposta” ao pronunciamento discurso do Deputado José Guimarães, do PT, envolvido nos casos e que tinha um irmão, José Genoíno, como indicado à prisão. Assim, explica-se a frase:

“Agora, o que me traz à tribuna é a preocupação do discurso feito pelo nosso colega, Deputado José Guimarães, pelo qual eu tenho respeito, e imagino o sofrimento dele, até porque envolve alguém da sua família” (DISCURSO 4, PSDB).

O trecho anterior demonstra certa cautela do locutor em tentar demonstrar que seu discurso não é para “humilhar” ou denegrir a imagem dos envolvidos no caso. Em seguida, o locutor manifesta, oportunamente, o seu posicionamento e, para isso, usa a frase “justiça foi feita” para tentar destacar que o caso do “mensalão” não se trata de uma questão política, como os parlamentares do PT querem demonstrar em seus pronunciamentos, mas, sim, de um caso de justiça imparcial.

De fato, num embate político, cada locutor tem uma característica e um tom da palavra diferente. No caso do discurso 15, diversas vezes, expressões emotivas caracterizavam a gama de expressividade e orientação pessoal das palavras na superfície do texto. Dessa maneira, o locutor demonstrava a sua personalidade e se aproximava dos fatos envolvidos. Observemos os trechos abaixo:

Quem estava determinado a transformar o nosso País. E esse foi o PT, foi o nosso Governo! (DISCURSO 15- PT).

Foi feito julgamento político porque não há provas materiais que condenem aqueles que supostamente tenham cometido o crime de pagar mesadas a Parlamentares aqui desta Casa (DISCURSO 15-PT).

Os dois trechos acima representam o quanto o locutor buscar trazer para os seus argumentos o tom pessoal, aproximando o discurso de suas convicções e pensamentos, o que nos permite indicar uma forte aproximação entre os fatos tratados e o discurso. O estilo do locutor segue um tom de apresentação de problemas na oposição, sempre destacando as incoerências do governo do PSDB.

Um ponto importante que merece ser apresentado é a questão da filiação partidária. Todo político brasileiro, se quiser ser candidato a algum cargo público do poder executivo ou poder legislativo, deve estar filiado a um partido. Em princípio, o candidato se filia quando concorda com o estilo de fazer política do partido, com as suas características principais de condução dos aspectos macroeconômicos e com o regimento e as bases ideológicas do partido. No caso do discurso 4, o locutor é filiado ao PSDB, logo sabe que, quando estiver na tribuna de uma Sessão Plenária, além de suas opiniões, ele deve ter em mente a base ideológica do partido que ele defende e, como se trata do líder da oposição, a responsabilidade no discurso é maior. Essa postura também deve ser seguida pelo locutor do discurso 15, que é do Partido dos Trabalhadores, no momento de sua defesa. É sempre bom lembrar que estamos falando de dois discursos de locutores que, na época do julgamento do mensalão, eram os líderes do partido, figura simbólica na legislatura brasileira, por ser o responsável por fazer a articulação entre o partido e o restante da bancada. Nesse sentido, mesmo um partidário tendo um ponto de vista diferente, se o partido indicar determinado voto ou orientação para votação, o locutor deverá fazê-lo sob a possibilidade, se descumprir a orientação, de ser até expulso da agremiação ou, pelo menos, de perder espaço nas indicações partidárias.

Queremos, com isso, defender que, além do estilo individual, o locutor deve se inserir em um estilo mais amplo, baseado diretamente nas estruturas mais complexas que envolvem, no caso dos políticos, a questão da filiação partidária. Normalmente, cada partido possui um posicionamento, um “estilo” de fazer política. Desse modo, um locutor que tem uma visão ideológica, por exemplo, que vise mais a vantagens econômicas em sua plataforma de governo, não se filiara a um partido que tenha como

elemento essencial na base ideológica um pensamento de esquerda radical, com menos interesses financeiros.

No caso do PSDB, o direcionamento desse partido, no momento em que o discurso 4 foi proferido, era o de ser oposição ao governo do PT. Assim, o “mensalão” seria um momento político delicado, que, normalmente, os partidos opositoristas usariam para denegrir a imagem do partido da situação. Explica-se, portanto, o uso dos itens lexicais em que o locutor fala que não quer humilhar o PT e nem a família de José Guimarães. Acerca disso, explica-se, desse modo, o uso de expressões de tom agressivo e humilhante por parte do locutor do discurso 15, que objetivava, sim, diminuir a oposição.

Um dos pontos fortes dos dois discursos é quanto ao uso de perguntas retóricas como uma estratégia de demonstrar recursos irônicos do discurso, o que pode ser constatado como um uso recorrente estilístico pessoal do locutor, como em:

(...) o Partido dos Trabalhadores não pode desassociar este momento. Têm que assumir aqueles que cometeram erros, assim como outros partidos também podem cometer erro. Mas daí a dizer que não houve?! (...)” (DISCURSO 4).

Eu achava até que era para fazer alguma crítica. Alguns de gravata, executivos, me diziam: *“Mas por que tanta brutalidade? Eu sou advogado, e isso não pode. Ninguém vai levantar a voz? Todo mundo vai ficar calado? E como fica o Estado Democrático de Direito?”* (DISCURSO 15- PT).

Finalmente, agora, mandaram uma junta médica. Como pode uma pessoa - vou usar o linguajar do Ceará - que botou 15 centímetros do tapete na horta, um manchão na horta, vamos dizer assim, estar encarcerada? E que até ontem à noite tentava comer a tal da marmita? Uma pessoa que não pode comer a marmita porque tem problemas de coagulação no sangue” (DISCURSO 15-PT).

É preciso ter alma, coração, sobretudo ideologia, para suportar tudo isso. Quais foram os crimes que José Genoíno e José Dirceu cometeram? Reuniram-se com Parlamentares para comprar votos aqui dentro?! Qual foi o crime?! Aliás, já dizia o nordestino, o sergipano Tobias Barreto, em seu livro: *“Direito não é só uma coisa que se sabe, mas também uma coisa que se sente”* (DISCURSO 15-PT).

Como se pode perceber acima, no trecho retirado do discurso 4, a pergunta foi usada com o objetivo de desmerecer a postura do PT com relação ao caso do “mensalão”. O locutor, na verdade, faz referência ao fato de o Partido dos Trabalhadores defender que o julgamento não é algo “correto” e, sim, um “julgamento político”. O sintagma “mas daí a dizer que não houve?!” faz uma alusão crítica a essa

questão. Já nas outras situações, presentes no discurso 15, temos três contextos diferentes para o uso dessa estratégia argumentativa. Na primeira pergunta, usou-a com o fito de determinar o grau de “brutalidade” com que a Justiça estava fazendo ao deixar o José Genoíno preso. O termo foi usado, assim, para indicar e confirmar essa situação que o locutor do discurso 15 apresenta. Sob a mesma ótica, a segunda pergunta retórica é uma espécie de justificativa para os possíveis “momentos de dificuldades” que José Genoíno estava vivendo na prisão. Nesse contexto, usa-se a estratégia de apresentá-lo como um cidadão debilitado fisicamente, o que, segundo o locutor, deveria servir como amparo legal para que o “preso” fosse solto pela justiça brasileira. No terceiro caso de pergunta retórica no discurso 15, o locutor objetiva desmerecer a gravidade da sentença e dos achados da justiça ao indicar retoricamente qual o crime cometido pelo seu irmão e pelo partido que ele representa.

Uma das características dos discursos do PSDB em nosso *corpus* foi a agressividade, quase sempre, notabilizada na imposição da apresentação do PT como um partido que mudou de postura ao longo dos anos ou de um partido que descumpriu seus padrões éticos. Isso repercute sobre o estilo dos membros do partido. Assim, no discurso 4, notou-se, também, essa questão. Além disso, discutiu-se muito a questão da possibilidade de um “mensalão” no governo de Minas Gerais, em que o Governo era do PSDB. Quanto a isso, podemos observar o trecho do discurso 4:

“Eu sei que já tentaram trazer aqui à baila o debate sobre Minas Gerais, sobre outros assuntos. O PSDB está pronto para debater isso! Pronto! Eu quero dizer aqui que, se têm alguma dúvida - eu não tenho nenhuma - sobre o nosso partido, eu também posso levantar dúvida sobre o Chefe de Estado no momento do mensalão, que era o Presidente Lula”.

No trecho acima, a informação sobre a possibilidade do “mensalão” de Minas, do PSDB, é indicado por “já tentaram trazer aqui à baila o debate sobre Minas Gerais”. Entretanto, alguns itens lexicais demonstram um estilo agressivo, indicativo de que o locutor e o seu partido estariam preparados para qualquer tipo de debate sobre isso. O sintagma “o PSDB está pronto para debater isso! Pronto!”, com as exclamações, indicam a entonação incisiva do locutor na defesa de seu partido. A fim de apresentar um argumento contrário ao defendido pelo PT, a palavra “dúvida” é empregada com função especial, pois indica a possibilidade de que Lula, então presidente do Brasil na época do esquema do “mensalão”, poderia saber dos fatos e das ações. Isso se

confirmou com “posso levantar dúvida sobre o Chefe de Estado no momento do mensalão”.

Desse modo, o locutor incorpora, em muitos momentos, o estilo que lhe é exigido pela agremiação partidária: ser oposição ao governo do PT. Por isso, as escolhas lexicais de determinadas palavras já se mostram como um indício de que temos uma ferramenta produtiva para verificar as marcas do locutor no texto do gênero discurso de Sessão Plenária, condicionadas pelo contexto situacional específico.

Essa noção também se evidenciou no discurso 15, assim como em todos os discursos analisados de nosso *corpus*. Para confirmarmos isso, observemos um trecho abaixo:

“Não serão esses democratas de meia-tigela, que hoje se escondem sob o manto da democracia, que haverão de imputar ao PT a pecha de partido corrupto! Porque o PT não é um partido corrupto. Se há algum partido corrupto no Brasil, esse não é o Partido dos Trabalhadores” (DISCURSO 15-PT).

No trecho acima, a expressão “meia-tigela”, muito comum no uso gírio para indicar pessoas que não são o que se propõem em ser, revela o quão agressivo era o debate sobre esse assunto naquela época. O locutor, com isso, indica a sua opinião sobre os fatos democráticos e, provavelmente, mesmo sem indicar fielmente a quem se refere, está tratando dos partidos de oposição. Importante lembrarmos que, na sigla partidária do PSDB, a palavra “Democracia” aparece (Partido da Social Democracia Brasileira). Um dos pilares do PSDB, a democracia e da defesa dela são colocadas em dúvida pelo locutor do PT, em um estilo agressivo, firme e muito depreciativo.

Quanto às unidades composicionais propostas por Bakhtin, não as usaremos em nossas análises, como já explicamos, por considerarmos essencial, neste momento de nosso trabalho, uma análise mais global e, de alguma forma, mais enxuta das categorias de análise. Tal posição não nos impede de indicar, mesmo que brevemente, que, composicionalmente, o discurso político de Sessão Plenária é um gênero que se rege por uma superestrutura muito variável, pois, para cada Sessão Plenária, há algumas nuances que devem ser respeitadas (cordialidades, os objetivos da sessão, os propósitos dos textos e os tipos de metas a serem cumpridas pelos parlamentares, o tempo para cada locutor, dentre outras). Nas sessões ordinárias, por exemplo, podemos indicar algumas

recorrências, tanto nos discursos dos locutores do PT, quanto nos discursos dos locutores do PSDB:

1º. Passo: saudação inicial (para a mesa, para a população, para os outros deputados)- com grau de formalidade exigido pelo regimento das Casas Legislativas;

2º. Apresentação do assunto a ser tratado (pode varia, pois há locutores que podem indicar um problema em seu Estado, em seu partido, em outro partido, no mundo, na economia, dentre outros tipos de temas a serem debatidos).

3º. Apresentação dos argumentos ou fatos (os fatos são as provas usadas pelo locutor para comprovar que o seu ponto de vista é o correto ou, pelo menos, deve ser encarado como correto. Nesse momento, os locutores apresentam estratégias variadas como exemplificações, citações diretas e indiretas, fatos, retrospectivas históricas, contextualizações históricas, referências comparativas entre épocas distintas, proximidades ideológicas entre partidos ou entre sujeitos, dentre outras).

4º. Possibilidade de receber o “a parte”(na estrutura dos discursos, os locutores podem dialogar sobre um assunto ou até debaterem sobre ele, caso seja concedido o direito de “a parte”. Na verdade, o locutor que possui a palavra na tribuna é quem escolhe se concederá “a parte” ou não para um colega locutor que quer fazer algum comentário sobre o assunto apresentado no momento da tribuna).

5º. Desfecho do texto com despedida (uma justificativa rápida sobre o tema a ser apresentado e, em seguida, uma despedida para os deputados, para a população ou para a presidência. Em alguns contextos, principalmente os de muito embate, deixa-se um “recado” para outro locutor).

Assim, após esses esclarecimentos sobre a importância do Componente Genérico em nosso modelo, passemos para outro ponto deste último componente, também fundamental para a organização dos argumentos a serem defendidos na estrutura textual.

8.5 Componente Sequencial

Nesta seção, apresentaremos como o Componente Sequencial é um dos responsáveis pela caracterização do gênero em exame, por isso é um componente relevante na análise da argumentação. Para isso, dividiremos a nossa análise em dois momentos, tomando por base os pressupostos de Adam (2008): a) análise do plano de texto que se instaura nos Discursos 4 e 15, assim como a sequencialidade dominante e as estruturas composicionais deles e b) os processos de esquematização que se constituem a partir do discurso do locutor, capaz de indicar as projeções das imagens de si no discurso (o que já indica a estreita relação entre o Componente Sequencial e o Componente Retórico).

8.5.1 O plano de texto e sequencialidade dominante

Os planos de texto, como entidades abstratas, podem ser mais ou menos marcados, mais ou menos visíveis e legíveis, seja pela segmentação, pelos anúncios de temas e subtemas, pelas mudanças de tópico e reformulações, pela articulação dos organizadores textuais. Como já defendera Adam (2008), os planos de textos permitem reunir partes multiperiódicas ou multisequenciais mais complexas, na medida em que possuem uma homogeneidade semântica interna.

O texto, para construir o seu todo argumentativo e significativo, precisa que seja encadeado em subconjuntos das partes que o forma. A sequenciação do plano do texto acontece em uma sucessão. Assim sendo, o texto é construído de partes, que, por sua vez, constrói uma unidade de sentido e se realiza em um contexto, designada por Adam (2008) como uma unidade semântica e pragmática denominada “configuracional”, porque nela estão inclusas as partes do enunciado que forma o todo do texto.

A estrutura sequencial de um texto é organizada por um plano de texto que leva em conta a sua seqüência organizacional. Tal organização se configura a partir de uma sucessão de enunciados. Para Adam (2008, p. 280), a “operação configuracional pode ser definida como o fato de instituir na produção e de depreender na interpretação uma configuração a partir de uma sucessão”. O que o autor determina como sendo uma composição (que leva a uma configuração pragmática) compreende as “proposições-enunciados, os períodos, as partes de um plano de texto e as seqüências que o constituem como os elementos de um complexo concreto de relações.”

Desse modo, achamos oportuno, no que consideramos Componente Sequencial, determinar os planos de textos que se instauram na composição do texto. Dentro dessa estrutura mais abstrata, notabiliza-se a instauração de unidades macrocomposicionais, as quais constituem as seqüências textuais, entre elas, argumentativa, que interessa à nossa análise.

Nosso percurso analítico começou, portanto, com os aspectos contextuais (aspectos externos amplos e aspectos externos específicos ligados à argumentação textual); em seguida, passou às implicações do gênero sobre a estrutura do texto dos discursos de Sessão Plenária, o que inclui a influência do tema, da composição e do

estilo. A composição do gênero, dentre outros aspectos estruturais, descreve-se também pela sequência textual dominante, neste caso, a argumentativa, no processo de defesa de uma tese. A leitura do discurso 4, do locutor do PSDB, e do discurso 15, do locutor do PT, assim como a leitura da maioria dos textos presentes em nosso *corpus*, fez-nos entender que, quase sempre, os discursos de Sessões Plenárias têm como peculiaridades algumas noções que são recorrentes, como se fossem um plano de texto padrão e recorrente:

- a) Saudação inicial (para os integrantes da mesa diretora da Sessão Plenária, para a população em geral, assim como para os demais parlamentares);
- b) Apresentação do assunto (em forma de problemática ou afirmação sobre algum tema a ser discutido);
- c) Desenvolvimento temático (apresentação dos aspectos necessários para que o tema apresentado seja desenvolvido, com possibilidade de receber “a parte” de outros locutores, se o locutor com a palavra na tribuna achar conveniente);
- d) Desfecho com consideração (sempre uma frase afirmativa sobre o assunto tratado)
- e) Saudação final (despedida para todos os interlocutores, quase sempre, sem especificá-los).

Diante disso, analisando-se o Discurso 4, do locutor do PSDB, e o Discurso 15, do locutor do PT, sob a ótica da sua estrutura composicional, percebemos, em sua análise de materialidade, algumas especificações mais estruturais da sequencialidade desses textos. Nos discursos de nosso *corpus*, ocorreu certa recorrência para essa estrutura temática presente em todos eles, principalmente os que versavam sobre um assunto a ser discutido com mais tempo no plenário da sessão. Isso configura uma regularidade temática, que, por sua vez, repercute sobre o aspecto composicional do plano de texto, pois determina, por exemplo, a apresentação do assunto após a saudação. Obviamente, pensar em argumentação é entender que o locutor, mesmo que involuntariamente, faz uso das características condicionadas socialmente para os gêneros e, assim, usam-nas de forma a tentar demonstrar que seus argumentos são convincentes. Por causa disso, o plano do texto do discurso 4 tem como elemento importante a apresentação da temática a ser abordada em forma de uma ponderação problemática, que se instaura por meio de uma relação dialógica e intertextual com o discurso do locutor do PT. Como apresentamos antes, o Discurso 15 foi pronunciado

primeiro e, depois dele, o líder do PSDB, locutor do Discurso 4, motivou-se a fazer um pronunciamento que, embora seja iniciado com referência à preocupação com as questões levantadas pelo locutor do discurso petista, não se configura como um “direito de resposta” daquele, mas, sim, como um certo diálogo, motivado, especificamente, pela temática a ser desenvolvida: mensalão.

O parlamentar de um partido de oposição, com linhas ideológicas de centro-direita, entende que, no momento em que está na Sessão Plenária, ocupando o exercício de líder de um bloco político, como é o caso do locutor do discurso 4, deve defender de todas as formas as estruturas argumentativas de seu partido e dos que os seguem. Assim, esse mesmo locutor sabe, portanto, que deve saudar os seus pares, independente de partidos e agremiações políticas. Como é feito em: “O SR. NILSON LEITÃO (PSDB-MT. Como Líder. Sem revisão do Locutor.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu não venho a esta tribuna (...)”.

Essa postura também foi percebida no Discurso 15, do locutor do PT, que também era na época do texto um líder do seu partido na Câmara e, como se sabe, era o representante do partido de “situação”. Contudo, a grande diferença entre os dois foi o fato de que este último locutor se dirige a seus pares na casa, mas valoriza os membros de seu partido, os seus correligionários e militantes, como se pode notar em:

“Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu quero, na condição de Líder, falar, evidentemente, para o meu País, para **aqueles que acompanham o meu pronunciamento, para a militância do PT das redes sociais, para os nossos Parlamentares, para os democratas, para a esquerda, para todos aqueles que, afinal de contas,** deram parte de suas vidas para construir a democracia brasileira” (DISCURSO 15- PT [grifos nossos]).

A saudação convencional, para a mesa diretora e para os demais parlamentares ocorreu, mas também houve um chamado para os que “acompanham” o PT ao longo dos anos e, provavelmente, são “militantes” nas redes sociais, “nos parlamentos”; chamaram-se, também, os “políticos de esquerda”, sem especificação de partido político, com o fito de indicar a relação entre o PT e essa esfera social “ser de esquerda” ou “discurso de partido de esquerda”, pilares de um passado próximo das eleições vencidas pelo partido. Obviamente, esse chamamento para essa “esquerda”, sem menção a partido ou especificidade de agremiação, vai de encontro ao pensamento de que o “PT representa as esquerdas brasileiras”, tão recorrente entre os locutores no nosso corpus.

Na verdade, o gênero discurso político, com certeza, tem como característica principal a persuasão. Quando se pensa em um discurso proferido por um locutor em uma situação de comunicação com contexto político, pensa-se nas intenções desse sujeito em empreender sua tese e seu ponto de vista em relação a um determinado público. Desse modo, o gênero, além de sofrer coerções da situação comunicativa em que o sujeito está inserido, também condiciona, por exemplo, as escolhas lexicais, com o fito de se ter as estratégias argumentativas sendo bem apresentadas.

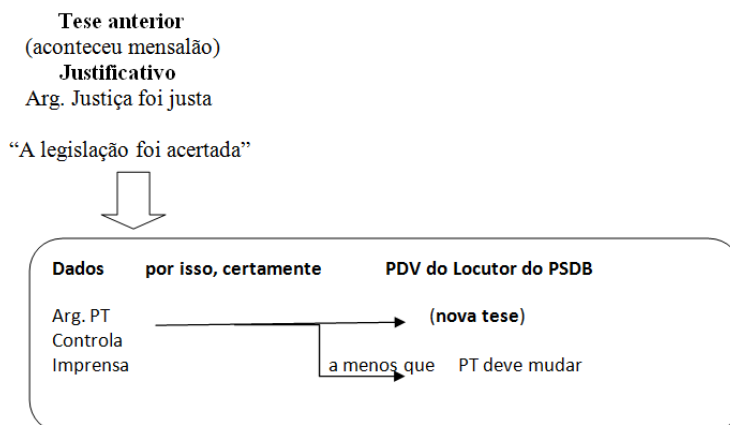
Com uma estrutura predominantemente argumentativa em sua sequencialidade, os Discursos 4 e 15 apresentam um plano de texto fixo com as características do gênero discurso de Sessão Plenária: contato inicial, apresentação do conteúdo e seção de despedida.

O vocativo aparece como um elemento essencial, indicativo de respeito aos pares, apresentado na seção de abertura dos documentos e em seu interior em novas subseções, direcionando seu interlocutor, ou junto ao pronome de tratamento. A seção de demonstração apresenta o conteúdo proposicional do texto, trazendo marcas da argumentação principalmente no tipo de pontuação, uso da interrogação, reticências, exclamação, apresentação de dados, direcionamento das teses e inferências sobre os dados sobre os quais é possível traçar um desdobramento de teses “Mensalão foi justo, portanto PT deve aceitar” e “PSDB está preparado, o mensalão existiu”, no caso do PSDB; já no caso do discurso do PT, os argumentos seriam “Querem transformar o mensalão em um processo de criminalização do PT”, “O PT foi responsável pelas transformações sociais e não há provas de fato sobre a existência do mensalão” e “Os companheiros do PT não foram culpados; são, portanto, inocentes do crime empreendido pelo STF”.

Importante, também, que possamos estabelecer os limites estabelecidos pelas proposições-enunciados apresentadas no texto refletindo a situação de comunicação. Isso é oportuno antes de mostrarmos o esquema de sequencialidade que se constitui nos dois textos em análise. Assim, o ponto de vista (PDV), a representação discursiva (RD) e os valores ilocucionários são coocorrentes no texto em análise.

Com relação ao PdV do Discurso 4, percebemos que ele está apresentado significativamente marcado em torno da necessidade de apresentar que existiu o “mensalão” no governo do PT, ou seja, a justiça está fazendo a parte dela ao tentar

cumprir o seu papel como aparece nitidamente em “A legislação foi acertada, e foi esta Casa que criou a lei. O STF cumpriu essa lei”, além de aparecer também em “o mensalão foi um instrumento para fazer com que o Governo do Presidente Lula funcionasse de acordo com a sua vontade pessoal”. É sobre o ponto de vista da existência do “mensalão” e de que a justiça foi feita que o locutor constrói uma representação discursiva (RD) para o discurso e dela se possibilita a criação de um ethos em que uma imagem de si emblemática de que a justiça está sendo feita e de que o PSDB não é o culpado pelos problemas éticos do PT. Nessa direção, a estrutura dos atos de discurso é expressa sobre enunciados assertivos/constativos, como este: o “que me traz à tribuna é a preocupação do discurso feito pelo nosso colega, Deputado José Guimarães, pelo qual eu tenho respeito, e imagino o sofrimento dele, até porque envolve alguém da sua família. Então, não é fácil enfrentar, dentro deste Congresso, um debate depois do que ocorreu na última semana, mas eu quero aqui pontuar algumas questões”. Também se expressa por enunciados declarativos, como: “a mídia social, principalmente a comandada pelo PT, colocou durante toda a semana que essa prisão, essa sentença é política. O que me preocupa é ver o PT recriminando quando a lei é feita. A legislação foi acertada, e foi esta Casa que criou a lei. O STF cumpriu essa lei. A maioria do Pleno foi indicada pelo próprio PT, pela Presidenta Dilma ou pelo Presidente Lula. Hoje, a grande maioria do STF foi indicada pelo Partido dos Trabalhadores”. Esse tipo de construção remete não apenas a um tipo de declaração, demonstração ou direcionamento da tese principal, mas também esconde uma tentativa de chamar atenção e até mesmo gerar sentimento de culpa no interlocutor, o que pode ser constatado nos enunciados interrogativos, como: “Imagina-se que o STF teria uma posição diferente daquilo que foi julgado? Eu não vi esse mesmo partido reclamar tanto da sentença”. Diante disso, podemos estruturar o quadro argumentativo do discurso 4 da seguinte maneira:



Quadro 4- Sequencialidade argumentativa do discurso 4 do PSDB

Desse modo, conforme o quadro acima, delineando-se o quadro argumentativo do discurso 4, percebemos a usabilidade constante de discurso delineado, quase sempre, por dados declarativos/justificativos, o que foi encontrado em muitos discursos dos locutores do PSDB. Isso se confirma pelo uso de um ser ou estado em primeira pessoa, indicando o ponto de vista pessoal do locutor sobre um determinado fato. Os dados dessa proposição têm por finalidade direcionar a tese no sentido de que a justiça fora feita e de que o PT fez, sim, o “mensalão”.

Notou-se, desse modo, que as estruturas declarativas marcaram, precisamente, uma tese anterior que defende, justamente, a proposição de que existiu o “mensalão” no governo do PT. Entretanto, o que se percebe, também, que aconteceu uma espécie de restrição implícita, exposta principalmente pelo fato de que o sujeito com que o discurso dialoga (locutor do PT) proferiu um discurso condenatório sobre as atitudes do PSDB. Uma estratégia argumentativa para defender a tese de que o escândalo aconteceu - a tese central do discurso 4 - é o fato de o locutor sempre tentar repetir, na justificativa para a tese, o fato de ter havido escândalo. Consideramos, portanto, que essa artimanha argumentativa da repetição teve um caráter bastante persuasivo ao longo da construção composicional do plano textual.

No caso do Discurso 15, o PdV desenvolvido é de que o mensalão é uma manobra política e que o PT está injustiçado, assim como os membros do partido que estão sendo julgados. Esse pensamento contribui para a formação de um discurso de que o “PT está sendo penalizado pelas elites, por proporcionar as mudanças e

transformações” necessárias para o país. Isso fica muito evidente em: “É claro que, num partido que teve a capacidade de fazer tantas transformações, sempre nós soubemos que as disputas políticas nem sempre se dariam no terreno da disputa democrática” ou também em “foi preciso os opositores irem para os tribunais, tentando, muitas vezes, criminalizar não só os companheiros do PT, mas, sobretudo, um legado que é vitorioso, que é exemplo para o mundo e que é referência para todos aqueles que lutaram pela democracia”. Esses dois trechos indicam o argumento “PT proporcionou várias transformações no Brasil”. No entanto, o principal argumento que prepondera no discurso do locutor do PT é o de “O mensalão é uma tentativa de criminalizar o PT”. Tal argumento pode ser observado diversas vezes ao longo do texto, direta ou indiretamente, como podemos observar a seguir:

“Tentaram, num primeiro momento, criminalizar o PT. E nós fomos para as ruas e soubemos erguer e sustentar a bandeira do PT” (DISCURSO 15- PT).

“Muitas vezes, foi preciso os opositores irem para os tribunais, tentando, muitas vezes, criminalizar não só os companheiros do PT, mas, sobretudo, um legado que é vitorioso” (DISCURSO 15- PT).

“O PT, naquele momento, disse ao País que alguns dirigentes do PT tinham praticado crime eleitoral, no caso, o do caixa dois, como foi chamado” (DISCURSO 15- PT).

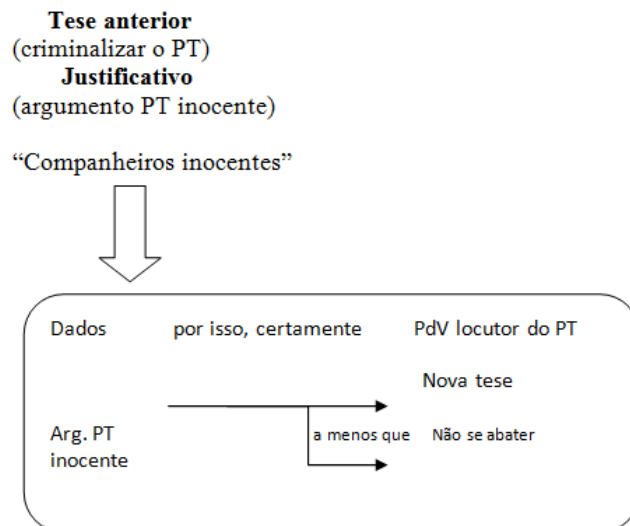
“nós estávamos sob a pressão da mídia ou sendo generosos por parte da mídia, para que o PT fosse julgado. Era, portanto, necessário para alguns encontrar provas ou buscar contraprovas para poder julgar o PT” (DISCURSO 15- PT).

“Buscaram - e tinham de fazer isto - construir a teoria do chamado domínio do fato, para poder generalizar uma acusação que pudesse levar à criminalização do nosso partido” (DISCURSO 15- PT).

Em todos os trechos acima, é salutar a busca do locutor do PT em indicar que houve uma “criminalização” com os processos do mensalão, como se tudo fosse “armado” pelas elites e pelas mídias. Esse pensamento, como demonstramos, foi muito recorrente nas várias passagens do texto. Sobre isso, é importante indicarmos que é uma das características dos discursos dos locutores do PT a repetição da informação central ao longo dos pronunciamentos, a fim de a tornar mais evidente. Essa estratégia é também muito usada nos discursos de campanhas eleitorais do partido, um ponto que, de certa forma, apresenta-se contrário à estrutura do discurso do PSDB, que é mais objetivo e pragmático em termos de estilo. É sobre o ponto de vista de que “Mensalão é

uma busca de criminalização do PT” que se forma a representação discursiva (RD) e dela se permitem as conjecturas necessárias para a projeção do *ethos* de injustiçado. Dele se infere que o PT não é culpado e nem os seus integrantes do que ocorreu no mensalão. Nessa direção, a estrutura dos atos de discurso é expressa sobre enunciados assertivos/constativos, como este: “na condição de Líder, falar, evidentemente, para o meu País, para aqueles que acompanham o meu pronunciamento, para a militância do PT das redes sociais, para os nossos Parlamentares, para os democratas, para a esquerda, para todos aqueles que, afinal de contas, deram parte de suas vidas para construir a democracia brasileira. Falo também para os meus familiares lá dos sertões do Encantado, de Fortaleza, de São Paulo e de Brasília. Falo, enfim, para a nossa família petista” (DISCURSO 15- PT).

A presença de enunciados declarativos também foi notória, como: “O PT governa o País há quase doze anos. Nesses doze anos, nós patrocinamos grandes transformações. Essas transformações feriram, de morte, parte das elites brasileiras, que não foram capazes de aprender, que não foram inteligentes o suficiente para aceitar as derrotas em três eleições seguidas ou não aceitar as transformações patrocinadas pelos dois Governos do PT”. Esse tipo de estrutura de discurso demonstra uma busca do locutor em não somente indicar uma declaração vazia e aparentemente despretensiosa, mas remete a uma busca de instigar a retomada de um direcionamento da tese introdutória (tese principal) e, de forma muito habilidosa, disfarça a tentativa de chamar atenção do interlocutor, quase sempre, pela sensação de culpa deste. Esse procedimento é muito comum nas denominadas perguntas retóricas, como em: “É preciso ter alma, coração, sobretudo ideologia, para suportar tudo isso. Quais foram os crimes que José Genoíno e José Dirceu cometeram? Reuniram-se com Parlamentares para comprar votos aqui dentro?! Qual foi o crime?!”. Diante disso, podemos estruturar o quadro argumentativo do discurso 15 da seguinte maneira:



Quadro 5- Sequencialidade argumentativa do discurso 15 do PT

Com efeito, a sequência argumentativa gira em torno de uma tese que se fundamenta em dados para convencer os interlocutores de seus propósitos comunicativos e tentar fazê-los “aderir” às suas ideias. A sequência argumentativa tem a pretensão de fazer o interlocutor mudar de ideia e “embarcar” nas ideias do enunciador, o que não quer dizer que, necessariamente, isso vai acontecer. Entretanto, os gêneros textuais que são construídos predominantemente com esta sequência têm esse propósito comunicativo.

No gênero discurso político de Sessão Plenária, verificamos que elas são compostas basicamente por argumentos de sedução diversos, de modo que foi necessário criar um inventário com os argumentos mais recorrentes. Primeiramente, pode-se dizer que, implícita aos itens do inventário ao qual chegamos, há a característica de que, invariavelmente, todos os exemplares analisados foram produzidos dentro de uma situação comunicativa em que o discurso político era mais significativo, e o propósito é tornar persuadir o auditório de que a tese defendida é verdadeira.

Nessa perspectiva, podemos elencar alguns argumentos que sempre aparecem nos discursos dos legisladores.

- a) Discurso da incapacidade de governabilidade do bloco do governo: normalmente, é um dos argumentos mais visíveis nos textos, principalmente, nos da oposição que busca de implantar a tese de que o Governo está falhando em pontos estratégicos (principais setores da sociedade);
- b) Discurso da boa governança: normalmente, a tese defendida pelos locutores que constituem a base governista, cuja missão é apresentar as conquistas do governo nos setores estratégicos, sempre comparando, quando necessário, com governos anteriores;
- c) Discurso de apresentação de pontos críticos entre os poderes executivo, legislativo e judiciário: locutores sempre defendem a autonomia entre os poderes e, sempre que necessário, teses contra a intromissão de um dos poderes no outro são apresentadas. Normalmente, a Casa Legislativa é defendida e os outros poderes são apresentados de forma inferior ou com falhas;
- d) Discurso de apresentação das incoerências ideológicas do partido adversário - com certeza, é o tipo de tese mais frequente entre os locutores.

No texto do discurso 4, usando o quadro proposto por Adam (1992), podemos dizer que o P. arg. 0 pode ser considerado o fato de o locutor querer rebater um discurso feito por outro parlamentar de um partido de oposição, no caso, José Guimarães, do PT. A tese inicial do texto seria apresentar justamente a defesa do PSDB e da justiça brasileira contra o que foi apresentado pelo Deputado do PT na mesma Sessão Plenária. Já com relação ao P. arg. 0 do discurso 15, do locutor do PT, evidenciou-se como argumento inicial a tentativa de apresentar que querem transformar o mensalão num processo de criminalização do Partido dos Trabalhadores; pretende-se, desse modo, indicar que o julgamento foi apresentado como injusto para a sociedade. Interessante é que a tese inicial, no caso do Discurso 4, não aparece, de certa forma, no início do discurso; já a tese inicial do discurso 15, apresenta-se claramente no início do texto.

Quanto à presença ou não da tese logo no início do texto, pode ser explicado claramente a partir da leitura dos textos de nosso *corpus*, visto que, em alguns momentos, os locutores podem, na situação de tribuna, iniciar seus discursos falando de outros temas (às vezes elogiando, agradecendo a outros colegas deputados, apresentando outras informações importantes para, em seguida, apresentarem a tese de verdade) e, em outras situações, às vezes até pelo pouco tempo a eles destinados, serem

objetivos e iniciarem o texto com o que objetivam em tratar. O fato é que alguns assuntos podem ser abordados como tese apenas depois de alguns minutos de discurso.

No caso em questão, o locutor do discurso 4 apresenta o objetivo de seu discurso

“eu não venho a esta tribuna com a intenção de tripudiar ou mesmo humilhar o fato ocorrido a que o Brasil inteiro assistiu nesses últimos anos, a expectativa de fazer um divisor de águas, transformar o mensalão nesse divisor entre o tempo do julgamento do político e antes desse julgamento”.

Como se pode perceber, apesar de o locutor colocar que seu objetivo seja esse, a leitura do seu discurso nos faz focalizar em outra tese central, que se junta a esse elemento do discurso defendido por ele. A tese defendida, na verdade, seria “Agora, o que me traz à tribuna é a preocupação do discurso feito pelo nosso colega, Deputado José Guimarães, pelo qual eu tenho respeito, e imagino o sofrimento dele, até porque envolve alguém da sua família. Então, não é fácil enfrentar, dentro deste Congresso, um debate depois do que ocorreu na última semana, mas eu quero aqui pontuar algumas questões”.

De forma indireta, o discurso do locutor se constitui de premissas (P. arg 1) calcadas nas informações de que o PT tenta mostrar para a sociedade que o mensalão não ocorreu e que seu julgamento foi injusta. Para manifestar esse pensamento em forma de argumento, o locutor usa alguns procedimentos, que ele chama de “questões”:

- a) “a mídia social, principalmente a comandada pelo PT, colocou durante toda a semana que essa prisão, essa sentença é política”. Nesse argumento apresentado pelo locutor, notamos claramente que ele busca destacar o quanto o PT usou de algumas mídias que, segundo ele, seriam “comandadas pelo PT”. Esse argumento só surte efeito, isto é, só leva à conclusão pretendida se os interlocutores o ancorarem em certas inferências (ancoragem inferencial - P. arg 1), como no conhecimento de mundo de que é possível manipular as pessoas pela mídia, como supostamente fez o partido. É essa ancoragem de inferências que permite chegar à conclusão de que o PT tenta de todas as maneiras convencer a sociedade de que não ocorreu mensalão e que o julgamento deste fora injusto.

- b) “O que se tem de deixar claro como fato é que o mensalão foi um instrumento para fazer com que o Governo do Presidente Lula funcionasse de acordo com a sua vontade pessoal, comprando não o voto, comprando a consciência de muitos.” Esse argumento também pode ser enquadrado na construção argumentativa como (P. arg 1), uma vez que se configura como uma informação dada em busca de apresentar a confirmação da tese (PT quer demonstrar que não ocorreu mensalão e que o julgamento foi injusto). Para empreender esse argumento, o locutor usa de estratégias argumentativas de citar o presidente Lula, desmerecendo-o ao abordar que o objetivo da base de sustentação do governo deste político era “comprar a consciência de muitos”, no caso, os deputados opositores que se vendiam e integravam o esquema mensalão.

No desenvolvimento da sequência argumentativa deste texto, o elemento de restrição (P. arg 4) aparece explicitamente (sabemos que nem sempre as afirmações são contraditadas explicitamente nos textos), mas também exige os conhecimentos de mundo dos que integram o auditório. Assim, o trecho “Alguns diziam, lá no passado: *‘Mexeu com Lula, mexeu comigo’*. Ora, não temos nenhum problema. Eu acho que as reservas morais têm que ficar reservadas, mas os temas que geraram escândalos, que geraram denúncias, que geraram ações e processos têm o fórum para serem julgados. Nesse fórum, já foram julgados, já foram sentenciados, inclusive já ocorreu o final, que é a prisão.” De forma implícita, o Locutor afirma, a partir de uma frase bastante usada pelos integrantes da base governista, que não tem nenhum problema de seu partido (PSDB) discutir questões sobre possíveis envolvimento do partido em mensalões, como é o caso do suposto mensalão mineiro (citado no discurso). Podemos considerar que essa restrição, basicamente “não temos nenhum problema”, seria uma restrição em forma de argumento contra o que estava sendo falado anteriormente.

O argumento conclusivo (P. arg 3) pode ser considerado a seguinte passagem: “Chegou a hora de o Partido dos Trabalhadores, que comanda o País há 10 anos, quase 11, fazer autocrítica, ter um pouquinho de humildade, só um pouquinho, e não querer imaginar que esta Casa e o povo brasileiro são um bando de imbecis que não entendem o que está acontecendo com a nossa Pátria. Vamos respeitar o País e todos aqueles que querem um País melhor. O mensalão será um divisor de água, não tenho dúvidas disso”. Observe-se que este argumento retoma à tese central, mas se configura como uma nova

tese, ao propor que o PT deve ter mais humildade e aceitar as decisões da Casa Legislativa e do STF.

De maneira geral, o que se observa no discurso 4, do locutor do PSDB, é que a sequência argumentativa predominou no discurso do locutor do PSDB. O que se nota é que a proposta de Adam (1992, 2008) pode ser usada para tentar indicar os feixes argumentativos que o locutor elabora e organiza no momento em que ele busca empreender a veracidade de sua tese. Obviamente, não se pôs em questão quais as estratégias argumentativas que ele usa, mas se pode perceber que há uma forte relação entre o gênero em que se usa a sequência e as estratégias que serão usadas.

Já com relação ao discurso 15, a tese inicial é bem mais clara e já se mostra no início do texto:

“Tentaram, num primeiro momento, criminalizar o PT. E nós fomos para as ruas e soubemos erguer e sustentar a bandeira do PT. Tentaram, num primeiro momento, criminalizar o Presidente Lula, e, em todas as disputas - o que é mais importante, e quero deixar isto como a primeira questão no meu pronunciamento” (DISCURSO 15-PT).

Como se pode perceber, o locutor do discurso 15 busca apresentar o argumento inicial de criminalização do mensalão e do presidente Lula, grande símbolo do partido. A tese defendida é de que o as elites buscam, por meio do mensalão, deixar o PT como criminoso perante a sociedade.

De forma indireta, o discurso do locutor do PT se constitui de premissas (P. arg 1) calcadas nas informações de que o mensalão é uma tentativa das mídias e dos partidos de oposição, os quais não souberam perder as eleições, e tentam de todas as formas trazer o mensalão, mesmo sem as devidas provas, para um processo de criminalização do PT. Para manifestar esse pensamento em forma de argumento, o locutor usa alguns procedimentos:

- c) “O meu partido, o PT, soube compreender essa dialética entre ser governo e ser representante dos pobres, dos descamisados e daqueles que sempre lutaram e continuam lutando pelas liberdades e pela democracia. Eis que, de uma hora

para outra, nesse nosso legado, tentaram, de todas as formas, pôr um ponto final em tudo o que nós construímos”. Nesse argumento apresentado pelo locutor, notamos claramente que ele busca destacar o quanto o PT soube reunir o fato de ter sido durante muitos anos partido de esquerda e, assim,. Esse argumento só surte efeito, isto é, só leva à conclusão pretendida se os interlocutores o ancorarem em certas inferências (ancoragem inferencial - P. arg 1), como no conhecimento de mundo de que o PT, como partido de esquerda, sempre esteve preocupado com as questões sociais da população (uma tendência histórica dos partidos de esquerda da América do Sul. É essa ancoragem de inferências que permite chegar à conclusão de que o PSDB e as mídias tentam de todas as maneiras convencer a sociedade de que ocorreu mensalão e que o julgamento deste fora justo.

- d) “Muitas vezes, foi preciso os opositores irem para os tribunais, tentando, muitas vezes, criminalizar não só os companheiros do PT, mas, sobretudo, um legado que é vitorioso, que é exemplo para o mundo e que é referência para todos aqueles que lutaram pela democracia e contra a ditadura militar e que continuam intactos e em pé, defendendo a democracia, os direitos humanos e as liberdades”. Esse argumento também pode ser enquadrado na construção argumentativa como (P. arg 1), uma vez que se configura como uma informação dada em busca de apresentar a confirmação da tese (PSDB e as MÍDIAS tentam transformar o mensalão em um ato de criminalização do PT). Para empreender esse argumento, o locutor usa de estratégias argumentativas citar os “opositores”, desmerecendo-os como “sujeitos que procuram os tribunais sem fundamento legal e jurídico”. Nesse sentido, a principal ancoragem sobre esse argumento é de que o objetivo da oposição ao governo do PT era o de “criminalizar um legado vitorioso”, no caso, o PT que venceu as últimas eleições, o que causou “inveja” nos opositoristas, os quais não “souberam perder as eleições gerais”.

No desenvolvimento da sequência argumentativa do discurso 15, o elemento de restrição (P. arg 4) aparece explicitamente (sabemos que nem sempre as afirmações são contraditadas explicitamente nos textos), mas também exige os conhecimentos de mundo dos que integram o auditório. Assim, o trecho “Eu não era Parlamentar federal à

época - era Deputado Estadual -, mas temos a absoluta tranquilidade em dizer para o País que esse crime o PT não cometeu, porque o PT não é corrupto; nem muito menos aqueles que estão encarcerados são corruptos, porque são construtores da democracia. E, se cometeram algum erro, foi o erro da política brasileira, porque ela é que a responsável pelo chamado caixa dois, a que todo mundo faz vista grossa. E, na hora de fazer o debate aqui, ninguém quer discutir financiamento público de campanha”. De forma explícita, o locutor afirma, a partir de uma frase bastante usada pelos integrantes da base governista, que o julgamento do mensalão era uma manobra política e que não ocorreu.

O argumento conclusivo (P. arg 3) pode ser considerado a seguinte passagem: “É duro! A gente chora, a gente se abate. Mas, companheiras Benedita, Margarida, mulheres da bancada do PT e funcionárias, não se abatam, não. Não se preocupem comigo. Preocupem-se em defender o nosso projeto, o do Partido dos Trabalhadores. Viva o Partido dos Trabalhadores! ”. Observe-se que este argumento retorna à tese central, mas se configura como uma nova tese, ao propor que as integrantes do partido devem se preocupar com o projeto partidário do partido.

Sabemos que a sequência textual é vista como um conjunto de proposições psicológicas que se estabilizaram como recurso composicional dos vários gêneros. No caso do discurso apresentado, temos o gênero discurso de Sessão Plenária que, como apresentamos, sofre coerções sócio-históricas de elementos que são usados em forma de base argumentativa pelos locutores e que se apresentam diretamente nas estratégias argumentativas presentes nas provas que os locutores querem expor.

Fica evidente, portanto, que a sequencialidade é primordial para análise das estruturas argumentativas que se fazem presentes no texto, no momento do planejamento argumentativo do locutor. Entretanto, para que os elementos argumentativos possam ter um efeito positivo e persuasivo, necessita, assim, de um processo de esquematização que se constitui por intermédio das projeções do quadro retórico, o que já configura a fundamental relação entre o Componente Sequencial e o Componente Retórico.

8.5.2 Projeções da existência do mensalão no Quadro Retórico

Antes de iniciarmos a falar dos procedimentos de esquematização e as imposições do quadro retórico, é fundamental esclarecermos que a proposta de Adam (2008) já faz uma referência às aproximações e às dificuldades de se dividir as esquematizações dos elementos retóricos e discursivos que possibilitam o entendimento do texto. Essa tênue relação possibilita, portanto, pensarmos que os Componente Sequencial e Componente Retórico são relacionados por meio dessas projeções das imagens que se constroem no discurso. Diante disso, falaremos, nesta seção, de uma esquematização a fim de mostrarmos o quadro retórico que se faz a partir das estruturas composicionais da sequência argumentativa. Na próxima seção, trataremos com maior detalhe do Componente Retórico.

Os procedimentos de esquematização envolvem o que Aristóteles já preconizava do quadro retórico, composto pelo tripé *éthos*, *páthos* e *lógos*. Na análise da estrutura composicional do texto discurso político de Sessão Plenária, especificamente o discurso 4, do locutor do PSDB, observou-se que essas projeções se construíram por meio de itens lexicais que possibilitavam a realização da tese de que o “mensalão” existiu e que a justiça fora feita, sem que houvesse interferência política no processo jurídico. Já com relação ao Discurso 15, do locutor do PT, as projeções se construíram a partir de unidades lexicais que indicaram a busca de criminalizar o PT, por intermédio do mensalão.

Desse modo, realizando uma análise do sistema retórico, como sendo uma das constituições do processo de esquematização discursiva, podemos notar que o texto em análise está inserido no tipo de discurso demonstrativo do sistema aristotélico. Desse modo, o locutor apresenta uma tese e a defende e, para isso, usa de uma série de provas que configuram estruturas para demonstrar os fatos e os efeitos a serem abordados.

Com relação ao Discurso 4, uma das primeiras projeções que se constroem é a de que o processo do “mensalão” existiu. Esse argumento se configura como o elemento central do discurso, progredindo até o seu final. O *ethos* do Locutor do PSDB se constrói por meio das evidências de que o processo do mensalão foi, de fato, um momento em que ocorreu e de que o julgamento se constitui como uma necessidade.

Assim, aciona-se a sedução do auditório (*pathos*) por meio da tentativa de se provar que o PT tenta manipular a imprensa e defender a existência do “mensalão” como algo apenas político, não constituindo um evento comprovado juridicamente. As provas concretas apresentadas pelo locutor indicam a busca de um argumento irônico, construindo-se na sequência de dominância argumentativa subsídios necessários para tal procedimento. Isso tem influência (e é influenciado por) sobre a projeção de um *ethos* do locutor do PSDB cético da ética do PT e dos seus seguidores. A composição organizacional das justificativas apresentadas nos Dados da proposição defendida pelo locutor já denunciam esse pensamento, que será repetido diversas vezes ao longo da superfície do texto.

Já no Discurso 15, a projeção de que o mensalão foi uma tentativa de criminalização do PT é sustentada até o final do texto. O *ethos* do locutor do PT se constrói como protetor das diretrizes do partido e da bandeira da ética parlamentar dos seus pares. Diversas vezes, para empreender o seu posicionamento, é construída uma imagem de injustiça, de descaso de algumas esferas políticas, principalmente da oposição, com o sentimento de “verdade” que o povo, segundo o locutor, sabe que existe. Nesse caso, um tom agressivo, partindo para o “embate” contra as oposições e, principalmente, contra as imposições judiciais, é notado facilmente. A fim de indicar a veracidade de seu argumento principal, o locutor busca seduzir seu auditório, acionando-se o *pathos*, por meio de um discurso de “injustiças” contra os membros (os “companheiros”) do seu partido. Para isso, apela-se para os Direitos Humanos, uma vez que José Genoíno estava “debilitado” para ficar preso; apela-se, também, para as questões emotivas, como o fato de a mãe de José Genuíno afirmar que o mensalão, da maneira como fora proferido pelas mídias e pela oposição, era mais importante do que a visita do Papa ao Brasil. Essa tendência de argumentos projeta-se em um *ethos* do PT firme de que ocorreu um erro jurídico, que os “companheiros” não cometeram os delitos pelos quais estava sendo condenados e, principalmente, o PT não era culpado e não cometera nenhum crime, ficando as acusações sem fundamento jurídico e sem precedentes legais.

Na construção de uma imagem de si, verificamos que o locutor do discurso 4, do PSDB, apela para os sentimentos de justiça, de pena do adversário e de preparado para as adversidades como foco central. Obviamente, a sequência textual predominante argumentativa possibilita esse procedimento, o que condiciona, diretamente, a defesa da

tese central ao longo do texto (PT realizou o “mensalão”). Por esses valores, é expressa a proposição argumentativa, sobretudo pela repetição constante do “mensalão existiu, portanto Justiça fora feita”. Já o locutor do PT, apela para emoção e para o sentimento de “injustiça”, como se o mensalão fosse uma manobra política arquitetada pelas elites e pelas mídias.

O *pathos* se atesta na não aceitação das ações do discurso do locutor, pela irredutibilidade no pensamento da situação em entender que o “mensalão” existiu, o que causa, de alguma maneira, a imparcialidade e o afastamento das emoções do interlocutor. Assim, o locutor do discurso 4, por exemplo, busca, por meio de diversas provas, comprovar que a tese central tem fundamento e que pode ser vista como verdadeira. Esse procedimento pode ser visualizado como uma tentativa de instigar a busca pelo afeto, ou seja, de tornar aceitável a mensagem, ampliando e misturando sentidos na direção do afeto, incorporando valores contrários à tese principal à mensagem (*logos*).

A partir desses elementos, podemos traçar um quadro em que se possa esquematizar o sistema retórico do Discurso 4:

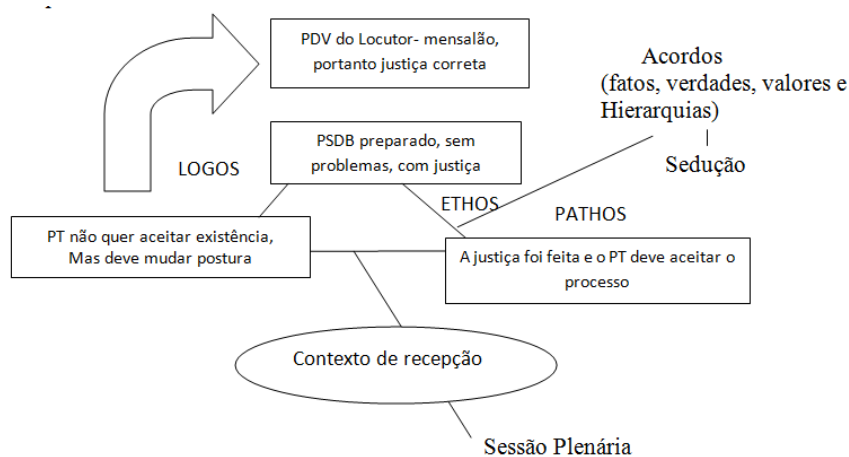


Figura- Esquematização do Discurso 4 do PSDB à luz do sistema retórico

Como se pode evidenciar, o ponto de vista do locutor, como já falamos, indica a tese central da existência do esquema de compra de parlamentares no congresso. Desse modo, há a construção do *ethos* do PSDB preparado para qualquer tipo de represália do partido adversário, constituindo a imagem de um partido sem problemas para enfrentar um possível embate jurídico com relação ao “mensalão do PSDB” em Minas Gerais.

Esse ponto de vista instaura-se na tentativa de seduzir o auditório, tentando persuadir o auditório de que o PT deve aceitar todo o processo que se formou. Importante lembrar que tudo isso foi produzido em um contexto de recepção em que os interlocutores são os parlamentares que constituem a Câmara dos Deputados, assim como toda a sociedade, que acompanha por intermédio de outros veículos comunicativos (internet, TV Assembleia, entre outros). Continuaremos, a seguir, a análise do Componente Retórico relativa às técnicas argumentativas.

8.6 O Componente Retórico

Como foi dito na seção anterior, o Componente Retórico necessita sobremaneira das projeções de esquematização sequencial que se formam na estrutura do texto. Entretanto, o pesquisador de argumentação pode, se desejar, fazer uma análise apenas dos aspectos retóricos que estão relacionados à argumentação que, para nós, mantêm estreita relação com as imagens de si no discurso e as imagens que se quer passar para um determinado auditório. Propomos, então, uma relação entre *éthos* e estratégias argumentativas.

Quando se fala de discurso político, um ponto deve ser levado em consideração: cada político possui seus pensamentos pessoais e ideologias partidárias, mas ele segue o regimento interno de um partido político, uma instituição superior ao locutor partidário e que também possui uma linha de pensamento e características a serem defendidas. Dessa maneira, constrói-se uma certa expectativa ideológica para o partido político e seus afiliados.

7.5.1 As bases históricas, políticas e ideológicas dos partidos e as projeções do *ethos*

No caso dos discursos em questão, tratou-se de um locutor do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que já teve um papel de destaque, no final do século XX, por governar por dois mandatos o Brasil, consolidando-se como um dos principais partidos do país, e um locutor do Partido dos Trabalhadores, partido que, na época dos textos, era o que comandava a nação. No início do século XX, o PSDB viu suas formas políticas serem enfraquecidas pelo crescimento de partidos de esquerda, em especial, o Partido dos Trabalhadores (PT), processo que culminou decisivamente na vitória de Lula para a presidência do Brasil, transformando o PT em situação e o PSDB em oposição.

O importante é que o eleitor, quando vota em um determinado candidato, já sabe qual o partido de que este faz parte e, assim, já pode traçar uma certa projeção do que se espera desse governo. Por essas razões, achamos oportuno, nesse momento de nosso trabalho, abriremos uma seção sobre qual o histórico do PSDB, quais os objetivos do partido, quais as bases econômicas, as principais bandeiras levantadas e tudo o que envolve esse importante partido brasileiro. Em seguida, apresentaremos as mesmas considerações sobre o Partido dos Trabalhadores, antes que se possa gerar algum desentendimento ou problema, já que a parte a seguir tem um caráter mais historicista do que crítico, reiteramos a necessidade de estarmos cientes do contexto histórico e das ideologias históricas dos partidos para, assim, tentarmos entender alguns pontos, como: a) houve mudança de postura do partido, quando saiu da situação e foi para a oposição? Qual o posicionamento histórico e ideológico do partido? Qual o *ethos* partidário que se forma partido para a sociedade e como a sociedade o analisa? Qual o posicionamento do partido com relação ao mensalão? Para respondermos a essas perguntas, antes de mais nada, vamos entender como são o PSDB e o PT em termos histórico e ideológicos.

8.6.1 O *ethos* do PSDB

Desse modo, iniciaremos com o PSDB. Observemos um trecho retirado do sítio eletrônico do Partido na internet, que trata dos aspectos históricos, econômicos e políticos dele. Optamos por um texto elaborado pelo próprio partido propositalmente, pois poderemos observar como o site do partido tenta construir a imagem do PSDB para o público em geral. Esses aspectos serão fundamentais, pois observaremos se as nuances dadas na construção do *ethos* do PSDB para a sociedade em geral são visíveis no discurso do locutor do discurso político em questão.

O Partido Social Democrático Trabalhista (PSDB)

O Partido da Social Democracia Brasileira, PSDB, foi fundado em 25 de junho de 1988, segundo um dos seus sites oficiais. É, portanto, o mais jovem dos grandes partidos brasileiros. Mas é, também, o partido que mais cresce no Brasil. Mais que isso, não há na História brasileira registro de partido político que tenha crescido tão rapidamente, tanto em termos de organização como em resultados eleitorais em um intervalo tão curto de tempo.

Dez anos depois de sua fundação, o PSDB já estava presente em todo o território nacional. Chegou a ter mais de um milhão de filiados, no

início do século XXI, e acumulou vitórias sucessivas em todas as eleições realizadas. No ano de 1996, a despeito do suposto desgaste de ser governo e implementar um programa de reformas que envolvia cortes de despesas e revisão de direitos insustentáveis, o Partido dobrou o número de prefeitos, triplicou o de vereadores, cresceu nas Assembléias Legislativas, elegeu 7 governadores, 16 senadores e 99 deputados federais, além de reeleger o presidente Fernando Henrique Cardoso já no primeiro turno, com 35,8 milhões de votos. Foi o partido mais votado para os governos estaduais em 1998 (considerando-se os dois turnos), com 29,3 milhões de votos e elegeu o maior número de governadores.

A trajetória eleitoral do PSDB é uma "história de sucesso". Os resultados eleitorais positivos, até 2002, tinham razões concretas e comprováveis: o ponto de partida é o compromisso com a democracia e o projeto de país, expressos no programa e em outros documentos do Partido (para ler os documentos do partido e textos sobre o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. A segunda grande fonte de prestígio dos tucanos pode ser encontrada na prática de seus membros nos Legislativos e Executivos de todo o País, dos mais modestos municípios à Presidência da República e ao Congresso Nacional. Esse compromisso com o Brasil tem o nome de Partido da Social Democracia Brasileira desde 1988. Mas já existia antes disso.

Antecedentes

O PSDB tem uma longa "pré-história". Como partido, surgiu durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. No entanto, pode-se encontrar os nomes de seus fundadores, lutando pelos mesmos ideais de hoje, nos momentos mais dramáticos da vida nacional há várias décadas. Por defenderem os princípios democráticos e o desenvolvimento com justiça social, muitos dos fundadores e atuais líderes tucanos passaram por prisões, exílios e tiveram seus mandatos cassados.

Quase todos os fundadores do Partido integraram o chamado "PMDB histórico" antes de 1988. E não é por acaso que formavam a linha de frente da campanha pelo restabelecimento das eleições diretas para presidente da República, como ocorreu no grande comício da Praça da Sé, em São Paulo, quando os futuros tucanos foram liderados pelo então governador paulista e posteriormente Presidente de Honra do Partido Franco Montoro.

As lideranças que fundaram o PSDB sempre defenderam a necessidade de que o País contasse com um sistema partidário pluralista mais sólido, com agremiações organizadas em torno de projetos políticos. Por algum tempo acreditaram que seria possível fazer com que o PMDB evoluísse de sua condição de frente de oposição ao autoritarismo para a de autêntico partido. Na sua avaliação, o tempo da resistência à ditadura havia passado. Era chegado o momento de construir uma democracia moderna e estável. Para isso, era preciso fortalecer e atualizar a ação política em torno dos princípios que já se encontravam estabelecidos no programa peemedebista, rejeitar as adesões oportunistas e não mais tolerar que membros do partido agissem de forma contrária à ética e aos postulados partidários.

Em 1986, a decisão do governo Sarney de manter o Plano Cruzado de combate à inflação sem que se fizessem ajustes, necessários, mas impopulares no curto prazo, deu ao PMDB uma vitória arrasadora nas eleições legislativas e para governador - apenas um governador (o de Sergipe) não foi eleito pelo partido. Isso fez com que o partido "inchasse" com muitos políticos que pouco tinham em comum com o grupo histórico. O

fato foi percebido pela população, contribuindo para desacreditar os eleitos identificados com o governo. Foi nessa época que algumas das lideranças do grupo começaram a avaliar a possibilidade de criar um novo partido.

A fundação de um partido político sério não é resultado dos impulsos de indivíduos contrariados em seus propósitos. Os "históricos" sabiam disso. Era preciso esgotar todas as possibilidades de soluções menos traumáticas e amadurecer a ideia. Além disso, havia a Assembléia Nacional Constituinte, cujos trabalhos começariam em fevereiro de 1987. Permanecer no PMDB significava, para os "históricos", influenciar decisivamente no rumo dos trabalhos e no teor da futura Constituição - o que não ocorreria se reduzidos a um pequeno partido, ainda que composto por pessoas idôneas e capazes.

Os constituintes que hoje integram o PSDB e vários parlamentares que chegaram a participar das discussões sobre o novo partido, mas acabaram não abandonando a antiga legenda por motivos regionais (caso de grande parte da bancada gaúcha, por exemplo), ocuparam cargos importantes na Constituinte. Respeitados por seu preparo e por sua integridade - como o presidente da "Comissão de Notáveis" que elaborou o anteprojeto da Carta, senador Afonso Arinos de Melo Franco - deram uma contribuição decisiva para que a Constituição tivesse muitos dos méritos que possui, embora não fossem suficientemente numerosos para evitar que ela incluisse dispositivos cujo teor - é hoje evidente - deveriam ter outra redação, tal como vem sendo proposto por meio de emendas apresentadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso e por sua base parlamentar, tucanos à frente.

A preocupação com o estabelecimento de uma democracia moderna e estável levava a maioria dos futuros tucanos a defender a adoção do regime parlamentarista e o mandato de quatro anos para o presidente da República. A proposta, contudo, foi derrotada (a decisão foi transferida para um plebiscito marcado para cinco anos após a promulgação da Carta) num processo ao longo do qual o presidente José Sarney, conforme denúncias da oposição, recorreu à máquina pública para seduzir os parlamentares sem posição definida quanto ao mandato presidencial de cinco anos. A insatisfação aumentou durante o ano de 1987 fazendo com que os parlamentares mais desgostosos criassem o Movimento de Unidade Progressista (MUP), cujos membros mais tarde se uniriam ao PSDB.

A decisão de formar um novo partido vinha amadurecendo desde o final de 1987. "A tendência mais forte é para deixar mesmo o PMDB com outros colegas, partindo para a formação de um novo partido, de cunho socialista democrático", confirmou à imprensa, em 16 de março de 1988, o então líder peemedebista no Senado, Fernando Henrique Cardoso. A grande dúvida era quanto ao momento para fazê-lo. Parte do grupo considerava que o novo partido devia ser fundado imediatamente a fim de permitir que o grupo atuasse com maior desenvoltura e se preparasse para as eleições marcadas para aquele mesmo ano. Outros, como Fernando Henrique Cardoso, Franco Montoro, José Richa, José Serra e Euclides Scalco defendiam a permanência no PMDB até a promulgação da nova Constituição. O ato chegou a ter hora marcada: 72 horas após a promulgação, como ficou decidido em reunião realizada na casa do deputado Pimenta da Veiga, em 05 de maio.

Em 18 de maio, a Câmara dos Deputados aprovou o projeto de lei que regulamentava as eleições municipais de 1988. A nova Lei Eleitoral, que permitia a participação de candidatos de novos partidos desde que estes contassem com representantes de pelo menos cinco Estados no Congresso, e o aumento da tensão política anteciparam a criação do PSDB. "Até o final de

junho o novo partido deverá estar fundado", previu Pimenta da Veiga, em 19 de maio.

O programa e o estatuto do novo partido, cuja minuta fora elaborada por Fernando Henrique Cardoso e José Serra com o auxílio de economistas que viriam a ocupar cargos importantes no Governo Federal, foram discutidos por 40 parlamentares reunidos em Brasília, em 03 de junho. Aproximava-se o grande dia.

Nasce o novo Partido

"Longe das benesses oficiais, mas perto do pulsar das ruas, nasce o novo partido". Esta afirmação de repúdio ao clientelismo e de compromisso com os interesses populares serviu de epígrafe para o Manifesto do Partido da Social Democracia Brasileira (nome escolhido pela maioria dos presentes, derrotando a opção Partido Democrático Popular), aprovado juntamente com o Estatuto e o Programa do Partido, nos atos de fundação realizados nos dias 24 e 25 de junho de 1988, em Brasília. O evento teve a participação de 1178 pessoas, entre as quais o ex-governador Franco Montoro; o senador Mário Covas, ex-líder da maioria na Assembléia Constituinte; o senador Fernando Henrique Cardoso, e o senador José Richa. Subscrito por 40 deputados e 8 senadores, o Manifesto convocava o povo brasileiro a prosseguir na luta por mudanças sociais e políticas e definia os princípios e objetivos do PSDB.

O contexto histórico brasileiro, principalmente o político, fez com que o PT e PSDB, desde a década de noventa, fossem se polarizando entre as principais agremiações político-partidárias da nação. Dessa maneira, construíram-se dois polos de ações ideológicas que envolviam esses dois partidos e acabou agregando plataformas políticas diferenciadas. Essas duas maneiras de se fazer política, com certeza, afetam diretamente os discursos de seus integrantes, o que acaba interferindo nas estratégias argumentativas a serem usadas por estes.

O texto de apresentação do PSDB mostra-se discursivamente com um discurso de que o partido surgiu entre as forças populares, tanto que o nome da sigla que venceu a disputa interna tem o "social" como indicativo de que há uma preocupação com as questões sociais e democráticas. Observa-se a busca de construir uma imagem de um partido jovem, ousado e que sempre esteve preocupado com os futuros corretos das questões sociais, políticas e econômicas, e essas questões desencadearam a formação de um partido muito envolvido com essas causas, tanto que conseguiu vencer as eleições de 1996 e 1998 de forma surpreendente.

A imagem que se quer passar é de que o PSDB tem uma imagem de partido que mantém diálogo com as camadas populares e com as questões sociais brasileiras, o que foi fundamental para que ele estivesse presente de forma ativa em eventos favoráveis ao processo de democratização brasileiro. A imagem de um partido "sério" é passada de

maneira forte e evidente (“A fundação de um partido político sério não é um resultado dos impulsos de indivíduos contrariados em seus propósitos”). E essa junção de partido com seriedade, com a imagem de partido que busca as causas sociais e populares é o cerne central do texto (““Longe das benesses oficiais, mas perto do pulsar das ruas, nasce o novo partido”), que tenta estabelecer a importância do partido para a sociedade brasileira por meio da apresentação de todas as suas virtudes. Assim, o que se observa é a formação de um discurso que filtra os pontos negativos e apresenta-se como uma nova possibilidade de ações para conquistar os rumos desejados pela nação.

As bases ideológicas contidas no documento anterior demonstram a grande marca que o PSDB quer “vender” para o grande público: um partido com envolvimento em questões sociais e democráticas. São estes dois pilares que eram necessários na época de sua fundação e que alavancaram o crescimento forte da agremiação em todo o Brasil.

Fica evidente, portanto, que o locutor, quando se filia a um determinado partido político, deve ter noção de alguns aspectos históricos deste, além de ter noção de que, em muitos momentos, sua postura e conduta deverão ser cobradas, segundo as bases do partido. Como podemos observar no texto, o *éthos* que se construiu do PSDB foi de um partido jovem, ousado, preocupado com as questões sociais e vitorioso.

8.6.2 O *ethos* do PT

Seguindo o mesmo procedimento teórico-metodológico usado com o PSDB, abaixo apresentamos um trecho de um texto, retirado do sítio do Partido dos Trabalhadores, em que se apresentam os aspectos históricos, as bases políticas e econômicas do partido. Essas informações, com certeza, possibilitarão as inferências acerca das projeções do *ethos* do partido, assim como qual a imagem que o partido quer passar para a sociedade em geral. Observemos o texto:

O Partido dos Trabalhadores (PT) é um partido político brasileiro que teve sua fundação datada no ano de 1980. Para muitos estudiosos e analistas políticos, esse partido representa muito mais do que uma sigla partidária de uma nação. Na verdade, a fundação do PT constitui-se como um dos mais importantes movimentos de esquerda da América do Sul. Nos últimos anos, esse partido teve uma mudança de comportamento, tanto político quanto ideológico, quando ascendeu vendendo as eleições em que Lula e Dilma, respectivamente, tornaram-se vitoriosos. Consequentemente, a agremiação partidária tornou-se o maior partido na Câmara dos Deputados, além de ter preferido de cerca de um quarto do eleitorado brasileiro desde dezembro de 2009. Os presidentes brasileiros Luiz Inácio Lula da Silva e

Dilma Rousseff são amplamente reconhecidos como os membros mais notórios do partido. Seu símbolo é uma estrela vermelha de cinco pontas, com a sigla PT inscrita ao centro. Seu código eleitoral é o 13.

Em termos históricos, o partido teve na sua veia embrionária de fundação uma composição de quadros sociais que vão desde dirigentes sindicais, intelectuais de esquerda e católicos ligados à Teologia da Libertação, até **membros** comuns da sociedade. No ano de 1980, o partido participou intensamente de manifestações sindicais, a exemplo da Conferência das Classes Trabalhadoras (CONCLAT), que veio a ser o embrião da Central Única dos Trabalhadores (CUT), grupo ao qual pertenceu o ex-presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva, com antigos setores da esquerda brasileira.

De acordo com Reis (2010), em termos ideológicos, a condução histórica da sociedade mundial fez com que PT fosse fundado com um viés socialista democrático. Com o golpe de 1964, a espinha dorsal do sindicalismo brasileiro, que era o CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), que reunia lideranças sindicais tuteladas pelo Ministério do Trabalho - um ministério geralmente ocupado por lideranças do Partido Trabalhista Brasileiro varguista - foi dissolvida, enquanto os sindicatos oficiais sofriam intervenção governamental. A ressurgência de um movimento trabalhista organizado, expressa nas greves do ABCD paulista da década de 1970, colocava a possibilidade de uma reorganização do movimento trabalhista de forma livre da tutela do Estado, projeto este expresso na criação da CONCLAT, que viria a ser o embrião da CUT, fundada três anos após o surgimento do PT. Originalmente, este novo movimento trabalhista buscava fazer política exclusivamente na esfera sindical. No entanto, a sobrevivência de um sindicalismo tutelado - expressa na reconstrução, na mesma época, do antigo CGT, agora com o nome de Confederação Geral dos Trabalhadores, congregando lideranças sindicais mais conservadoras, como as de Joaquinção e de Luís Antônio de Medeiros - mais a influência ainda exercida sobre o movimento sindical por lideranças de partidos de Esquerda tradicionais, como o Partido Comunista Brasileiro, forçaram o movimento sindical do ABCD, estimulado por lideranças anti-stalinistas da Esquerda, como a de diversos grupamentos trotskistas, a adquirir identidade própria pela constituição em partido político - uma estratégia similar à realizada pelo movimento sindical Solidarnosc na Polônia comunista de então.

Dessa maneira, O PT surgiu, assim, rejeitando tanto as tradicionais lideranças do sindicalismo oficial, como também procurando colocar em prática uma nova forma de socialismo democrático, tentando recusar modelos já então em decadência, como o soviético ou o chinês. Significou a confluência do sindicalismo basista da época com a intelectualidade de Esquerda antistalinista.

Foi oficialmente reconhecido como partido político pelo Tribunal Superior de Justiça Eleitoral no dia 11 de fevereiro de 1982. A ficha de filiação número um foi assinada por Apolonio de Carvalho, seguido pelo crítico de arte Mário Pedrosa, pelo crítico literário Antonio Candido e pelo historiador e jornalista Sérgio Buarque de Hollanda.

Ideologia partidária oficial

O PT surgiu da organização sindical espontânea de operários paulistas no final da década de 1970, dentro do vácuo político criado pela repressão do regime militar aos partidos comunistas tradicionais e aos grupos armados de Esquerda então existentes. Desde a sua fundação, apresenta-se como um partido de Esquerda que defende o socialismo como forma de organização social. Contudo, diz ter objeções ao socialismo real

implementado em alguns países, não reconhecendo tais sistemas como o verdadeiro socialismo. A ideologia espontânea das bases sindicais do partido - e a ação pessoal de lideranças sindicais como as de Lula, Jair Meneguelli e outros, sempre se caracterizou por uma certa rejeição das ideologias em favor da ação sindical como fim em si mesma, e é bem conhecido o episódio em que Lula, questionado por seu adversário Fernando Collor quanto à filiação ideológica do PT, em debate televisionado ao vivo em 1989, respondeu textualmente que o PT "jamais declarou ser um partido marxista".

Mesmo assim, o partido manteve durante toda a década de 1980 relações amistosas com os partidos comunistas que então governavam países do "socialismo real" como a União Soviética, República Democrática Alemã, República Popular da China, e Cuba. Estas relações, no entanto, jamais se traduziram em qualquer espécie de organização interpartidária ou de unidade de ação e não sobreviveram à derrocada do mesmo socialismo real a partir de 1989, não obstante a manutenção de certa afinidade sentimental de algumas lideranças do PT com o governo de Fidel Castro - como no caso emblemático do ex-deputado José Dirceu, que na década de 1960 foi exilado em Cuba e lá recebeu treinamento para a luta de guerrilha (da qual jamais participou concretamente). A liderança do PT mantém também boas relações com o governo de Hugo Chávez na Venezuela.

O PT nasceu com uma postura crítica ao reformismo dos partidos políticos social-democratas. Nas palavras do seu programa original: "As correntes social-democratas não apresentam, hoje, nenhuma perspectiva real de superação histórica do capitalismo imperialista. O PT organizou-se, no papel, a partir das formulações de intelectuais marxistas, mas também continha em seu bojo, desde o nascimento, ideologias espontâneas dos sindicalistas que constituíram o seu "núcleo duro" organizacional, ideologias estas que apontavam para uma aceitação da ordem burguesa, e cuja importância tornou-se cada vez maior na medida em que o partido adquiria bases materiais como máquina burocrático-eleitoral.

O partido se articula com diversos outros partidos e grupos de esquerda latino-americanos, como a Frente Ampla uruguaia, partidos comunistas de Cuba, Brasil e outros países, e movimentos sociais brasileiros, como o MST no chamado Foro de São Paulo, reunião de movimentos e partidos políticos de esquerda latino-americanos. Lula, afirmou no último desses encontros: "Precisei chegar à presidência da República para descobrir o quão importante foi criar o Foro de São Paulo".

Alguns afirmam que tais relações não se traduzem em qualquer espécie de unidade organizacional, ficando no nível da solidariedade política mútua em torno de certos objetivos comuns, como a luta pela unidade latino-americana e a oposição à penetração política estadunidense na América Latina. Esses últimos dizem que o que caracteriza o PT é uma certa adesão retórica ao socialismo, adesão esta que não se traduz em pressupostos ideológicos claros e consensualmente admitidos pela generalidade do partido. O ex-presidente do PT, José Genóino, costumava afirmar que o socialismo e o marxismo tornaram-se, para o partido, mais "um sistema de valores" do que um conjunto de medidas para a transformação da sociedade.

Outros, discordando, caracterizam o Foro de São Paulo como um traçado de políticas conjunto e de fato, que foi o que permitiu a ascensão de Lula, de Hugo Chávez, de Evo Morales e da Frente Ampla, argumentando que essas políticas conjuntas estão traçadas nas atas desses foros, e são prontamente executadas pelos participantes presentes em governo. As ideologias políticas dos partidos e movimentos participantes do Foro de São Paulo diferem elas mesmas consideravelmente.

Poder-se-ia dizer, ainda, que, no PT, o trabalho ideológico-teórico sempre foi levado à reboque das origens concretas do partido. A favor dessa afirmação está o fato de que seu núcleo duro é composto por sindicalistas com uma preocupação, acima de tudo, com os interesses corporativos dos trabalhadores assalariados organizados, o que explicaria a facilidade com que o partido, uma vez no poder, adaptou-se à lógica da economia capitalista como um todo e a uma política econômica bastante ortodoxa. E não se trata, aqui, apenas da Presidência da República: já na década de 1990, prefeitos petistas como o futuro Ministro da Fazenda Antônio Palocci adotavam políticas de governo de tipo neoliberal (privatizações, cortes drásticos de gastos públicos) que em pouco distinguiam-se das propostas por seus análogos do PSDB ou dos Democratas (antigo PFL). Em julho de 2006, o próprio presidente Lula se declarou distante da esquerda, admitindo que em um eventual segundo mandato prosseguiria com políticas conservadoras.

Ainda assim, é possível contra-argumentar que uma regência capitalista da economia também foi praticada por Lênin, na chamada Nova Política Econômica, logo depois da revolução soviética. José Genoíno, em entrevista à Folha de São Paulo em Fevereiro de 2005, afirmou categoricamente que o governo Lula seguia a Nova Política Econômica leninista.

Deve-se lembrar, ainda, que a burocracia do PT, por conta das suas ligações com cúpulas sindicais como as da CUT, teve a oportunidade concreta de desenvolver estratégias de acumulação de capital através da administração de fundos de pensão privados (cujo desenvolvimento o governo Lula tentaria estimular na recente reforma da previdência), estratégias estas que acabariam por desenvolver uma certa identidade de interesses entre a burocracia do partido e setores da burguesia brasileira.

Em termos práticos, o trecho acima é bastante elucidativo sobre as bases ideológicas do Partido dos Trabalhadores, assim como os seus principais aspectos históricos. Nesse contexto, projeta-se a imagem de “uma sigla reformista”, conduzindo-se por meio da conotação de que o PT é um partido importante para os movimentos sociais, não somente do Brasil, mas de toda a América do Sul. Sob essa ótica, quando o documento apresenta que muitos estudiosos (usa o argumento de autoridade para isso) advogam para o fato de o PT não ser apenas uma sigla partidária, mas um reflexo político e social tendencioso na América com fins de esquerda, há uma hipervalorização da imagem positiva do partido frente aos seus oponentes.

A imagem que se cria é de que as esferas sociais diversas foram responsáveis pela consolidação do partido como sigla, o que indica o *ethos* de “PT do povo”. Essa projeção da imagem do partido é a mais usada ainda hoje nas eleições, por meio da busca de uma linguagem simples, objetiva e que fala os problemas sociais da população brasileira. Sobre essa ótica, a própria figura de Lula, um dos grandes líderes do partido, representa a “ascensão do povo” brasileiro ao poder, visto que ele era um ex-siderúrgico e, de forma surpreendente, chegou ao poder. Essa projeção de partido com vínculo com a população é muito forte, pois os movimentos sociais organizados, que, com certeza,

contribuíram para o início do partido como uma sigla organizada, proporcionam a imagem de “PT com preocupações sociais”.

Ideologicamente, o texto afirma a vinculação ao pensamento socialista, o denominado “Socialismo real” que se instaurou na URSS tempos atrás, mas com mudanças para a realidade brasileira. Naquele momento do texto, como se pode perceber, a figura de José Dirceu é aclamada como grande membro da sigla, o que nos possibilita indicar um dos motivos de o locutor do discurso 15, assim como os locutores de todos os discursos petistas desta trabalho, serem defensores da figura emblemática de Dirceu. Ainda sobre a ideologia partidária, observemos um trecho em especial: "As correntes social-democratas não apresentam, hoje, nenhuma perspectiva real de superação histórica do capitalismo imperialista. O PT organizou-se, no papel, a partir das formulações de intelectuais marxistas, mas também continham em seu bojo, desde o nascimento, ideologias espontâneas dos sindicalistas que constituíram o seu "núcleo duro" organizacional, ideologias estas que apontavam para uma aceitação da ordem burguesa, e cuja importância tornou-se cada vez maior na medida em que o partido adquiria bases materiais como máquina burocrático-eleitoral". Esse trecho é do texto oficial de fundação do partido, o que impõe a projeção de um *ethos* de “mudanças” e “transformações sociais”, derivadas do pensamento marxista, mas com as alterações necessárias para o êxito do partido para a realidade brasileira. De maneira geral, projetam-se três tipos de *ethos* na sigla partidária: 1) PT partido da população e das camadas sociais; 2) PT partido de mudanças e transformações sociais do socialismo real; e 3) PT partido de reformulação político-social-democrática.

Com o entendimento desse contexto dos dois Partidos, passemos agora para a análise dos textos escolhidos para este trabalho Assim, nossa análise será dividida em dois momentos: no primeiro momento, falaremos sobre a imagem que o Locutor tenta fazer de si (*éthos*); no segundo momento, analisaremos de que maneira esse locutor usa das técnicas argumentativas para proporcionar os seus objetivos e, assim, provar a sua tese central.

8.6.3 O *éthos* dos locutores do Discurso 15 (PT) e do Discurso 4 (PSDB)

Como se sabe, de acordo com Maingueneau (1993, 1995, 2001), estar em um determinado discurso não significa proferir um ou outro enunciado, mas adotar um certo tom de voz, um comportamento, um *éthos*, que está em harmonia com o princípio do estatuto dos enunciadores. Desse modo, é importante frisarmos que o conceito de *éthos* não diz respeito àquilo que o enunciador diz de si explicitamente, mas à imagem que é formada com base na cena enunciativa. Em muitos momentos, podemos ter um dizer sem ter dito. Maingueneau chama atenção para essa questão que, para nós, é o caminho para se saber se se conseguiu a eficácia do *éthos*: adesão do auditório à tese sendo defendida, crenças do auditório e aproximação com o que está sendo defendido.

Mantendo-se essa linha de raciocínio, o *éthos* do sujeito do PSDB, como já apresentamos brevemente no texto de abertura do site do partido, constrói-se de muitas qualidades. Elas são transpostas, em muitos momentos, no discurso 4 do locutor do PSDB de nosso *corpus*. A leitura desse texto nos faz entender que o *éthos* que se apresenta pelo locutor é o de justiça e de imparcialidade frente aos fatos a serem tratados no julgamento do “mensalão” (“Quando se fala de justiça, sempre há dois lados. Nesse caso, um lado eram políticos; o outro, uma sociedade inteira na expectativa”). O locutor busca, assim, construir a imagem de que poderia usar o momento conturbado da política para fazer um discurso em que se pudesse “humilhar” os petistas, mas ele prefere não fazer isso, justamente com o seu conceito “justiça ser feita” preponderar. Observamos que o *éthos* do PSDB de que “o partido é preocupado com o país” é apresentado pelo locutor que usa a artimanha de indicar o argumento de justiça como principal prova de que o que estava ocorrendo no Brasil, no caso o julgamento do “mensalão”, fora fruto de uma ação justa e não partidária (“Se fôssemos levar o debate para a questão partidária, Situação e Oposição, ficaria muito fácil, neste momento, fazer um discurso bastante ofensivo, tripudiando, de fato, em cima de uma vitória da Justiça”).

Opondo-se a essa projeção de “justiça”, temos o *ethos* do locutor do PT. Em diversas passagens, como apresentamos ao longo da seção anterior, o locutor busca apresentar-se como “injustiçado”, como se o mensalão não tivesse, de fato, ocorrido - e, no caso, houve uma manobra política das elites. O argumento de que “mensalão é uma tentativa de criminalizar o PT” confirma o *ethos* de “injustiça”, pois, como o locutor se

apresenta, as provas concretas dos fatos de direito não foram apresentadas, o que possibilitou que os votos dos membros do STF fossem conduzidos pelo “sentimento de pressão” que as “mídias proporcionaram” frente à opinião pública brasileira. A sensação de “injustiça” se confirma ativamente, quando o locutor defende a inocência dos “companheiros” envolvidos no processo e, assim, põe a culpa no “sistema político brasileiro”, que dificulta a realização das “transformações” necessárias que o Partido dos Trabalhadores tentava empreender no governo Lula. Sob esse viés, o locutor advoga em favor da “liberdade” dos presos políticos, o que indica um tom emotivo e de aproximação entre locutor e interlocutor, a fim de proporcionar o *ethos* de “Companheiros são inocentes”, tentando seduzir o interlocutor (*pathos*).

No locutor do PSDB, a imagem de preocupação com a nação e com a justiça são apresentadas diversas vezes, sempre tentando desmerecer a condição de partido “dotado da razão e da ética” que o PT tentava empreender. O discurso 4 indica uma preocupação do locutor em afirmar a principal falha do PT em todo o processo: querer negar o ato consumado. Para indicar essa tese, o locutor usa da artimanha de atacar o seu adversário, por meio de um tom agressivo, como podemos ver abaixo:

“(…) A mídia social, principalmente a **comandada pelo PT**, colocou durante toda a semana que essa prisão, **essa sentença é política**. O que me preocupa é ver o **PT recriminando quando a lei é feita**. A legislação foi acertada, e **foi esta Casa que criou a lei**. O STF cumpriu essa lei. A maioria do Pleno foi indicada pelo próprio PT, pela Presidenta Dilma ou pelo Presidente Lula. Hoje, a grande maioria do STF foi indicada pelo Partido dos Trabalhadores. Imagina-se que o STF teria uma posição diferente daquilo que foi julgado? (DISCURSO 4-PSDB).”

Os sintagmas acima em destaque são exemplos de que o locutor tenta construir uma imagem de que “parlamentar do PSDB é preocupado com fazer a justiça”. Para isso, ele usa o ataque agressivo aos petistas. De maneira direta, indica-se que há uma parte da mídia brasileira que é comandada pelo PT e que estes órgãos foram responsáveis, segundo o locutor, por intermediarem ações de combate ao pensamento “PT foi desonesto”. O argumento de que “PT controla as mídias, portanto não aceita a justiça sendo feita” é um ponto importante na construção da imagem do locutor como um cidadão preocupado com o fato de o PT estar recriminando quando a Justiça está sendo feita. A construção de negatividade que o locutor passa do PT é nítida. Para isso, ele se vale do argumento de que foi o próprio PT quem indicou os Ministros, logo não há justificativa alguma para que haja contrariedade da decisão. Na verdade, o locutor

busca, quando faz a pergunta retórica, indicar ironicamente que o PT quer pregar que o STF não julgou com sabedoria e qualidade o processo, tornando-o político e não imparcial. Esse ponto é o que o locutor tenta sempre debater e combater em seu discurso, criando um *éthos* de preocupação com a justiça real sobre os fatos e sem as interferências externas e partidárias que o PT pode ter.

Sob a mesma ótica, o locutor do PT, em seu discurso, busca indicar uma imagem de preocupação com as transformações sociais e políticas do país, mas sempre associando ao governo de seu partido. Nesse ponto, há uma nítida diferença entre as duas realidades, pois o locutor do PSDB busca a estratégia de demonstrar preocupação sem citar o seu partido, enquanto o locutor do PT é mais explícito em dizer que as transformações sociais que o Brasil estava vivendo naquela época eram oriundas, quase que exclusivamente, do PT. Isso é evidenciado no trecho abaixo:

“O PT governa o País há quase doze anos. Nesses doze anos, **nós patrocinamos grandes transformações**. Essas transformações **feriram**, em morte, parte das **elites brasileiras**, que não foram capazes de aprender, que **não foram inteligentes** o suficiente para aceitar as derrotas em três eleições seguidas ou não aceitar **as transformações patrocinadas pelos dois Governos do PT**” (DISCURSO 15- PT).

O trecho acima representa a projeção de uma imagem vitoriosa do partido. O locutor, assim, usa de itens lexicais que exprimem a valorização do seu partido, desmerecendo as ações de seus oponentes. A estrutura sintagmática “nós patrocinamos grandes transformações” induz à formação da imagem de um “PT transformador”, capaz de modificar a vida da população brasileira de forma positiva. Isso confirma, por meio de inferência, a ligação entre a imagem de “PT do povo”, presente no texto do site do partido - como demonstramos, quando a palavra “feriram” induz a pensarmos que essas transformações não foram bem vistas pelas “elites brasileiras”. Desse modo, se a imagem de transformação atinge diretamente as elites, logo o PT projeta-se como uma agremiação com preocupação social. De maneira bastante explícita, o locutor aproveita para indicar a sua soberba frente ao momento do partido adversário, derrotado nas duas últimas eleições, quando aquele locutor nos apresenta que as elites “não foram inteligentes” para aceitarem as duas derrotas nas eleições.

Com relação a essa questão de escolhas lexicais, no Discurso 4, por exemplo, o que se nota é que são pistas de como o locutor tenta se apresentar para o público no

processo de discurso na Sessão Plenária. No caso em questão, importante vermos mais outro trecho:

“O que se tem de deixar claro como fato é que o mensalão foi um **instrumento** para fazer com que o **Governo do Presidente Lula funcionasse de acordo com a sua vontade pessoal**, comprando não o voto, **comprando a consciência de muitos**. De uma forma direta ou indireta, ainda existem alguns mensalões ocorrendo no País, na liberação de emendas, em momentos de votação, na liberação de cargos para serem ocupados em alguns Ministérios.” (DISCURSO 4-PSDB).

O trecho acima é um exemplo de que as escolhas lexicais feitas pelo locutor possuíam um propósito muito mais amplo. Como se sabe, até hoje, os questionamentos é sobre o conhecimento ou não de Lula do escândalo do “mensalão”, assim como de todas as manobras políticas e financeiras de que se tem conhecimento por meio da justiça nos laudos fiscais. Quando o locutor indica que o “mensalão” foi um “instrumento” para que o “Governo do Presidente Lula” estivesse funcionando seguindo as condições pessoais deste, “de acordo com a sua vontade pessoal”, o locutor busca apresentar-se como um sujeito que está se posicionando sobre um ponto crucial no processo judicial. Novamente, a ideia de justiça e de “partido sério” se faz presente, quando se confronta o PT na posição de “partido que fez o mensalão para comprar votos de parlamentares, a fim de que Lula governasse como quisesse”. Os sintagmas “comprar consciência de muitos” indica um grau de afastamento do PSDB e do locutor com relação aos atos, pois ele estava denunciando, logo não foi integrante dos crimes e, muito menos, teve a consciência comprada.

O *ethos* de “injustiça” apresentado pelo locutor do Discurso 15 se processa, em alguns momentos, sob um tom agressivo e de muita crítica aos opositores. Ainda com relação ao uso de alguns itens lexicais e o peso deles na construção da imagem de um locutor, observemos o trecho do discurso 15:

“**Tentaram**, num primeiro momento, **criminalizar o PT**. E nós fomos para as ruas e soubemos erguer e sustentar a bandeira do PT. Tentaram, num primeiro momento, **criminalizar o Presidente Lula**, e, em todas as disputas - o que é mais importante, e quero deixar isto como a primeira questão no meu pronunciamento -, em todos os momentos, **sob uma forte pressão midiática, o povo brasileiro conseguiu enxergar**, na disputa política e midiática, quem detinha compromissos com o Brasil, quem estava determinado a transformar o nosso País. E esse foi o PT, foi o nosso Governo!” (DISCURSO 15-PT).

As expressões destacadas são fundamentais para o entendimento da imagem de “injustiça” que o locutor do PT forma em seu discurso. A palavra “tentaram”, por exemplo, é uma referência direta para os partidos de oposição e para as elites brasileiras. O argumento de que as elites e a oposição queriam “criminalizar o PT” foi a artimanha mais viável para a defesa do locutor sobre os acontecimentos. Assim, a imagem de “injustiça” não teria afetado a população, pois o locutor indica que, “apesar de forte pressão da mídia, a população conseguia enxergar” que a questão era mais político-eleitoral do que judicial. Esse argumento foi fundamental para que a imagem “companheiros não são culpados” fosse instaurada ao longo do texto.

Opondo-se a isso, a imagem de um locutor preocupado com realidade do país e com a falta de moral e ética que há no PT aflora no texto do discurso 4, do locutor do PSDB, por meio de críticas, ora implícitas ora explícitas, ao sistema de governar do Partido e, principalmente, ao Presidente Lula. Notemos que, desse modo, forma-se uma divisão de perspectivas (PT compra consciência dos parlamentares para governar e PSDB não foi comprado). Assim, quando o locutor indica, por meio de um tom firme, que houve compra de “consciências”, automaticamente, de forma implícita, há uma supervalorização da imagem do locutor, pois este não participou do processo criminoso e, pelo contrário, está na condição de cidadão que quer cobrar seus direitos.

A imagem de partido que quer benefícios sociais e mudanças, como percebemos no texto do site do PSDB, também aflorou no discurso do locutor do texto 4. Uma das questões mais notórias com relação ao *éthos* de partido democrático e social do PSDB ficou muito evidente no seguinte trecho do discurso:

Discurso 4: Tive o privilégio de participar de uma missão em dois países com os menores índices de corrupção do mundo: a Austrália e a Nova Zelândia. Impressionante como o **Brasil está distante de ser a democracia tão falada**, porque a democracia não é apenas o direito do ir e vir, a democracia não é apenas o direito de poder debater aquilo que se pensa, **mas a democracia, acima de tudo, é o bom uso do dinheiro público**, é fazer com que o dinheiro público chegue à cozinha da dona de casa, chegue ao trabalhador com eficiência.

Os sintagmas destacados no trecho acima refletem um locutor que se apresenta como detentor de uma imagem de honestidade e zelo pelas questões sociais. Ao expressar a sua opinião sobre os aspectos democráticos brasileiros e a falta de uma

democracia sólida, o locutor valoriza o seu partido implicitamente, pois a democracia não é “apenas o direito de ir e vir”, mas “é o bom uso do dinheiro público”. Implicitamente, ele põe em evidência a falta de ética do PT na condução da gestão pública e, também, expõe uma das questões mais evidentes na bandeira do PSDB: a social democracia. Lembremos que, quando se faz uma referência à usabilidade correta do dinheiro público em um discurso sobre o “mensalão”, uma prática confirmada de que houve compra de votos de parlamentares no congresso nacional brasileiro a fim de estabelecer a sustentabilidade de um grupo político, o locutor tenta empreender o discurso de que “PT é um partido corrupto” e que “não há uma democracia plena no Brasil por causa do mensalão do PT”. Indiretamente, as expressões em destaque no trecho do discurso 4 são o reflexo da tentativa do locutor de construir uma imagem de defesa de seu partido, quando argumenta que ter democracia é “fazer com que o dinheiro público chegue à cozinha da dona de casa”. A citação da “dona de casa” tem como objetivo apresentar que há uma nítida despreocupação do PT com as questões sociais e, por causa disso, o locutor mostra uma imagem protetora da nacionalidade e da aplicabilidade de recursos públicos.

No discurso 15, do locutor do PT, a imagem de “PT inocente” também é muito recorrente. Essa busca pela demonstração da inocência dos envolvidos se deu de várias estratégias ao longo do texto. Na verdade, a indicação de que “José Genoíno é inocente” mostrou-se por meio de emotividade do locutor, que apelou para a questão familiar, os pais dele (que também são os pais de José Genoíno), assim como para o aspecto físico deste último, que, segundo o locutor, estava debilitado. A imagem de “PT inocente” projeta-se quando o locutor afirma que não há provas de direito sobre os fatos que estavam sendo apresentados pelo STF e, também, quando ele coloca em questão a veracidade dos laudos, ao indicar que o mensalão não existiu e, na verdade, há uma tentativa de criminalizar o PT no caso. Nas duas possibilidades, o mensalão é citado como uma manobra da oposição, das mídias e das elites brasileiras contra a forma de governo do PT. Essa constatação e construção de uma imagem de “inocência” chega ao ponto de o locutor abdicar da preocupação de suas colegas parlamentares sob a alegação de que ele estava bem, o mais importante naquele momento seria o “projeto do PT para o Brasil”, o que instaura a imagem, pela primeira vez no discurso desse locutor, de “altruísmo” da parte dele quanto às questões do país e do PT especialmente.

No discurso 4, do locutor do PSDB, o que se notabilizou foi uma tentativa de apresentar as falhas do PT na condução dos rumos da nação, assim como a falha deste partido em não reconhecer seus erros e as ações do “mensalão”. Além disso, quando destaca a possibilidade de existência do “mensalão mineiro”, que era governado pelo PSDB, o locutor, novamente em um tom agressivo, constrói uma imagem de defensor da bandeira ideológica partidária, partindo para “guerra” e para o confronto direto em prol de seu bloco partidário, cuja sua função é ser líder, como se evidencia no trecho a seguir:

Eu sei que já **tentaram trazer aqui à baila o debate sobre Minas Gerais**, sobre outros assuntos. **O PSDB está pronto para debater isso! Pronto!** Eu quero dizer aqui que, se têm alguma dúvida - **eu não tenho nenhuma - sobre o nosso partido, eu também posso levantar dúvida** sobre o Chefe de Estado no momento do mensalão, que era o **Presidente Lula**. Qual é a diferença? Qual é o medo de fazer esse debate? **Não podemos ter medo desse debate. Nenhum! Nenhum!** (DISCURSO 4- PSDB)

No trecho acima, o que se nota é um locutor defensor assíduo de sua bandeira partidária e de seus princípios éticos. O fato de o PT, em outros pronunciamentos de locutores deste partido, ter tentado mascarar a existência do “mensalão” com a possibilidade de um “mensalão mineiro” foi tratado de forma muito incisiva pelo locutor do discurso 4. Assim, quando ele diz que “O PSDB está pronto para debater isso! Pronto!”, evidencia-se a construção de uma imagem de coragem do locutor na defesa de seu partido e, também, forma-se uma imagem de “partido que não pratica atos errôneos”. Quando o locutor indica que não há nenhuma dúvida sobre o seu partido, principalmente, no que tange à honestidade de seus membros, constrói-se um *éthos* de honestidade, o que desmerece a imagem do PT. Para argumentar que há a possibilidade de um debate imparcial a ser feito pela justiça e pela população, o locutor deixa claro que pode, se for o caso, levantar suspeitas sobre o Presidente Lula, que comandava o país na época do “mensalão”. Com esse argumento, implicitamente desconstrói-se a imagem de partido detentor de total ética no PT e passa a desconfiar da honestidade do seu principal líder, Lula.

A fim de sistematizarmos essas imagens de si nos discursos que os locutores constroem, elaboramos a seguinte tabela, e, sem seguida a análise dela, a qual põe alguns argumentos e mostra como eles se ancoraram, constituindo *ethos* de cada

locutor. Antes disso, é primordial saber que os dois principais argumentos usados pelos locutores foram:

PT- injustiçado (mensalão é tentativa de criminalizar o PT)

PSDB- justiça foi feita (PT está indo contra a justiça brasileira)

Interessante é que, em diversos momentos, esse conflito entre as duas imagens que se constroem foi observado ao longo dos dois textos. Sempre isso desencadeava um dos pontos esperados em nossas hipóteses iniciais de que os argumentos desencadeariam projeções de imagens divergentes entre os locutores de partidos diferentes, o que poderia levar a pensar na construção de um *ethos* do PSDB opondo-se ao *ethos* do PT, uma vez que teríamos o *ethos* do partido de situação e governista *versus* o *ethos* do partido de oposição ao governo. Podemos demonstrar algumas dessas oposições por meio da tabela abaixo, em que os argumentos apresentados por cada locutor nos permite indicar a construção do *ethos* de cada um deles ao longo da superfície textual:

Temas	Posicionamentos do Discurso 4 do PSDB	Posicionamentos do Discurso 15 do PT
Apelo para questões emotivas	“o que me traz à tribuna é a preocupação do discurso feito pelo nosso colega, Deputado José Guimarães, pelo qual eu tenho respeito, e imagino o sofrimento dele, até porque envolve alguém da sua família”	“Falo também para os meus familiares lá dos sertões do Encantado, de Fortaleza, de São Paulo e de Brasília. Falo, enfim, para a nossa família petista”. “Mas o Genoíno não pode ficar onde está. Primeiro, porque os que estão no regime semiaberto têm que ir para o semiaberto; segundo, porque o Genoíno não pode, porque senão ele corre risco de vida. Todo mundo sabe. Visitem-no os que duvidam. Podem ir visitá-lo. Ele corre risco de vida. Mas seria bom que algum Ministro do STF, Sr. Presidente, fosse visitá-lo - para ver”
Conflitos políticos no seio do mensalão	“o fato ocorrido a que o Brasil inteiro assistiu nesses últimos anos, a expectativa de fazer um divisor de águas, transformar o mensalão nesse divisor entre o tempo do julgamento do político e antes desse julgamento”	“Quando esse processo começou, o País conseguiu compreender a nossa linguagem e a nossa mensagem - e era preciso, porque nós estávamos sob a pressão da mídia ou sendo generosos por parte da mídia, para que o PT fosse julgado. Era, portanto, necessário para alguns encontrar provas ou buscar contraprovas para poder julgar o PT”.
A veracidade do mensalão	“Primeiramente, a mídia social, principalmente a comandada pelo PT, colocou durante toda a semana que essa prisão, essa sentença é política. O que me preocupa é ver o PT recriminando quando a lei é feita”	“Foi feito julgamento político porque não há provas materiais que condenem aqueles que supostamente tenham cometido o crime de pagar mesadas a Parlamentares aqui desta Casa”
a influência das mídias no processo	“Primeiramente, a mídia social, principalmente a comandada pelo PT, colocou durante toda a semana que essa prisão, essa sentença é política”	“Quando esse processo começou, o País conseguiu compreender a nossa linguagem e a nossa mensagem - e era preciso, porque nós estávamos sob a pressão da mídia ou sendo

		generosos por parte da mídia, para que o PT fosse julgado”
O crime do mensalão e os seus culpados	“O que se tem de deixar claro como fato é que o mensalão foi um instrumento para fazer com que o Governo do Presidente Lula funcionasse de acordo com a sua vontade pessoal, comprando não o voto, comprando a consciência de muitos”	<p>“E fizeram bem José Genoíno e José Dirceu, a começar por Genoíno, quando ergueram o braço e exclamaram <i>“Viva o PT!”</i>. Eles não se curvaram a uma ação criminosa, a uma ação articulada para criminalizar e tentar interditar o processo de transformação por que tem passado o Brasil nos últimos anos”.</p> <p>“É preciso ter alma, coração, sobretudo ideologia, para suportar tudo isso. Quais foram os crimes que José Genoíno e José Dirceu cometeram? Reuniram-se com Parlamentares para comprar votos aqui dentro?! Qual foi o crime?! Aliás, já dizia o nordestino, o sergipano Tobias Barreto, em seu livro: <i>“Direito não é só uma coisa que se sabe, mas também uma coisa que se sente”</i>. O País inteiro sente que Genoíno e esses companheiros não são corruptos”.</p>
Outros casos de mensalão	“Eu sei que já tentaram trazer aqui à baila o debate sobre Minas Gerais, sobre outros assuntos. O PSDB está pronto para debater isso! Pronto! Eu quero dizer aqui que, se têm alguma dúvida”.	“Eu quero me dirigir à imprensa. Foi preciso que alguns jornais hoje - talvez para um mea-culpa - publicassem que, talvez no começo do ano, se julgue o mensalão tucano”.
O Estado Democrático	“a democracia não é apenas o direito de poder debater aquilo que se pensa, mas a democracia, acima de tudo, é o bom uso do dinheiro público, é fazer com que o dinheiro público chegue à cozinha da dona de casa, chegue ao trabalhador com eficiência”.	“Eu me dirijo a esta Casa para dizer do que hoje estão fazendo contra o PT. E olhem a ironia do destino: exatamente nós, que somos os pilares da construção da democracia brasileira”.
A culpabilidade ou não	“A diferença que nós estamos vivendo hoje é que parece que esse julgamento é um julgamento de todos. Ora, o Partido dos Trabalhadores não pode desassociar este momento. Têm que assumir aqueles que cometeram erros, assim como outros partidos também podem cometer erro”	“temos a absoluta tranquilidade em dizer para o País que esse crime o PT não cometeu, porque o PT não é corrupto; nem muito menos aqueles que estão encarcerados são corruptos, porque são construtores da democracia. E, se cometeram algum erro, foi o erro da política brasileira, porque ela é que a responsável pelo chamado caixa dois, a que todo mundo faz vista grossa”
Tom agressivo no discurso	“Eu quero dizer aqui que, se têm alguma dúvida - eu não tenho nenhuma - sobre o nosso partido, eu também posso levantar dúvida sobre o Chefe de Estado no momento do mensalão, que era o Presidente Lula. Qual é a diferença? Qual é o medo de fazer esse debate? Não podemos ter medo desse debate. Nenhum! Nenhum!”	“Não serão esses democratas de meia-tigela, que hoje se escondem sob o manto da democracia, que haverão de imputar ao PT a pecha de partido corrupto! Porque o PT não é um partido corrupto. Se há algum partido corrupto no Brasil, esse não é o Partido dos Trabalhadores”.
A sentença do STF	“Mas daí a dizer que não houve?! Daí a dizer que isso é apenas um erro de um Supremo Tribunal Federal?! O superior, o máximo da Justiça brasileira?! Quando um partido do Governo coloca em cheque a moral do Supremo, aí, sim, nós temos que começar a repensar a nossa República”.	“quando o Presidente do Supremo sentenciou, não disse qual o tipo de regime. Será que não foi dito porque ele esqueceu, ou foi para gerar um hiato jurídico, uma zona cinzenta, em que cada um vai decidir segundo o seu veredicto ou a sua consciência? Por que essa lista? Como é que fizeram essa lista dos primeiros a serem presos? E por que logo no feriado, Sr. Presidente?”

Como se pode perceber, em diversos momentos, a base de argumentos entre os locutores se apresentou de maneira conflitante. Optamos em apresentar a tabela com o tema a ser apresentado o argumento e, na sequência, os posicionamentos dos dois locutores (lado a lado), com o objetivo de deixar mais evidente as duas posturas. Por meio desses temas e desses pontos apresentados, poderemos indicar o que, de fato, se constitui como projeção de imagens.

Nesse contexto, o apelo para questões emotivas foi um dos pontos evidenciados ao longo dos dois textos. O locutor do PSDB optou pela emoção mais acometida, como se a “preocupação” com o discurso do José Guimarães fosse um dos motes para a expressividade e, assim, para a realização de seu texto. O que se evidencia, portanto, é um locutor mais racional, menos apegado às questões emocionais. Diferente disso é o locutor do PT, o qual apela inteligentemente para o emocional, como se quisesse comover o auditório com seus argumentos, acionando, assim, o pathos. Ao apelar para o uso de seu contexto familiar, falando de seu interior no Ceará e de sua família, o locutor contrói uma imagem de “PT com origens pobres”, como se quisesse apresentar-se como um sujeito que “conseguiu seus objetivos, mesmo com muita dificuldade”. Aparentemente, esse argumento ancora-se na premissa de que o brasileiro é um povo que, em alguns momentos, sofre muito para conquistar os seus objetivos. Esse argumento usado pelo locutor do Discurso 15 indica a preocupação dele em investir na imagem de “PT preocupado com a família”, o que já ocorreu no início do texto, quando o locutor apresenta-se para os seus correligionários e os convoca para “unirem-se em prol da causa do PT”, e, no final do texto, quando ele argumenta que “não se preocupem comigo, e sim com os projetos do partido”. Essa comoção do locutor do PT confirma-se, também, quando este apela para o fato de José Genoíno não poder ficar preso por “questões de saúde” e por ser “parlamentar”.

Outra imagem que se construiu de forma conflituosa entre os dois locutores é com relação aos problemas do mensalão, assim como toda a dinâmica de conflitos que este gerou. Nesse sentido, o locutor do PSDB mostrou-se mais “preocupado” com as causas nacionais ao afirmar o “mensalão como divisor de águas” na política brasileira e para a sociedade. Evidenciou-se, portanto, um locutor mais sereno, maduro, preocupado com as questões políticas que dizem respeito à nação. Aparentemente, o locutor mostra-se mais “preocupado com o desfecho do mensalão” do que com os atos em si, o que nos possibilita afirmar que o argumento que predomina é o de que “mensalão pode causar

problemas para o Brasil, embora seja uma necessidade”. Configura-se uma projeção de *ethos* de maturidade, ao ponto de o locutor se preocupar (ou pelo menos construir essa imagem) mais com a nação do que com o seu partido. Acerca disso, podemos indicar uma forte oposição, quando se analisa o locutor do PT, o qual busca frisar o argumento de que “era preciso buscar contraprovas” para julgar o PT. Nesse caso, o *ethos* do PT é o de “injustiçado”, fruto de uma ação delineada pelas mídias e pela oposição. A imagem que se constrói é de “PT é inocente”. A imagem de injustiçado é muito saliente ao longo do discurso do locutor do PT, o que lhe confere sempre um tom emotivo e agressivo.

Em termos práticos, em diversos momentos, o discurso do locutor do PSDB explorou a construção de um argumento em que as “mídias são comandadas pelo PT” e em que este partido é quem determina as notícias e, por causa disso, não aceita quando a “justiça é feita”. O *ethos* de “justiceito” é empreendido pelo locutor do PSDB, como se ele quisesse demonstrar as incoerências do discurso petista. A imagem que se apresenta é de um locutor preocupado com o fato de o PT “recriminar quando a justiça é feita”, visto que todos os ministros do STF foram eleitos e colocados pelos petistas ao longo do mandato do presidente Lula. Nesse sentido, o locutor advoga para o argumento de “PT indicou os membros do STF” para se projetar com um *ethos* de “PSDB defende a Lei”. Em oposição a isso, o locutor do PT mostra-se, novamente, “injustiçado” e alega que no julgamento do mensalão não houve “provas suficientes” para se indicar culpados ou punir os responsáveis, contrariando a artimanha de prova concreta da jurisprudência legal. A imagem que se desenvolve desse locutor, contrapondo-se ao do locutor do PSDB, é de “injustiça”, sob a alegação de “manobra política”, já que não há “contraprovas”, logo foi feito um “julgamento político”.

Quando recorrem às mídias, o interessante é que os dois locutores apresentam-se como “vítimas” dos veículos de comunicação. O mais interessante é que, nos dois casos, o locutor do PT argumenta que as mídias são manipuladas pelo PSDB e, seguindo a mesma linha de raciocínio, o locutor do PSDB argumenta que as mídias são manipuladas pelo PT. No tocante a isso, temos uma tênue aproximação na postura da imagem dos locutores “Imprensa manipula a sociedade”, entretanto, os dois usam esse argumento favoravelmente à projeção de um *ethos*: no caso do locutor do PSDB, ancorado no argumento de que “PSDB não precisa da mídia para provar a culpa do PT no mensalão”, projeta-se um *ethos* de “não influência das mídias”; já no caso do locutor

do PT, projeta-se um *ethos* de “PT pressionado pelas mídias”. Nesse sentido, as mídias são usadas pelos dois locutores como estratégias de serem “vítimas” e “injustiçados”.

Quando o argumento é acerca da culpabilidade dos envolvidos, o locutor do PSDB apresenta-se de forma mais rígida e indicativa de que o mensalão foi um instrumento de governabilidade do governo Lula. O *ethos* de “ético” se instaura na fala do locutor, que determina, por meio de seu pronunciamento, que o partido de situação não é ético quando se trata do assunto mensalão. Já no locutor do PT, o apelo é para o sentimento coletivo “o país sente” a inocência de José Genoíno e José Dirceu, segundo o locutor. Nesse sentido, projeta-se um *ethos* de “inocência” do PT novamente, o que, como percebemos, foi muito recorrente nos textos analisados em nosso corpus.

Quando a imagem do locutor é ameaçada, ele sempre tenta usar a artimanha da “ciência do delito” e da “averiguação dos fatos” como estratégia de convencimento do interlocutor. O locutor do PSDB, para indicar a existência do “mensalão mineiro”, usa essa estratégia de preservação da face positiva e, assim, indica que “o partido está preparado” para uma possível averiguação da veracidade do fato tratado. Esse sentimento de “se o problema ocorreu, iremos investigar”, propicia, portanto, um *ethos* de “cumprimento da Lei”, a fim de se apresentar positivamente para o interlocutor, visto que os fatos, se tiverem acontecido de verdade, devem ser investigados e os culpados punidos. Com relação ao locutor do PT, que sempre esteve em seu discurso com a projeção de “vítima” e de “injustiça”, o caminho também foi o mesmo. Entretanto, a defesa do locutor foi partir para o ataque contra a oposição, o que já demonstra a realidade diferente da situação. Se, por um lado, o locutor do PT estava tendo que se defender de casos de corrupção de seu governo, por outro lado, o locutor do PSDB estava, na situação de acusante, sendo também alvo de possível crime, o que o fez indicar a necessidade de “investigação” e punição para os culpados.

Quando o assunto era o Estado democrático de direito, o locutor do PSDB demonstrou-se preocupado com os caminhos da nação e com a visão que outras nações poderiam ter do Brasil, um país, com o “governo do PT”, cheio de ações corruptíveis. Para isso, o locutor usa a generalização e a indicação de uma viagem para uma nação de primeiro mundo, a fim de acusar a situação de não “possibilitar que a comida chegue” aos cidadãos, o que, segundo o argumento defendido, seria um dos pilares da democracia. Para essa ancoragem argumentativa, projeta-se uma imagem de locutor

“preocupado com os rumos da nação” após o caso do mensalão. Nesse sentido, a construção dessa imagem tem como objetivo indicar o quão o PSDB está “representando a causa maior da nação”, ou seja, “deixando de lado as questões partidárias para indicar os problemas brasileiros”. Com relação ao locutor do PT, projeta-se um *ethos* de “Democracia descumprida” com os atos de ilicitudes do mensalão e a forma como eles foram conduzidos pelo STF. Assim, o “PT como pilar da democracia” é projetado na argumentação do locutor, que empreende um *ethos* de “PT democrático” e preocupado com as causas democráticas acima de tudo.

A recorrência da dialética “culpa” ou “não culpa” esteve presente ao longo das projeções das imagens dos locutores. O argumento de que o mensalão foi um instrumento de perpetuação do poder do governo do PT serviu para a projeção de um *ethos* do PSDB “recriminação” dos atos ilícitos do partido adversário. Tal indicação evidenciou-se, portanto, na tentativa de provar a culpabilidade do PT nos casos do mensalão. Entretanto, opondo-se a isso, o locutor do PT advoga para o argumento de que “não há dúvidas de que o PT não cometeu crime”, o que projeta o *ethos* de “PT não é culpado” dos escândalos do mensalão. Esse embate entre os dois locutores transfigura-se a própria sensação política da época, em que PSDB e PT debatiam a culpabilidade e a veracidade dos fatos quase que de forma assídua nas Sessões Plenárias ao longo daquele período. Para isso, a sentença do STF, que foi o principal responsável para o processo do mensalão, foi importante. Sobre isso, o locutor do PSDB advogava para o fato de que quem escolheu os membros do STF fora o próprio PT, o que anularia a discussão da “veracidade” e da “parcialidade” das decisões jurídicas. No entanto, o locutor do PT defendia que ocorreu uma enorme pressão das mídias e das oposições que, de forma irresponsável, impulsionaram as discussões para a conotação política, descaracterizando “os fatos reais” do processo, o que garantiu a formação de um *ethos* “PT não é culpado”, projetando-se no locutor do PT e, opondo-se a isso, “PSDB é favorável ao cumprimento da lei”, por parte do locutor do PSDB.

Como ficou evidente, as projeções do *éthos* se constituíram, quase sempre, por meio de argumentos empreendidos pelo locutor com o intuito de construir uma imagem de si positiva e, dessa maneira, desmerecer a imagem do oponente. Em meio a tudo isso, desenvolveu-se uma série de técnicas argumentativas que se consolidaram por meio de algumas provas. Diante disso, a partir de agora, analisaremos como o locutor usa das artimanhas de persuasão para provar que seus argumentos são verdadeiros. Para tal,

destinaremos nossa análise para a segunda parte do Componente Retórico, destinado para as técnicas argumentativas, segundo a visão de Perelman e Tyteca.

8.6.4 As técnicas argumentativas usadas pelos locutores

Como se viu, nos discursos 4, do Locutor do PSDB, e no 15, do locutor do PT, vários *éthe* foram formados, todos eles, com o objetivo de ilustrar o quanto o partido do qual o parlamentar faz parte é superior ao partido adversário. Essa “superioridade” era apresentada implicitamente, sempre com a demonstração de que as ações do partido envolvido com o “mensalão” estavam sendo danosas à população brasileira ou que o partido dos trabalhadores não era culpado. Com relação ao locutor do PSDB, a imagem de “preocupação com as causas sociais” e “a preocupação com os pontos éticos” se sobressaiu nas análises textuais, o que imprimiu um tom agressivo, partindo em defesa de sua ideologia e de sua base partidária, como se espera de um líder de um bloco político ou agremiação partidária no parlamento brasileiro; já com relação ao PT, o tom de que “há uma criminalização do PT por meio do mensalão” e de que “os companheiros envolvidos não cometeram nenhum crime” indicou o argumento de defesa do locutor do partido de situação. Para que todas essas projeções do *éthos* tivessem efeito, o locutor usou, em diversos momentos, de técnicas argumentativas diversas para empreender o seu ponto de vista e provar que as suas teses e argumentos foram verdadeiramente constatáveis.

Seguindo as noções do Tratado de Argumentação, um dos primeiros tipos de argumentos são os que os teóricos denominam de argumentos quase-lógicos. Como já mencionamos no capítulo sobre o Componente Retórico, mais precisamente na apresentação das técnicas argumentativas, esse tipo de argumento tem como objetivo buscar, a partir dos modelos de raciocínios formais, matemáticos ou lógicos, uma técnica menos “lógica”, e mais natural, de convencimento. Dessa maneira, notamos certa semelhança entre esses argumentos com os raciocínios demonstrativos, o que nos possibilita dizer que há certa aparência demonstrativa.

No discurso 4, notamos que uma técnica usada pelo locutor para tentar obter a adesão do seu auditório (*páthos*) foi a técnica dos argumentos por incompatibilidade, como podemos observar abaixo:

Discurso 4: “**O STF cumpriu essa lei.** A maioria do Pleno foi indicada pelo próprio PT, pela Presidenta Dilma ou pelo Presidente Lula. **Hoje, a grande**

maioria do STF foi indicada pelo Partido dos Trabalhadores. Imagina-se que o STF teria uma posição diferente daquilo que foi julgado? **Eu não vi esse mesmo partido reclamar tanto da sentença;** e parece que ainda acreditava que não se ia cumprir algo mais após isso, mas, quanto à prisão, houve uma gritaria enorme contra”.

O trecho acima demonstra a tentativa do locutor de apresentar a incompatibilidade do discurso petista de que o “mensalão” foi um ato político e que os réus não tiveram a defesa adequada e um julgamento justo. Para desmentir esse argumento do partido de situação, o locutor se projeta com uma imagem de honestidade e porta um tom agressivo em seu discurso para demonstrar que as teses apresentadas pelo PT, na verdade, são usadas contra o próprio Partido dos Trabalhadores. Mostra, com isso, uma incompatibilidade entre o que foi real e o que de fato ocorreu no julgamento. A tese principal do locutor é a de excluir a veracidade de argumento do PT e, por isso, apresenta a incoerência do discurso petista, pois “a grande maioria dos ministros foram indicados pelo PT”. Com essa técnica quase-lógica, formalmente o locutor tenta jogar os argumentos do PT contra ele próprio: foi o “PT quem indicou os Ministros do STF, portanto o julgamento foi honesto”. Dessa prova de que o argumento do locutor é o adequado, desmerecendo o argumento da situação, projeta-se uma imagem de “justiça sendo feita”.

Para explicarmos isso, temos que fazer uma apresentação de como ocorre a escolha para Ministro do STF. Com a saída de um desses Ministros, cabe ao Governo Federal, por intermédio da Presidência da República, indicar algum magistrado de destaque para ocupar a vaga ociosa (que pode ser dada por caso de desistência, falecimento ou aposentadoria do jurista). Dessa forma, notemos que o discurso do PSDB é de alegar que os juristas que julgaram o “mensalão” todos foram “escolhidos” pelo PT. Para que haja a indicação de um Ministro, deve haver um debate nas duas Casas Legislativas (Câmara e Senado). Normalmente, o partido de situação explica os motivos de o nome a ser apresentado ser merecedor do título ministerial, enquanto os partidos de oposição podem discordar da escolha. Notemos que o propósito do trecho “Hoje, a grande maioria do STF foi indicada pelo Partido dos Trabalhadores” teve como objetivo elucidar que os ministros, mesmo sendo indicados pelo PT, foram imparciais. Indiretamente, o locutor valoriza a casa STF e, automaticamente, desmerece novamente o PT. A tese da imparcialidade é sustentada pelo locutor, que empreende implicitamente

o argumento de que “STF está correto, justiça foi feita de forma imparcial”. É evidente que a técnica da incompatibilidade possibilitou a projeção do *éthos* de honestidade e justiça que o locutor tenta apresentar para o seu auditório, por meio de marcas linguísticas, como já analisamos na seção anterior.

No discurso 15, do locutor do PT, essa técnica argumentativa também foi evidente em um momento da estrutura textual:

“Disse o Ministro Marco Aurélio de Mello que ele está curioso para saber quais as razões que levaram o Presidente do Supremo a patrocinar ou ordenar o patrocínio daquele espetáculo de sexta-feira até hoje, levando dirigentes para cima e para baixo, no feriado, e logo no dia da Proclamação da República” (DISCURSO 15- PT).

No argumento do locutor, o uso da citação de um pensamento do Ministro Marco Aurélio de Mello implica a possibilidade de incompatibilidade entre os laudos reais do STF e o que, de fato, a defesa estava alegando. Quando usa a prerrogativa de indicar a fala do ministro, o objetivo do locutor é o de trazer à baila a tese de que “justiça não foi feita de forma imparcial, logo o mensalão não é válido juridicamente”. O jurista Marco Aurélio, em um momento da sessão do judiciário, perguntou à mesa que presidia o julgamento acerca da real veracidade dos fatos de direito, o que possibilitou a margem para a defesa dos condenados. Marco Aurélio, nesse caso, critica as ações do SFT e, assim, o locutor usa dessa artimanha para induzir a projeção de que “Julgamento não foi apresentado sobre os fatos reais”.

No Discurso 4, do locutor do PSDB, para que se projetasse com o argumento de honestidade, diversas vezes, usou da técnica de argumentação do ridículo, outra maneira quase-lógica de tentar provar as teses defendidas, como podemos observar nos dois trechos abaixo:

Discurso 4: “Primeiramente, a mídia social, principalmente a comandada pelo PT, colocou durante toda a semana que essa prisão, essa sentença é política. **O que me preocupa é ver o PT recriminando quando a lei é feita. A legislação foi acertada, e foi esta Casa que criou a lei.** O STF cumpriu essa lei. A maioria do Pleno foi indicada pelo próprio PT, pela Presidenta Dilma ou pelo Presidente Lula. Hoje, a grande maioria do STF foi indicada pelo Partido dos Trabalhadores. Imagina-se que o STF teria uma posição diferente daquilo que foi julgado?”

Discurso 4: “Impressionante como o Brasil está distante de ser a democracia tão falada, porque **a democracia não é apenas o direito do ir e vir, a democracia não é apenas o direito de poder debater aquilo que se pensa, mas a democracia, acima de tudo, é o bom uso do dinheiro público, é fazer com que o dinheiro público chegue à cozinha da dona de casa, chegue ao trabalhador com eficiência**”.

Os dois trechos acima indicam a estratégia de argumentação do locutor em indicar o ridículo de como projetar como um *ethos* de justiça, no primeiro trecho, e um *éthos* de honestidade, no segundo. Normalmente, na tese por argumentação do ridículo, consiste em admitir uma determinada tese oposta à que se defende ou a apresentação das consequências deles, assim como mostrar a incompatibilidade destas com o que o próprio PT defendia.

No primeiro trecho do discurso 4, a apresentação do ridículo se constitui como uma das ferramentas para a projeção do *éthos* de justiça, quando se aborda a incompatibilidade do argumento petista (como apresentamos anteriormente) e as consequências negativas de o processo do “mensalão” ser encarado apenas como um ato político, não se reconhecendo os erros e falhas do partido de situação na condução de todo o processo. A técnica do ridículo é expressa por intermédio de um argumento que menospreza a base ideológica do PT e coloca em evidência o fato de este partido argumentar que o “mensalão” não existiu. O locutor usa dessa artimanha argumentativa para supervalorizar o PSDB como um partido detentor de condutas morais, já que não há pessoas do partido integrando o esquema do “mensalão”, logo indicando a tese de que “PT não é honesto” indiretamente.

No segundo trecho do discurso 4, a apresentação do ridículo ocorreu, principalmente, em um tom agressivo do locutor em indicar que o sistema democrático não se consolida somente com o “direito de ir e vir”, mas com a aplicabilidade correta dos recursos financeiros por parte dos governantes. Obviamente, insinua-se que o “PT não aplica corretamente o dinheiro público, criando a imagem do PSDB como um partido com honestidade e de um locutor que se projeta com *éthos* de honesto, preocupado com a população brasileira. Desse modo, ao apresentar um argumento em que aponta para uma ação contrária ao que o discurso petista sustenta, o locutor tenta formalizar uma problemática no seu partido opositor, sempre por intermédio desse

argumento do ridículo, de que o partido está “perdido” em meio a tantos escândalos de corrupção.

Interessante é que esse tipo de técnica também foi usada de forma muito produtiva pelo discurso 15, do locutor do PT. A grande diferença é que, neste último, o tom agressivo permeou a estrutura argumentativa, por meio de itens lexicais depreciativos, em alguns momentos, como podemos ver abaixo:

“É por isso que o PT e os companheiros foram julgados e condenados pelo Supremo Tribunal Federal. Não se justifica essa condenação. E mais, não se justifica o espetáculo que foi feito, sobretudo, com os últimos fatos que levaram os dirigentes do PT à prisão. Não é preciso ser de esquerda”

“Ele teve de passar 8 horas dentro de um avião da Polícia Federal, num espetáculo midiático jamais visto, transmitido ao vivo e em cores por algumas redes de televisão! Haja paciência! A democracia não pactua com esse tipo de espetáculo”

“Não serão esses democratas de meia-tigela, que hoje se escondem sob o manto da democracia, que haverão de imputar ao PT a pecha de partido corrupto! Porque o PT não é um partido corrupto. Se há algum partido corrupto no Brasil, esse não é o Partido dos Trabalhadores”

Os três trechos acima representam a técnica argumentativa de apresentação do ridículo. Na verdade, nos discursos políticos, aparentemente, esse tipo de estratégia argumentativa tem uma presença muito recorrente. No nosso corpus, por exemplo, nos dois tipos de discursos (tanto o da situação quanto na oposição) foram encontrados vários registros dessa estratégia em que o locutor visa desmerecer algo ou alguém propositalmente. No primeiro trecho do discurso 15, do locutor do PT, a palavra “espetáculo” é usada para ridicularizar o que o presidente do STF havia feito ao convocar os ministros para reabrirem os processos e, assim, toda a imprensa dar total movimentação para os fatos (havia, inclusive, canais de Tv a cabo 24h falando sobre o julgamento do mensalão ao vivo naquela época). Toda essa conjuntura política daquele momento do julgamento o locutor chama de “espetáculo” menosprezando a ação do STF, impondo o seu repúdio ao uso da imagem de seu partido nas mídias e nas redes sociais das pessoas. Esse mesmo argumento se confirma no segundo trecho, em que a palavra “espetáculo” novamente é usada para caracterizar todo o ambiente em que as mídias tornaram o mensalão. No segundo trecho, na verdade, são apresentados os problemas de saúde de José Genoíno que, mesmo com “supostos” problemas, teve que viajar mais de oito horas de avião da Polícia Federal, o que, para o locutor, caracteriza-

se como um “espetáculo” os holofotes que uma simples viagem teve e a importância dela para o processo em si. Já no terceiro trecho do discurso 15, o locutor faz uma crítica muito forte aos supostos “democratas”, fazendo alusão, provavelmente, aos integrantes do PSDB. A expressão “meia-tigela”, na gíria, é usada para caracterizar pessoas que não são o que dizem ou que não conseguem ser o que demonstram (falsas).

Outro tipo de argumento muito comum no Discurso 15, do locutor do PT, é com relação às técnicas por relações recíprocas, as quais visam apresentar uma base teórica com o objetivo de aplicar o mesmo tratamento a situações correspondentes. Isso é muito evidente na passagem abaixo:

“Disse bem o Governador do Rio Grande do Sul em artigo. Ele disse que era preciso encontrar a chamada teoria do fato para poder enquadrar aqueles, sem prova” (DISCURSO 15- PT).

O trecho acima evidencia que o locutor, ao tentar trazer a teoria dos fatos, apresentada em um artigo do então governador do Rio Grande do Sul, objetiva comprovar que os atos mais gerais indicam os atos menores.

Outra estratégia que contribuiu para a projeção da imagem de “PT não é culpado” projetada pelo locutor foi a estratégia pelo sacrifício. O locutor, no final de seu pronunciamento, indica o quanto seria importante que não se considerasse o seu sofrimento com todas as ações que o mensalão poderia lhe proporcionar, visto que ele fora envolvido (se o interlocutor aciona-se o conhecimento de mundo lembraria do caso emblemático dos “dólares na cueca” de um assessor deste parlamentar, além do fato de seu irmão, José Genoíno, ser um dos principais réus do processo) e, provavelmente, a sua “situação” psicológica poderia estar abalada, o que se pôde observar com as fala inicial dele no seu discurso. Sobre esse sacrifício do locutor, observemos o trecho abaixo:

“É duro! A gente chora, a gente se abate. Mas, companheiras Benedita, Margarida, mulheres da bancada do PT e funcionárias, não se abatam, não. Não se preocupem comigo. Preocupem-se em defender o nosso projeto, o do Partido dos Trabalhadores” (DISCURSO 15-PT)

Como se pode perceber, o locutor chama a responsabilidade dos atos e dos acontecimentos para ele e, assim, pede que as suas “companheiras” não se abatam e, principalmente, a fim de empreender a imagem de “altruísmo” em seu discurso,

construindo uma imagem positiva de seus fatos e de sua dor sobre todo o caso, solicita a despreocupação também com ele (não se preocupem comigo) em prol de algo maior, do “nosso projeto” do “partido dos trabalhadores”.

Outro tipo de técnica visível na base argumentativa do locutor do discurso 4 foi a comparação. Obviamente, a própria sustentação da tese inicial (ver seção sobre sequencialidade textual), em que o locutor se mostra “superior” ao seus opositores e não quer “humilhá-los” ao falar dos escândalos do “mensalão” soa como um ato comparativo, mesmo que indiretamente. Ao longo da base argumentativa do locutor, a fim de que se projete um *éthos* de honestidade do PSDB e dele em si, projeta-se, diretamente, a construção de uma imagem do PT como “desonesto”, “partido que não quer a justiça”, “partido que não se preocupa com o povo” e “partido que não faz autocrítica de suas ações partidárias e políticas”. Todo esse jogo de argumentação se constitui de forma comparativa, como se o locutor almejasse criar uma série de dicotomias nítidas, a fim de persuadir o auditório (PSDB honesto x PT desonesto; PSDB quer a justiça dos atos x PT não é a favor da justiça; PSDB não teme o debate de “mensalão mineiro” x PT não quer debater “mensalão do governo federal”; PSDB está preocupado com os gastos públicos x PT não usa bem o dinheiro público; PSDB possui autocrítica x PT não possui autocrítica).

Os discursos de comparação de realidades diferentes são visíveis implicitamente, como acabamos de apresentar, assim como explicitamente. Acerca disso, observemos a seguinte passagem do discurso 4, do locutor do PSDB:

Discurso 4: “**A diferença que nós** estamos vivendo hoje é que parece que esse julgamento é um julgamento de todos. Ora, o **Partido dos Trabalhadores** não pode desassociar este momento. Têm **que assumir aqueles que cometeram erros**, assim como outros partidos também podem cometer erro. Mas daí a dizer que não houve?! Daí a dizer que isso é apenas um erro de um Supremo Tribunal Federal?! O superior, o máximo da Justiça brasileira?!”

Como se pode perceber, o sintagma “a diferença que nós estamos vivendo hoje” carrega um tom de comparação entre períodos diversos da história do Brasil, sendo que o locutor, ao apresentar esse argumento, constrói a imagem de honestidade e justiça em seu discurso. O item lexical “diferença” é importante para a análise de que o locutor quer estabelecer divergências entre as maneiras de comportamento dos parlamentares do PSDB e as dos parlamentares do PT, como se fosse um jogo comparativo. Para isso, a

artimanha usada é a retrospectiva histórica de fatos que possam ser do conhecimento do auditório (ou pelo menos este deva conhecer) de que essa oposição possa se consolidar de forma eficaz. A tentativa do locutor de trazer à baila a discussão sobre a tentativa do PT de não reconhecer os atos da justiça como verdadeiros e sérios se constitui uma ferramenta importante para o argumento “PT desonesto”, projetando-se a imagem de que o PSDB é preocupado com a honestidade e, se houver algum problema, como é o caso do “mensalão mineiro”, o “PSDB está preparado para o debate”. A comparação “preparado para o debate” e “não preparado para o debate” é notória ao longo de todo o texto. Apesar disso, ela não se constitui a tese central, mas configura-se como um dos argumentos centrais na construção do *éthos* de PSDB honesto.

O presente trabalho teve como objetivo principal sugerir um modelo teórico-metodológico de análise da argumentação em textos verbais em que se possam considerar aspectos de natureza situacionais (Elementos Externos da Argumentação), textuais (Componente Genérico, Componente Sequencial Textual) e retóricos (Componente Retórico). A partir dessa preocupação inicial, surgiram três questões básicas que nortearam nossa pesquisa: a) Quais as categorias que constituem os Elementos Externos da Argumentação, a partir da abordagem de gêneros propostas por Bakhtin e por Maingueneau, levando-se em consideração o contexto situacional de produção dos textos, assim como o momento de interação destes nas práticas sociais que envolvem Locutor e o seu auditório? b) Quais as categorias que constituem o Componente Textual da Argumentação, tomando como base as perspectivas teóricas de Bakhtin, Maingueneau e Adam? c) Quais as categorias necessárias para a constituição do Componente Retórico da Argumentação, tomando-se como base as relações existentes entre as técnicas argumentativas e as projeções do *ethos* na construção da persuasão?

Acerca da primeira questão, confirmamos nossa hipótese inicial de que a argumentação em textos verbais pode ser analisada a partir da consideração de aspectos de natureza situacional (Elementos Externos da Argumentação), como o **contexto sócio-histórico** de produção do texto, importante elemento em nosso modelo, pois não podemos desconsiderar que o Locutor, quando profere seu texto, está inserido em uma realidade social e histórica que o faz usar estratégias argumentativas. Outro aspecto a ser considerado é a **situação comunicativa** em que o Locutor está inserido, que exige que ele busque entender a situação em que o texto será produzido para, após isso, poder usar as melhores técnicas de persuasão. Para isso, o texto deve estar inserido em um determinado lugar de produção, e é dentro desse ambiente que o Locutor pode convocar seus conhecimentos de mundo para poder usar as estratégias adequadas de persuasão.

Com relação à segunda questão, constatamos que os elementos que constituem o plano textual da argumentação dizem respeito ao Componente Genérico, seguindo a proposta de Bakhtin, o Componente Sequencial Textual, seguindo a influência de

Adam. Percebeu-se que o gênero sofre uma série de coerções externas que propiciam na argumentação textual por meio das estruturas que compõem o gênero, conduzindo a persuasão. Além disso, o Componente Sequencial se constitui da análise do plano de texto que o sujeito faz das estruturas mentais condizentes ao gênero, assim como da estrutura sequencial argumentativa. Esta proporciona, diretamente, a formação de esquematizações suficientes para a projeção do *ethos*, *pathos* e do *logos* na argumentação (quadro retórico).

Com relação à terceira questão, evidenciamos que o Componente Retórico liga-se diretamente com o processo de projeções das esquematizações do Componente Sequencial e, por meio delas, podemos ter uma série de construções de imagens do Locutor no discurso, o que a literatura especializada chama de *ethos*. A formação das imagens do Locutor no discurso possibilitam a adesão (ou não) do auditório às teses empreendidas. Para que isso seja concretizado com eficácia, é imprescindível que o Locutor busque estratégias argumentativas (técnicas argumentativas) que visam proporcionar as adesões.

A importância teórica de nosso trabalho reside no fato de apresentarmos um modelo teórico-metodológico que possa ser capaz de lidar com a análise da argumentação em textos verbais, tentando unir elementos de perspectivas teóricas distintas que, de certa forma, para nós, são complementares. Assim, a argumentação será vista sob uma perspectiva textual, em que teóricos da Análise do Discurso e teóricos da Linguística do Texto serão utilizados não como estratégia de confronto de teorias díspares, mas como pensadores responsáveis por uma visão ampla e complementar do texto e das estratégias argumentativas. Em nossa incursão teórica, não pretendemos modificar a nomenclatura dos fenômenos analisados, mas propusemos que o fenômeno da argumentação fosse visto sob uma abordagem ao mesmo tempo textual, discursiva e retórica. Em nossa incursão teórica, não se pretendeu modificar a nomenclatura existente acerca dos fenômenos analisados, mas propusemos que o fenômeno da coerência/coesão seja visto como um contínuo. Assim, pode haver textos em que os aspectos internos sejam mais relevantes para a constituição do sentido, enquanto que, em outros textos, esses aspectos podem nem aparecer de maneira explícita. No entanto, haja marcas linguísticas explícitas ou não, teremos um texto dotado de sentido, dependendo de uma série de questões de ordem situacional e contextual.

Vemos ainda que a pesquisa desenvolvida sinaliza para uma série de questões que merecem ser investigadas e aprofundadas em futuros trabalhos, tais como:

- a) Aprofundar a análise do modelo de argumentação em textos não verbais;
- b) Aprofundar as discussões sobre o discurso político de Sessão Plenária como gênero textual;

Finalmente, fomentamos uma discussão acerca da noção de argumentação a partir dos pressupostos teóricos de diferentes autores da Linguística Textual, além de autores da Análise do Discurso, refletindo sobre a evolução desses conceitos. Dessa maneira, defendemos que, quando o Locutor busca persuadir um interlocutor, aquele se vale de uma série de procedimentos linguísticos (e também externos ao texto) que, quase sempre, mesmo sem perceber, ele usa e que, do ponto de vista argumentativo, têm como função principal legitimar a argumentação, uma vez que não basta que um sujeito emita somente proposições sobre o que está sendo discutido, é preciso que estas sejam provadas (ou até contestadas), sempre objetivando apresentá-las como verdadeiras.

REFERÊNCIAS

ADAM, J. M **Eléments de linguistique textuelle**. Mardaga: Bruxelles-Liège, 1990.

_____. Cadre théorique d'une typologie séquentielle. **Études de Linguistique Appliquée: textes, discours types et genres**. n.83, p. 6-18, 1991.

_____. **Les textes: types et prototypes**. Paris: Nathan, 1992.

_____. **Les textes** : types e prototypes, récit, description, argumentation, explication, et dialogue. Paris : Nathan, 1997.

_____. **Linguistique textuelle** : des genres de discours aux textes. Paris: Nathan, 1999.

_____. En finir avec les types de texttes. In : BALLABRIGA, M. (dir.). **Analyse des Discours Types et genres** : communications et interprétations. Toulouse : Editions Universitaires du Sud, 2001, p. 25-43.

_____. Une approche textuelle de l'argumentation: "schéma", séquence et phrase périodique. In: DOURY M, MOIRAND S (eds.) **L'Argumentation aujourd'hui**. Paris: Presses de la Sorbonne Nouvelle, pp. 77-102, 2004.

_____. **Imagens de si e esquematização do orador: Pétain e De Gaulle em junho de 1940**. In: AMOSSY, R. **Imagens de si no discurso: a construção do *ethos***. São Paulo: Editora Contexto, 2005, p.93-117.

_____. **A linguística Textual: Introdução à análise textual dos discursos**. Tradução: Maria das Graças Soares Rodrigues et. al. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. HEIDMANN, U.; MAINGUENEAU, Dominique. **Análises textuais e discursivas: metodologias e aplicações**. São Paulo: Cortez, 2010a.

_____. BONHOMME. **L'argumentation publicitaire**. Paris: Armand Colin, 2010b.

AMOSSY, R. o *ethos* na intersecção das disciplinas: Retórica, Pragmática, Sociologia dos campos. In: AMOSSY, R. **Imagens de si no discurso: a construção do *ethos***. São Paulo: Editora Contexto, 2005, p.93-117.

_____. Da noção de retórica de ethos à análise do discurso. In: AMOSSY, R. **Imagens de si no discurso**: a construção do ethos. São Paulo: Editora Contexto, 2008, p. 9-28.

_____. **Imagens de si no discurso**: a construção do ethos. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

ANSCOMBRE, J.-C.; DUCROT, O. **La argumentación en la lengua**. 2. ed. Tradução: Marta Tordesillas. Madrid: Editorial Gredos, 1988.

ARISTÓTELES. **Topiques**. Tme I. Livres I-IV. Tradução e introdução de Jacques Brunschwig. Paris: Les Belles Lettres, 1967.

_____. **La Métaphysique**. Tome I. Tradução, introdução e notas de J. Tricot. Paris: J. Vrin, 1986.

_____. **Éthique à Nicomaque**. Tradução, introdução e notas de J. Tricot. 6^a ed. Paris: J. Vrin, 1987.

_____. **Retórica**. São Paulo: Edipro, 2011.

AUSTIN, J. L. **How to do things with words**. Cambridge: Havard University Press, 1997.

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) Enunciativa(s). **Caderno de Estudos Linguísticos**. Campinas: n.19, p.25-42, jul/dez, 1990.

BAKHTIN, M. 1978. **Esthétique et théorie du roman** (trad. francesa). Paris : Gallimard, 1978.

_____. 1984. **Esthétique de la création verbale**. (trad. francesa) Paris : Gallimard, 1984.

_____. **Estética da criação verbal**. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 2^a. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BARTHES, R. L'ancienne rhétorique: Aide-mémoire, Paris: Seuil, no. 16, 1970.

BENVENISTE, E. **Problèmes de Linguistique Générale**. Paris : Gallimard., 1966.

_____. **Problèmes de Linguistique Générale II**. Paris : Gallimard., 1974.

_____. **Problemas de linguística geral II**. Campinas: Pontes, 2006

BRETON, P. **A argumentação na comunicação**. Baurú: Edusc, 2003.

_____. **A manipulação da palavra**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

BRONCKART, J. P. **Activité langagière, textes et discours**. Pour un interactionnisme sócio-discursif. Paris: Delachaux-Niestlé, 1997.

_____. **Atividades de linguagem, textos e discursos.** São Paulo: EDUC, 1999a.

_____. **Atividade de linguagem, textos e discursos.** Por um interacionismo sócio-discursivo. Trad. De Anna Rachel Machado e Péricles Cunha. São Paulo: EDUC, 1999b.

_____. Os gêneros de texto e os tipos de discurso como formatos das interações de desenvolvimento. In.: MENÉDEZ, F. M. (org.). **Análise do Discurso.** (Actas do Seminário Internacional de Análise do Discurso da Universidade Nova de Lisboa, Linha de Investigação 5- Pragmática). Lisboa: CLUNL e Hugin Editores, 2004.

_____. **Atividades de linguagem, discurso e desenvolvimento humano.** São Paulo: Mercado de Letras, 2009.

CAREL, M. **Vers une formation de la théorie de l'argumentation dans la langue.** Paris: Tese de Doutorado em Matemática e aplicações em Ciências do Homem (opção Lógica Linguística), submetida à Ecole des Hautes em Sciences Sociales (EHSS), 1992.

_____. Argumentation interne et argumentation externe au lexique: des propriétés différentes. **Langages**, n. 142, Paris: Larousse, p. 10-21, 2001b.

_____. Argumentação interna aos enunciados. **Letras de Hoje.** Porto Alegre: EDIPUCRS, v. 37, n. 3, p. 27-43, set. 2003.

CAREL, M.; DUCROT, O. O problema do paradoxo em uma semântica argumentativa. Trad. Sheila Elias de Oliveira. In: GUIMARÃES. **Línguas e instrumentos linguísticos 8.** Campinas: Pontes, 2001a, p. 7-32.

_____. **La semántica argumentativa:** una introducción a la teoría de los bloques semánticos. Edición literaria a cargo de María Marta Negroni y Alfredo M. Lescano. Buenos Aires: Colihue, 2005.

CAVALCANTE, M. M. **Expressões indiciais em contextos de uso:** por uma caracterização dos dêiticos discursivos. 205p. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000.

_____. Expressões referenciais – uma proposta classificatória. In: **Caderno de estudos linguísticos.** Campinas, n. 44, p. 105-118, jan/jun 2003.

_____. **Função discursiva dos elos coesivos referenciais.** Trabalho apresentado no congresso do CELSUL. Curitiba, 2002.

_____. **Referenciação:** sobre coisas ditas e não ditas. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

CATELÃO, E. M.. Textos argumentativos sob a ótica sociodiscursiva jean-michel adam: primeiras aproximações. In: **Anais do IX Encontro do CELSUL Palhoça,** SC, Universidade do Sul de Santa Catarina, 2010.

_____. **Revelando motivos** : a argumentação de suicidas sob as perspectivas textual/discursiva e retórica / Evandro de Melo Catelão . – Curitiba, 2013.

COSTA, I. B. **A retórica como ferramenta de leitura**. Revista de Letras. Ano13, n.11, dez. 2009, p.51-64.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2008.

CHARAUDEAU, Patrick. **Langage et Discours** - Eléments de sémiolinguistique: Paris, Hachette-Université,, 1983.

_____. **Grammaire du sens et de l'expression**. Paris: Hachette, 1992.

_____. Le contrat de Communication dans la situation classe. In: **Interactions. L'interaction, actualités de la recherche et enjeux didactiques**. Metz Univ. de Metz, 1993. p.121-137.

_____. Le contrat de communication de l'information médiatique. In: **Le Français dans le monde, médias faits et effets**. Paris: Hachette. Juillet, 1994.

_____. Une analyse sémiolinguistique du discours. In: **Revue Langages** n° 117, Paris: Larousse, Mars, 1995a.

_____. **Ce que communiquer veut dire**. In: **Sciences humaines**, n° 51, 1995b.

_____. **Le discours d'information médiatique: La construcion Du miroir social**. Paris: Nathan-INA, 1997^a.

_____. **Les conditions d'une typologie dès genres télévisuels d'information**. Paris: CNET, 1997b, p. 79-101.

_____. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In: MACHADO, I. L.; MELLO, R. (orgs). **Gêneros: reflexões em Análise do Discurso**. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2004 b. p.13-41.

_____. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

COUTINHO, M. Aa. **Texto(s) e competência textual**. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2003.

DESCARTES, R. **Discours de la méthode**. Texte et commentaire par Étienne Gilson. 6^e éd. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1987.

DUCROT, O. **Princípios de semântica linguística. Dizer e não dizer**. Tradução: Carlos Vogt, Rodolfo Ilari e Rosa Attié Figueira. São Paulo: Cultrix, 1973.

_____. **O dizer e o dito**. São Paulo: Pontes, 1976

_____. Les topoi dans La théorie de l'Argumentation dans La langue. In: PLATIN, Ch. (org). **Lieux communs, topoi, stereotypes**. Paris: Kimé, 1994.

_____. **Critères argumentatifs et analyse lexicale**. *Langages*, v. 2, n. 142, p. 22-40, 2004.

_____. Argumentation et persuasion. In: MULDER, W. de; SCHUEREWEEHEN, F; TASMOWSKI, L. (eds). **Enonciation et parti-pris**. (Actes du colloque d'Anversm février 1990). Amsterdam: 1992, p. 233-248.

_____; CAREL, M. **Descrição argumentativa e descrição polifônica**: o caso da negação. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 43, n. 1, p. 7-18, jan./mar. 2008a.

_____. Argumentação e “topoi” argumentativos. In: GUIMARÃES, E. **História e sentido na Linguagem**. Campinas: RG, 2008b.

EEMEREN, F H. Van; GROOTENDORST, Rob. Perelman and the fallacies. In: HAARSCHER, Guy (ed.). **Chaïm Perelman et la pensée contemporaine**. Bruxelles: Bruylant, 2001, p.265-278.

FOUCAULT, M. **L'archéologie du savoir**. Paris: Gallimard, 1969.

FRANCIS, G. Labelling discourse: an aspect of nominal-group lexical cohesion. In: COULTHARD, Malcolm (Ed.). **Advances in written text analysis**. Londres: Routledge, 1994.

GENETTE, G. **La rethorique restreinte**. Communication. Paris: no. 16, 1970.

_____. **Figures III**. Paris: Seuil, 1972.

_____. **Palimpsestes** – la littérature au second degree. Paris: Seuil, 1987.

KLEIBER, G. **La Sémantique du prototype**: Categories et sens lexical. Paris: Presses Universitaires de France, 1990.

KOCH; I. G. V. ; BENTES, A. C; CAVALCANTE, M. M. **Intertextualidade: diálogos possíveis**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. I. G. V.; ELIAS, V. M. **Ler e compreender**: os sentidos do texto. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

LAKOFF, G. **Women, fire and Dangerous Things**: What Categories reveal about the Mind. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

MAINGUENEAU, D. **Genèses du discours**. Liège: Mardaga, 1984.

_____. **Novas Tendências em Análise do Discurso**. São Paulo: Pontes, 1995

- _____. Pragmática do discurso literário. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- _____. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2004.
- _____. **Termos-Chave da análise do discurso**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- MEYER, M. **Logique, language et argumentation**. Paris: Hachette, 1982.
- _____. **Questions de rhétorique: langage, raison et séduction**. Paris: Librairie Générale Française, 1993a.
- _____. Chaïm Perelman. In: HUSMAN, Denis (org.) **Dictionnaire des Philosophes**. 2 vols. Paris: PUF, 1993b.
- _____. **Questões de retórica: linguagem, razão e sedução**. Lisboa: Nova Biblioteca 70, 2007.
- MOSCA, L. do L. S. Velhas e Novas Retóricas: convergência e desdobramentos. In: MOSCA, Lineide do Lago Salvador, (Org.) **Retóricas de Ontem e de Hoje**. São Paulo: Humanitas Editora FFLCH/ USP, 1997.
- PERELMAN, C; OLBRECHTS-TYTECA; L. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. Trad. Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- PINTO, R. “O ethos e a argumentação nos editoriais portugueses – um desvendar crítico”, in Marques, M. A.; Pereira, M. E.; Ramos, R. E Ermida, I. (orgs.). *Práticas de Investigação em Análise Linguística do Discurso. Actas do II Encontro Internacional de Análise Linguística do Discurso*. Braga: CEHUM, 2004.
- _____. **Como argumentar e persuadir?** práticas políticas, jurídicas e jornalísticas. Lisboa: Quid Juris, 2010.
- PLANTIN, Christin. **A argumentação**. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- PLATÃO. **Fedro**. Tradução de Jorge Peleikat. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1969.
- _____. **Górgias**. Tradução de Jaime Bruna. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.
- _____. **Sofista**. Tradução de Jorge Paleikat e João Cruz Costa. São Paulo: Abril Cultural, 1972.
- _____. **Diálogos**. Seleção de textos de José Américo Motta Pessanha; traduções e notas de José Cavalcante de Souza, Jorge Paleikat e João Cruz

Costa. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

PLETT, H. F. Rhétorique et stylistique. In: VARGA, A. K. (Ed.). **Théorie de la Literature**. Paris: Picard, 1981.

RASTIER, F. **Poétique et textualité**. Langages. Paris: no. 153, 2004.

REBOUL, O. **Introdução à retórica**. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RIBEIRO, R. M. **A construção da argumentação oral no contexto de ensino**. São Paulo: Cortez, 2009.

ROSH, E. **Natural categories**: Cognitive Psychology. No. 4, 1978.

SAUERWEIN, S. **La representation critique du discours de l'autre: le questionnement oppositif**. Munster: Lit-Verlag, 2000.

TOULMIN, S. **The uses of Argument**. Cambridge University Press, 1993.

GRILLO, S. V. C. **A noção de 'tema do gênero' na obra do Círculo de Bakhtin**. Estudos Linguísticos. São Paulo, v. 1, p. 1825-1834, 2006.

ANEXOS

Anexos A- Pronunciamentos dos parlamentares do PSDB

Discurso 1:

Orador: JUTAHY JUNIOR, PSDB-BA
Sessão: Pequeno Expediente

Data: 16/09/2013

Sumário

Expectativa de rejeição pelo Ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal, dos embargos infringentes apresentados à ação penal do chamado escândalo do mensalão.

O SR. JUTAHY JUNIOR (PSDB-BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Deputado Luiz Couto, na quarta-feira que vem, o Supremo Tribunal Federal decidirá um dos mais importantes julgamentos da nossa história. Quero começar este discurso citando trecho do voto da Ministra Cármen Lúcia aos embargos infringentes. Porque nós somos legisladores, e, em respeito a esta Casa, ela disse o seguinte:

"Quem legisla é o Congresso. Se eu admitir que a Lei nº 8.038 não exauriu a matéria, mas que pode ser complementada pelo regimento, eu teria uma ruptura do princípio da isonomia. Para mim, o quadro que me impede de acompanhar a ilustradíssima divergência é que a competência para legislar sobre processos é da União. O Congresso atuou de maneira completa."
Ou seja, o voto da Ministra Cármen Lúcia diz que a competência é da União e que o Congresso fez aquilo que tinha que fazer ao não incluir os embargos infringentes. Essa parte técnica foi muito bem complementada pelo Presidente Joaquim Barbosa e pelo Ministro Luiz Fux e brilhantemente arguida pelo Ministro Gilmar Mendes e, com toda a indignação e senso de responsabilidade, pelo Ministro Marco Aurélio.

Nós temos a convicção de que esses cinco Ministros votaram de acordo com a sua consciência, e sabendo que esta decisão implicará o encerramento do processo, com as sentenças já promulgadas, e a aplicação das condenações. Isso é o que a sociedade brasileira espera que aconteça na quarta-feira. O julgamento do mensalão foi um marco divisório na Justiça brasileira. Passou-se para a sociedade a esperança de que agora as pessoas poderosas, influentes, ricas, com advogados milionários, poderiam ser condenadas, julgadas e levadas até a cadeia. Este foi o ambiente de esperança que se criou na sociedade brasileira. Nós estamos agora correndo o risco efetivo de ver, na quarta-feira, esse ambiente ser sepultado, essa barragem que o Supremo Tribunal Federal construiu ser rompida. Eu procurei como exemplo o voto mais elucidativo, que foi o do Ministro Celso de Mello:

"Esse processo revela um dos episódios mais vergonhosos da história política do nosso País, pois os elementos probatórios que foram produzidos pelo Ministério Público expõem aos olhos de uma nação estarrecida, perplexa e envergonhada um grupo de delinquentes que degradou a atividade política, transformando-a em plataforma de ações criminosas".
Sr. Presidente, nós estamos diante da seguinte situação: cinco Ministros querem

encerrar o assunto, dar por definitivo o julgamento e concluir o processo; mas outros cinco Ministros querem exatamente o inverso, querem protelar, abrir novas discussões, diminuir sentenças, ou até absolver. E nós temos uma situação de alta complexidade, porque aqueles que querem protelar, que querem absolver, que querem abrir nova discussão, estão coerentes com seus interesses e seus objetivos; e, da mesma maneira, os cinco Ministros que querem encerrar o caso também estão coerentes com seus objetivos, seus interesses, suas convicções.

Existe uma dualidade em torno do Ministro Celso de Mello. Foi dele o voto mais contundente, o mais explicativo, o mais indignado contra o mensalão. Com certeza absoluta, no mérito ele quer a manutenção dos resultados, principalmente do seu voto em relação à formação de quadrilha, mas ele está diante de uma realidade que não pode deixar de enfrentar: se o processo for reaberto, aquele voto extraordinário e consistente que representou um orgulho para a Nação brasileira será rasgado - rasgado! -, ele não virará sentença, porque há uma nova composição no Supremo Tribunal Federal. Este voto não vai valer, porque esta nova composição vai mudar esta realidade. E ninguém está escondendo isso. Estou me referindo a declarações públicas de Ministros. Declaração do Ministro Ricardo Lewandowski:

"[A aceitação dos infringentes] permite a derradeira oportunidade de corrigir erro de fato e de direito, sobretudo porque encontra-se em jogo o bem mais precioso da pessoa depois da vida, que é seu estado libertário."

Alguém tem dúvida de que o Ministro Lewandowski vai defender a mudança do regime, de fechado para semiaberto? Alguém tem dúvida de que ele vai defender a redução das penas ou a absolvição? Ninguém tem dúvida disso. O Ministro Luís Roberto Barroso disse, de forma clara também, que esse julgamento teve penas excessivas, penas que extrapolaram o aplicativo da lei penal. Ou seja, ninguém pode se iludir com o que vai acontecer no julgamento do Supremo Tribunal Federal se os embargos infringentes forem aceitos, forem acolhidos. Cabe ao Ministro Celso de Mello decidir a questão. Digo isto com a responsabilidade de quem é Parlamentar há tantos anos e viu ser aprovada a Lei nº 8.038. As palavras do Ministro Celso de Mello quando definiu o mensalão e disse que a Nação estarecida, perplexa e envergonhada em função de um grupo de delinquentes que degradou a atividade política, transformando-a em plataforma de ações criminosas, não serão aplicadas. E o País receberá o acatamento dos embargos infringentes na próxima quarta-feira também como uma Nação estarecida, perplexa e envergonhada.

Espero que o Ministro Celso de Mello avalie as consequências e os impactos da sua decisão, porque nós queremos um País esperançoso, e não estimular a juventude a ser cética e descrente nas nossas instituições.

Discurso 2:

Orador: VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP)

Dia: 17/09/2013

Sumário

Conveniência de rejeição pelo Ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal, dos embargos infringentes oferecidos ao processo do chamado escândalo do mensalão.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, este Congresso Nacional, por vários motivos, está devedor da sociedade brasileira. Talvez o mais importante seja o da última decisão, em que manteve o mandato do Deputado Donadon. Além disso, outras medidas de transparência - apesar das muitas que já foram tomadas - são necessárias, como iniciativa desta Casa.

Mas eu não posso me furtar a avaliar também o que acontece hoje no Brasil, com a perspectiva da decisão de amanhã do Supremo Tribunal Federal. O Supremo Tribunal Federal também pode estar devendo à sociedade brasileira, como, de resto, os demais Poderes da República - Executivo, Legislativo e Judiciário. Nós estamos amanhã diante de uma decisão da maior importância no Brasil, que é a decisão de estabelecer ou não um novo julgamento do chamado mensalão. Nós conhecemos bem o homem que se chama Celso de Mello. Eu o conheço bem. Ele é paulista e tem uma trajetória brilhante na vida jurídica, especialmente como Ministro do Supremo. Decano que é, está prestes a tomar uma decisão que, aos olhos da Nação, tem a maior importância. Conhecemos as convicções do Ministro Celso de Mello, um homem de bem, que, ao longo da sua vida, tem demonstrado ser profundo conhecedor do

Direito.

Trata-se de uma decisão que tem reflexos políticos e institucionais. Não é possível desprezar o sentimento da sociedade. Apesar da convicção que sempre ele teve nas suas posições, nós esperamos que o Ministro Celso de Mello possa não só manter as suas convicções jurídicas, mas também deixar uma ponta de preocupação com o que acontece hoje na sociedade brasileira.

O momento desta decisão é importante, um momento no qual a sociedade pede e exige transparência.

São 8 anos de julgamento de um processo que se arrasta ao longo do tempo e que precisa e deve ter um parecer definitivo da Justiça. Nós temos 5 votos a 5, e S.Exa. o Ministro Celso de Mello não estará só. Além disso, o sentimento da sociedade precisa e deve ser um ponto importante no seu processo decisivo. A sociedade exige transparência. A sociedade quer hoje uma ação do poder público de maneira direta, mostrando a que veio. E o que se tem hoje de demanda desta sociedade, que esteve nas ruas com mais de 1 milhão e meio de pessoas, é a exigência de transparência, é a exigência mais que tudo da palavra "justiça". É isto que deve nortear a decisão do Ministro Celso de Mello: a perspectiva de se estabelecer justiça em um processo no qual foi dado amplo direito de defesa aos mensaleiros, àqueles que são acusados, que foram condenados e que precisam agora cumprir, por decisão do Supremo Tribunal Federal, suas respectivas condenações. Cinco a cinco. S.Exa. o Ministro Celso de Mello estará ao lado, sim, de outros cinco Ministros, se efetivamente der como terminativa a decisão de amanhã sobre os embargos infringentes. Por isso, a palavra "justiça" é imperiosa, sugere uma decisão que coloque fim nesses 8 anos de transição no processo de discussão do chamado mensalão. Não pode o Supremo se curvar às pressões, sim, de quem quer que seja, mas também não pode simplesmente, ignorando o sentimento de frustração da sociedade, estabelecer uma decisão que frustre os jovens, que hoje estão muito atentos ao que está acontecendo

no Supremo Tribunal Federal e que querem um país, como sociedade, justo, e que se estabeleça justiça nesse processo.

O processo judiciário é muito lento, é muito moroso, e uma decisão diferente vai dar a possibilidade de uma sensação de injustiça, de uma sensação, evidentemente, de um caminho escolhido que não teve efetivamente um final capaz de dar satisfação à sociedade.

Então, este é o apelo que fazemos ao Ministro Celso de Mello: que possa ter muita paz na sua consciência, mas que decida, sim, com uma ponta do sentimento da sociedade. Muito obrigado.

Discurso 3:

Orador: DUARTE NOGUEIRA, PSDB-SP

Data: 17/09/2013

Sumário

Expectativa de rejeição pelo Ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal, dos embargos infringentes interpostos ao processo do chamado escândalo do mensalão.

O SR. DUARTE NOGUEIRA (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, como muitos que já tiveram oportunidade de se manifestar desta tribuna no dia de hoje, eu também quero falar dessa grande ansiedade com que a Nação brasileira aguarda o dia de amanhã, quando haverá a decisão do Ministro Celso de Mello, que será o voto de Minerva quanto à aceitação dos embargos infringentes apresentados pelos réus do mensalão. O que quer dizer isso? Quer dizer que se o Ministro Celso de Mello, que vai dar esse voto de Minerva, acolher o pedido dos réus do mensalão, vai haver a reapreciação do processo e das penas que a eles foram imputadas, que em alguns casos somam vários anos de prisão, por terem cometido crime de desvio de recursos públicos para alimentar a compra de Parlamentares dentro do Congresso Nacional - o que já ficou provado; o que se está solicitando agora é uma revisão das penas. Então, nós não estamos mais questionando se houve ou não o mensalão. O mensalão existiu, e agora apresentam-se os embargos infringentes para ver se se atenuam ou não as penas já aplicadas a esses réus.

Muito bem, eu, como qualquer cidadão brasileiro, respeitarei a decisão de amanhã do Ministro Celso de Mello, mesmo se for pelo acolhimento dos embargos infringentes, caso em que, novamente, a justiça não será feita amanhã. Teremos de aguardar mais alguns prazos, mais alguns meses, não sei se anos, para que essas pessoas criminosas, já condenadas pelo STF, paguem pelos crimes que cometeram contra a Nação brasileira. Mas eu espero que não seja essa a decisão a ser tomada amanhã pelo Ministro Celso de Mello. Torço, espero que ele decida amanhã, à luz da lei e da Constituição, finalmente, pela manutenção das penas, não cabendo mais recursos por parte dos réus do mensalão. Espero que ele possa ir ao encontro do que inclusive deseja toda a sociedade brasileira, e que a justiça seja feita, e que a impunidade não paire sobre esta Nação. Assim sendo, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, este é o meu ponto de vista: eu desejo que amanhã a luz do direito, a luz do que está na Constituição brasileira possa

servir de ponto de encontro para a decisão a ser tomada pelo Ministro Celso de Mello. Muito obrigado.

Discurso 4:

Orador: NILSON LEITÃO, PSDB-MT

Data: 19/11/2013

Sumário

Inconsistência do discurso petista a respeito do caráter político do julgamento dos envolvidos no chamado escândalo do mensalão.

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB-MT. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu não venho a esta tribuna com a intenção de tripudiar ou mesmo humilhar o fato ocorrido a que o Brasil inteiro assistiu nesses últimos anos, a expectativa de fazer um divisor de águas, transformar o mensalão nesse divisor entre o tempo do julgamento do político e antes desse julgamento. Eu acredito que a Justiça cumpriu seu papel. Quando cumpre o papel, sempre alguém vai se sentir prejudicado. Quando se fala de justiça, sempre há dois lados. Nesse caso, um lado eram políticos; o outro, uma sociedade inteira na expectativa. Se fôssemos levar o debate para a questão partidária, Situação e Oposição, ficaria muito fácil, neste momento, fazer um discurso bastante ofensivo, tripudiando, de fato, em cima de uma vitória da Justiça. Agora, o que me traz à tribuna é a preocupação do discurso feito pelo nosso colega, Deputado José Guimarães, pelo qual eu tenho respeito, e imagino o sofrimento dele, até porque envolve alguém da sua família. Então, não é fácil enfrentar, dentro deste Congresso, um debate depois do que ocorreu na última semana, mas eu quero aqui pontuar algumas questões. Primeiramente, a mídia social, principalmente a comandada pelo PT, colocou durante toda a semana que essa prisão, essa sentença é política. O que me preocupa é ver o PT recriminando quando a lei é feita. A legislação foi acertada, e foi esta Casa que criou a lei. O STF cumpriu essa lei. A maioria do Pleno foi indicada pelo próprio PT, pela Presidenta Dilma ou pelo Presidente Lula. Hoje, a grande maioria do STF foi indicada pelo Partido dos Trabalhadores. Imagina-se que o STF teria uma posição diferente daquilo que foi julgado? Eu não vi esse mesmo partido reclamar tanto da sentença; e parece que ainda acreditava que não se ia cumprir algo mais após isso, mas, quanto à prisão, houve uma gritaria enorme contra. O que se tem de deixar claro como fato é que o mensalão foi um instrumento para fazer com que o Governo do Presidente Lula funcionasse de acordo com a sua vontade pessoal, comprando não o voto, comprando a consciência de muitos. De uma forma direta ou indireta, ainda existem alguns mensalões ocorrendo no País, na liberação de emendas, em momentos de votação, na liberação de cargos para serem ocupados em alguns Ministérios. Tive o privilégio de participar de uma missão em dois países com os menores índices de corrupção do mundo: a Austrália e a Nova Zelândia. Impressionante como o Brasil está distante de ser a democracia tão falada, porque a democracia não é apenas o direito do ir e vir, a democracia não é apenas o direito de poder debater aquilo que se pensa, mas a democracia, acima de tudo, é o bom uso do dinheiro público, é fazer com que o dinheiro público chegue à cozinha da dona de casa,

chegue ao trabalhador com eficiência. A diferença que nós estamos vivendo hoje é que parece que esse julgamento é um julgamento de todos. Ora, o Partido dos Trabalhadores não pode desassociar este momento. Têm que assumir aqueles que cometeram erros, assim como outros partidos também podem cometer erro. Mas daí a dizer que não houve?! Daí a dizer que isso é apenas um erro de um Supremo Tribunal Federal?! O superior, o máximo da Justiça brasileira?!

Quando um partido do Governo coloca em cheque a moral do Supremo, aí, sim, nós temos que começar a repensar a nossa República. Esta nossa República merece um pouco mais de respeito. Nós não podemos acusar em vão. Eu sei que já tentaram trazer aqui à baila o debate sobre Minas Gerais, sobre outros assuntos. O PSDB está pronto para debater isso! Pronto! Eu quero dizer aqui que, se têm alguma dúvida - eu não tenho nenhuma - sobre o nosso partido, eu também posso levantar dúvida sobre o Chefe de Estado no momento do mensalão, que era o Presidente Lula. Qual é a diferença? Qual é o medo de fazer esse debate? Não podemos ter medo desse debate. Nenhum! Nenhum!

Alguns diziam, lá no passado: "*Mexeu com Lula, mexeu comigo*". Ora, não temos nenhum problema. Eu acho que as reservas morais têm que ficar reservadas, mas os temas que geraram escândalos, que geraram denúncias, que geraram ações e processos têm o fórum para serem julgados. Nesse fórum, já foram julgados, já foram sentenciados, inclusive já ocorreu o final, que é a prisão.

Diante disso, não é preciso tripudiar em cima daqueles que já estão presos, mas, acima de tudo, nós não vamos aceitar que venham a esta tribuna dizer que nós não sabemos nada disso, que não se tem culpa de nada disso, que isso tudo que está ocorrendo são apenas ações políticas. Ora, se são ações políticas, está na hora de se repensar todos os Poderes deste País, começando por este, até o Supremo Tribunal Federal. Chegou a hora de o Partido dos Trabalhadores, que comanda o País há 10 anos, quase 11, fazer autocrítica, ter um pouquinho de humildade, só um pouquinho, e não querer imaginar que esta Casa e o povo brasileiro são um bando de imbecis que não entendem o que está acontecendo com a nossa Pátria. Vamos respeitar o País e todos aqueles que querem um País melhor. O mensalão será um divisor de água, não tenho dúvidas disso. Tomara que seja para um Brasil melhor!

Discurso 5:

Orador: DUARTE NOGUEIRA, PSDB-SP

Data: 19/11/2013

Sumário

Caráter democrático do julgamento de membros do Partido dos Trabalhadores por envolvimento no escândalo do mensalão. Aplauso da sociedade à decisão do Supremo Tribunal Federal.

O SR. DUARTE NOGUEIRA (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero deixar claro que nós do PSDB não vamos torcer pelo sacrifício, pelo sofrimento de quem quer que seja, nem torcer para que seja preso quem quer que seja,

mas nós vivemos numa democracia. Há 25 anos nós temos uma Constituição em vigor, e não houve nenhum momento de interrupção democrática nessas últimas 2 décadas e meia.

O PT, o Partido dos Trabalhadores, governa o Brasil há quase 11 anos. Indicou oito Ministros dos 11 Ministros do Supremo Tribunal Federal. Dizer que houve um julgamento político dos condenados do mensalão é distorcer a história democrática, inclusive dos presos políticos do passado. Presos políticos eram pessoas que, no regime da ditadura, eram pegos pelos militares, pelas autoridades, sem a legitimidade democrática. Nem se ficava sabendo que tinham sido presos. Os seus familiares é que tinham que denunciar porque, às vezes, a imprensa até ficava tolhida de mostrar essa realidade. O Ministério Público não funcionava, não havia julgamento - o julgamento, às vezes, era feito por tribunais militares. As pessoas eram acometidas de injustiças em cima de injustiças.

Esse julgamento do mensalão correu durante 6 anos, com amplo direito ao contraditório, com todo o conhecimento da imprensa, com toda a oportunidade de defesa por parte dos advogados, e se fez justiça. A mais alta Corte do País, a Suprema Corte do País, dentro de um regime democrático, sob o império da lei, que tem que ser igual para todos, sem privilégio para ninguém, condenou por crime de corrupção as pessoas que estão hoje na cadeia. Portanto, não venham aqui dizer que houve crime político. O que houve foi o cumprimento da lei para aqueles que cometeram ilicitudes, para aqueles que cometeram crimes e que respondem por eles perante toda a sociedade. A sociedade brasileira aplaude a decisão do Supremo Tribunal Federal.

Discurso 6:

Orador: PLÍNIO VALÉRIO, PSDB-AM

Data: 20/11/2013

Sumário

Caráter histórico da prisão de dirigentes petistas condenados pelo envolvimento no chamado escândalo do mensalão. Necessidade de aperfeiçoamento dos mecanismos de combate à corrupção.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO O SR. PLÍNIO VALÉRIO (PSDB-AM. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ao expedir, na sexta-feira passada, os primeiros mandados de prisão para os condenados no processo que ficou conhecido por mensalão, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Joaquim Barbosa, passou uma mensagem simbólica à Nação, no dia da Proclamação da República: já não cabe mais dizer que este é o País do jeitinho e que políticos ilustres não vão mais para a cadeia. É realmente histórica a decisão de mandar prender líderes políticos, publicitários e operadores do sistema financeiro por envolvimento num dos maiores escândalos de corrupção no País.

Mas ainda precisamos avançar na implantação de mecanismos de fiscalização e controle da gestão pública, no combate à corrupção, na depuração ética dos nossos dirigentes. A Suprema Corte demonstrou sintonia com as expectativas da sociedade. O gesto está

longe de significar o fim da corrupção, que é partidária e sistêmica, como indicam outros casos rumorosos em apuração no País. Ainda assim, mostra que dispomos de instrumentos e instituições para enfrentar e coibir a impunidade. Como em qualquer julgamento, sempre há quem concorde e quem discorde. Esse processo, por exemplo, foi e continua cercado por alta voltagem política, especialmente na véspera de um ano eleitoral em que o comando do País está em jogo. Mas, o que houve foi um julgamento de total transparência e até transmitido ao vivo para todo o País, com direito de defesa amplamente assegurado aos denunciados, que fizeram uso de todos os recursos possíveis na legislação brasileira.

É significativo que o mesmo sentimento de impaciência dos brasileiros em geral, em relação ao desfecho do caso, se tenha revelado na tensa sessão em que os integrantes do Supremo concordaram com o entendimento do Relator, Ministro Joaquim Barbosa. Coube ao Ministro Luís Roberto Barroso traduzi-lo com clareza ao ressaltar que o processo um dia acaba e, *"em relação a este processo, esse dia chegou"*. O essencial é que foram punidos agentes públicos, banqueiros, intermediários e lobistas que cometeram delitos comprovados. São simbólicas, por isso, as prisões num dia tão significativo para a história do País. Quando optamos pela República, também optamos pela democracia, com todas as virtudes e defeitos desse sistema considerado por Churchill *"a pior forma de governo, com exceção de todas as outras"*. Uma coisa mais, Sr. Presidente. Os Deputados que foram presos não são presos políticos, como alguns dizem por aí. Na verdade, são políticos presos. Presos por corrupção.

Obrigado, Sr. Presidente.

Discurso 7:

Orador: JUTAHY JUNIOR, PSDB-BA

Data: 21/11/2013

Sumário

Execução das sentenças dos condenados no chamado escândalo do mensalão. Defesa da perda automática do mandato de Parlamentar na hipótese de condenação em decisão transitada em julgado.

O SR. JUTAHY JUNIOR (PSDB-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Onofre Santo Agostini, Sras. e Srs. Deputados, depois de 8 anos e 6 meses, o Supremo Tribunal Federal encerra a ação em relação ao cumprimento das sentenças do maior escândalo de corrupção da história deste País - o Mensalão. Alguns estão sendo condenados a cumprir pena em regime fechado, outros em regime semiaberto, outros a fazer trabalho comunitário, cada um de acordo com o crime que cometeu e com a gravidade da ação praticada. Sabemos, inclusive, que foi, por unanimidade, caracterizado o crime de peculato. Por isso, está evidenciada a existência de recursos públicos no crime do Mensalão. Não existem presos políticos no Brasil. Nós somos uma democracia plena. E numa democracia plena não existe a figura do preso político. Nós temos políticos presos. E entre esses políticos presos e condenados nós temos Parlamentares. Por isso eu vim a esta tribuna. Nós presenciamos um dos episódios mais degradantes da história deste Parlamento, que

foi a sessão em que aqui se votou o parecer do Conselho de Ética pela perda de mandato do Deputado Natan Donadon. Foi uma sessão que não deveria ter ocorrido. Apresentei o meu voto na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania no sentido de que, quando o Parlamentar perde seus direitos políticos, a Mesa da Câmara deve declarar a perda automática de mandato. É inconcebível que alguém que não tenha o direito de votar, que perdeu os seus direitos políticos continue no exercício do mandato. E eu vou manter essa posição na Comissão de Constituição e Justiça em relação aos condenados no caso do Mensalão, porque essa visão eu já tive desde o episódio do Deputado Natan Donadon.

Nós não podemos permitir que Deputados presidiários - é com o maior constrangimento que digo isso - venham a esta tribuna discutir uma sentença judicial. Nós não estamos falando de decoro parlamentar. O julgamento não pode se dar porque não cabe a esta Casa fazer revisão de decisão judicial transitada em julgado. O que nós temos que fazer é cumprir a sentença.

Por isso, defendo a perda automática de mandato. E assim defenderei na Comissão de Constituição Justiça para todos os casos. Desde o caso do Deputado Natan Donadon eu já fiz isso. E houve, naquela oportunidade, 18 honrosos votos que acompanharam minha posição. Acredito que agora, diante do que ocorreu com o Deputado Natan Donadon e poderá acontecer no futuro, teremos mais votos para impedir que se repita episódio semelhante àquele.

Quero dizer aos meus colegas que nunca fui à tribuna, em nenhum momento, defender cassação de mandato em caso de quebra de decoro Parlamentar, porque nesse caso a avaliação é subjetiva sobre se alguém deve ou não conviver com aquela realidade incompatível ou não com o exercício do mandato. No caso específico das sentenças transitadas em julgado, não nos cabe julgar. Não temos nem possibilidade de avaliar se aquilo ocorreu ou não. Os fatos são analisados no âmbito do Judiciário, as provas são colhidas no âmbito do Judiciário. Nós não temos como fazer julgamento. Por isso, defendo a perda automática do mandato. Caso contrário, correremos o imenso risco de ver se repetir uma sessão vergonhosa como a do Deputado Natan Donadon.

Discurso 8:

Orador: MARCUS PESTANA, PSDB-MG

Data: 21/11/2013

Sumário

Conveniência de ampliação das investigações sobre denúncias de formação de cartel em licitações realizadas pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU e pela ELETROBRAS. Solidariedade ao Deputado José Genoíno, condenado pelo Supremo Tribunal Federal no chamado escândalo do mensalão.

O SR. MARCUS PESTANA (PSDB-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu não ia me pronunciar sobre isso, mas, Deputado Carlos Zarattini, qualificado representante do povo de São Paulo, há que se ter muito cuidado, essa agenda de porta

de cadeia não enobrece o Congresso; é preciso não ser leviano. Eu tenho certeza de que não foi a intenção.

Eu sugiro inclusive que as investigações se ampliem para CBTU e ELETROBRAS, porque Siemens e Aston são organizações internacionais que não tinham uma estratégia para São Paulo, tinham para o mundo inteiro. Então, ampliem isso para ELETROBRAS e CBTU e talvez descubramos muita coisa que ainda não saiu na imprensa. Mas é importante que o Ministério Público, a Polícia Federal e o Judiciário... Essa linha do PT não é boa. As instituições democráticas são permanentes, o Supremo julgou, nós não temos satisfação nenhuma. Eu, com 19 anos, levei Genoíno para dar uma palestra, recém-saído da prisão, quando era Presidente do DA de Economia. Não me apraz, não comemoro e fico penalizado pelo que Genoíno está passando, que é uma pessoa que eu gosto muito. Então, essa agenda... Tancredo dizia: "*Na política, a gente faz adversários, não faz inimigos*".

Então, é preciso muita serenidade e muito pé no chão e deixar as instituições democráticas funcionarem, apurarem: que a Polícia Federal apure, o Ministério Público, que o Judiciário julgue e que cada um pague pelos seus pecados. Mas eu vim aqui, caro Presidente Inocêncio Oliveira, registrar um fato histórico. No dia 18 de novembro de 2013, segunda-feira passada, nós fizemos um evento histórico em Poços de Caldas, belíssimo: Presidente Fernando Henrique; oito Governadores do PSDB; nosso Presidente Aécio Neves; Fafá de Belém absolutamente inspirada cantando o Hino Nacional e o *Menestrel das Alagoas*; as vozes de Tancredo, Teotônio, Ulysses, José Richa e Montoro lembrando as Diretas Já - há 30 anos assinaram o primeiro documento em Poços de Caldas, exatamente em 18 de novembro de 1983. Lá, lançamos o grande lema *Federação Já*, por um novo pacto federativo. Sr. Presidente, eu gostaria que fosse dada ampla divulgação a este registro que trago para os Anais da Casa.

Os discursos foram belíssimos. Foi uma reunião em torno de princípios, e não dessa agenda miúda e muito medíocre de porta de cadeia, que nós devíamos deixar para as instituições competentes lidarem. Aqui está um registro histórico dos 30 anos do primeiro documento das Diretas Já, assinado por Montoro e Tancredo, que foram comemorados em grande estilo na segunda-feira. Presidente Inocêncio Oliveira, V.Exa. ia gostar de estar lá. Foi uma solenidade belíssima, como nos velhos tempos. Deixo aqui registrado e peço ampla divulgação para o Poços+30.

Discurso 9:

Orador: DOMINGOS SÁVIO, PSDB-MG

Data: 02/12/2013

Sumário

Elogios ao pronunciamento do Deputado Izalci. Descompasso entre o discurso e as ações dos Governos petistas. Contestação das declarações sobre a natureza política da condenação de ex-dirigentes petistas pela participação no chamado escândalo do mensalão.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares e todos que nos acompanham pela *TV Câmara*, inicialmente, Sr. Presidente, eu quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento que fez há pouco, alertando para a década perdida, para os absurdos e, principalmente, para a falácia: divulga-se uma coisa e a realidade é outra. Mas insistem tanto na mentira que alguns às vezes acreditam nela. Coincidentemente, hoje, *O Estado de Minas*, o grande jornal dos mineiros, traz na sua capa algo que desmascara essa prática de tentar enganar o povo brasileiro. No mesmo momento em que o PT, já às vésperas da eleição, vem a Minas dizer que vai resolver de vez a questão do Metrô de Belo Horizonte, *O Estado de Minas*, jornal com uma história que todo o Brasil conhece, fez uma pesquisa, fez um levantamento. Constatou que nos últimos 9 anos, de 2004 para cá, o Governo do PT, que sempre tem a mania de dizer, na véspera da eleição, que vai fazer e de prometer, cancelou - pior do que fazer, impediu que fosse feito - 800 milhões de reais de investimentos no Metrô de Belo Horizonte. Oitocentos milhões de reais ao longo desse período foram, sistematicamente, cancelados pelo Governo do PT. O dinheiro estava no orçamento. Não resolveria todas as necessidades, mas boa parte do metrô poderia ter sido implementada. Cem mil reais, apenas isso se investiu, provavelmente em burocracia, e 800 milhões, que estavam no orçamento ano após ano, eram simplesmente cancelados pelo PT - o PT que teve a oportunidade de governar Belo Horizonte ao longo de todo esse período, o PT que estava o tempo todo dizendo que ia fazer e melhorar, como prometeu, a 381. Então, é aquilo que V.Exa. disse e foi ilustrado na revista *Época*: de ponta a ponta neste Brasil há exemplos concretos de um discurso que está totalmente dissociado da prática. É uma tentativa de repetir constantemente algo com o qual todos se iludem, como se fôssemos a oitava maravilha da natureza, como se o Brasil estivesse vivendo às mil maravilhas, enquanto tivemos, nos últimos anos, um dos piores crescimentos de toda a história da nossa República, um dos piores desempenhos, se comparado com os demais países da América Latina. Mas eu não quero ocupar todo o meu tempo fazendo uma reflexão sobre esses aspectos econômicos, que são graves, porque afetam a vida do brasileiro. O PT fica o tempo todo se gabando de programas que o próprio PSDB construiu - programas que defendemos como necessários de distribuição de renda, como o chamado Bolsa Família, que foram criados pelo PSDB - e transformou isso num processo típico de tornar o pobre refém do PT.

Quem, de fato, tem preferência pelos pobres não quer eternizar o cidadão na pobreza; quer tirá-lo da pobreza. Mas o que percebemos, ao longo dos tempos, é que cada vez que aumenta o número de pessoas dependentes de um programa de bolsa social, o PT se orgulha disso, como se fosse bom ver a pobreza aumentar no Brasil e ver essa pobreza ser refém de um governo que constantemente engana. Mas eu não quero, como disse, ficar preso à reflexão do ponto de vista econômico. Eu quero fazer uma reflexão do ponto de vista político de algo muito sério. É fato que - assim como eu, porque fiz parte daquele período como líder estudantil, no final da década de 70, quando vivíamos a transição da ditadura para as liberdades democráticas, pelas quais lutamos - nesse período nascia um PT que dizia querer um país livre, onde as práticas democráticas prevalecessem para todos e a justiça fosse para todos. Agora, começamos a conhecer um PT - a máscara está caindo - que vem a público repetir constantemente uma mentira para tentar enganar o povo brasileiro. Começamos a ver um PT após o Supremo Tribunal julgar os mensaleiros, que tiveram ampla defesa durante vários e vários anos. Aliás, um dos julgamentos mais longos da história, porque a defesa usou todas as prerrogativas para defender os acusados. No

juízo final, os Ministros que compõem o Supremo Tribunal - na sua maioria, indicados durante o Governo do PT -, diante das provas inquestionáveis, tomam a decisão soberana de dizer que o Sr. José Dirceu cometeu crime e, portanto, tem que ir para a cadeia, que o Sr. José Genoíno cometeu crime e tem que ir para a cadeia, e tantos outros.

Saiu, não só nas redes sociais, mas também na tribuna desta Casa, que queriam transformar o criminoso em vítima. A vítima é a sociedade deste País. Querem transformar o crime que o político cometeu em crime político. Foi o político quem cometeu o crime! Essa é a verdade. Ora, se fosse crime político, aí, nós estaríamos dizendo que já não vivemos mais aquela democracia, afinal, crime político é quando um governo encarcera alguém que é contra aquele governo, quando um governo não aceita que alguém manifeste a sua opinião e encarcera e reprime. Ora, o Governo, há mais de 1 década, é do PT. Portanto, se nós estivéssemos diante de uma condenação por crime político, estaríamos tendo um governo autoritário, que não respeita a democracia. Não foi isso que ocorreu. O Governo não se faz só pelo Executivo; é o conjunto de todas as forças, de todas as organizações e instituições da sociedade.

Portanto, essa organização que a Constituição prevê está funcionando com independência. Todos os homens de bem deste País lutamos, e promulgou-se aqui neste plenário a Constituição Cidadã. Vem o Supremo e toma a decisão, decisão soberana, após análise. Depois de condenados, querem transformá-los em vítimas. Não basta isso, querem brincar com a inteligência do brasileiro, desrespeitando, de forma acintosa, porque a falácia, ao longo de todos esses anos, não se limita à área econômica. Eu fiquei surpreso, Sr. Presidente! Todo preso tem direitos e deve ser tratado de forma igual. Tem direito, por exemplo, a conseguir um trabalho para diminuir a pena, mas é no mínimo algo que merece não só um repúdio, mas também uma investigação profunda. Como um preso, um criminoso, um presidiário, que é como qualquer outro, vai ser contratado com a carteira assinada por 20 mil reais para prestar serviço numa rede hoteleira, num hotel cinco estrelas? Vai cumprir a pena num hotel cinco estrelas, ganhando 20 mil reais por mês, e a chefe dele ganha 1.800 reais! E vão querer convencer o povo brasileiro de que ele está sendo contratado pelos seus méritos? Ele foi preso, ele foi condenado, porque exerceu tráfico de influência. Será que é esse mérito do seu currículo que está fazendo com que ele seja contratado por 20 mil reais? Se for isso, é porque estão considerando que este Governo continua se submetendo ao tráfico de influência, é porque eles estão deduzindo o seguinte: contrata-se Fulano, ele é habilidoso e continua influenciando neste Governo que aí está. É essa a imagem que se passa para o Brasil, é isso que o Governo do PT ainda continua aplaudindo. *Tem mesmo que contratar por 20 mil reais por mês.* É essa a pena que o indivíduo do PT vai pagar. Agora, o outro me surpreende ainda mais. Quando disseram que estava gravemente enfermo, eu, como qualquer outro cidadão cristão, desejei que melhorasse, que Deus o protegesse e que, se necessário, cumprisse sim a sua pena em casa. Juntas médicas, gente qualificada, chegaram à conclusão de que felizmente o seu estado de saúde não é tão grave. E eu digo felizmente porque, como cristão, não nos cabe outra decisão senão desejar saúde ao nosso irmão, seja ele criminoso, seja ele qualquer outro cidadão. Mas isso é recebido como uma má notícia. *Ora, essa junta médica está contra nós, está dizendo que o cidadão tem boa saúde, ou pelo menos não é tão grave o seu problema de saúde.*

É esse o PT, cuja máscara está caindo, e o Brasil tem que acordar para isso, porque é tempo de dizer: Basta! Chega! Chega de querer tornar a corrupção algo permanente entre nós. Chega de querer dizer que a impunidade vai continuar e que quando alguém é

punido é porque existe uma elite contra o PT, que a imprensa é contra o PT, que o Supremo Tribunal é contra o PT e que até o Presidente do Supremo, Ministro Joaquim Barbosa, é contra o PT. Não é isso! O PT não aceita o jogo democrático. Ele quer se eternizar no poder e à custa do que for necessário. Portanto, é preciso que se diga em alto e bom som: nós, do PSDB e de tantos outros partidos que presam a democracia, haveremos de levantar a nossa voz contra esses que querem transformar criminosos presidiários em heróis, contra esses que querem transformar o Supremo Tribunal em algo que atenda aos interesses particulares desse ou daquele partido.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que acredito ainda assim na democracia no Brasil. Porém é preciso que o povo brasileiro esteja atento, porque existem, e hoje está uma profusão, aqueles que querem repetir várias vezes uma mentira até que ela pareça verdade.

É inaceitável que alguém queira transformar bandidos, criminosos, que estão hoje cumprindo pena, em heróis. É inaceitável que o PT continue querendo enganar o povo brasileiro. A nós mineiros não enganam mais. Não venham agora, na última hora, dizer que vão fazer o metrô! Tiveram mais de 10 anos, e nos enrolaram, nos traíram, nos abandonaram.

Minas Gerais é exemplo de liberdade, Minas Gerais é ativa e irá dizer: Chega! Chega de enganação do PT!

Anexo B- pronunciamentos dos parlamentares do PT

Discurso 10:

Orador: BETO FARO, PT-PA

Data: 26/02/2013

Sumário

Críticas à decisão do Supremo Tribunal Federal na Ação Penal nº 470, sobre o chamado escândalo do mensalão. Realização de ato em solidariedade ao ex-Deputado José Dirceu, na Câmara Legislativa do Distrito Federal.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. BETO FARO (PT-PA. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos conhecem as conclusões da ação penal do chamado mensalão, julgada pelo Supremo. Juristas e outros intelectuais de porte, com diferentes convicções políticas, continuam publicando reflexões com críticas de profundidade sobre concepções e procedimentos estranhos às doutrinas e às condutas processuais que teriam pautado as decisões da maioria dos Ministros para a condenação de alguns acusados.

Em particular, tem sido muito comentado o caso do companheiro Zé Dirceu, cuja condenação ocorreu com base em interpretação inusitada da Teoria do Domínio do Fato, o que deixou perplexo um dos seus principais intérpretes em todo o mundo quando de sua passagem pelo Brasil há alguns meses. Por ter envolvido personalidades públicas de referência do PT, o julgamento foi cercado

de inegável exploração política por parte de setores da mídia. Permanece um contencioso entre STF e Congresso, cuidadosamente tratado pelo Presidente da Câmara acerca da autodelegação pela Suprema Corte sobre a definição da perda de mandato de Parlamentares condenados, em desacordo com o texto constitucional. De todo o modo, o Supremo decidiu sobre as condenações e as sentenças superlativas. Cabe respeitá-las, assim como reconhecer o legítimo direito dos condenados em continuarem lutando contra as condenações nos meios e formas institucionais disponíveis.

Com esse entendimento, o Partido dos Trabalhadores vem incentivando essas discussões, sem desafiar o STF, mas em apoio às suas lideranças condenadas na ação. Nessa direção, no início de fevereiro foi realizado, em Brasília, no auditório da Câmara Legislativa, ato em solidariedade ao Zé Dirceu. Para demonstrar a exploração política que permeou todo o julgamento do Supremo, representantes da Oposição, mais especificamente do DEM, PSDB e PPS, estão bombardeando o embaixador da Venezuela no Brasil, Maximilien Arveláiz, por ter marcado presença no evento da Câmara Distrital. Emitiram até nota oficial sobre o caso, para qualificar a presença do embaixador como atitude de ingerência de Estado estrangeiro sobre assuntos internos brasileiros. Por supostamente ter afetado a soberania brasileira, estão exigindo explicações do Chanceler brasileiro Antonio Patriota sobre a omissão do Governo da Presidente Dilma Rousseff diante de *"um episódio de tamanha gravidade"*. Pela desproporção, chega a ser patética e constrangedora essa atitude da Oposição, posto que politiza um gesto de cortesia de um amigo do Zé Dirceu, eventualmente investido em função de representação diplomática. Como disse o embaixador, a nota de repúdio constitui gesto de *"coerção da representação diplomática da Venezuela e de uma tentativa imprópria de usar um país irmão para disputas políticas internas"*. Ora, convenhamos, Sr. Presidente, ingerência interna no País ocorria nos governos dos democratas e tucanos, quando o FMI usava e abusava do comando sobre a política e a economia brasileira. Isso, sim, representava atitude de servilismo, atentatória à inteligência e à nossa soberania, o que só acabou quando o PT assumiu o Governo. Obrigado.

Discurso 11:

Orador: JOSÉ GENOÍNO, PT-SP

Data: 11/04/2013

Sumário

Sugestão à sociedade brasileira de leitura do livro *A Outra História do Mensalão*, de Paulo Moreira Leite, e da reportagem *A Construção do Mensalão*, de autoria do jornalista Raimundo Rodrigues Pereira.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero apenas fazer um registro, em 1 minuto. É muito importante que a população brasileira e os Deputados tenham acesso ao contraditório e às informações sobre o processo de julgamento da Ação Penal 470. Eu me refiro a um livro muito importante de Paulo Moreira Leite, intitulado *A Outra História do Mensalão*, da Editora Geração, e ao trabalho feito pelo jornalista Raimundo Rodrigues Pereira em reportagem intitulada *A Construção do Mensalão*.

Disponíveis no endereço eletrônico *www.genoino.org* , essas narrativas são importantes porque dão informações e mostram o contraditório diante desse fato de que, certamente, em outra oportunidade e com mais tempo, eu vou falar. Muito obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Deputado Luis Carlos Heinze.

Discurso 12:

Orador: PAULÃO, PT-AL

Data: 29/05/2013

Sumário

Contestação à matéria Dilma transforma emendas em mensalão oficial, diz deputado, publicada pelo jornal Gazeta de Alagoas.

O SR. PAULÃO (PT-AL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiro, quero fazer uma discussão proativa, mas, primeiro, infelizmente, vou falar sobre uma matéria que foi destaque na *Gazeta de Alagoas*, o jornal de maior circulação do Estado, em que o colega recém-Deputado do PSDB de Alagoas, Alexandre Toledo, que representa o segmento do setor do açúcar e do álcool, faz uma denúncia: "*Dilma transforma emendas em mensalão oficial*". Não poderia ficar calado, Sr. Presidente. A alegação que faz é em relação aos valores das emendas dos Parlamentares, que é um processo histórico nesta Casa. O Deputado foi de uma irresponsabilidade quando fez uma alegação como essa. Ele já teve a experiência de ter sido gestor da cidade mais antiga de Alagoas, Penedo, e foi um péssimo gestor, inclusive derrotado nas urnas. Então, é lamentável. Esse cidadão, que hoje é do PSDB, mas está dialogando com o PSB, espero que reflita sobre a declaração indevida, fora de ordem. E, se tiver coerência, não aceite as emendas, até porque, no Governo Fernando Henrique Cardoso, era natural esse processo. Pelo contrário, Lula e Dilma têm um caráter republicano. No Governo Fernando Henrique Cardoso, a bancada de Oposição não tinha nem condições de ter as suas emendas liberadas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Discurso 13:

Orador: PADRE TON, PT-RO

Data: 18/11/2013

Sumário

Participação do orador e de outros Parlamentares no 9º Encontro Nacional de Fé e Política, promovido pela Universidade Católica de Brasília, no Distrito Federal. Prisão dos condenados da Ação Penal nº 470, o chamado escândalo do mensalão. Publicação, pelo jornal Folha de S.Paulo, do artigo Supremo... mais

O SR. PADRE TON (PT-RO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, neste final de semana, fiquei em Brasília e participei do curso de fé e política que aconteceu na Universidade Católica de Brasília, organizado por setores progressistas. Alguns Deputados Federais participaram, como o Padre João, do PT, e também Deputados do PSOL. Também durante esta semana, no dia 15 de novembro, nós fomos surpreendidos com a prisão política de Genoíno, que foi Presidente do meu partido, e também de José Dirceu, que foi Deputado Federal. O Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Joaquim Barbosa, decretou as primeiras prisões dos condenados da Ação Penal 470. Da forma como foram executadas, as prisões acrescentam novas dúvidas em um processo já repleto de inovações e surpresas. Por exemplo: por que determinar as prisões em um feriado prolongado, quando nem a documentação especificando o tipo de prisão que o réu terá que cumprir estava pronta? Porque reunir presos de diferentes regimes prisionais, de Estados distintos, todos em Brasília, com custos elevados, quando se sabe que a melhor forma de ressocialização é manter o preso próximo da família e dos amigos? Por que condenados do mesmo processo, em situação idêntica, não foram incluídos na primeira leva de prisões? O jornalista Ricardo Melo, Editor de Redação do SBT, publicou artigo no Jornal *Folha de S.Paulo*, intitulado *Supremo Tapetão Federal*, em que expõe suas dúvidas, não apenas sobre as prisões, mas sobre todo o processo da AP 470, o qual peço licença para ler nesta tribuna. Diz ele: "*Supremo Tapetão Federal Derrotada nas eleições, a classe dominante brasileira usou o estratagema habitual: foi remexer nos compêndios do 'Direito' até encontrar casuísmos capazes de preencher as ideias que lhe faltam nos palanques. Como se diz no esporte, recorreu ao tapetão. O casuísmo da moda, o domínio do fato, caiu como uma luva. A critério de juízes, por intermédio dele é possível provar tudo, ou provar nada. O recurso é também o abrigo dos covardes. No caso do mensalão, serviu para condenar José Dirceu, embora não houvesse uma única evidência material quanto à sua participação cabal em delitos. A base da acusação: como um Chefe da Casa Civil desconhecia o que estava acontecendo?* A pergunta seguinte atesta a covardia do processo: por que então não incluir Lula no rol dos acusados? Qualquer pessoa letrada percebe ser impossível um Presidente da República ignorar um esquema como teria sido o mensalão. Mas mexer com Lula, pera aí! Vai que o presidente decide mobilizar o povo. Pior ainda quando todos sabem que um outro Presidente, o tucano Fernando Henrique Cardoso, assistiu à compra de votos a céu aberto para garantir a reeleição e nada lhe aconteceu. Por mais não fosse, que se mantivessem as aparências. Estabeleceu-se então que o domínio do fato vale para todos, à exceção, por exemplo, de Chefes de Governo e tucanos encrencados com licitações trapaceadas. A saída foi tentar abater os petistas pelas bordas. E aí foi o espetáculo que se viu" - no 15 de Novembro, dia da Proclamação da República. "*Políticos são acusados de comprar votos que já estavam garantidos. Ora o processo tinha que ser fatiado, ora tinha que ser examinado em conjunto; situações iguais resultaram em punições diferentes, e vice-versa. Os debates? Quantos momentos edificantes. Joaquim Barbosa, estrela da companhia, exibiu desenvoltura midiática inversamente proporcional à capacidade de lembrar datas, fixar penas coerentes e respeitar o contraditório. Paladino da Justiça, não pensou duas vezes para mandar um jornalista chafurdar no lixo e tentar desempregar a*

mulher do mesmo desafeto. Belo exemplo. O que virá pela frente é uma incógnita. Para o PT, ficam algumas lições. Faça o que quiser, apareça em foto com quem quer que seja, elogie algozes do passado, do presente ou do futuro - o fato é que o partido nunca será assimilado pelo status quo enquanto tiver suas raízes identificadas com o povo. Perto dos valores dos escândalos que pululam por aí, o mensalão não passa de gorjeta e mal daria para comprar um vagão superfaturado de metrô" - de São Paulo. "Mas como foi obra do PT, cadeia neles" - porque neste País só se prende petista, puta e pobre. "É a velha história: se uma empregada pega escondida uma peça de lingerie da patroa para ir a uma festa pobre" - Deputado Amauri -, "certamente será demitida, quando não encarcerada - mesmo que a tenha devolvido. Agora, se a amiga da mesma madame levar 'por engano' um colar milionário após um regabofe nos Jardins, certamente será perdoada pelo esquecimento e presenteada com o mimo."

Diz o jornalista:
"Nunca morri de admiração por militantes como José Dirceu, José Genoíno e outros tantos. Ao contrário: invariavelmente tivemos posições diferentes em debates sobre os rumos da luta por transformações sociais. Penso até que muitas das dificuldades do PT resultam de decisões equivocadas por eles defendidas. Mas num País onde Paulo Maluf e Brilhante Ustra estão soltos, enquanto Dirceu e Genoíno dormem na cadeia, até um cego percebe que as coisas estão fora de lugar."

Era isso o que tinha a dizer, Sr. Presidente.
 Obrigado pelo tempo.

Discurso 14:

Orador: BENEDITA DA SILVA, PT-RJ

Data: 19/11/2013

Sumário

Natureza política do julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal, dos envolvidos no escândalo do mensalão. Repúdio à forma de execução dos mandados de prisão dos dirigentes petistas condenados no esquema de corrupção. Defesa do financiamento público de campanhas eleitorais.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no vale-tudo para impedir a reeleição da Presidenta Dilma Rousseff, como afirma nota da Direção Nacional do Partido dos Trabalhadores, as forças conservadoras inventam sucessivamente campanhas para tentar desgastar o Governo, a Presidenta, Lula e o PT. Mas desta vez se superaram, pois, além de o processo da Ação Penal nº 470 ter sido injusto e político, pois não considerou as provas dos autos, exatamente porque elas inocentavam os companheiros do PT da acusação de pagamento a Parlamentares e de formação de quadrilha, a execução das prisões foi feita em desacordo com a sentença e, no caso do companheiro José Genoíno, com requintes de crueldade, chegando-se a colocar em risco a sua vida. Sr. Presidente, nenhuma democracia pode se desenvolver se os direitos de seus cidadãos não estiverem garantidos. Sob nenhuma hipótese podemos tolerar que a disputa política se dê fora da legitimidade das urnas, nem muito menos que a justiça se afaste de sua indispensável equidistância para se envolver na política. Por outro lado, também não é possível democracia sem pluralidade de opiniões. O uso monopolizado e partidário das

concessões dos meios de comunicação, portanto totalmente contrário ao que determinam os preceitos constitucionais, esteve relacionado às pressões externas sofridas pelo STF no caso do julgamento da AP 470. Temos que superar essas deficiências e desvios da democracia brasileira se realmente queremos fortalecê-la cada vez mais.

Sr. Presidente, nesse sentido, nada mais urgente, como foi vocalizado nas ruas de junho, do que a verdadeira reforma política, que possa, com a instituição do financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais, pôr fim à inteferência do poder econômico nos resultados eleitorais. Para finalizar, quero reafirmar a minha solidariedade aos companheiros presos injustamente, os primeiros presos políticos de nossa democracia ferida.

Sr. Presidente, eu peço a divulgação deste pronunciamento.

Discurso 15:

Orador: JOSÉ GUIMARÃES, PT-CE

Data: 19/11/2013

Sumário

Caráter político do julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal, dos envolvidos no chamado escândalo do Mensalão. Indignação com o procedimento de prisão do Deputado José Genoíno e do ex-Ministro José Dirceu, do Partido dos Trabalhadores. Relevância do papel desempenhado pelos ex-dirigentes do PT na ... mais

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu quero, na condição de Líder, falar, evidentemente, para o meu País, para aqueles que acompanham o meu pronunciamento, para a militância do PT das redes sociais, para os nossos Parlamentares, para os democratas, para a esquerda, para todos aqueles que, afinal de contas, deram parte de suas vidas para construir a democracia brasileira. Falo também para os meus familiares lá dos sertões do Encantado, de Fortaleza, de São Paulo e de Brasília. Falo, enfim, para a nossa família petista. Com a responsabilidade que tenho como Líder neste momento, delegado que fui pela minha bancada que acaba de se reunir, procurarei, sob o calor de uma forte emoção, mas usando a racionalidade na política, necessária para o enfrentamento desse debate, expressar ou tentar expressar, minhas companheiras e meus companheiros, o sentimento que comove a bancada do Partido dos Trabalhadores. O PT governa o País há quase doze anos. Nesses doze anos, nós patrocinamos grandes transformações. Essas transformações feriram, em morte, parte das elites brasileiras, que não foram capazes de aprender, que não foram inteligentes o suficiente para aceitar as derrotas em três eleições seguidas ou não aceitar as transformações patrocinadas pelos dois Governos do PT. O meu partido, o PT, soube compreender essa dialética entre ser governo e ser representante dos pobres, dos descamisados e daqueles que sempre lutaram e continuam lutando pelas liberdades e pela democracia. Eis que, de uma hora para outra, nesse nosso legado, tentaram, de todas as formas, pôr um ponto final em tudo o que nós construímos.

Tentaram, num primeiro momento, criminalizar o PT. E nós fomos para as ruas e soubemos erguer e sustentar a bandeira do PT. Tentaram, num primeiro momento,

criminalizar o Presidente Lula, e, em todas as disputas - o que é mais importante, e quero deixar isto como a primeira questão no meu pronunciamento -, em todos os momentos, sob uma forte pressão midiática, o povo brasileiro conseguiu enxergar, na disputa política e midiática, quem detinha compromissos com o Brasil, quem estava determinado a transformar o nosso País. E esse foi o PT, foi o nosso Governo! É claro que, num partido que teve a capacidade de fazer tantas transformações, sempre nós soubemos que as disputas políticas nem sempre se dariam no terreno da disputa democrática. Muitas vezes, foi preciso os opositores irem para os tribunais, tentando, muitas vezes, criminalizar não só os companheiros do PT, mas, sobretudo, um legado que é vitorioso, que é exemplo para o mundo e que é referência para todos aqueles que lutaram pela democracia e contra a ditadura militar e que continuam intactos e em pé, defendendo a democracia, os direitos humanos e as liberdades. Nesse processo de construção política, em 2005, o PT foi denunciado como patrocinador ou como quem tinha cometido algum crime eleitoral. O PT, naquele momento, disse ao País que alguns dirigentes do PT tinham praticado crime eleitoral, no caso, o do caixa dois, como foi chamado. Mas, mesmo assim, isso não foi suficiente para parte das elites deste País tratar a questão como ela sempre foi tratada no Brasil: como uma questão intrínseca do nosso sistema político-eleitoral, que é o não financiamento público. E nós terminamos por suportar um processo violento de acusações, julgamento e sentença sobre alguns dirigentes do Partido dos Trabalhadores. Quando esse processo começou, o País conseguiu compreender a nossa linguagem e a nossa mensagem - e era preciso, porque nós estávamos sob a pressão da mídia ou sendo generosos por parte da mídia, para que o PT fosse julgado. Era, portanto, necessário para alguns encontrar provas ou buscar contraprovas para poder julgar o PT. Disse bem o Governador do Rio Grande do Sul em artigo. Ele disse que era preciso encontrar a chamada teoria do fato para poder enquadrar aqueles, sem prova. Aqui, para mim, os ritos do processo são secundários; o que vale é exatamente aquilo que serviu como âncora para o processo de julgamento dos dirigentes do PT. Buscaram - e tinham de fazer isto - construir a teoria do chamado domínio do fato, para poder generalizar uma acusação que pudesse levar à criminalização do nosso partido, o Partido dos Trabalhadores.

Com essa pressão que foi feita sobre a nossa Suprema Corte, ela, muitas vezes, não julgou segundo os autos, mas julgou sobretudo pela pressão que era feita. Por isso está correta a minha bancada, que diz: *"Do que foi julgado foi feito julgamento político"*. Foi feito julgamento político porque não há provas materiais que condenem aqueles que supostamente tenham cometido o crime de pagar mesadas a Parlamentares aqui desta Casa.

Eu não era Parlamentar federal à época - era Deputado Estadual -, mas temos a absoluta tranquilidade em dizer para o País que esse crime o PT não cometeu, porque o PT não é corrupto; nem muito menos aqueles que estão encarcerados são corruptos, porque são construtores da democracia. E, se cometeram algum erro, foi o erro da política brasileira, porque ela é que a responsável pelo chamado caixa dois, a que todo mundo faz vista grossa. E, na hora de fazer o debate aqui, ninguém quer discutir financiamento público de campanha. É por isso que o PT e os companheiros foram julgados e condenados pelo Supremo Tribunal Federal. Não se justifica essa condenação. E mais, não se justifica o espetáculo que foi feito, sobretudo, com os últimos fatos que levaram os dirigentes do PT à prisão. Não é preciso ser de esquerda; basta ser legalista, basta fincar sua condição de jurista no direito positivo, no legalismo formal do Direito, para perceber isso. Disse o Ministro Marco Aurélio de Mello que ele está curioso para saber quais as razões que levaram o

Presidente do Supremo a patrocinar ou ordenar o patrocínio daquele espetáculo de sexta-feira até hoje, levando dirigentes para cima e para baixo, no feriado, e logo no dia da Proclamação da República. Está claro que foi uma ação articulada. Por isso foi correto os dois dirigentes, ao se entregarem, erguerem o pulso e dizerem "*Viva o PT!*", porque, como me disseram hoje lá na Papuda, quando eu visitei os companheiros do PT, o que queriam, na verdade, era prendê-los em suas residências. E fizeram bem José Genoíno e José Dirceu, a começar por Genoíno, quando ergueram o braço e exclamaram "*Viva o PT!*". Eles não se curvaram a uma ação criminosa, a uma ação articulada para criminalizar e tentar interditar o processo de transformação por que tem passado o Brasil nos últimos anos. Nós estamos de pé para dizer a esses companheiros da nossa mais irrestrita solidariedade pelo seu legado ao País, pela construção da democracia. Eles foram peças-chave na construção da democracia e na construção do nosso Governo transformador, de Lula e Dilma. Não foram militantes quaisquer. Não foram meliantes, não foram corruptos. Muito pelo contrário, deram suas vidas para construir a democracia no Brasil. Muitos, no passado da ditadura militar, usaram a toga para dar cobertura para as torturas, para as violações, para as prisões, para os sequestros, para as mortes. Era aquela a toga que dava, silenciosamente, cobertura para a ditadura militar. Pois é essa mesma toga que hoje criminaliza dirigentes do PT que não cometeram nenhum crime! Como aceitar tanta gente que dá *habeas corpus* de soltura para Salvatore Cacciola, para Carlos Cachoeira? Como aceitar isso? Essa gente toda, esses algozes, estão todos soltos. Como aceitar isso? Daniel Dantas está solto; passou apenas alguns dias na Papuda. E o Cachoeira? Quando eu falo de Cachoeira, todo mundo sabe do que estou falando - do escândalo de Minas Gerais. Mas ninguém fala nada! Eu quero me dirigir à imprensa. Foi preciso que alguns jornais hoje - talvez para um mea-culpa - publicassem que, talvez no começo do ano, se julgue o mensalão tucano. É como se dissessem: "*Nós temos que fazer alguma coisa, porque nós fomos além dos limites na coerção das liberdades, no desrespeito aos direitos humanos, no espetáculo patrocinado*" - coisa que eu nunca vi na minha vida! Para uma mãe de família como a minha, de 88 anos, plantada em frente à televisão, ao ver um espetáculo daqueles... A única palavra que ela me disse foi: "*Meu filho, isso tem mais repercussão do que a visita do Papa ao Brasil.*" Olhem a sabedoria dela! Uma senhora lá do interior de Várzea Redonda, que deve estar me ouvindo neste momento: "*Isso tem mais repercussão do que quando você visitou o Papa com a Presidenta Dilma no Rio de Janeiro.*" Mas, se este é o sentimento das pessoas, isso não justifica as arbitrariedades. Eu me dirijo a esta Casa para dizer do que hoje estão fazendo contra o PT. E olhem a ironia do destino: exatamente nós, que somos os pilares da construção da democracia brasileira.

Não serão esses democratas de meia-tigela, que hoje se escondem sob o manto da democracia, que haverão de imputar ao PT a pecha de partido corrupto! Porque o PT não é um partido corrupto. Se há algum partido corrupto no Brasil, esse não é o Partido dos Trabalhadores. Eu me orgulho muito de ser Líder e de ser dirigente nacional do Partido dos Trabalhadores. O que está em jogo neste momento é a preservação do partido PT. Querem, talvez, colocar o PT na ilegalidade, como fizeram em 2005. Mas nós não aceitaremos isso, porque nossas raízes são raízes fundadas na luta, nas cadeias, nas prisões.

Nós nos conhecemos, Deputado Domingos Dutra. Não estamos aqui por acaso. Não estamos aqui para fazer negócios ou negociatas, nem fizemos negociatas à época do

Governo Lula. Porque eu ouvi um ex-presidente da República dizer que o PT fez negociatas em 2005. Ora, quem fez negociatas não foi o PT. Quem fez negociatas aqui dentro foi o PSDB, quando comprou a reeleição do Sr. Fernando Henrique Cardoso, naquela disputa passada! (*Muito bem! Palmas.*) Cadê a Justiça? Cadê a Justiça, que não fez nada, que fechou os olhos a isso? Cadê o MP de São Paulo, que não bota para andar o processo da Alstom? Estão lá os meus Deputados de São Paulo. Foram 500 milhões de reais. Mas, quando isso sai no *Jornal Nacional*, é uma frase, é uma coisa... Diante de qualquer coisa que aconteça contra o PT, eles se calam; só se vangloriam, só ficam satisfeitos, se for com base no espetáculo! Mas acho que nós estamos preparados para enfrentar o espetáculo, o espetáculo de alguns que acham que são donos da verdade. Ninguém é superior à lei! Eu acho engraçado, porque dizem, meus companheiros e companheiras de bancada, que todos, perante a lei... Em homenagem a V.Exa., Sr. Presidente, eu paro, para retomar a palavra depois. E peço a sua paciência, para que me conceda mais 1 ou 2 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Lamento V.Exa. não me ter avisado, porque senão eu teria ouvido, com muita honra, desde o começo, a palavra de V.Exa. Estamos aqui para isso.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES - Prossigo, Sr. Presidente. Portanto, neste momento da mais alta relevância para o Parlamento brasileiro, não podemos aceitar isso. Porque a democracia existe e é sempre infinita. Ela tem um valor universal.

Todos, evidentemente, os que cometem erros na vida pública, têm que pagar por eles. Mas não é razoável tanta impunidade no Brasil, tantos ladrões de colarinho branco soltos por aí, viajando para as Miamis da vida! E os dirigentes, os companheiros do PT, companheira Iriny - que está retornando depois de algumas cirurgias -, trancafiados no presídio da Papuda!? É preciso ter alma, coração, sobretudo ideologia, para suportar tudo isso. Quais foram os crimes que José Genoíno e José Dirceu cometeram? Reuniram-se com Parlamentares para comprar votos aqui dentro?! Qual foi o crime?! Aliás, já dizia o nordestino, o sergipano Tobias Barreto, em seu livro: "*Direito não é só uma coisa que se sabe, mas também uma coisa que se sente*". O País inteiro sente que Genoíno e esses companheiros não são corruptos. Ainda mais Genoíno, que sequer usava as emendas parlamentares aqui dentro; as devolvia para os cofres da União! Ele não merece estar onde está, Sr. Presidente! Estive hoje, pela manhã, na Papuda. Isso é um acinte ao Parlamento brasileiro! Ainda algumas vozes saudosistas sobem à tribuna para pedir a cassação imediata de um Deputado que está enfermo e está de licença, que, quando vai falar com a gente... Porque não consegue falar. Ele teve de passar 8 horas dentro de um avião da Polícia Federal, num espetáculo midiático jamais visto, transmitido ao vivo e em cores por algumas redes de televisão! Haja paciência! A democracia não pactua com esse tipo de espetáculo. A democracia tem direitos e deveres, e está acima de todos. Não tem Presidente do Supremo, seja lá quem for, que esteja acima da lei e possa agir à revelia do Estado Democrático de Direito. O PT é um partido que tem compromisso com o Estado Democrático de Direito. Pois violaram a democracia e o Estado Democrático de Direito nos últimos atos praticados contra dirigentes do PT. Fizeram a maior violação que nós já vimos na história recente da República brasileira. Não se concebe tanta brutalidade! A nossa voz, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, é para falar com o País, é para dizer à nossa militância que precisamos reagir.

Já dizia Rousseau que o império da lei não vale só para alguns; tem que valer para todos. Ninguém, nem V.Exa., Sr. Presidente, que é nosso Presidente supremo, está acima do nosso Regimento. E V.Exa., cuidadoso que é, sempre levando em conta o Regimento quando de suas decisões. O que vimos nos últimos dias... A imprensa precisa ter coragem de... Digo os jornalistas. Dirijo-me a vocês, jornalistas. Quando a gente fala, vocês dizem: "*Não somos nós. Nós somos pautados*". É verdade. Mas a verdade tem que ser dita. Mesmo com os atos praticados de sexta-feira para cá, Sr. Presidente, ainda hoje, sabem vocês, eles ainda continuam em regime fechado. Esta Casa sabe disso? O Deputado Genoíno não está em regime semiaberto desde sexta-feira, porque aquela foi uma concessão do juiz. Aí o conflito: quando o Presidente do Supremo sentenciou, não disse qual o tipo de regime. Será que não foi dito porque ele esqueceu, ou foi para gerar um hiato jurídico, uma zona cinzenta, em que cada um vai decidir segundo o seu veredicto ou a sua consciência? Por que essa lista? Como é que fizeram essa lista dos primeiros a serem presos? E por que logo no feriado, Sr. Presidente? Sr. Presidente, há coisas que nós não podemos aceitar. O Parlamento precisa reagir. É como disse o Deputado Genoíno hoje: "*Eu sou acusado de formação de quadrilha, e eu não conhecia a quadrilha que entrou no avião*". Olhem só! Que esquisito! Ele nunca tinha falado com ninguém; ele entra num avião sem saber quem era fulano ou beltrano, quem era ciclano. Eu não sei se pela mídia, mas nunca tinham tido contato. Portanto, isso não pode ser! Isso fere o Estado Democrático de Direito. Nós não podemos, Sr. Presidente, compactuar com isso! A nossa voz, neste momento, não é uma voz apenas, evidentemente, de perplexidade e contrariedade, mas é também uma voz de firmeza programática, ideológica. E nós não vamos arredar o pé! Eu sei dos dramas familiares por que todos estão passando. E talvez o pior drama, Sr. Presidente, seja o do Genoíno, por razões de saúde. Não é fácil, não é fácil...

Mas é preciso que vocês vejam. Quem topar visitá-los lá onde estão, perceberão que o que eu estou dizendo. Genoíno não é simplesmente um líder do PT; é um democrata, é um socialista, é um homem de esquerda que chegou aqui, pautando sua vida não em construir negócios, mas pautando sua vida pela construção da democracia pela qual nós tanto lutamos.

O Brasil não pode aceitar isso que está acontecendo! Ainda hoje não se sabe de terem tomado uma decisão. Mas o Genoíno não pode ficar onde está. Primeiro, porque os que estão no regime semiaberto têm que ir para o semiaberto; segundo, porque o Genoíno não pode, porque senão ele corre risco de vida. Todo mundo sabe. Visitem-no os que duvidam. Podem ir visitá-lo. Ele corre risco de vida. Mas seria bom que algum Ministro do STF, Sr. Presidente, fosse visitá-lo - para ver.

Finalmente, agora, mandaram uma junta médica. Como pode uma pessoa - vou usar o linguajar do Ceará - que botou 15 centímetros do tapete na horta, um manchão na horta, vamos dizer assim, estar encarcerada? E que até ontem à noite tentava comer a tal da marmita? Uma pessoa que não pode comer a marmita porque tem problemas de coagulação no sangue. Quem é médico aqui sabe disto: o medicamento tem a ver com a dieta. Não pode haver um medicamento, companheiros e companheiras, sem a dieta. Até que, hoje, começaram a perceber que estão sendo praticadas as mais altas brutalidades. Porque ele não tem condições de estar ali. Foi aí que alguns cuidados começaram a ser tomados. Nós não vamos aceitar, meus companheiros e companheiras do PT! Quero dizer para todos: estamos doídos! O PT está doído; eu estou doído, mas encontrarei forças,

Presidente Henrique. Como democratas que somos. E nós temos autoridade para falar em democracia, porque nós nascemos nela e a construímos. Não é qualquer um que, sob a toga, queira patrocinar violência aos direitos humanos. O que está acontecendo é uma questão de direitos humanos! Seria bom que a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados se manifestasse sobre isso. Afinal de contas, José Genoíno é um Parlamentar. E ele não foi cassado; está de licença. Não foi nem um pedido nosso. Entrou de licença porque os médicos lhe deram o atestado para que ele entrasse de licença até o começo do próximo ano.

Quanta desumanidade! Na política nós temos divergências e temos o calor do debate. Mas o que eu ouvi hoje aqui, na Casa, da Oposição, que passou a vida toda como serviçal da ditadura, apoiando o que eles faziam contra nós, Sr. Presidente, o que eles faziam contra o Ulysses Guimarães. Vi gente subir à tribuna para dizer que tem de perder. É muita desumanidade!

A democracia tem um valor humanitário do tamanho do oceano e não pode compactuar com isso. Nós estamos de pé, para defender os companheiros, para exigir que a República - se é verdade que a República vem da réis, da coisa pública, como disse a Presidenta Dilma - defenda a coisa pública. É importante que a República se una, investigue e coloque na cadeia tantos daqueles que estão nas praias, soltos por aí - mas não os dirigentes do PT!

Companheiros da minha bancada, quero agradecer de coração! Nunca recebi tantas mensagens, Sr. Presidente, pelo *Twitter*, por exemplo. Vivemos um drama. Pensei até em ligar para V.Exa., mas soube que estava em missão oficial, e achei que não deveria incomodá-lo. Mas as pessoas ficaram ligando...

Portanto, o nosso sentimento é de solidariedade. Mas é, sobretudo, de luta e disposição para continuarmos esse projeto transformador. Nós não vamos nos abater! Sr. Presidente, ontem, em São Paulo, quanto entrei no avião, várias pessoas vieram falar comigo. Eu achava até que era para fazer alguma crítica. Alguns de gravata, executivos, me diziam: *"Mas por que tanta brutalidade? Eu sou advogado, e isso não pode. Ninguém vai levantar a voz? Todo mundo vai ficar calado? E como fica o Estado Democrático de Direito?"*.

Eu procurei, Presidente, humildemente, como cearense que sou, lá do Encantado, além de segurar a barra pesada dos meus familiares - meu pai, com 92 anos; minha mãe, com 88; toda a família, as quatro bandas da família no País inteiro -, ficar aqui firme. E não arredarei um pé! Vou agora sair para participar da reunião do Conselho Público, convocada pela Presidenta Dilma. Mas quero dizer aos democratas desta Casa, a este Plenário, que nós vamos continuar, firmes e fortes, defendendo esse projeto transformador, porque o que eles querem, Presidente, é interditar isso. Não ganham nas urnas, não ganham pela via democrática, e, muitas vezes, recorrem aos tribunais para interditar isto que nós construímos, que é o maior legado nosso: mudar sem mudar de lado; mudar dentro da democracia que nós construímos, e segurando essa vontade coletiva do povo brasileiro de continuar apoiando o PT. A população está percebendo o jogo que está acontecendo, e eu não tenho dúvida de que a nossa resposta, companheiro Renato Simões, da Executiva Nacional do PT, virá em 2014.

É duro! A gente chora, a gente se abate. Mas, companheiras Benedita, Margarida, mulheres da bancada do PT e funcionárias, não se abatam, não. Não se preocupem comigo. Preocupem-se em defender o nosso projeto, o do Partido dos Trabalhadores. Viva o Partido dos Trabalhadores! Muito obrigado, companheiras e companheiras. *(Muito bem! Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Henrique Eduardo Alves) - Deputado e Líder José Guimarães, cheguei a esta Casa há pouco menos de 10 minutos e não sabia do pronunciamento de V.Exa. Apenas quando liguei a televisão é que ouvi V.Exa. falando. E me senti no dever de aqui estar para ouvir a sua palavra. E, cumprindo o meu dever como Presidente desta Casa, tenho de informar a V.Exa., a este Plenário e ao Brasil que o Deputado José Genoíno, no dia 16 de setembro, solicitou aposentadoria por invalidez. A junta médica, em São Paulo, ao examiná-lo, constatou que ele precisaria ainda de quatro meses, para então se avaliarem os resultados e a consolidação da gravíssima cirurgia a que ele se submeteu; que não havia ainda, em tão pouco tempo, condições para esta avaliação de aposentadoria por invalidez permanente. Mas, de pronto, ela o considerou inteiramente inapto, sem quaisquer condições de exercer o seu mandato, pelo estado de saúde presente, e tomou a iniciativa de conceder-lhe, por quatro meses, licença para tratamento de saúde, o que vai até, portanto, início de janeiro. Nova avaliação, no dia 14 de janeiro, será feita, para se saber se as condições definitivas serão pela sua invalidez; e aposentar-se-á, assim. Então, este esclarecimento eu presto. E digo mais: até estranhando, em nome da Presidência desta Casa, que hoje, terça-feira, às 17 horas, esta Casa não tenha recebido, nem antes nem durante nem depois, nenhuma comunicação a respeito da prisão de um Parlamentar, independente do mérito. Não estou aqui analisando o mérito de quem quer que seja, mas o dever protocolar, além da gentileza entre os Poderes, obrigaria que esta Casa fosse comunicada imediatamente. Isso não foi feito na sexta, não foi feito no sábado, não foi feito no domingo, não foi feito na segunda e não foi feito até terça-feira, a esta hora. Então, eu quero aqui revelar esta estranheza como Presidente da Câmara dos Deputados. Apenas isso. (Palmas.)

O SR. AMAURI TEIXEIRA - Isso é um profundo desrespeito ao Parlamento, Sr. Presidente, e uma desconsideração aos demais Poderes! *Durante o discurso do Sr. José Guimarães, o Sr. Pedro Chaves, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Henrique Eduardo Alves, Presidente.*

Discurso 16:

Orador: NEWTON LIMA, PT-SP

Data: 19/11/2013

Sumário

Indignação do orador com o processo de prisão de dirigentes petistas condenados no chamado escândalo do mensalão. Associação ao discurso proferido pelo Deputado José Guimarães sobre o assunto. Comemoração do cinquentenário da Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo - FACESP. Ass... mais

O SR. NEWTON LIMA (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente. É irrenunciável para nós, membros da bancada do Partido dos Trabalhadores, manifestarmos hoje a nossa indignação e a nossa tristeza pelo que aconteceu e vem acontecendo com os nossos colegas José Dirceu e José Genoíno, companheiros de luta, fundadores do partido, ex-Presidentes, e com o espetáculo midiático do final de semana, que contraria certamente todos os direitos humanos, patrocinado lamentavelmente por

ilegalidades, com requintes de crueldade, praticada pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Não contestamos a Justiça, mas consideramos esse processo absolutamente eivado de injustiças na sua apreciação. Por isso, não podemos deixar de nos solidarizar com os nossos companheiros, de chamar a atenção da Nação para o que está acontecendo e de nos associar, sobretudo, às palavras do nosso Líder José Guimarães no discurso em que exorta todos nós, não só do PT, mas do Brasil, a lutarmos pelo Estado de Direito e pela justiça em nosso País.

Eu quero registrar, neste momento, que participei hoje pela manhã, em Campinas, de uma reunião muito importante, que comemorou os 50 anos da Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo. A reunião contou com a participação ilustre do Ministro Guilherme Afif Domingos, da pequena e média empresa, e da Presidenta da República Dilma Rousseff. Foi uma honra para mim, como Deputado paulista.

Quero aqui, desde já, fazer um registro na Casa e pedir que os órgãos de comunicação, em particular a *Voz do Brasil*, possam retratar as nossas congratulações à força da Associação Comercial de São Paulo, que nesses 50 anos ajudou e ajuda, pela força do comércio, o desenvolvimento do nosso Estado. Quero dar parabéns à Presidenta Dilma pelo que foi anunciado hoje: um acordo entre o Ministério e o SERPRO para que, dentro de 1 ano, no máximo, ainda em 2014, nós tenhamos o sonho da empresa brasileira, praticamente das pequenas, micro e médias empresas: além de continuarmos trabalhando para simplificar o SIMPLES, que tanto avanço já trouxe, tirando da informalidade muita gente e ajudando essas empresas em relação à desoneração de impostos, nós teremos, dentro de 1 ano, no máximo, um processo sumário para fechamento e abertura de empresas no Brasil. Nós somos os campeões mundiais de dificuldades para abrir e fechar empresas. O pacto, o acordo, o convênio que foi assinado hoje pela manhã, em Campinas, marca o início de uma nova história.

Parabenizo a nossa Federação de Associações Comerciais do Estado de São Paulo pelos seus 50 anos.

Parabéns, Ministro Afif Domingos!

Parabéns, Presidenta Dilma, porque o empresariado brasileiro precisa dessa força! E vai continuar a desempenhar o seu papel - sobretudo os comerciantes, o comércio brasileiro - no fortalecimento do País como a sexta economia mundial. Muito obrigado.

Discurso 16:

Orador: RICARDO BERZOINI, PT-SP

Data: 19/11/2013

Sumário

Solidariedade aos companheiros de partido José Dirceu, Delúbio Soares e Deputado José Genoíno pela condenação injusta no julgamento pelo Supremo Tribunal Federal da Ação Penal nº 470, conhecida como processo do mensalão.

O SR. RICARDO BERZOINI (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu quero iniciar esta fala de hoje, primeiro, dizendo que a nossa solidariedade ao companheiro José Dirceu, ao companheiro José Genoíno e ao companheiro Delúbio Soares está expressa na palavra e na atitude de cada Deputado da bancada do PT. Em segundo lugar, é preciso que nós façamos a denúncia de um tipo de comportamento que o então Relator do processo da Ação Penal nº 470 e hoje Presidente do Supremo Tribunal do Federal vem tomando ao tentar conduzir essa ação, confrontando um dos princípios mais fundamentais da nossa Constituição, o da impessoalidade. Ele tomou essa ação como se fosse um patrimônio pessoal para fazer propaganda política, para fazer *marketing* político de si próprio e, durante o processo, tentou constranger seus pares quando discordaram de sua opinião, tentou criar um ambiente onde só havia, no Supremo Tribunal Federal, legitimidade aqueles que quisessem o linchamento público daqueles que estavam sendo acusados. Nós, que defendemos o legítimo processo judicial e que acreditamos que o Poder Judiciário tem que ser fortalecido, não aceitamos esse tipo de comportamento. Quando invocou a teoria do domínio do fato, uma teoria muito específica para circunstâncias muito especiais, para aplicar num processo penal com esse grau de imprecisão e de falta de provas, demonstrou a sua intenção, que não é a da impessoalidade, é a de provocar um resultado previamente combinado com aqueles que têm interesse político nisso. E agora, na fase da execução, confessa sua intenção, sua má intenção quando aguarda o feriado. Na quinta-feira, não comenta nada na sessão em que estavam presentes todos os seus pares. Aguarda o feriado e direciona a sua atitude de execução penal como se fosse juiz de execução penal, o que não é, para três companheiros do PT que têm visibilidade pública. Confessou sua intenção nefasta e inconstitucional, sua intenção desonesta com esse processo.

O Ministro Joaquim Barbosa desonra o Poder Judiciário brasileiro ao agir fora da impessoalidade. E fez isso justamente porque quis criar um fato político no dia 15 de novembro, no Dia da Proclamação da República. Quem conhece história sabe que a Proclamação da República no Brasil não deveria ser comemorada da maneira tão, digamos, patriótica, como muitos gostariam que fosse. Foi, na verdade, um golpe militar de pessoas que eram monarquistas e que se converteram repentinamente a republicanos, apesar de haver uma base social republicana, que acabou entrando na onda. Mas tentou usar essa data para fazer manipulação política, para tentar criar fato político, e cometeu mais uma ilegalidade: trouxe para Brasília pessoas que tinham o direito de cumprir suas penas - penas injustas, diga-se de passagem - no seu local de moradia. Então, eu quero dizer que nós não abaixaremos a cabeça, nós não nos submeteremos a esse tipo de prática que desonra o Poder Judiciário. Viva a luta pela democracia! E que fiquem longe das decisões deste País aqueles que violentam a Constituição em nome da Justiça.

Como disse José Dirceu: *"A pior injustiça é aquela cometida pelo Poder Judiciário"*. E eu digo isso me associando ao jornalista Janio de Freitas, que hoje disse num artigo memorável: *"Prisões foram espetáculos de marketing"*. Não foi o único que se pronunciou dessa maneira. O Ministro Marco Aurélio de Mello também disse que é injustificável remover as pessoas, inclusive gastando dinheiro público indevidamente, para Brasília.

Mas, Janio de Freitas, parabéns pela coragem e capacidade de sintetizar numa frase aquilo que é o nosso sentimento: prisões foram espetáculos de *marketing* do Ministro Joaquim Barbosa, que não honra o Poder Judiciário. Muito obrigado.

Discurso 17:

Orador: PEDRO EUGÊNIO, PT-PE

Data: 19/11/2013

Sumário

Contrariedade ao tratamento concedido pelo Supremo Tribunal Federal a envolvidos no chamado escândalo do mensalão.

O SR. PEDRO EUGÊNIO (PT-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho aqui me referir aos últimos acontecimentos que levaram à prisão os companheiros José Dirceu, José Genoíno e Delúbio Soares. Quero fazer referência a minha própria vida, quando estive no cárcere, no DOI-CODI, na época da ditadura. Os companheiros que aqui estão sabem muito bem que jamais fiz uso desse episódio da minha vida, que muito honra, lutando pela democracia. Nunca fiz uso, Deputado Silvio Costa, nunca pedi que os torturadores fossem identificados e punidos, embora sempre tenha apoiado que a anistia que foi feita, e não foi negociada com o povo brasileiro, deveria ser revista, para que eles fossem chamados à Justiça, para que fossem colocados face a face com suas responsabilidades. Nunca fiz disso uma bandeira pessoal. Mas faço referência a isso porque quero perguntar: onde está a Justiça? Fala-se que agora há justiça. Os órgãos de imprensa criaram um clima de linchamento prévio ao julgamento. O Tribunal, que se curvou a esses órgãos e fez julgamentos sem provas, agora, não como fato isolado, mas como consequência da sistemática maneira de tratar o Partido dos Trabalhadores e seus militantes, faz este espetáculo deplorável, leva presos que por ele mesmo foram condenados a regime semiaberto a estarem fora de seus Estados em regime fechado. Um desses presos é o companheiro Genoíno. Ele está passando por algo que passei há 3 anos, Sr. Presidente, quando fui acometido por um aneurisma dissecante de aorta, exatamente aquilo que acometeu nosso companheiro José Genoíno. Levei 3 meses para ser liberado, para poder caminhar fora de casa, saindo do tratamento intensivo. E fazem com que o companheiro, com muito menos tempo, seja levado ao cárcere e submetido à pressão psicológica, que afeta diretamente o sistema vascular das pessoas. Isso é um crime, Sr. Presidente. Esta Casa tem que se erguer e, com o povo brasileiro, exigir justiça, que sempre faltou aos poderosos, e agora se coloca como arremedo contra aqueles que têm lutado pela democracia e pelo bem-estar do povo brasileiro. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Discurso 18:

Orador: PEDRO EUGÊNIO, PT-PE

Data: 19/11/2013

Sumário

Contrariedade ao tratamento concedido pelo Supremo Tribunal Federal a envolvidos no chamado escândalo do mensalão.

O SR. PEDRO EUGÊNIO (PT-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho aqui me referir aos últimos acontecimentos que levaram à prisão os companheiros José Dirceu, José Genoíno e Delúbio Soares. Quero fazer referência a minha própria vida, quando estive no cárcere, no DOI-CODI, na época da ditadura. Os companheiros que aqui estão sabem muito bem que jamais fiz uso desse episódio da minha vida, que muito honra, lutando pela democracia. Nunca fiz uso, Deputado Silvio Costa, nunca pedi que os torturadores fossem identificados e punidos, embora sempre tenha apoiado que a anistia que foi feita, e não foi negociada com o povo brasileiro, deveria ser revista, para que eles fossem chamados à Justiça, para que fossem colocados face a face com suas responsabilidades. Nunca fiz disso uma bandeira pessoal. Mas faço referência a isso porque quero perguntar: onde está a Justiça? Fala-se que agora há justiça. Os órgãos de imprensa criaram um clima de linchamento prévio ao julgamento. O Tribunal, que se curvou a esses órgãos e fez julgamentos sem provas, agora, não como fato isolado, mas como consequência da sistemática maneira de tratar o Partido dos Trabalhadores e seus militantes, faz este espetáculo deplorável, leva presos que por ele mesmo foram condenados a regime semiaberto a estarem fora de seus Estados em regime fechado. Um desses presos é o companheiro Genoíno. Ele está passando por algo que passei há 3 anos, Sr. Presidente, quando fui acometido por um aneurisma dissecante de aorta, exatamente aquilo que acometeu nosso companheiro José Genoíno. Levei 3 meses para ser liberado, para poder caminhar fora de casa, saindo do tratamento intensivo. E fazem com que o companheiro, com muito menos tempo, seja levado ao cárcere e submetido à pressão psicológica, que afeta diretamente o sistema vascular das pessoas. Isso é um crime, Sr. Presidente. Esta Casa tem que se erguer e, com o povo brasileiro, exigir justiça, que sempre faltou aos poderosos, e agora se coloca como arremedo contra aqueles que têm lutado pela democracia e pelo bem-estar do povo brasileiro. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Discurso 19:

Orador: AFONSO FLORENCE, PT-BA

Data: 19/11/2013

Sumário

Críticas à condução, pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, do processo de execução dos mandados de prisão de dirigentes petistas condenados no chamado escândalo do mensalão.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, quero rapidamente registrar nossa preocupação com que, por falta de serenidade, de bom senso e de respeito à legislação brasileira, com base no domínio do fato, com coincidências de calendário de julgamento com calendário político e cívico nacional, chegamos a uma situação final de reclusão, com a privação de liberdade do Deputado José Genoíno, de Delúbio Soares e de José Dirceu, que tinham direito a regime semiaberto. Ademais, há o caso grave, reconhecido por esta Casa, pelo sistema de saúde desta Casa, da situação do Deputado Genoíno, que devia estar sob cuidados médicos. Sua situação é gravíssima.

Quero registrar que a falta de serenidade do Presidente do Supremo e do Relator pode levar a consequências muito danosas.

Discurso 20:

Orador: LUIZ COUTO, PT-PB

Data: 20/12/2013

Sumário

Mensagem do escritor Agassiz Almeida ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, a respeito do julgamento da Ação Penal 470, relativa ao escândalo do mensalão. Estatística da Polícia Federal sobre operações de combate à corrupção no Estado da Paraíba. Congratulações ao Fórum Paraíba... mais

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste momento, leio uma mensagem do escritor Agassiz Almeida ao Ministro Joaquim Barbosa, Presidente do STF. Agassiz Almeida é escritor, ativista dos direitos humanos, ex-Deputado Federal Constituinte e autor de várias obras: *A República das Elites*, *A Ditadura dos Generais* e, recentemente, lançou *O Fenômeno Humano*. Ele é considerado pela crítica um dos grandes ensaístas do País. Ele encaminha esta mensagem, que leio na íntegra: *Desde o nosso período colonial que o povo brasileiro sofre duas formas cruéis de opressão no seu processo de desenvolvimento: a espoliação por uma elite egoísta e excludente, e, recentemente, nas últimas décadas, se vê manipulado por espetáculos circenses nos quais se dão as mãos a hipocrisia, o cinismo e a avidez pelas manchetes midiáticas.*

O que assistimos hoje? Como há dois mil anos nas arenas do Coliseu romano, expõem-se acusados, acunhados de os condenados do mensalão, à execração da opinião pública, num monumental anfiteatro comandado por magistrados transvestidos de Catão incorruptível, e, remontando aos idos tempos, em verdadeiros sobas africanos. Molière não faria melhor encenação. Embalada nos frenéticos aplausos da massa humana, idólatra desses novos deuses, a mídia televisiva e a internet, a alta corte do país dita uma nova ordem de moralismo, mesmo violentando os mais elementares princípios e normas do Estado Democrático de Direito. Todos procuram tripudiar nos vencidos.

Vem-me um horror sarcástico desse cenário teatral por trás do qual grassa nas antecâmaras dos poderes corrupção epidêmica, escancarada nas obras faraônicas, sobretudo no Judiciário. Aplaudam-se os magistrados na ação punitiva aos condenados de alto coturno, e que ela se estenda implacavelmente por todo o país a prefeituras e tribunais superiores. Que não fique, Sr. Ministro, na consciência do povo brasileiro a frustração melancólica de que mais um espetáculo circense foi montado. O juiz Lalau nos deixou de sobreaviso. Desde então, quem foi condenado? A mais condenável ação de um dirigente do poder é arrastar às fronteiras do engodo a consciência de um povo. Cansa-se a nação das demagogias e hipocrisias. Existe um abismo entre o povo brasileiro e a nação. Ele precisa de um estadista que desafie os grandes problemas e

aponte as soluções, e não de populistas de ocasião. Façamos deste Brasil uma nação conduzida por um povo forte e livre, e não um empanturrado país manipulado por elites egoístas e venais. Os indignados repelem a passividade satisfeita que uma mídia comprometida quer impor ao povo brasileiro.

Entre o ruído que a condenação dos acusados do mensalão provoca e a esperança do povo, uma verdade eclode: que este julgamento não seja apenas uma peça teatral, porta larga por onde os corruptos e os irresponsáveis gestores públicos trafeguem. Condenar não basta, Sr. Ministro, urge convocar a consciência da nação para uma nova ordem de respeito aos recursos públicos. A sensação de que tudo isso é mais uma encenação midiática levará à desolação do povo brasileiro, tão malbaratado por poderosas forças.

*Saudações democráticas.
Agassiz Almeida.*

Registro a mensagem desse paraibano que é uma referência e que muito nos honra como ex-Parlamentar desta Casa, Agassiz Almeida.

Mas, Sr. Presidente, aproveito este tema para mostrar um dado que a Polícia Federal do meu Estado informa na matéria *Corrupção fez Paraíba perder R\$ 600 milhões por ano. Polícia Federal diz que os números do crime superam os do tráfico de drogas. São 437 inquéritos em andamento no Estado.*

A corrupção retira dos cofres públicos da Paraíba aproximadamente R\$ 600 milhões por ano, o que equivale a 2,3% do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado. O cálculo é feito com base no estudo de percepção da corrupção do Departamento de Competitividade e Tecnologia (Decomtec), da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP), que é utilizado como parâmetro pelo Fórum Paraibano de Combate à Corrupção (Focco).

No Estado, os números da corrupção superam os do tráfico de drogas, segundo relatório da Polícia Federal. Somente este ano, a PF já contabiliza 437 inquéritos em andamento que investigam os crimes, dos quais 176 foram instaurados de janeiro a setembro, enquanto que o tráfico de entorpecentes, no mesmo período, só teve 23 procedimentos instaurados.

O montante desviado por ano no Estado seria suficiente para construir pelo menos 15 mil casas populares, no valor de R\$ 40 mil, cada uma. Também poderiam ser construídas 395 creches ou 451 escolas-padrão. Para reduzir os efeitos da seca, seria possível contratar 85.714 carros-pipa, cada um no valor de R\$ 7 mil. Isso é para mostrar, Sr. Presidente, que nós temos que fazer esse combate contra a corrupção. A corrupção é o grande ralo por onde o dinheiro público está sendo desviado. Enquanto isso, a saúde, a educação, o saneamento, a infraestrutura, a segurança pública começam a exigir mais. Não é possível que nós continuemos apenas dependendo de operações da Polícia Federal. É preciso uma ação conjunta - Governo Federal, Governos Estaduais, Governos Municipais, Ministério Público, Defensoria, Judiciário, Legislativo - para que nós possamos dar um basta nessa chaga que é a corrupção. A corrupção tem que ser combatida, porque está, com certeza, desviando o dinheiro que deveria ir para a saúde, para a educação, para a segurança pública, para a geração de emprego. Nesse sentido, quero também parabenizar o Fórum Paraibano de Combate à Corrupção pela ação que faz, bem como a Polícia Federal, que tem realizado a sua tarefa. Nós esperamos que a nossa Presidenta possa receber a representação dos agentes da Polícia Federal para que eles possam conversar com S.Exa. sobre a sua pauta, e que as

reivindicações possam ser atendidas.
Muito obrigado, Sr. Presidente.

